



殿試進士



ISSN 1682-1106



33

Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



IC

RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition 33

Edição Internacional 33 Janeiro/January 2010



EDITOR

Publisher

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Editorial Board

Ung Vai Meng, Chan Chak Seng,
Marie MacLeod, Luís Ferreira,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR

Co-ordinator

Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO

Graphic Director

Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Graphic Design

Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES

Color Separation

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO

Printing

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM

Print Run

1000

REDACÇÃO E SECRETARIADO

Publisher's Office

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996322
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a Revista de Cultura

Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996322

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 33, IIIª Série, 1.º Trimestre 2010

RC, no. 33, IIIrd Series, 1st Quarter 2010

TEXTOS

Texts

Anabela Nunes Monteiro
Christina Miu Bing Cheng
Federico Masini
George Wei
Ivo Carneiro de Sousa
Phyllis Whitman Hunter
Rui d'Ávila Lourido
Sandy J. C. Liu
Teddy Y. H. Sim
Zhang Minfen

TRADUÇÃO

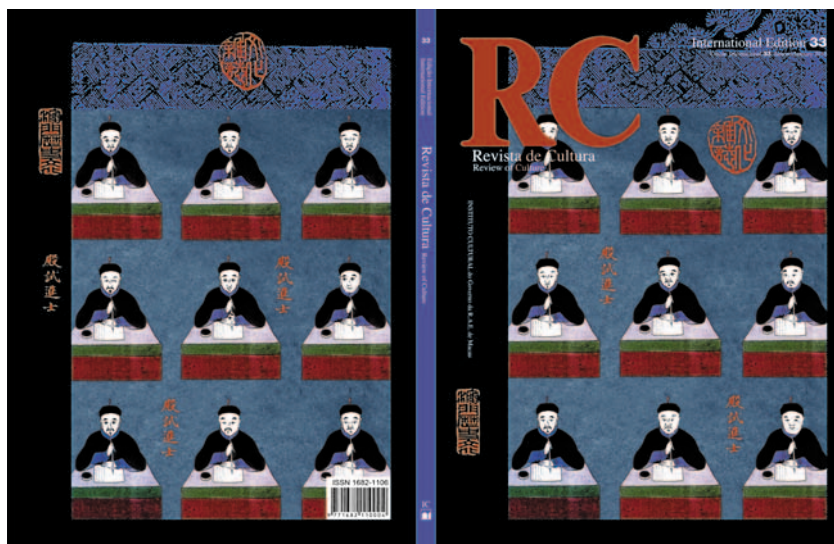
Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.
(Português-Inglês e Inglês-Português)

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
T. Rex Wilson (Inglês)



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Dois pioneiros da sinologia *avant la lettre* inauguram esta edição de *Revista de Cultura*. Com a *Relação da Grande Monarquia da China* e a minuciosa análise aos exames imperiais e com o monumental *Atlas Sinensis*, os jesuítas Álvaro Semedo e Martino Martini aprofundaram e sistematizaram os parcos conhecimentos que Marco Polo levava à Europa sobre o Grande Cataio, sobre a sua cultura, governação e geografia. Abordamos diversos aspectos de “Macao cidade global”: política, comércio, demografia, dos séculos XVI a XVIII. Falamos também de Vicente Nicolau da Mesquita e de João Maria Ferreira do Amaral, cujas estátuas, erguidas durante o Estado Novo, seriam removidas em tempos e modos diferentes da paisagem urbana de Macau, no decurso de processos políticos polémicos que se afiguram verdadeiras metáforas das vidas que evocavam. A fechar, apresentamos visões ocidentais da cidade, nomeadamente através de relatos da vida social de uma comunidade de americanos expatriados, instalados entre Macau e Cantão no século XIX.

OUR COVER

This issue of *Review of Culture* opens with articles looking at the work of two pioneer Sinologists *avant la lettre*: the *Relação da Grande Monarquia da China* and its detailed analysis of the imperial examinations; and the substantial *Novus Atlas Sinensis* by Jesuits Álvaro Semedo and Martino Martini respectively. These works added depth and a systematic approach to the sparse information on the culture, governance and geography of Cathay that Marco Polo had introduced to Europe. The review also takes a look at the political, commercial and demographic dimensions of Macao as a global city in the 16th to 18th centuries. The statues of Vicente Nicolau da Mesquita and João Maria Ferreira do Amaral, erected during Portugal's Estado Novo, would be removed later as part of controversial political processes that aptly echoed the very lives they represented. To close, there is a western glimpse of Macao through the accounts of an American expatriate community living in Macao and Canton in the 19th century.

SUMÁRIO

Index



ATRIUM



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

6 *NOVUS ATLAS SINENSIS*

新版中国地图册

Federico Masini

16 OS EXAMES IMPERIAIS CHINESES NA PERSPECTIVA DO PADRE ÁLVARO SEMEDO

曾德昭神父眼中的中国朝廷科举制度

Zhang Minfen

22 A COMPANHIA DE JESUS E O LEAL SENADO DE MACAU. O CASO DE BENTO PEREIRA DE FARIA (1676)

澳门市政厅与耶稣会之间的支持与冲突：奉托·佩里拉·法里亚的个案 (1676)

Anabela Nunes Monteiro

38 COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EM MACAU, DOS FINAIS DA DINASTIA MING AO DECLÍNIO DA DINASTIA QING. MERCADORES PORTUGUESES, OUTROS EUROPEUS E CHINESES

从明朝末年至清朝末年时期澳门的进口贸易。葡萄牙商人、其他欧洲商人及中国商人

Rui d'Ávila Lourido

57 PROBING MACAO AS PART OF THE LARGER ANALYSIS OF GLOBAL CITY AND MEGALOPOLIS (1720-1820)

澳门作为对全球化城市和特大城市的人口稠密区进行深入研究分析中的一部分 (1720-1820)

Teddy Y. H. Sim and Sandy J. C. Liu

75 POPULAÇÃO E SISTEMA DEMOGRÁFICO EM MACAU (SÉCULOS XVI-XVIII)

澳门的居民与人口统计系统 (16-18世纪)

Ivo Carneiro de Sousa

99 ON THE BORDER GATE: JOÃO MARIA FERREIRA DO AMARAL AND VICENTE NICOLAU DE MESQUITA

临界之上——亚马喇和美士基打

Christina Miu Bing Cheng

ESTUDOS DE MACAU * MACAO STUDIES

112 A UNIQUE PLACE IN THE WORLD: HISTORICAL WESTERN IMAGES OF MACAO

全球独有的地方：历史上的澳门西化形象

George Wei

128 ENGLISH REGATTAS, SCOTTISH REELS, ITALIAN OPERAS, AND CHOPSTICK DINNERS: THE COMMERCE OF SOCIABILITY IN CANTON AND MACAO

英国赛舟会、苏格兰双人舞曲、意大利歌剧和中式晚餐：广州和澳门的社交商业

Phyllis Whitman Hunter

139 RESUMOS

141 ABSTRACTS

143 ÍNDICE DE AUTORES N.ºS 29-32

AUTHORS INDEX NOS. 29-32





NOVVS
ATLAS
SINENSIS
A
MARTINO
MARTINIO
SOC. IESV
DESCRIPTVS
ET
SEREN.^{MO} ARCHIDVCI
LEOPOLDO
GVILIELMO
AVSTRIACO
DEDICATVS.

Novus Atlas Sinensis

FEDERICO MASINI*



Martino Martini (1614-1661) é hoje justamente lembrado como um missionário tridentino na China; contudo, ele foi sobretudo, por assim dizer, um missionário da China na Europa. De facto, foi graças às suas obras latinas que algumas gerações de literatos europeus puderam conhecer a conformação geográfica da China, os usos e costumes do seu povo, a sua história antiga e moderna, até a sua língua.

Durante a sua intensa carreira intelectual foi, com efeito, tanto um homem de acção como um homem de letras, ou melhor, conseguiu empregar os momentos de pausa da sua actividade mais estritamente missionária em terra chinesa para compor aquelas obras que o tornaram famoso, em particular, o *Novus Atlas Sinensis*, o primeiro e durante mais dum século o único atlas geográfico descritivo da China, há alguns anos publicado pela primeira vez numa completa edição moderna como terceiro volume da *Opera Omnia*, ao cuidado de Giuliano Bertuccioli, dirigida por Franco Demarchi.¹

A GÉNESE DA OBRA

Martini acabava de se tornar superior da residência de Hangzhou e provavelmente estava para

se encaminhar para o primeiro período de tranquilidade desde que tinha deixado a sua pátria tridentina, quando, em 1650, o padre provincial Manuel Dias (1574-1659) dispôs

que fosse para Pequim para colaborar com o missionário Adam Schall von Bell (1592-1666), empenhado como matemático junto da Corte imperial. Contudo, provavelmente também por causa das divergências com o matemático prussiano, no mesmo ano o padre provincial incumbiu Martini da tarefa de defender a causa dos jesuítas junto da Santa Sé acerca do sentido laico que atribuíam aos assim chamados Ritos Chineses.

Depois de regressado a Hangzhou, chegou ao Fujian, província costeira meridional chinesa, de onde embarcou para as Filipinas, provavelmente em Março de 1651, na companhia de um jovem chinês, Domingos Siquin, originário da província de Hebei, de vinte e oito anos, baptizado pelos dominicanos havia oito anos.

No arquipélago das Filipinas, Martini, em companhia de Siquin, permaneceu durante quase um ano, até Janeiro de 1652, quando embarcou para a Europa. É provavelmente durante este período de longa espera – provavelmente só distraído pelo cuidado duma questão comercial que estava particularmente a peito aos jesuítas da China – que Martini se dedicou à redacção das obras que serão dadas à estampa na Europa após a sua chegada. Martini compôs estas obras durante as pausas da sua viagem, consultando as obras chinesas, geográficas e históricas que tinha trazido da China e graças à ajuda linguística do jovem convertido chinês.

* Licenciado em Filosofia na Universidade de Roma La Sapienza, doutorou-se em Estudos Orientais no Istituto Universitario Orientale di Napoli. Lecciona Língua e Literatura Chinesas na Universidade de Roma La Sapienza.

Graduate in Philosophy from the University of Rome La Sapienza; Ph.D. in Oriental Studies from the Istituto Universitario Orientale di Napoli. Teaches Chinese Language and Literature at the University of Rome La Sapienza.

HISTORIOGRAFIA



Mapa do *Imperium Sinarum* no *Novus Atlas Sinensis*. Reprodução, bem como todas que acompanham este artigo, por cortesia do Centro Martino Martini, Trento.

Para além disso, outra paragem forçada em Batávia, a actual Jacarta, na Indonésia, de Maio de 1652 até Fevereiro de 1653, permitiu-lhe verosimilmente continuar a aplicar-se às suas obras, actividade a que se dedicará durante todo o resto da sua viagem, que o levará, por fim, a desembarcar em Bergen, na Noruega, em Setembro de 1653.

Os anos na Europa, até ao começo de 1656, marcam um período de intensíssima actividade diplomática e política de Martini junto dos reis e dos doutos de todo o continente, na Holanda, na Bélgica, na Alemanha, na Áustria e na Itália. Contudo, nestes mesmos anos, Martini conseguiu dar à estampa as obras que tinha preparado durante

a sua viagem: em Roma, a *Brevis Relatio de Numero et Qualitate Christianorum apud Sinas*, que permitiu a gerações de literatos e religiosos da Europa conhecer o estado da religião cristã na China (volume ii da *Opera Omnia*), em Antuérpia em 1654, a história da conquista do Império pela dinastia Ming, *De Bello Tartarico Historia* (volume v da *Opera Omnia*), em Amesterdão, em 1655, a geografia do Império Chinês, *Novus Atlas Sinensis*. A *Sinicae Historiae Decas Prima*, uma história da China até ao nascimento de Cristo, foi impressa em Munique em Novembro de 1658 (volume iv da *Opera Omnia*) depois de ter partido outra vez para a China onde o esperavam novas missões perigosas.

HISTORIOGRAPHY

A ESTRUTURA DO *ATLAS*

Desde o título, a obra apresenta-se em toda a sua novidade. De facto, a escolha da palavra “atlas” para título quer etiquetar a obra como um tratado de geografia moderna, disciplina nascida na Europa há pouco tempo, a partir da publicação do *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (1527-1598), em 1570, e do atlas do flamengo Gerardus Mercator (1512-1594) de 1585, a quem tem que ser atribuído o mérito de ter adoptado o termo *Atlas* para uma colectânea, em volume, de mapas.

O *Novus Atlas Sinensis* abre com uma Dedicatória ao arquiduque Leopoldo Guilherme de Habsburgo (1614-1662), naquela época governador da Bélgica, seguida do pedido do Privilégio ao imperador Fernando III dos Habsburgo (1608-1657) a favor do impressor holandês Jean Blaeu e da concessão deste, que teve lugar em 1665, e acompanhada, por fim, de duas aprovações canónicas da Ordem dos jesuítas.

Assim acabada esta primeira parte de apresentação, Martini começa o verdadeiro tratado com um longuíssimo “Prefácio ao leitor em que é anteposta a descrição general de toda a Ásia extrema”. Esta parte, que abrange mais de oitenta páginas e que já tinha aparecido em italiano, em 1581, pelo cuidado do saudoso sinólogo Giorgio Melis, compreende uma extensa exposição geral de todos os aspectos mais salientes e comuns do continente chinês. Martini descreve os confins geográficos da China, analisa a origem dos seus nomes, trata das suas defesas naturais, do seu clima, da sua configuração geográfica; em seguida encara a descrição dos seus produtos naturais para chegar, por fim, à exposição da sua geografia humana, aspecto este particularmente apreciado por Martini.

A população chinesa é descrita com grande precisão e cuidado, com as suas artes, as suas ciências, as suas fés, os seus usos e costumes, por vezes apresentados com palavras encomiásticas, por vezes estigmatizados salazmente, como, por exemplo, quando escreve:

“Há mulheres que têm pés pouco maiores que os cascos duma cabra ou duma vaca. É uma estultícia de todo ridícula e estranha em gente muito civil, que, se visse Helena, desprezá-la-ia pelos seus pés demasiado grandes. Aqui todas as mulheres, para agradarem aos homens, submetem-se de boa vontade a este género de tortura.”²

Esta crítica contra tão inumana prática chinesa, como demonstra com agudeza Bertuccioli,³ não parece ter sido partilhada pelos outros missionários que, como Matteo Ricci (1552-1610), pelo contrário, se abstiveram de a estigmatizar.

Depois de ter tratado, descendo, de certo modo, a pormenores, como as vestiduras e as bebidas daquele povo, Martini volta a falar dos frutos da sua inteligência, descrevendo as ruas, as embarcações, as casas modestas e os palácios sumptuosos, o sistema administrativo, as torres e os templos. Duas longuíssimas partes são, por fim, dedicadas, uma, às águas, outra, à Grande Muralha. A função da água na civilização chinesa, por alguns chamada justamente “civilização hidráulica”, é sublinhada pela importância que Martini dá à

Frei Martino Martini. Óleo sobre tela de autor anónimo do século XVII (Museu Provinciale d'Arte do Castello del Buonconsiglio, Trento, Itália).



HISTORIOGRAFIA

exposição dos rios, em geral, e à dos dois grandes rios chineses, em particular, o Yangzjiang e o Huanghe ou rio Amarelo. Martini, que, diferentemente de Marco Polo, tinha morado na China numa época em que a função de protecção desempenhada pela Grande Muralha relativamente às povoações nómadas centro-asiáticas era muito viva, dedica algumas páginas à sua celebração, apesar de, ele também, como Marco Polo, quase a ter esquecido:

“Enquanto escrevia a toda pressa estas coisas, tinha esquecido a Grande Muralha chinesa, famosa pelos testemunhos de muitos escritores, agora e outrora considerada com a maior admiração e digna de eterna lembrança.”⁴

Martini, por fim, acrescenta “algumas coisas que parecem muito úteis para compreender mais facilmente o que seguirá”,⁵ isto é, breves notícias sobre a cronologia chinesa – o que será objecto da sua grande

obra histórica, a *Decas Prima* –, sobre pesos e medidas, como também sobre a maneira correcta de pronunciar as palavras chinesas, transcritas por Martini para latim, segundo o uso largamente estabelecido naquela época entre os missionários portugueses, italianos e franceses, desde há quase meio século, isto é, desde que Ricci tinha estabelecido algumas regras gerais de romanização das palavras chinesas.

O verdadeiro prefácio acaba, por fim, com estas palavras:

“Antes de passar a cada província, só falta dar breves esclarecimentos sobre as regiões confinantes com o Império Chinês e sobretudo ouvir o que os geógrafos chineses dizem sobre elas. Do Japão e da Coreia e do Liaodong tratarei singularmente junto com os seus mapas.”⁶

Encontramos, com efeito, uma breve exposição da “Tartária Oriental”, a moderna Manchúria, naquela época habitada pelos jurchens, povo tungue; a seguir temos uma descrição dos reinos de Nüergan e de Ezo. O primeiro trata-se duma zona da Manchúria do nordeste, habitada por uma população tungue. O reino de Ezo é a moderna ilha japonesa de Hokkaido, ou seja, a ilha do mar do Norte, terra desconhecida até 1869, quando tomou o nome moderno, tendo sido definitivamente averiguado que se tratava duma ilha e não duma península, ao contrário do que se pensara durante muito tempo.⁷

Após os reinos orientais, é a vez dos que se encontram a Ocidente da China, a saber: os reinos habitados pelas tribos mongóis da Tartária Oriental; o reino de Samarcanda; os reinos dos Xifan, isto é, em geral, as povoações não-chinesas que moravam para lá dos confins ocidentais, que compreendiam também o Tibete e o reino de Birmânia; o reino de Laos, que merece uma exposição separada, provavelmente porque já conhecido por Martini graças à obra de evangelização ali conduzida pelo jesuíta João Maria Leiria (?-1665). O último reino descrito brevemente por Martini é o de Annam, ou seja, o moderno Vietname, região de longa data sob o controlo político da China, de que Martini nos apresenta uma concisa, embora exacta, exposição histórica.

A descrição de tais reinos, numa ordem que respeita a sua posição geográfica em relação à China, de Nordeste a Sudoeste, aparece claramente baseada nas fontes chinesas, às quais Martini faz de quando em quando indirectamente referência por intermédio

Primeira página do “Prefácio ao leitor”.



HISTORIOGRAPHY



Mapa da província de Pequim no *Novus Atlas Sinensis*.

de algumas expressões como, por exemplo: “também o autor chinês diz que são”.⁸ Ao contrário, o núcleo fundamental do prefácio, isto é, toda a primeira parte, parece fruto exclusivamente duma síntese de Martini, escrita de jacto, com alterações e acrescentamentos tardios (como a parte relativa à Grande Muralha), todavia capaz de fornecer ao leitor uma visão clara e sintética, mas ao mesmo tempo extremamente precisa, de todos os aspectos fundamentais da China. Este prefácio por si só poderia valer a obra no seu conjunto, se não fosse, por fim, seguido de uma outra tanto sintética como precisa descrição de todas as quinze províncias de que se compunha a China da época, baseada tanto no que Martini tinha visto pessoalmente

como nas “notícias que tenho tirado dos cosmógrafos chineses absolutamente dignos de serem acreditados. [...] ajudado sobretudo pelos mapas e por aqueles famosos livros chineses, os únicos que trouxe da China à pátria, como fossem um tesouro”.⁹

As quinze províncias de que se compunha o império chinês na época de Martini eram, segundo a transcrição moderna: Pequim, Shanxi, Shaanxi, Shandong, Henan, Sichuan, Huguang, Jiangxi, Jiangnan, Zhejiang, Fujian, Guangdong, Guangxi, Guizhou, Yunnan. Cada uma delas é tratada por Martini em capítulo próprio precedido pelo respectivo mapa geográfico a cores, segundo um esquema expositivo regular.

HISTORIOGRAFIA

Para cada província Martini apresenta, em primeiro lugar, os limites e as suas características gerais, os nomes que assumiu ao longo da história, a sua população e eventualmente a sua índole e os seus produtos principais, como, por exemplo, a seda do Zhejiang ou o ruibarbo do Shaanxi. Esta parte introdutória é seguida pela exposição sistemática de cada circunscrição administrativa em que está dividido o governo da região, segundo a tradicional estrutura piramidal chinesa: *sheng* 省 (província), *fu* 府 (cidade), *zhou* 州 (circunscrição), *xian* 县 (distrito), *zhen* 镇 (município). Para cada província Martini apresenta uma exposição separada de cada *fu*, de que nos fornece os dados acerca dos seus limites, da origem histórica do seu nome, dos seus produtos e das suas particularidades oroidrográficas, como também um elenco de todas as *zhou* (marcadas com um círculo que contém um ponto preto) e de todos os *xian* de que as *fu* sejam eventualmente compostas.

Em muitas províncias – exactamente Beijing, Shanxi, Shaanxi, Shandong, Sichuan, Zhejiang, Fujian, Guangdong, Guangxi, Guizhou, Yunnan –, na maioria dos casos, confinantes com países estrangeiros ou dotadas de acesso ao mar, estão indicadas as localidades militares, elas também divididas em *fu*, *zhou* e *xian*. A estas são de acrescentar as fortalezas e as bases militares para a defesa marítima, que podem ser de grande dimensão (5000 homens) – *wei* 卫 –, de média ou pequena dimensão (1100 ou 100 homens) – *suo* 所, para além das torres de vigia, *fengtai* 烽火台 ou *fenghou* 烽火.

No apêndice à província de Yunnan encontra-se uma breve exposição de três zonas limítrofes e externas à China, mas a ela ligadas por profundas relações culturais e políticas: o Liaodong, região situada a nordeste, correspondente mais ou menos à hodierna província chinesa do Liaoning, que, como Martini indica, “Por grandeza e número dos habitantes mereceria justamente o nome e a dignidade de província, mas a dinastia Taiming não lhe quis fazer concessões neste sentido”¹⁰; a península de Coreia, reino sob protectorado chinês já há muitos anos, e o reino de Japão.

Relativamente a estas regiões, Martini fornece notícias bastante escassas, baseadas nas mesmas obras chinesas consultadas para as províncias chinesas – sobretudo o *Daming yitong zhi* 大明一统志 – embora úteis, na época em que escrevia, para integrar as notícias insuficientes chegadas ao Ocidente acerca daqueles países. Em particular, Martini confuta a crença que a

Coreia é uma ilha: “Nem todos os europeus sabem com certeza se a Coreia é uma ilha ou terra firme, contudo não duvido de que seja uma península e que não se possa circumnavegar de modo nenhum”.¹¹

Tratamento um pouco diferente é dado ao reino de Japão, sobre o qual Martini escreve:

“Tinha prometido acrescentar algumas notícias sobre o Japão, mas, como outros primeiro do que eu e sobretudo os padres da nossa Companhia, entre os quais sobressaem Maffei e Torsellini, têm descrito tudo com muita precisão, acrescentarei como apêndice só aquelas poucas coisas que os outros têm ignorado ou omitido por incúria ou esquecimento.”¹²

Talvez porque os confrades de Martini, Giampiero Maffei (1535-1603) e Orazio Torsellini (1544-1599), já tivessem tratado o Japão em duas obras aparecidas respectivamente em 1571 e em 1594, a exposição do Japão é precedida do respectivo mapa, sendo indicada como “Apêndice” para sublinhar que se trata dum reino independente.

LATITUDES E LONGITUDES

O *Atlas* termina com um “Catálogo das latitudes e longitudes” de todas as localidades indicadas na exposição de cada província. Trata-se dum elenco precioso, não só porque apresenta duma maneira sinóptica todas as localidades chinesas, divididas por províncias e cidades, mas sobretudo porque fornece a longitude e a latitude de todas as localidades citadas.

Foi esta uma importante contribuição fornecida por Martini à história da cartografia da sua época: de facto, se pela parte descritiva lhe tinha sido possível empregar amplamente as várias fontes chinesas, podemos supor que os dados sobre a latitude e a longitude indicados neste “Catálogo” foram calculados pessoalmente por Martini. O cálculo da latitude não apresentava problemas particulares e as medidas dos graus que apresenta não são muito diferentes das verificados actualmente. O método para calcular a longitude era, pelo contrário, ainda objecto de discussão científica e o próprio Martini propôs, em várias cartas enviadas ao seu mestre do Colégio Romano, Athanasius Kircher (1602-1680),¹³ o uso da agulha de marear para o seu cálculo da longitude, adoptando, por fim, para calcular a longitude de todas as localidades da China o meridiano que passa por Pequim como meridiano zero.

HISTORIOGRAPHY

A geografia chinesa, como demonstra a riqueza dos dados oferecidos por Martini, já tinha atingido um notável nível de desenvolvimento. Embora o sistema das latitudes e das longitudes não fosse desconhecido dos chineses – aliás não tinha sido posto em ponto também na Europa, o que aconteceu só em 1735 – nos 17 mapas do *Atlas*, Martini traçou as linhas da latitude e as da longitude. No “Catálogo” empregou, por conseguinte, a indicação destas para fornecer a exacta colocação de todas as localidades citadas nas províncias, dando assim a posição de mais de 2100 localidades chinesas, japonesas e coreanas. O próprio Martini confirma-o ao escrever no Prefácio ao *Atlas*:

“(Os) cosmógrafos chineses [...] têm escrito livros que formam uma única colectânea, em que tinham indicado os nomes e a posição de cidades, distritos, rios, montes e outras notícias úteis; têm marcado com cuidado as distâncias, mas não a longitude e a latitude”.¹⁴

Este Catálogo aparece, por consequência, fruto dos cálculos de Martini sendo, por isso, um repertório que pode justamente orgulhar-se dum primado cronológico sobre análogos elencos redigidos em épocas mais recentes.

Na cartografia chinesa, as linhas da latitude e as da longitude continuaram por muito tempo a aparecer contextualmente em quadrícula, sistema tradicional chinês de divisão cartográfica, só substituído na segunda metade do século xix.

Se na representação estritamente cartográfica vemos a contribuição da tradição cultural e científica com que Martini se tinha formado na Europa, parecem-nos de absoluto relevo sublinhar que Martini fez própria a grande tradição chinesa das descrições geográficas, que incluía não só os aspectos mais estritamente físicos, em particular os oroidrográficos, mas também a geografia humana e social: da fusão destes dois aspectos – representação cartográfica de implantação e rigor europeu e descrição geográfica de tradição chinesa – nasceu o segredo do extraordinário êxito do *Atlas* de Martini.

AS FONTES DO ATLAS

A publicação da versão comentada do *Atlas* no volume iii da *Opera Omnia* tem permitido resolver, provavelmente para sempre, a *vexata questio* das fontes desta obra.

Os autores, italianos e estrangeiros, que se têm dedicado ao estudo do *Atlas*, têm exprimido, no decurso dos anos, opiniões diferentes acerca das fontes da obra geográfica de Martini. Segundo alguns, a partir de Louis Pfister (1833-1891), a fonte principal de Martini foi a obra de Lu Yingyang 陆应阳, *Guangyu ji* 广舆记, de 1600; segundo outros, pelo contrário, as fontes principais consultadas por Martini foram *Guangyu tu* 广舆图 de Luo Hongxian 罗洪先, surgido pela primeira vez em 1541, e reimpresso mais duma vez, e *Guangyu kao* 广舆考, de que uma edição de 1595 tinha sido levada para Itália pelo viajante Francesco Carletti (1573-1636) e que se conserva actualmente na Biblioteca Nacional de Florença; outros ainda, como o estudioso chinês Ma Yong 马雍, têm avançado a hipótese de ele ter integrado tais materiais consultando o vasto repertório das crónicas locais, riquíssimas colectâneas de textos que relatam, por ordem cronológica, os acontecimentos principais que tinham tido lugar em cada localidade do Império Chinês durante as várias dinastias. Contudo, parece que todas as anotações dos estudiosos do passado se apoiam em observações expeditas e não sufragadas com cuidado. Só o aparato crítico que hoje acompanha a edição do *Atlas* permite chegar, e de uma maneira definitiva, às fontes; de facto, o Professor Bertuccioli comparou todo o texto do *Atlas*, passo a passo, com o que está exposto em treze obras geográficas publicadas na China antes da sua redacção.¹⁵ São estas as fontes do *Atlas*, tendo sido, com efeito, possível ao curador do volume identificar numa ou em mais destas a fonte de cada informação reportada por Martini. Martini baseou-se certamente em grau diferente nestas obras e provavelmente as que teve mais presente, sobretudo pelos dados estatísticos relativos à população e aos produtos, foram, por ordem de importância, *Guangyu kao*, *Guangyu tu*, *Tushu bian* 图书编, *Sancai tuihui* 三才图会, *Huangyu kao* 皇舆考 e a *Mingshi* 明史, esta última utilizada, assaz inexplicavelmente, em particular para as províncias de Huguang e de Jiangsu.

O emprego de tão vasto e completo repertório de fontes (trata-se, com efeito, de todas as principais fontes históricas chinesas disponíveis naquela época) demonstra não só o cuidado com que Martini se aplicou à sua grande obra geográfica, mas sobretudo dissipa definitivamente quer as ilações acerca dos seus escassos conhecimentos da língua chinesa quer as suposições dos que afirmaram que Martini se limitara

HISTORIOGRAFIA

à tradução de um texto chinês – entre os quais o padre Jean Amiot (1718-1793) no fim do século xviii –, sem falar das acusações do dominicano Domingo Navarrete, que afirmou estar o *Atlas* cheio de erros e falsidades, acusações estas refutadas com agudeza pelo seu confrade Ferdinand Verbiest (1628-1688) já no tempo de Martini.

*Se na representação
estritamente cartográfica vemos
a contribuição da tradição
cultural e científica com que
Martini se tinha formado
na Europa, parece-nos
de absoluto relevo sublinhar
que Martini fez própria
a grande tradição chinesa
das descrições geográficas...*

De facto, só um extraordinário conhecimento da língua chinesa clássica em que tais obras geográficas estavam escritas teria permitido a Martini tirar notícias de tão amplo e vário repertório de obras. Contudo nem é preciso subestimar a ajuda eficaz que encontrou no jovem chinês que o acompanhou na sua viagem de volta da China à Europa. Aliás, algumas leituras erradas dos topónimos chineses não se explicariam, como já foi sublinhado por Ma Yong, senão pela pressa na leitura que por vezes induziu Martini a confundir caracteres semelhantes, erro este em que mais dificilmente teria incorrido um leitor indígena.

A dificuldade das condições em que a obra foi composta também faz imaginar que dificilmente lhe teria sido possível consultar, em particular durante tão perigosa viagem da China para a Europa, as crónicas locais chinesas que referem factos específicos relativos a cada circunscrição administrativa. É pouco provável que pudessem encontrar lugar numa obra por muito ampla e detalhada que esta fosse, mas sempre compendiosa quando comparada com a vastidão daquelas crónicas locais.

Com a provável intenção de permitir uma precisa localização dos topónimos chineses e servir assim como exacto guia geográfico, Martini escolheu não latinizar os topónimos chineses, diferentemente do que fez em relação aos nomes próprios, que latinizou sistematicamente quer no *Atlas* quer na *Decas Prima*.

Pelo que se refere a toponomástica, Martini teve o grande mérito de ter conseguido identificar todos os topónimos introduzidos por Marco Polo. Se Matteo Ricci já tinha identificado a Cambalu de Polo com a cidade de Pequim, Martini identifica Quinsai de Marco Polo com Hangzhou, Singui com Suzhou, Cugui com Quxian, Cingiam com Zhenjiang etc. A identificação de Martini não surge como uma pura questão toponomástica, mas tem o grande mérito de fornecer definitivamente a base cartográfica para as observações geográficas fornecidas por Marco Polo, confirmando com um intervalo de séculos a implantação geral do relato deste. Tal conexão histórica aparece-nos ainda hoje de grande actualidade, exactamente quando a narração poliana tem sido objecto de críticas e suspeitas, que têm levado a pôr em dúvida que Marco Polo tenha realmente visitado a China.

Afora isso, Martini demonstra ter consultado todas as poucas fontes ocidentais disponíveis sobre a China, em geral, e a sua geografia, em particular: para além de *Il Milione* de Marco Polo, a *Relatio* de Odorico da Pordenone (1265-1331 ca.) e todos os insuficientes relatos publicados por Giovanni Battista Ramusio a partir de 1550 em *Navigazioni et Viaggi*. O texto que Martini demonstra ter tido mais presente é a obra de Nicolas Trigault (1602-1667) *De Christiana Expeditione apud Sinas Suscepta a Societate Jesu* (Augusta, 1614), que é a versão latina dos famosos *Commentari* de Matteo Ricci, publicados na sua versão original italiana só no século xx.

Uma das razões do grande êxito editorial do *Atlas* é, por conseguinte, imputável à riqueza e à variedade das fontes: de facto, Martini foi capaz de juntar os conhecimentos resultantes das suas experiências de viagem – Martini, como foi averiguado, visitou pelo menos sete províncias (Pequim, isto é, o Beizhili, Shandong, Nanquim, isto é, Jiangnan, Zhejiang, Fujian, Jiangxi e Guangdong) – com o que tinha lido sobre a China nas fontes ocidentais então disponíveis, e sobretudo ao que tinha lido nas já citadas obras geográficas chinesas, que tinha trazido por ocasião da sua viagem para Europa.

HISTORIOGRAPHY

Graças ao paciente trabalho de reconstrução das fontes, ocidentais e chinesas, de cada passo do *Atlas*, de que Bertuccioli dá conta no aparato das notas explicativas, hoje podemos afirmar com certeza que o *Atlas* não foi o resultado de uma mais ou menos ampla tradução de textos chineses, mas fruto duma obra de talento, o que liberta o campo, espera-se definitivamente, das múltiplas ilações sobre a génese e a redacção desta obra.

A FORTUNA DO *ATLAS*

Depois da rapidíssima publicação do *Atlas* em Amesterdão ao cuidado do conhecido editor Jean Blaeu (1596-1673) na segunda metade de 1655, a obra foi reimpressa em francês e em holandês em 1655, em alemão em 1656 e em espanhol em 1658-1659, obtendo um extraordinário êxito editorial, não comparável ao de outros mapas da China preparados por outros missionários. De facto, provavelmente para contrastar com o êxito editorial do *Atlas*, o maior concorrente do editor Blaeu, o editor francês Nicolas d'Abbeville Sanson (1600-1667) publicou, em 1656, um mapa da China atribuído a Michele Ruggieri (1543-1607) e Matteo Ricci; em 1655, em Londres, foi publicada uma versão inglesa *L'Imperio de la China*, de Álvaro Semedo (1582-1649), e, em 1670, o editor francês Pierre Mariette, colaborador de Sanson, imprimiu o mapa da China do jesuíta polaco Michael-Pierre Boym (1612-1659), *Mappa Imperii Sinarum*. Contudo nenhum destes mapas conseguiu igualar o êxito do *Atlas*. Como não era uma simples colectânea de mapas, mas verdadeiramente um atlas, em que o texto escrito, que acompanhava os mapas, era riquíssimo em informações de primeira mão sobre

o continente chinês. Como foi justamente observado por O. Balducci: “Antes de Martini, sobre a China, de impresso ou de domínio público para uma larga divulgação, não existia nada”.

O atlas de Martini conservará o seu primado pelo menos durante quase um século até que, em 1735, o jesuíta francês Jean Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782) publica em Haia o *Nouvel Atlas de la Chine*, utilizando o atlas da China preparado em Pequim pelos missionários ocidentais por ordem do imperador Kangxi. Contudo, o *Atlas* de Martini continuará a ser considerado um ponto de referência imprescindível para a cartografia da China até ao século XIX, quando o descobrimento da China pelo mundo protestante inaugurará uma nova estação nas relações entre o Ocidente e a China.

Se Matteo Ricci e Giulio Aleni tinham feito conhecer a Europa na China e, em particular, a sua geografia, a Martino Martini tem que ser certamente atribuído o grande mérito de ter fornecido primeiro, depois das escassas notícias de Marco Polo, um conjunto sistemático de noções e reflexões sobre a realidade física, geográfica e humana do grande continente chinês, aplanando assim o caminho à exploração cultural, primeiro, e comercial, em seguida, no século XIX. Sepultado nas bibliotecas e citado só em raras obras sinológicas, só há poucos anos o *Atlas* viu a luz do dia numa completa tradução italiana em que, graças ao riquíssimo aparato bibliográfico e explicativo, finalmente aparece em todo o seu esplendor, não como simples congérie de informações, mas como uma síntese de raro talento intelectual. **RC**

Tradução de Stefania Elena Carnemolla.

NOTAS

- 1 Franco Demarchi (dir.), Giuliano Bertuccioli (ed.), Martino Martini, S. J., *Opera Omnia*, 6 vols. Trento: Università degli Studi di Trento, 1998 - .
- 2 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, pp. 247-248.
- 3 Giuliano Bertuccioli (ed.), Martino Martini, S. J., *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 307, nota 55.
- 4 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 268.
- 5 *Ibidem*, p. 270.
- 6 *Ibidem*, pp. 276-277.
- 7 Veja-se, em particular, a nota 121 ao “Prefácio”, *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 324.
- 8 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 295.
- 9 *Ibidem*, pp. 297.
- 10 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 2, p. 842.
- 11 *Ibidem*, pp. 846.
- 12 *Ibidem*, pp. 852.
- 13 Vejam-se as cartas III, IV, VI e VII de Martini publicadas no volume 1 da *Opera Omnia*.
- 14 Martino Martini, S. J., *Novus Atlas Sinensis*, in *Opera Omnia*, vol. 3, t. 1, p. 297.
- 15 O elenco das obras chinesas consultadas por Martini encontra-se nas pp. 10-12 do t. 1 do vol. 3 da *Opera Omnia*.

Os Exames Imperiais Chineses na Perspectiva do Padre Álvaro Semedo

ZHANG MINFEN*

O jesuíta português Álvaro Semedo (1585-1657), que viveu mais de trinta anos no Império chinês durante a dinastia Ming, transmite-nos, na sua obra *Relação da Grande Monarquia da China*, um retrato muito favorável e idealizado do sistema de exames da China em meados do século xvii. Nela expressa abertamente a sua grande admiração pelo seu sistema de selecção de mandarins letrados através de exames públicos e imparciais, que não estabelecia qualquer distinção entre ricos e pobres, perante as oportunidades de obter cargos oficiais.

Em primeiro lugar, elogia abertamente a séria vocação para os estudos demonstrada pelos chineses, mesmo os de mais tenra idade. Nota o papel importante da educação moral, dos bons costumes e do princípio da obediência filial, porque “na China, onde quem gozar de má fama nisso, não pode ser admitido ao exame”.¹ Salienta o grande significado da leitura silenciosa, da prática da escrita e da composição no âmbito dos tradicionais estudos chineses. Na expressão de Semedo, os chineses estudavam tão rigorosamente que não lhes era permitido qualquer entretenimento



ou recreio, sublinhando o método de estudo, *beishu* 背书,² para que “se não socorram com os olhos da ajuda do compêndio.”³ Para o jesuíta português, os chineses prestavam muita atenção à prática da escrita e da composição para se adaptarem ao sistema de exames. Estudavam apenas os *Quatro Livros*⁴ e os *Cinco Clássicos*,⁵ porque as perguntas dos exames se relacionavam somente com estes livros.

Segundo Semedo, os chineses não estudavam em escolas ou universidades, antes eram educados por professores particulares contratados para lhes transmitirem não só os conhecimentos científicos, como também os ritos e os bons costumes, uma vez que todos os letrados tinham de manter boa reputação, sob pena de se verem impedidos de se candidatarem aos exames. Pode-se concluir que, naquela época, tudo o que os letrados faziam estava relacionado com os exames imperiais, porque estes eram “a coisa de maior importância desse reino, porque deles dependem os graus; destes, os cargos públicos; e, dos cargos públicos, as honrarias e os proventos”.⁶ Portanto, não é exagero afirmar-se que os letrados da China feudal viviam apenas para os exames, nada mais sabendo fazer e a nada mais se dedicando. Especialmente os de famílias pobres consideravam o estudo como a única via para ascenderem socialmente, de forma a poderem alterar o seu próprio destino e o da sua família, como muito bem afirmou o imperador Zhenzong 真宗 (968-1022) da dinastia Song do Norte (960-1127):

*张敏芬 Concluiu, em 2000, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesas (variante de História) na Universidade de Macau. Licenciada em Língua e Literatura Portuguesas pela Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, onde lecciona Português.

M.A. in Portuguese Language and Culture (History) from the University of Macau, 2002. Graduate in Portuguese Language and Literature from Shanghai's University of International Studies, where she currently teaches Portuguese.

“Nos livros há casas douradas, nos livros há milhares de cereais, nos livros há meninas com cara de jade, nos livros há uma grande quantidade de coches. Um rapaz, que queira ser alguém, dedica-se aos clássicos, encara a janela e lê.”⁷

Com base na sua capacidade de observação minuciosa e num conhecimento profundo da língua chinesa, obtido ao longo de muitos anos de estudo, Semedo, apresenta-nos uma descrição detalhada dos exames imperiais de três graus que se realizavam no século xvii, destacando o seu complicado processo e o seu alargado conteúdo, assim como os procedimentos para evitar fraudes e o tratamento de que os letrados gozavam depois de terem alcançado o grau. O jesuíta português apresenta de forma correcta e minuciosa os exames de três graus da China feudal, sendo um dos europeus que primeiro traduziu directamente os títulos de *xiucaí* 秀才,⁸ *juren* 举人,⁹ e *jinshi* 进士¹⁰ para bacharel, licenciado e doutor, respectivamente.

“São três os graus: *sieucaí*, *kiugin*, e *cinfu* e, para compreendermos, podemos dizer que a seu modo correspondem aos nossos de bacharéis, licenciados e doutores.”¹¹

Descreve-nos como se faziam os exames, especialmente o *xiangshi* 乡试,¹² exame para a obtenção do grau de licenciatura. Mostra-se muito interessado e curioso em relação ao *gongyuan* 贡院,¹³ não poupando palavras para descrever a sua grandeza e majestade.

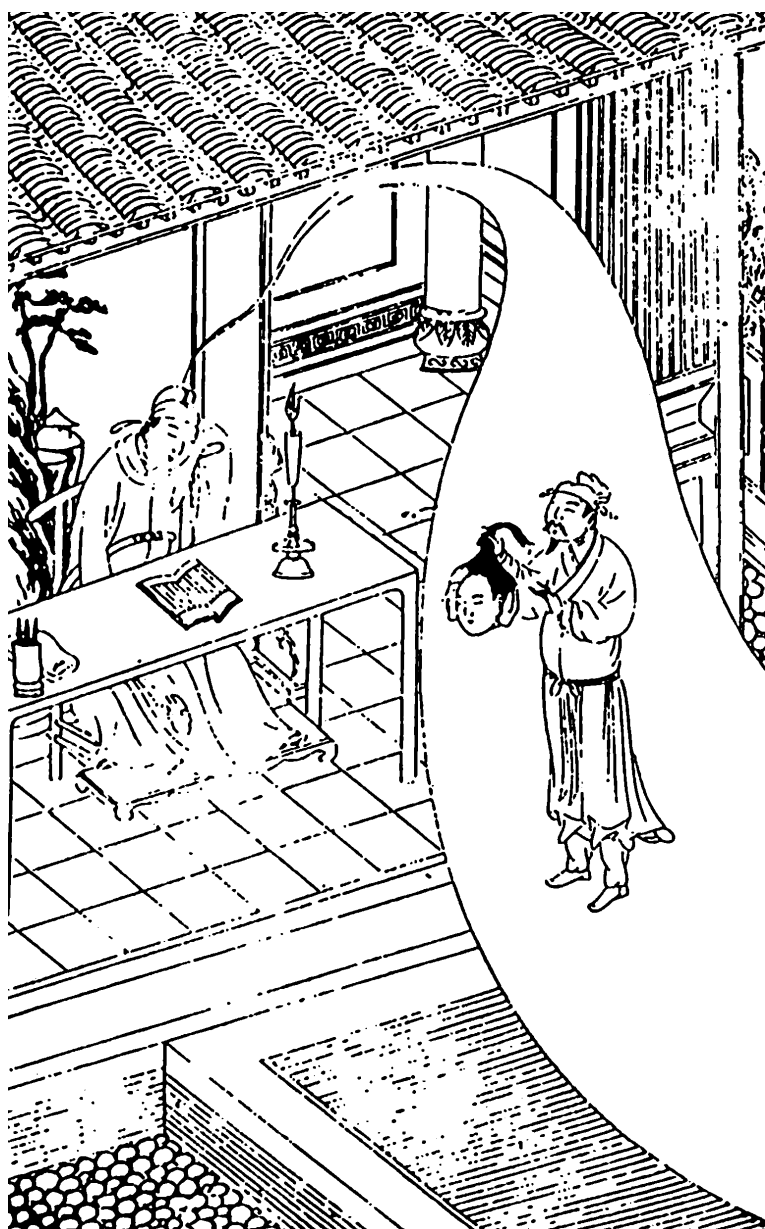
Nas palavras de Semedo, os exames eram um assunto muito sério e da maior importância, porque os examinandos eram vigiados não só pelos examinadores como ainda por “capitães e soldados”. Além disso, ao entrarem, eram rigorosamente revistados, obrigados a “trazerem o cabelo solto até baixo, as pernas nuas, com sapatos feitos de corda, o fato sem simulações ou pregas de qualquer espécie”.¹⁴ Semedo refere ainda que se lhes fosse encontrado qualquer papel, imediatamente seriam excluídos. Menciona também o “sistema de anonimato”, adoptado no exame dos licenciados para evitar as fraudes e a corrupção:

“Os examinandos são obrigados a fazer duas cópias, sendo uma firmada com o seu próprio nome e os paelidos do pai e do avô, acompanhados de um pseudónimo que cada uma escolhe, bem como os anos da sua idade. Esta cópia é fechada, escrevendo-se na parte de fora, apenas o pseudónimo. As cópias abertas são imediatamente entregues às autoridades

que, para este fim, foram nomeadas e que vão saindo. As fechadas são guardadas, segundo a sua ordem numérica, em lugar determinado e as abertas entregues aos escreventes, que as copiam com letra encarnada, para que a própria não seja reconhecida...”¹⁵

Este “sistema de anonimato” – *mifeng tenglu zhidu* 弥封誊录制度 – teve início na dinastia Song

Sonhar enquanto estuda para os exames, in Gu Dingchen 顧鼎臣 e Gu Zuxun 顧祖訓, *Ming Zhuangyuan Tukai* 明狀元圖考 (Registo Ilustrado dos Eméritos na Dinastia Ming), edição de 1607.



HISTORIOGRAFIA

do Norte, constituindo a reforma mais importante efectuada no sistema de exames durante esta dinastia. A dinastia Ming continuou a utilizá-lo com o objectivo de aperfeiçoar o sistema de exames imperiais, evitar a corrupção e a fraude que eram cada vez mais frequentes e, assim, mostrar a imparcialidade destes exames, como refere Semedo.

Ainda segundo Semedo, depois do exame seguiam-se cerimónias e banquetes luxuosos, ficando os laureados “imediatamente importantes, honrados e ainda venerados”.¹⁶ Porém, o jesuíta português manifesta algumas dúvidas sobre a possibilidade de ficarem “logo ricos” depois de terem conseguido o grau:

“Já não põem mais o pé em terra, pois que, se lhes faltarem cavalos, sobram-lhes as liteiras. E não somente o graduado mas toda a sua família muda de situação, pensando em comprar as vizinhas e erigir palácios.”¹⁷

Semedo confessa-se um pouco confuso pela mudança súbita de situação económica dos laureados e da respectiva família. Como muito bem notou o famoso escritor chinês Wu Jinzi 吴敬梓 (1701-1754) na sua obra *Rulin Waishi* 儒林外史 (História dos Literatos), ao escrever que, depois de Fan Jin conseguir o grau de *juren*, muitas pessoas foram visitar “o novo Senhor Fan”:

“Daí em diante muitas pessoas foram lisonjeá-lo: algumas dão-lhe terras cultivadas, outras oferecem-lhe lojas e casas e, de algumas famílias pobres, o casal vem para prestar serviço. Passados dois ou três meses, Fan Jin possuía já criados e criadas, além de dinheiro e arroz.”¹⁸

É fácil perceber, pois, por que tantos letrados levavam toda a vida nos exames imperiais e na obtenção de graus literários. Ainda na *Rulin Waishi*, o senhor Ma Er afirma: “Se o mestre Confúcio vivesse hoje, teria de dedicar-se às prosas e aos exames imperiais; de outro modo, como podia obter um cargo no governo?”¹⁹

Semedo elogia o respeito do governo chinês pelo conhecimento, pelos professores, pelos literatos, mesmo por aqueles que não possuíam graus:

“Dos simples estudantes sem graus não se faz caso nem têm qualquer privilégio senão o serem tratados como nobres e assim os respeita o povo como lustre das suas terras.”²⁰

Realça ainda que “tão estimado é o saber entre eles, que sabem apreciar aqueles que merecem a verdadeira estima.”²¹ Para Semedo, os chineses respeitavam os professores durante toda a vida: “não

lhes faltam, em tempo devido, com presentes e, quando passam de grau e são promovidos a cargos mais elevados, fazem-lhes favores e benefícios importantes.”²² Escreve também que Alexandre da Macedónia dissera que se devia mais aos mestres que ensinavam do que aos pais que procriavam, mas que só na China é que tal dívida era compreendida e se pagava.

Semedo refere-se também a Confúcio, que

“não somente o têm por santo, mestre e doutor do reino como o que dele se cita é estimado como coisa sagrada, além de existir, em todas as cidades do reino, templos, públicos, onde é reverenciado, com muitas cerimónias em dias marcados...”²³

Confúcio era reconhecido como mestre de todos os graduados:

“nos anos dos exames, uma das principais cerimónias é irem os novos graduados todos juntos prestar-lhe reverência e reconhecê-lo por mestre.”²⁴

Pode-se verificar no relato de Álvaro Semedo que a posição social dos letrados era bastante alta e importante, porque, ao falar da nobreza chinesa, afirma que a primeira nobreza era a do rei, príncipes, infantes e toda a família real; a segunda ordem de nobreza era a dos titulares, porém, “inferiores a muitas autoridades letradas.”²⁵ A terceira classe era constituída por todos os que administravam ou já tinham administrado o governo do reino, ou oficiais de guerra. O missionário jesuíta acrescenta que desta classe não eram excluídos aqueles que, se bem que não exercessem funções governativas, já tinham governado ou estavam para entrar no governo, visto que todos eram graduados, “isto é, doutores, licenciados e bacharéis. Em resumo, toda esta classe é constituída por letrados.”²⁶ Curiosamente, observa Semedo, os estudantes sem graus também eram tratados como nobres no Império chinês:

“A quarta é a dos estudantes que apesar de não terem ainda alcançado o grau, só pelo facto de serem estudantes e estarem em via de poderem alcançá-lo, são tratados como nobres...”²⁷

O padre Álvaro Semedo sentia uma imensa admiração pela política seguida pelo governo chinês de entregar a administração a mandarins letrados com elevado grau académico, algo de muito diferente do que passava na Europa, onde o poder estava apenas na mão da aristocracia e onde as pessoas comuns muito raramente tinham oportunidade de exercer

ofícios no governo, muito menos os mais favorecidos. Em termos de organização do Estado, descreve-nos uma verdadeira “república das letras”, um país governado por um imperador absoluto, mas bondoso e poderoso, que não só se comportava de acordo com os regulamentos políticos e morais estipulados pelos clássicos confucionistas como também nomeava os letrados que tinham sido aprovados nos exames imperiais e sabiam bem como administrar o Estado:

“Acabadas essas solenidades tratam os graduados de passar logo para a corte para se doutorarem e, se quiserem governar, são logo providos.”²⁸

Visto que todos os letrados que administravam o Estado eram nomeados pelo próprio imperador, Semedo não poupa palavras para elogiar os imperadores. Em primeiro lugar, enaltece a alta qualidade moral dos primeiros imperadores chineses:

“Ora este imperador Yao 尧, sem se importar com a sucessão natural e legítimo do seu filho, deixou o império a Xun 舜, seu genro, por ter descoberto nele justiça e virtude para governar. Xun passou, igualmente, pelo mesmo motivo, o império a Yu 禹²⁹ que nada lhe era.”³⁰

Ao falar dos imperadores da dinastia Ming, louva o seu primeiro imperador:

“vendo-se Hum vu³¹ senhor absoluto de todo o território, instituiu um admirável governo [...]. Este rei fez, em primeiro lugar, muitas mercês a todos, pois, a liberalidade é uma das maiores demonstrações do ânimo real.”³²

Diz ainda que ele “não anulou as leis antigas respeitantes ao bom governo e não impediu o seu objectivo que era somente de perpetuar a monarquia nos seus descendentes. Introduziu, porém, muitas coisas novas”.³³ Por isso, Semedo conclui que os imperadores, “não obstante ficarem atrás de nós a respeito das coisas de fé, se adiantam, no entanto, nas das virtudes morais”.³⁴

O que mais impressionou e admirou Semedo foi o sistema imparcial de nomeação de mandarins utilizado pelo imperador, que entregava

“toda a administração aos letrados, que são feitos por meio de concurso como se disse quando se tratou dos exames, sem dependência alguma dos magistrados até do próprio rei, mas somente do seu saber, boa linhagem e virtudes.”³⁵

Salienta ainda que “proibiu, por leis rigorosas, que ninguém da família real, nem durante a guerra, nem



Ébrio, na cela para o exame, in Gu Dingchen e Gu Zuxun, *Ming Zhuangyuan Tukao*, edição de 1607.

em paz, nem em caso algum poderia exercer cargos na república, quer civis, quer criminais, quer na milícia”.³⁶ Numa palavra, elogia a organização do governo e o sistema político chineses, descrevendo a China como um paraíso ideal para viver, uma sociedade de leis justas que era administrada por um grupo de letrados confucionistas nomeados por um imperador poderoso e respeitados por todos os seus súbditos.

Contudo, a realidade, naquela altura, não era assim tão positiva e ideal como Semedo a descreve. Na altura em que Semedo vive na China aproxima-se o final da dinastia Ming. O império chinês apresentava-se muito brilhante no aspecto cultural, enquanto entrava em decadência política. O imperador não governava, não dava audiências, não desenvolvia actividades governativas:

HISTORIOGRAFIA

“Livrando-se do limite de Zhang Juzheng 张居正,³⁷ o imperador Wanli (1563-1620) entregava-se cada vez mais aos prazeres, cada dia mais farto de administrar o país. Depois do dia 15 de Setembro do 14.º ano do reinado (1586), não voltou à Corte durante vários dias seguidos, paralisando os debates diários sob pretexto de ter tonturas.”³⁸

Além disso, os imperadores da dinastia Ming confiavam sobremaneira nos eunucos, em quem recaíam cada vez mais funções governativas.

“Os eunucos, encabeçados por Wei Zhongxian 魏忠贤,³⁹ depois de conseguirem a confiança do imperador, procuraram obter o poder imperial e conluiaram-se com os burocratas fora da Corte no sentido de controlarem todo o poder do Império. Os eunucos passaram a monopolizar o poder imperial, constituindo uma forte influência perversa que se designava por ‘Partido dos Eunucos’.”⁴⁰

O sistema de exames, na óptica de Semedo, era idealizado e imparcial. Mas a verdade é que, à medida que o sistema feudal ia gradualmente caindo, a corrupção era cada vez maior no governo de Ming. No último período desta, o sistema de exames tornou-se bastante rígido, particularmente com o aparecimento do sistema de selecção de mandarins letrados apenas através do *baguwen* 八股文.⁴¹ Iniciado nos finais do século xv, inibiu gravemente o pensamento e a criatividade, embotando as capacidades dos examinandos e impedindo naturalmente o desenvolvimento da sociedade.

O sistema de exames da China imperial, que se prolongou por 1300 anos, contribuiu imenso para o desenvolvimento cultural na China durante as dinastias Tang e Song, promovendo o progresso político e social. Embora as críticas tenham começado logo na altura do seu nascimento, vieram a esmorecer com o passar do tempo. Foi durante as dinastias Ming e Qing que este sistema de exames alcançou o seu apogeu, tornando-se um dos sistemas políticos mais amplos e predominantes na sociedade. Simultaneamente, porém, a sua influência negativa e os abusos praticados atingiram também uma gravidade sem precedentes, sendo vigorosamente censurado e criticado pela sociedade.

Por que motivo Álvaro Semedo teve uma visão francamente positiva, favorável e idealizada do sistema

de exames da China imperial e da administração chinesa? As respostas a esta questão podem ser várias:

- Todos os lugares que Semedo conheceu, como Cantão, Hangzhou, Pequim e Nanquim, eram cidades metropolitanas, capitais ou cidades litorais prósperas. Concluiu, então, que toda a China era tão próspera e desenvolvida como estas cidades, o que o levou a elogiar os imperadores e mandarins chineses por bem governarem e administrarem o país, salientando que estes últimos eram seleccionados através dos exames imperiais.

- Ao chegar à China, Semedo ficou impressionado com a vastidão do território do Império e com a grandeza da sua população, o que o levou a escrever que a China era “um reino, único em grandeza e quase igual a toda a Europa”,⁴² provocando nos europeus, e sobretudo nos portugueses, uma sensação de pequenez. No fim de contas, Portugal tinha um território bem menor do que o de uma província chinesa.

- Antes da chegada de Semedo à China, poucas informações sobre esta tinham chegado à Europa, de forma que a imagem europeia deste império oriental afastado era ainda muito incerta. Semedo descobriu que a China era um império muito poderoso e próspero, especialmente no aspecto cultural, ficando espantado e agradado pela civilização chinesa que tinha uma história muito mais longa do que a da civilização cristã.

- Dado na Europa, onde predominava a hereditariedade do poder e dos títulos, não haver ainda exames para selecção da elite social e governativa, Semedo ficou totalmente admirado com a imparcialidade do sistema chinês.

- Semedo chegou à China como um missionário para difundir a religião cristã. Transmitiu uma imagem favorável e ideal deste império para poder obter um mais amplo apoio da Europa para a difusão do cristianismo neste Império.

Em jeito de balanço global, a pintura que Álvaro Semedo apresenta da cultura chinesa excede em muito a dos seus antecedentes, muito contribuindo para a formação de uma imagem correcta da China na Europa. A sua descrição informada do sistema dos exames na China imperial e da política de recrutamento de mandarins letrados aprofundou nos europeus os conhecimentos da cultura chinesa, não deixando de em certa medida contribuir para o estabelecimento do sistema de exames e de letrados na Europa nos séculos xviii e xix. **RC**

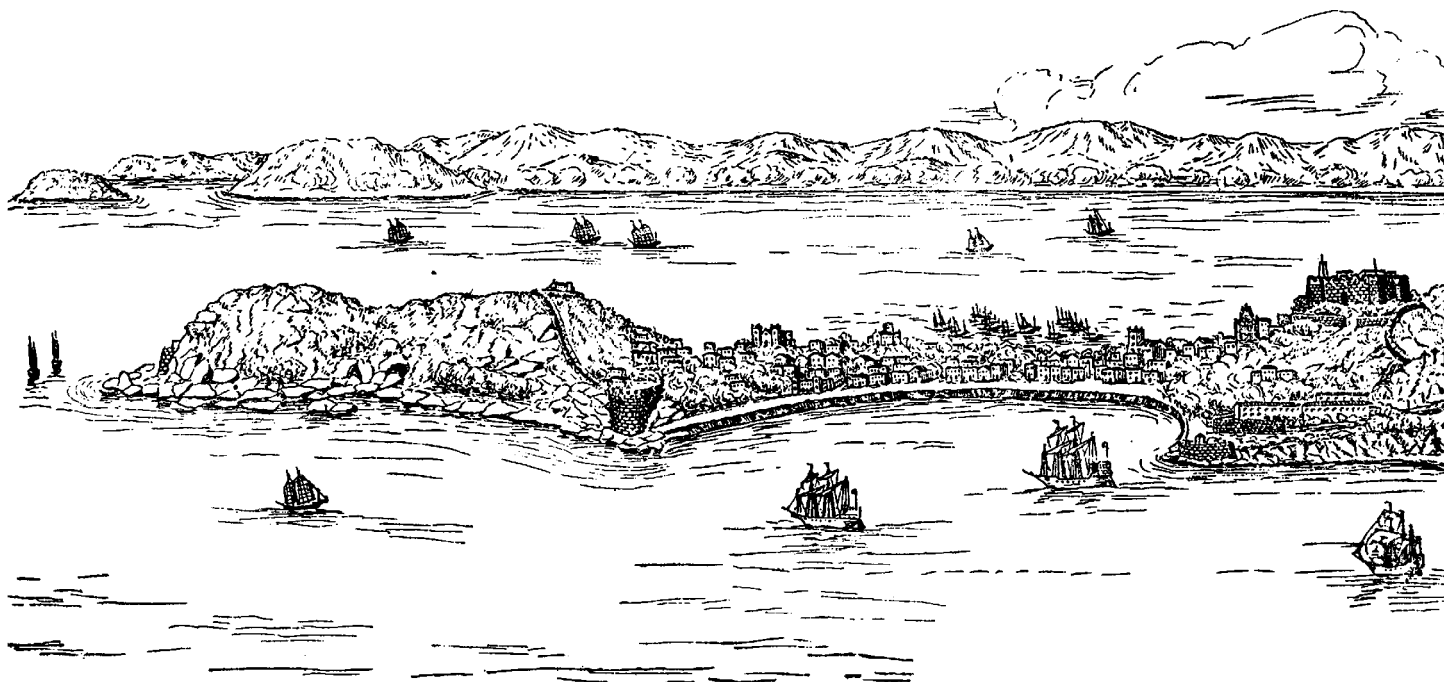
NOTAS

- 1 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*. Trad. de Luís Gonzaga Gomes. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau, 1994, p. 83.
- 2 *Ibidem*, p. 81.
- 3 *Beishu*, decorar de costas voltadas para o livro.
- 4 Os Quatro Livros são: *Daxue* 大学 (O Grande Ensino), *Zhongyong* 中庸 (Harmonia Perfeita), *Lunyu* 论语 (Analectos), *Mengzi* 孟子 (Mêncio).
- 5 Os Cinco Clássicos são: *Yijing* 易经 (Livro das Mutações), *Shujing* 书经 (Livro de História), *Shijing* 诗经 (Livro das Odes), *Liji* 礼记 (Livro de Ritos), *Chunqiu* 春秋 (Anais da Primavera e do Outono).
- 6 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 89.
- 7 Citado do *Texto de Aconselhar a Estudar*, de Song Zhenzong, o terceiro imperador da dinastia Song do Norte.
- 8 *Xiucui*, o que era aprovado no exame distrital, bacharel.
- 9 *Juren*, o que era aprovado no exame provincial, licenciado.
- 10 *Jinshi*, o que era aprovado no exame metropolitano, doutor.
- 11 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 87.
- 12 *Xiangshi*, o exame provincial.
- 13 *Gongyuan*, lugar onde se realizava o exame provincial.
- 14 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 92.
- 15 *Ibidem*, p. 93.
- 16 *Ibidem*, p. 95.
- 17 *Ibidem*.
- 18 Wu Jinzi 吴敬梓, *Rulin Waishi* 儒林外史 (História dos Literatos), p. 47.
- 19 *Ibidem*, p. 168.
- 20 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 87.
- 21 *Ibidem*.
- 22 *Ibidem*, p. 264.
- 23 *Ibidem*, p. 103.
- 24 *Ibidem*.
- 25 *Ibidem*, p. 222.
- 26 *Ibidem*.
- 27 *Ibidem*.
- 28 *Ibidem*, p. 95.
- 29 Yao, Shun e Yu, os Três Augustos, conhecidos também como os Três Soberanos, são considerados reis-deuses ou semi-deuses.
- 30 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 196.
- 31 Hongwu, o primeiro imperador da dinastia Ming.
- 32 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 197.
- 33 *Ibidem*, p. 198.
- 34 *Ibidem*, p. 200.
- 35 *Ibidem*, p. 198.
- 36 *Ibidem*, p. 197-198.
- 37 Zhang Juzheng 张居正 (1525-1582), político da dinastia Ming, primeiro-ministro durante o reinado de Wanli e real governante durante a infância do imperador.
- 38 Xiao Shaoqiu 萧少秋, *Zhang Juzheng Gaige* 张居正改革 (A Reforma de Zhang Juzheng). Beijing: Qiushi chubanshe, 1987, p. 225.
- 39 Wei Zhongxian (1568-1627), eunuco da dinastia Ming. Entrou na corte no reinado de Wanli. Depois da subida ao trono de Xizong (1605-1627) tomou o poder, conluindo-se com Ke Shi 客氏, ama de leite do imperador.
- 40 Lou Zengquan 娄曾泉, Yan Zhangpao 颜章炮, *Mingchao Shihua* 明朝史话 (Sobre a História da Dinastia Ming), p. 197.
- 41 “Prosa de oito pernas”. Princípio segundo o qual um texto deveria compreender oito secções ou “pernas”.
- 42 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 23.

A Companhia de Jesus e o Leal Senado de Macau

O Caso de Bento Pereira de Faria (1676)

ANABELA NUNES MONTEIRO*



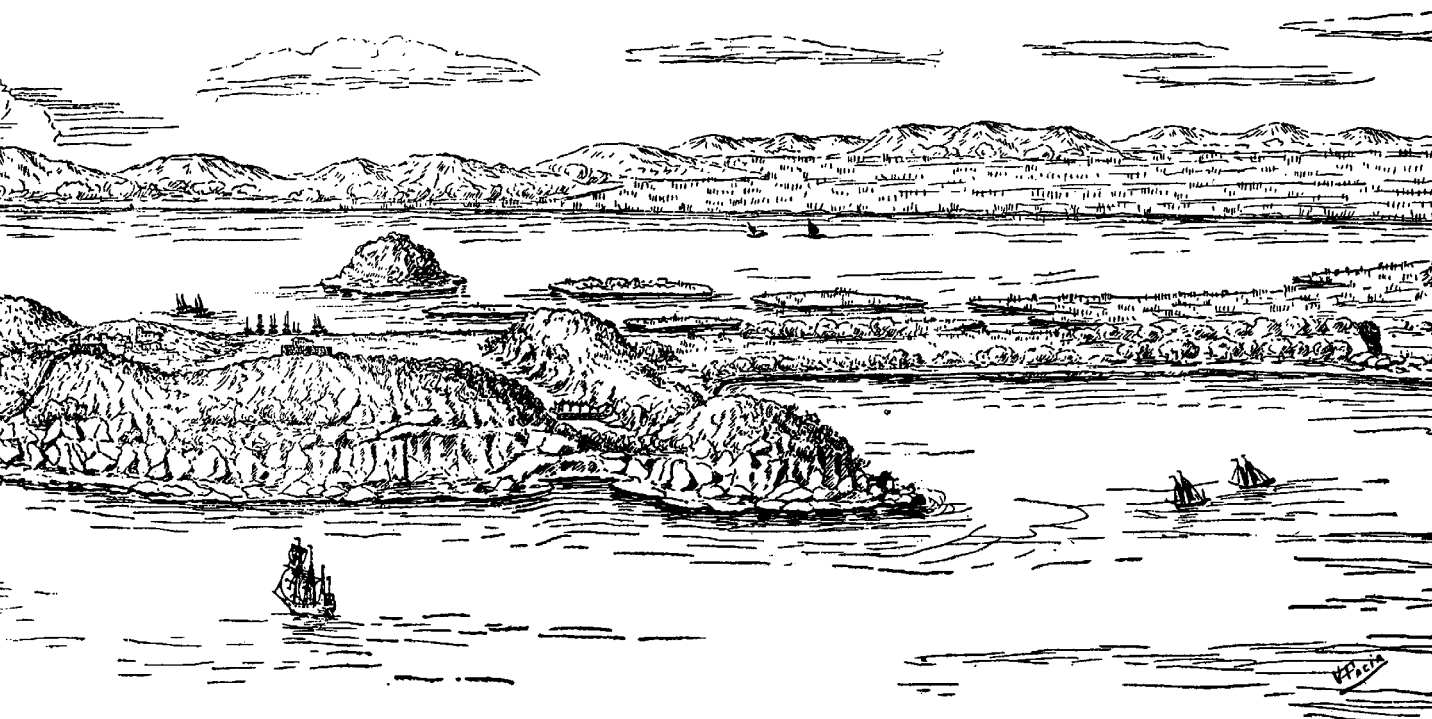
A Companhia de Jesus estava abrangida pelo Padroado português. Este consistia no direito, concedido a Portugal pela Santa Sé, de organizar e financiar todas as actividades religiosas nos domínios e nas terras descobertas pelos portugueses.¹ E dado que havia grande necessidade de evangelizar – um dos eixos estruturantes da expansão portuguesa – o Estado fazia grandes investimentos, não só na construção de templos e outros imóveis, como apoiando a Igreja, em geral, pelos locais longínquos por onde andava. O Estado padroeiro devia assim manter e proteger o

Padroado, podendo correr o risco de perder o conjunto de privilégios honoríficos a que tinha direito,² caso não soubesse respeitar as regras estipuladas. Para Portugal, tal desempenho era significativo, não só pelo direito de apresentação como também pelo trabalho dos missionários que, evangelizando os povos que encontravam, agiam como uma força avançada no terreno, abrindo caminho para a penetração mercantil, conciliando os dois interesses de forma notável.

Como é sobejamente conhecido, os Jesuítas, bem como as outras ordens missionárias Agostinianos, Franciscanos e Dominicanos – deixando, um pouco à parte, o caso particular das Clarissas – permaneciam em Macau o tempo necessário para aprendizagem e contacto com o Oriente para depois seguirem, em maior ou menor escala, para outros portos ou lugares da zona geográfica em causa. O grande objectivo – a conversão de fiéis

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau. Prepara actualmente o seu doutoramento em História.

Graduate in History from the University of Coimbra, M.A. in Portuguese Studies from the University of Macao, currently preparing her Ph.D. in History.



– não era tarefa fácil, havendo sempre grande empenho missionário e fé no trabalho que julgavam possível.

Tanto a Companhia de Jesus em particular, como o próprio Padroado português em geral tiveram de enfrentar diversos problemas no terreno, de índole diversa, durante os séculos XVI e XVII. Numa análise muito breve, diremos que, em consequência da grande expansão dos dois países ibéricos, a Santa Sé se foi interessar pelos problemas missionários, surgindo em 1572 a Comissão Pontifícia da *Propaganda Fide*, que se transformou em Congregação em 1622. O Padroado português, basicamente apoiado pela Companhia de Jesus, entrou em choque com a referida Congregação. Essa questão agravou-se após a revolução de 1640, pois Portugal esperou 28 anos³ para ser reconhecido como estado independente pelo Vaticano, situação muito inconveniente para o país, porque não foi providenciada

a substituição dos bispos entretanto falecidos, criando um vazio que podia ser habilmente aproveitado pelos elementos da *Propaganda Fide*.

E para complicar ainda mais a situação, a França, apercebendo-se das potencialidades evangélicas no Oriente, criou a *Société des Missions Étrangères de Paris*, que se tornou subsidiária da *Propaganda Fide*. Os missionários a esta pertencentes tinham poderes muito latos, dependendo directamente de Roma, ao contrário dos seus congéneres do Padroado português, sujeitos em primeira instância à Coroa portuguesa. A luta de influências tornou-se particularmente aguda para Portugal, em virtude das dificuldades internas que o país

Macau vista do mar, ao tempo da Restauração. Reconstituição de Vicente Pacia del Prado. In C. R. Boxer, *Macau na Época da Restauração* (*Macau Three Hundred Years Ago*). Macau: Imprensa Nacional, 1942.

HISTORIOGRAFIA

atravessava. Quando, em 1668, a Santa Sé e a Espanha reconheceram a independência portuguesa, houve uma certa pausa nos atritos, pois os missionários do Padroado, principalmente os jesuítas, foram obrigados a aceitar o trabalho evangélico dos companheiros da *Propaganda Fide*.⁴

Assim passou a ter consistência a ideia que os elementos do Padroado deviam circunscrever a sua actividade missionária apenas às zonas politicamente dominadas por Portugal. E aqui tornava-se a levantar o conflito com maior força, pois os missionários da Companhia de Jesus há muito que tinham penetrado em países como a China, onde gozavam de enorme prestígio junto do imperador. Num documento de 1679 é referida a pretensão dos missionários franceses embarcarem para o Extremo Oriente através de Portugal, falando o documento em cerca de 1200 elementos prontos para realizarem a viagem.⁵ E como apenas era permitido aos habitantes de Macau irem até Cantão, o projecto consistia em chegar à cidade lusa, para, posteriormente, penetrarem em território chinês. Apesar da fonte aparentemente conter um certo exagero, o certo é que a pretensão da passagem da *Propaganda Fide* pela praça portuguesa foi um facto. Em 1697, D. Pedro II numa consulta feita ao Conselho Ultramarino abordou justamente este assunto, dando o referido Conselho parecer negativo.⁶

Para além dos atritos e concorrência da Congregação da *Propaganda Fide*, que tanta instabilidade provocava nos círculos políticos e religiosos de Macau e também de Portugal, outra questão que teve o seu início na segunda metade do século XVII e desfecho no século XVIII foi a Questão dos Ritos. Com efeito, o grande entrave à cristianização da China foi a moral confuciana, que não aceitava o casamento monogâmico, nem o celibato dos missionários. Para além disso, os Papas Inocêncio XII,⁷ Clemente XI e Inocêncio XIII condenavam vivamente algumas tradições e costumes confucianos, como o culto aos mortos. A falta de compreensão e tolerância perante uma cultura diferente deu origem a uma questão que se tornou problemática para os missionários no século seguinte.⁸

Qualquer uma das questões abordadas tinha interferência indirecta com a vida das pessoas que constituíam a comunidade de Macau. Contudo, entre elas não emergiam questões graves com a Igreja em geral. Pelo contrário, de acordo com as fontes coevas, a Igreja e as diversas ordens religiosas gozavam

da estima e colaboração das gentes de Macau. Para os missionários, a importância da cidade provinha, essencialmente, da oferta prática que poderiam alcançar no território, a começar pela poderosa casa e igreja jesuíta de S. Paulo. Esta, instalada praticamente desde início do estabelecimento, conseguiu fazer progredir a sua Ordem tanto em número de membros como em diversificação de actividades.

Em Dezembro de 1594⁹ surgiram os Estudos Gerais do Colégio de Santa Madre de Deus com as cursos de Letras, Filosofia, Casos (Moral), Direito Canónico e Teologia, que conferiam o grau de mestre em Artes aos leigos e de Filosofia e Teologia aos sacerdotes. Ali se preparavam os missionários que iriam servir no Sudeste Asiático, o que justificou uma expressão muito interessante de Domingos Maurício Gomes dos Santos, quando classificou a escola como “a primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente”. Com efeito, a preocupação jesuíta pela cultura científica e intelectual foi sempre uma prioridade. Os elementos da Companhia começavam por aprender a língua e hábitos chineses, para depois partirem para o interior da China. Assim, a cidade portuguesa servia de paragem obrigatória e, simultaneamente, de porta de entrada para a evangelização. Estes missionários, de forma lenta mas segura, souberam introduzir-se nessa zona asiática, chegando à própria corte imperial.

Num país cuja religião nada tinha a ver com o Catolicismo, à primeira vista parece estranho a existência de jesuítas junto do imperador. A referida presença na corte tinha começado umas largas décadas antes, com um dos maiores jesuítas de sempre, Mateus Ricci.¹⁰ Para melhor introduzir a Cristianismo na China, foi suficientemente expedito para ir ao encontro dos valores sínicos, fazendo-se respeitar no corte pela sua vasta e diversificada cultura. A sua forma de actuar valeu-lhe, de certa forma, o antagonismo de elementos da Companhia, como os espanhóis Juan Bautista Ribera e Alonso Sánchez, que achavam que a única forma de evangelizar os chineses era através da força, demonstrando um profundo desconhecimento da realidade sínica.¹¹ Após o falecimento de Ricci, considerou-se que era necessário continuar a presença jesuíta na corte, sendo importante o envio de mais elementos, cujos conhecimentos de matemática, astronomia e música fossem significativos.

Daí que se formasse um núcleo de missionários que gozavam da estima do imperador e prestígio dentro

HISTORIOGRAPHY

da corte. A título de exemplo, salienta-se o caso de Tomás Pereira e Kangxi, edificativo de amizade e respeito entre pessoas de culturas dissemelhantes. Ocupou o posto de vice-presidente do Tribunal de Astronomia, quando Ferdinand Verbiest tinha o cargo principal. Para além dos saberes científicos, era um excelente orador, detendo um vasto domínio no campo da música. O imperador chegou a fazer-se acompanhar pelo jesuíta numa viagem de recreio em 1685 e, em 1696, numa expedição à Tartária Oriental. Em 1688, participou, juntamente com o padre Gerbillon S. J., numa missão diplomática à Sibéria, a fim de serem delimitadas as fronteiras entre a Rússia e a China. Após o falecimento de Ferdinand Verbiest, Tomás Pereira foi nomeado para o substituir na presidência do Tribunal de Astronomia. Contudo, recusou a distinção, propondo que o lugar fosse ocupado pelo padre Filippo Grimaldi, que se encontrava temporariamente na Europa. O imperador ficou surpreendido com a recusa, mas aceitou a ideia, desde que Tomás Pereira ficasse como presidente interino, tendo como adjunto o padre Antoine Thomas.¹²

Apesar da boa receptividade deste grupo na corte, não quer dizer que desde a entrada de Ricci no início da centúria seiscentista assim tivesse acontecido. Por diversas vezes foram perseguidos e presos. Contudo, Kangxi protegeu esses religiosos desde a sua entronização, em 25 de Agosto de 1667. A curiosidade e interesse imperial pela ciência operacionalizaram o desiderato jesuíta de alcançar a corte chinesa. Tal desiderato saiu reforçado pelo descontentamento do soberano perante o trabalho realizado pelos mandarins asiáticos no Tribunal de Astronomia. A situação de tolerância

e abertura aos missionários jesuítas nos anos que se seguiram tornou-se extensiva aos clérigos de outras ordens.

Então qual foi o apoio da Companhia de Jesus a Macau e aos seus moradores? A sua acção assumiu duas vertentes: de Pequim para Macau, ou seja, do já citado núcleo jesuíta que operava na corte, e de Macau para Macau, que será dizer o auxílio dos jesuítas residentes.

Analisando o primeiro caso e tomando alguns exemplos significativos salienta-se a protecção da cidade junto das altas autoridades sínicas. Em 1661, devido à ameaça do pirata Coxinga (Zheng Chenggong 郑成功) que assolava as costas da China, provocando distúrbios e danos nos réditos imperiais, Kangxi seguiu os conselhos dos homens da sua confiança para o derrotar. A sugestão foi violenta e cruel, pois pretendia-se o recuo de todas as cidades, vilas e aldeias em cinco léguas para o interior nas cinco províncias do Sul. Obviamente, as que eram as mais atacadas devido à sua riqueza e vulnerabilidade.

Nesta atitude extrema, o imperador iria perder proventos muito altos, mas acreditou-se na sua eficácia contra o pirata e as suas poderosas hostes.

Quando o decreto chegou a Macau, em 1662, rapidamente se constatou que a cidade lusa estava abrangida por essa ordem. A partir dessa data e até 1680, tanto a comunidade de Macau como as suas ordens religiosas lutaram para que a cidade não fosse incluída nessa ordem. A situação era constrangedora, pois a comunidade residente vivia do trato, não possuindo outra forma de sobrevivência. Ou seja, recuar, seria abandonar a



O imperador Kangxi na sua biblioteca.

HISTORIOGRAFIA

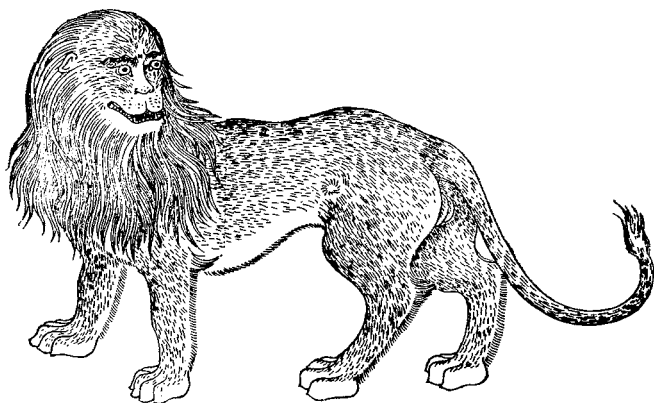
cidade, pois o interior geográfico chinês não possuía atractivos para os moradores. Então, os jesuítas da corte jogaram a sua influência para proteger a cidade lusa, tão necessária aos objectivos missionários. Aparentemente, assumiam uma atitude de não ingerência nos assuntos de natureza política, porque não podiam mover-se nesse campo sem colocarem em causa a sua própria continuação na corte. É bem provável que, apesar de gozarem de um relativo crédito junto do imperador quanto aos assuntos respeitantes a Macau, aqueles jesuítas não possuíssem amplitude de manobra, a não ser pela persuasão. Embora esta influência não possa ser negada numa análise histórica, importa ter em conta a sua relativização, porque a melhor fonte sobre o assunto são os próprios documentos jesuítas e estes podem ser olhados como portadores de um discurso tendencioso sobre o trabalho que executavam. O certo é que Macau esteve várias vezes em vias de desaparecer, sendo constantemente alvo de chantagens e extorsões por parte dos mandarins de Cantão, que exigiam dinheiro, prata ou outras ofertas, dificultando a sobrevivência da cidade. E os jesuítas da corte encontravam-se bem informados sobre os acontecimentos que ocorriam na cidade lusa porque trocavam correspondência de forma muito activa. Muitas vezes escreviam a dar notícias do que se passava na corte relacionado com o seu trabalho, enquanto outras vezes pretendiam saber notícias de Portugal. Através das cartas podemos conhecer os clérigos que estavam em Macau e por aquelas latitudes do Sudeste Asiático. Em 1668, Luigi Buglio escreveu ao padre Luís da Gama, padre visitador do Japão e da China, que se encontrava a residir em Macau, falando sobre os problemas da calendarização conseguida pelos jesuítas da corte, muito mais operacional do que a

anteriormente existente.¹³ Numa outra missiva de 24 de Agosto de 1678, Verbiest, dirigindo-se ao padre Felipe Marino em Macau, pediu novas do rei de Portugal, solicitando uma opinião dos seus companheiros da cidade sobre a admissão de chineses para a Companhia de Jesus e dizendo que enviava, juntamente com a missiva, “dois livros e apontamentos de observação astronómica”. O missionário belga era movido pela amizade ao seu companheiro de Macau, assim como pela defesa dos interesses da Companhia onde ambos tinham professado. Nestas cartas trocavam informações, notícias e preocupações que trabalhavam para apoiar Macau na corte.

A aproximação da sua actividade ao poder temporal do estabelecimento luso não era extraordinária, porque os próprios jesuítas de Macau também faziam o mesmo, sendo relativamente vulgar missionários deslocarem-se para fora da cidade ao serviço dela. A participação destes missionários na embaixada de Manuel de Saldanha (1667-1670) e na preparação da recepção da missão de Bento Pereira de Faria em Pequim (1678), foi muito evidente. Na primeira, chegaram, inclusivamente, a enviar fundos a Saldanha, quando este se encontrava em Cantão. Apoiaram a segunda com a sugestão do melhor presente para o imperador – um leão. Em Pequim, antes da chegada da missão diplomática, Buglio teve o cuidado de elaborar um panfleto sobre esse animal, com as suas características, origem, etc., para impressionar favoravelmente Kangxi.¹⁴ A ligação entre Macau e os jesuítas da corte imperial, em certas ocasiões, resultou num bom trabalho de uma equipa que lutava por objectivos diferentes, mas todos apostados na sobrevivência da cidade. Enquanto para a comunidade laica o interesse era assegurar a existência da cidade por causa do comércio, para os jesuítas era também vital a sua existência, para garantir a continuação da sua escola e consequente evangelização da China e do Sudeste Asiático.

Dentro da cidade, os jesuítas residentes eram, normalmente, umas dezenas. A despesa era suportada por donativos de benfeitores, mas igualmente por bens na posse desses missionários, que faziam investimentos. Num documento de 1690,¹⁵ o procurador da Companhia de Jesus, padre Manuel

Xilogravura do leão oferecido a Kangxi, incluída no panfleto de Luigi Buglio, *Shizi Shuo* 獅子說.



O P: Ferdinand Verbiest. Reproduzido de Jean Baptiste du Halde, *Déscription géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine et de la Tartarie Chinoise* (Paris, 1735)

HISTORIOGRAPHY



HISTORIOGRAFIA

Ferreira, pediu a D. Pedro II licença para comprarem bens que rendessem 2000 cruzados isentos de direitos para a manutenção do Colégio de Macau, referindo ainda que precisavam de 2000 cruzados para sustentar a casa. O monarca português autorizou a licença pedida, fazendo referência a que se o comércio com o Japão reabrisse os jesuítas teriam direito a 1000 cruzados.¹⁶ Num outro documento de 1693, o padre Francisco Sarmento, na qualidade de procurador da referida Ordem missionária, pediu autorização para a compra de uma aldeia na Índia que rendesse anualmente a quantia de 3000 cruzados para reverter a favor da missão na China.¹⁷ O parecer foi favorável, desde que os encargos da aldeia para com a Fazenda Real ficassem a cargo da Companhia de Jesus. Na carta do procurador foi ainda referido que, nessa data, os jesuítas no Extremo Oriente eram em número de cinquenta, auferindo um rendimento de cerca de 40 000 taéis por ano, mas que para o sustento de cada um gastavam anualmente cerca de 5000. Para colmatar a falta de dinheiro necessário para o seu sustento e, portanto, para a sobrevivência da missão na China, os jesuítas tinham de empregar parte das esmolas em bens de raiz. Para além destas cartas, há outros documentos que se referem aos bens do clero secular. É o caso de uma carta do rei D. Pedro II ao vice-rei da Índia, D. Pedro António de Noronha, conde de Vila Verde, datada de 28 de Fevereiro de 1697 onde dava ordem para que se aplicasse o rendimento de algumas aldeias para a cóngrua do bispo e de outras dignidades eclesiásticas de Macau.¹⁸

Estes exemplos acabam por ser elucidativos da inconveniência da falência de Macau para o Padroado português, pois, já em 22 de Junho de 1672,¹⁹ o príncipe D. Pedro fazia saber junto dos seus súbditos que o Papa Gregório XIV (entretanto falecido) e o Papa Paulo V, seu substituto, tinham concedido a bula da Santa Cruzada, que consistia na remissão dos pecados através das esmolas dadas pelos fiéis. Esse dinheiro iria contribuir para o sustento e defesa dos lugares cristãos em África e em outras áreas geográficas.

Do que foi exposto compreende-se que os conflitos entre o poder temporal e o poder espiritual não eram frequentes. Pelo contrário, ficou expresso o apoio recíproco entre os missionários ao estabelecimento português e à própria comunidade. Tal revelava-se através do jogo das influências ou da doação de bens materiais. De uma forma geral, a comunidade católica

respeitava os elementos da Igreja e as suas decisões. Nesse contexto, torna-se interessante analisar, de forma detalhada, o conflito que opôs Bento Pereira de Faria, ou seja, os moradores de Macau, representados pelo Leal Senado, e os jesuítas, e que adquiriu proporções invulgares na cidade em 1671.

CONFLITO COM OS JESUÍTAS

Antes de mais, convém dar algumas informações, ainda que escassas, sobre quem era Bento Pereira de Faria. Membro distinto da comunidade residente, havia sido vereador e juiz ordinário. Em 1668, foi indigitado pelo Senado para secretário da embaixada de Manuel de Saldanha, provavelmente para aquele órgão controlar o que se passava dentro do séquito diplomático e para garantir o cumprimento da entrega de um memorial que havia sido feito pela elite de Macau. Este documento apresentava uma resenha das dificuldades sentidas pelos mercadores, devido à proibição de comerciar. Não se conhecem muito mais registos sobre esta figura histórica. Apenas que nascera em Guimarães, o que faz dele um reinol, que tinha dois filhos, um deles Jerónimo que, anos mais tarde, teve um dos cargos da edilidade e que possuía casas. Não existem provas de que tenha sido um mercador. Contudo, era um homem letrado, pois a sua caligrafia bem como o conteúdo das cartas por si redigidas configuram alguém seguro de si e com conhecimento profundo da realidade onde se movia.

O conflito teve a ver com as dificuldades e os maus resultados alcançados pela embaixada a Pequim liderada pelo diplomata Manuel de Saldanha. Macau vivia tempos muito difíceis por causa da já referida proibição de comerciar. A deslocação tinha por objectivo sensibilizar o imperador para a conservação da cidade lusa e da utilidade dos mercadores lusos em continuarem a servir de intermediários entre Cantão e outras zonas do mar da China. Era absolutamente necessário, para os portugueses, que a liberalização do trato fosse reposta.

A dita embaixada regressou a Macau, vinda de Pequim, na terça-feira da Semana Santa da Páscoa de 1671, sob o comando de Bento Pereira de Faria, em virtude do falecimento de Saldanha em território chinês. O principal objectivo não tinha sido alcançado e a cidade continuava a braços com uma situação muito difícil de sobrevivência.²⁰

HISTORIOGRAPHY

O séquito diplomático havia partido para a corte imperial a 4 de Janeiro de 1670, tendo o *Libello Acusatório*, uma carta “aberta” criticando violentamente os jesuítas, sido redigido a 10 desse mesmo mês por Faria. Dada a proximidade das duas datas, conclui-se que os conflitos entre os membros da embaixada já tinham tido lugar. Contudo, o documento apenas viria a ser divulgado mais de um ano depois, só após a chegada da embaixada a Macau. Apareceu dirigido à cidade e ao povo que a constituía:

“Tinha eu determinado de presente não escrever em razão de saber que não ha todo hum zello limpeza e animo dos homens: e como o meu seja tão limpo, leal inteiro e verdadeiro que pello [...] bem e conservação dessa nobre cidade derramarei ate a derradeira gota de sangue q tiver em meu corpo [...] de falçarios traidores infames fermentidos, quando digam o contrario me pareceo significar isto q digo. Por que obras son amores y no buenas razones. Por ultima rezolução me pareceo me corria por obrigação manifestar q as avessas controversias contrariedades q esta embaixada tem padecido como pello que tenho alcançado e proximamente visto receio as cedências muito claras e manifestas padecer ainda maiores detrimientos no Pekim em razão de que os motores destas maldades tem contra sy muita costura em sima, a qual pretendem [...] o sangue deste povo,[...] escreverem que impossibilitaram o que pretendemos alcançar atendem [...] conçelhos e piores alvitres tão desordenados em que bem mostrão o dezejo e vontade que tem de que [...] em linhas se mal logrem, e não seja manifesto o que se tem e [...] vendo que é bem patente resta sempre que essa nobre cidade saiba donde se tem caindo tantos males [...].

[...] que se eu estivera lá eu seria o pregoeiro nas praças dessa cidade para que se vigiem de quem lhe tem feitos tantos males, sem embargo de que estou certo que da gente que daqui foi terão [...] largas notícias, mas não tantas como as que me são manifestas. Não tem esta nobre cidade que queixar destes barbaros chinas e Tartaros que ao fim são gentios, mas pode-se queixar do que tem haçido todos os males que pode, tendo por obrigação e profiçao andar com a verdade e não com [...] com alvitres com medos e velhacarias apregoando privanças que não tem.

Como o tempo vos hei-de mostrar e para fazer [...] o seu negócio e o seu intento mandado com nossa companhia. Então Cantão fica com quatro negociantes seus os quais e a mais [...] estão sustentando de comer.[...] além de seus quartéis tudo a custa do sangue deste miserável povo. Como verão asima ao que se presume aos negócios dos N.N. e para mais [...] senhores desta embaixada, quero dizer das disposições della [...] um dos ditos negociantes amarrados ao [...] chapa ou passaporte que levamos athe Pekim o qual devia como era justo levalo o mesmo nosso iurubaça.

Não vou mais por diante p. q. faço esta dentro na barca adonde estou já embarado (sic) ha seis dias [...] desta [...] caminhando. Foram seguindo nossa viagem com os balanços da barca me não dão lugar a ser mais largos como desejava e por remate me perdoe [...] referidos o que com minha presença e de algumas pessoas que estão nesta cidade um [...] me, [...] nome que um do N.N. mais velho o maior disse, vera que essa cidade era cidade de trampa [...] o mais que não refiro. Deus com sua infinita misericórdia se lembre dessa cidade que no que [...] está embarada (sic) digo que pellos principios se podem julgar os fins queira ele seja a medida de meu desejo. Guarde Deus a V. S. Ms. Largos anos [...] 10 de Janeiro de 1670.

Hum dos mais leais moradores desta nobre cidade

Bento Pereira de Faria”²¹

Todo o documento está em mau estado e com uma caligrafia de difícil leitura, sendo, no entanto, claras as queixas contra alguém que Faria classifica de “traidor” e “mentiroso”. Identifica-se com Macau e o bem-estar desta aparenta ser uma das suas preocupações. De acordo com a mesma, algo parece ter acontecido quando a embaixada ainda se encontrava em Cantão, provocando grande discórdia entre os membros do séquito.

Segundo o padre Francisco Pimentel, capelão da embaixada de Saldanha, após a chegada a Macau, Bento Pereira de Faria divulgou que o evento diplomático tinha falhado o seu objectivo devido à interferência dos elementos da Companhia de Jesus. Salientou aquele eclesiástico que não tinha sido apresentado, ao

1671

1.^o

Curta defesa da Comp.^a
de J. C. M. S.
Contra a Calumnia
Offerecida ao Muito Rd.^o e Vigor
do Bispo da China.
Pelos Padres da Mesma Companhia.

Averá hum anno e setto Mezes (Muito Rd.^o e Vigor) que a paciencia da Companhia Chã Catholica, ouvida sem responder, Ophendo sem se queixar as injurias Calumnias q.^{as} repetidamente lhe impoem por palavra e por Escrito Bento Fr.^o de Faria: Deixando muito a Companhia imular a seu Divino Mestre, e Capitam J. C. M. S. que as Mayores opprobrias Ophendia com admiravel e apologetica de Silencio. J. C. M. S. nulloem tuebatur, id est Miraretur Praefecti vehementer. Vendo porim Moys, que com tantos Callas, e moys Motivos a Ignorancia para Moys arguis, e qua do tanto soffrer tanta atherbimento a Malicia para Continuar suas Calumnias, julgamos q.^{ue} guardas Silencio e Moys tempo, Era Culpa: Caedat logo a Moys, jura de fuisse, obligeat.

Anad guardas Silencio dissimulando injurias e Moys tempo Moys ensina, e Spiritu Sancto, que Moys Noteira de vida spiritual, e pontua das horas, eum de Callas, outro de fallas - Tempus tacendi, Et tempus loquendi. Ja passou o tempo, e amanece de Callas, onde Moys servio de viratilis aperiencia: Tu chegado o tempo, e amanece de fallas, onde Moys viratilis de Noite opela de Gloria de Deo. Quem sabe discernir? Chas Monopos (e de Moysmo Spiritu Sancto) e Chas. Callas ate seu tempo, Moys na e sempre. E como Sapientia celebrat eum ad tempus. Eccl.^o 2.^o - Esta doutrina confirmada com sua e Templo de Santo Tob, e Profeta Elias, e o e probabile e Chas, que Moys sempre foram Chas Moys de fuisse, Moys

HISTORIOGRAPHY

imperador, o memorial relativo à situação económica da cidade e que Faria distribuía pela cidade o *Libello*, facto que enfurecera os jesuítas.²² Assim estes, em 1671, resolveram responder também publicamente com uma *Réplica* com numerosas páginas, a que chamaram *Justa Defesa da Comp^a de Jesus Contra a Calumnia Offerecida ao Muito Rd^o P^e G^o do Bispado da China Pelos Padres da Mesma Companhia*.

Para compreender o conteúdo desta *Réplica*, torna-se necessário ter presente o *Libello*, pois é uma análise da carta de Faria, assim como do seu autor. Os jesuítas começam por dizer que havia um ano e sete meses que a Companhia de Jesus era caluniada por Bento Pereira de Faria, sem nunca lhe terem dado qualquer resposta. Isto prova que, de facto, a carta do autarca já estava a ser comentada muito antes da sua aparição física entre a comunidade. Na opinião dos missionários, o silêncio era a melhor atitude, porque era assim que “Jesus respondia às afrontas”. Contudo, o silêncio estava a dar azo, entre a comunidade, a atrevimentos e malícias, com novas calúnias ao bom nome da Companhia de Jesus.

Face aos rumores difamatórios, os missionários tiveram a preocupação de defender a imagem da Companhia, demonstrando particular atenção à questão de como seriam recebidos pelos fiéis se fossem considerados publicamente “infames, falsários e fementidos”. Dentro desse contexto, nas três primeiras páginas dão uma larga justificação da razão da resposta. Preocupava-os o crédito da Companhia junto das pessoas, isto é, dos fiéis, pois todo o seu trabalho missionário poderia ficar comprometido, havendo necessidade de calar as suspeitas. Para eles, Bento Pereira de Faria escrevera o *Libello Infamatorio*²³ com o único propósito de se publicar em Macau e atacar a Companhia de Jesus. Com a atitude, incorrera na pena de excomunhão maior reservada ao Papa. Para o castigo ter lugar, caberia ao reverendo governador dos religiosos²⁴ a denúncia da acção de Faria.

E a situação era de facto séria, porque Bento Pereira de Faria tinha lido o *Libello* em sessão camarária, numa reunião alargada aos homens-bons e membros do governo,²⁵ assim como tinham sido feitas várias cópias, das quais uma “autenticada”²⁶ tinha chegado às mãos dos jesuítas. Seria natural que as pessoas acreditassem,

se tomassem em linha de conta que esta pessoa tinha sido o secretário da embaixada e que deveria ter tido acesso a informações confidenciais.

Desta forma, a *Réplica* analisa, ponto por ponto, o *Libello Infamatorio*, fazendo observações muito críticas em relação a Faria e diversas reflexões sobre a lealdade do representante do Leal Senado à Companhia de Jesus. Simultaneamente, no discurso emotivo de defesa, apontam para muitos pormenores da vivência dos moradores de Macau que, em última análise, fornecem aos historiadores informações interessantes sobre o comportamento político e relações entre os membros da comunidade.

*O certo é que Macau
esteve várias vezes em
vias de desaparecer, sendo
constantemente alvo
de chantagens e extorsões por
parte dos mandarins
de Cantão, que exigiam
dinheiro, prata ou outras
ofertas, dificultando a
sobrevivência da cidade.*

Acusam Faria de ter escrito uma carta,²⁷ de Cantão, a Aires de Oliveira Aranha, irmão de Manuel de Oliveira Aranha, a dizer que tinha notícias que os jesuítas pretendiam obter uma provisão para o Camboja a favor de Carlos da Rocha²⁸ em detrimento de Manuel de Oliveira Aranha. Sobre este acto, os jesuítas não só afirmam ser falso, como acusam Faria de tentar indispor os dois irmãos contra a Companhia de Jesus, concluindo que, para além dos problemas criados em Macau, ainda pretendia dificultar a vida dos portugueses no Camboja.²⁹ Este aspecto da *Réplica* torna-se particularmente interessante, pois mostra a competição que existia dentro da própria comunidade mercantil residente. As informações a que Faria tinha acesso no seu papel de vereador poderiam ser utilizadas num ou noutro sentido, dando origem a situações onde

Primeira página da *Justa Defesa da Comp^a de Jesus Contra a Calumnia Offerecida ao Muito Rd^o P^e G^o do Bispado da China Pelos Padres da Mesma Companhia*.

HISTORIOGRAFIA

os burocratas – como era o caso de Faria – intervinham de ânimo próprio em actividades que tinham lugar na cidade. Analisando a massa documental coeva descobre-se que a importância do vereador não provinha de riquezas ou bens resultantes do comércio, mas do cargo que ocupava, principalmente porque dominava a escrita e, por conseguinte, interpretava as leis e outras indicações emanadas da Coroa. E, pelo tipo de críticas e acusações contidas nos dois documentos, é de salientar que, de parte a parte, não existia temor pelo adversário ou subserviência. Se o *Libello* é directo no conteúdo, a *Réplica* evoca variadíssimas razões para a defesa, incluindo aspectos que, aparentemente, nada tinham a ver com o caso.³⁰

A ligação entre Macau e os jesuítas da corte imperial, em certas ocasiões, resultou num bom trabalho de uma equipa que lutava por objectivos diferentes, mas todos apostados na sobrevivência da cidade

Na continuação da sua análise é reconhecido o padecimento da embaixada de Saldanha, afastando, obviamente, a responsabilidade do insucesso aos jesuítas. Salientam que o bom êxito da mesma – leitura muito discutível em virtude de não ter conseguido a abertura do comércio, facto a que se propusera desde início – se devia exclusivamente aos jesuítas, citando o testemunho do falecido embaixador, em carta datada de 24 de Agosto de 1670, aparentemente redigida próximo de Pequim.³¹ Ao contrário do *Libello*, que nem sequer os nomeava, a carta de Saldanha era-lhes claramente dirigida.³² E terminam a observação com a seguinte pergunta: “entre os dois documentos, a qual dar mais crédito? A um que atacou sem citar nomes ou a outro que elogiou indicando as pessoas visadas?”

No conflito ainda foram mais longe, chamando a atenção para a importância da tradução da carta de D. Afonso VI para o imperador chinês feita pelos padres jesuítas de Cantão, pois sem esta tradução “trabalhada” não teria sido possível a boa aceitação da embaixada

em Pequim.³³ Contrariamente ao que sempre fizeram por Macau, referem que quem “chupou” o sangue da cidade tinha sido Bento Pereira de Faria, pois havia recebido do orçamento da Câmara 15 000 taéis³⁴ no espaço de três anos. Para provar o que diziam, salientam os registos camarários, onde se poderia comprovar ter sido o Leal Senado um bom sustento para o vereador e sua família. Apontam para outra carta escrita pelo embaixador ao padre Luís da Gama, em 1 de Setembro de 1669,³⁵ onde o diplomata tecia um rasgado elogio à Companhia de Jesus, questionando se atacar os jesuítas não seria o mesmo que pôr em causa a figura de Adam Schall (1591-1669). A citação, aparentemente fora de propósito, devia-se ao facto deste jesuíta ter sido o responsável pelo falhanço da embaixada holandesa. Com efeito, o padre, antes de cair em desgraça, tinha conseguido gorar a embaixada dos holandeses, contando ao imperador que eram piratas e desleais ao seu rei,³⁶ impedindo igualmente o estabelecimento de três feitorias holandesas na China.³⁷

Numa outra frase do *Libello*, “resta somente que esta nobre cidade saiba donde lhe tem vindo tantos males e tantas ruínas”, os autores da resposta a Bento Pereira de Faria chamam a atenção para a palavra “somente”, salientando mais uma vez as palavras do embaixador Saldanha sobre os jesuítas e o muito que Macau devia a estes missionários, nomeadamente, a sua existência enquanto cidade.³⁸ O comentário é particularmente interessante, pois, de facto, a Companhia de Jesus, através dos seus vários elementos em Macau ou em Pequim, tinha apoiado muito o estabelecimento luso.

A *Réplica* ainda faz a transcrição de uma carta escrita por Bento Pereira de Faria em 20 de Maio de 1665, seis anos antes desta polémica, onde elogiava os padres jesuítas, jurando na missiva dizer a verdade e invocando os Santos Evangelhos.³⁹ Para os ofendidos, nessa carta Faria falara na qualidade de juiz ordinário, enquanto, no caso presente, pretendia falar como caluniador. Neste caso, obviamente, os subscritores da *Justa Defesa* pretenderam chamar à atenção para as divergências de opinião sobre o mesmo assunto, mas sem tomarem em linha de conta o contexto em que as situações tinham ocorrido.

O P: Adam Schall. In Athanasius Kircher, S. J., *China monumentis qua sacris qua profanis, nec non variis naturae et artis spectaculis, aliarumque rerum memorabilium argumentis illustrata*, Amsterdão, 1649.



HISTORIOGRAFIA

Repudiando as acusações que lhes eram dirigidas, atribuem responsabilidades pela situação caótica de Macau aos chineses tártaros, que tinham ordenado o encerramento do comércio, às constantes extorsões de dinheiro, ao impedimento de andar nos mares, etc. Perante as acusações a que haviam sido sujeitos, observam serem eles quem mais teria a perder com o desaparecimento de Macau. Terminam o seu raciocínio dizendo “Que perdia Bento Pr^o quando muito as paredes de suas casas”.⁴⁰ A frase torna-se significativa porque revela que o ex-secretário da embaixada não era dono de navios nem comerciante. E continuam a sua defesa, justificando que eles, em contrapartida, perderiam duas províncias inteiras, com grandes colégios, casas e residências. Com este argumento em sua defesa, os jesuítas mostram a sua preocupação pelos bens materiais que lhes rendiam proventos significativos e não apenas pelo interesse evangélico.

*a Réplica analisa,
ponto por ponto,
o Libello Infamatorio,
fazendo observações muito
críticas em relação a Faria
e diversas reflexões sobre
a lealdade do representante
do Leal Senado
à Companhia de Jesus.*

Continuando o discurso argumentativo, os missionários indicam o conde de S. Vicente,⁴¹ vice-rei da Índia, como profundo conhecedor do zelo apostólico jesuíta, porque sabia do seu trabalho e mais, que a comunidade, por diversas vezes, se tinha socorrido dos jesuítas para se livrar de apertos económicos. Citam, como exemplo, o caso do padre Tomás Valgarneira, visitador daquelas províncias, que, quando se encontrava no Sião, recebera pedidos do vice-rei para usar da sua influência junto do monarca daquele país no sentido de obter socorro económico para Macau,⁴² salientando que, no ano de 1666, fora solicitada ajuda à Companhia de Jesus, em carta escrita a 4 de Março

desse ano. Era, então, capitão-geral Simão Gomes da Silva, tendo o padre Tomás Valgarneira conseguido, junto do rei do Sião, um apoio financeiro de 30 000 patacas para socorrer Macau.⁴³

Depois da análise do conteúdo da carta escrita por Faria, os missionários escrevem três “proposições”, explicando por que consideram o *Libello* um documento difamatório para os jesuítas:

- Na primeira, justificam a definição legal de “infamatório”, concluindo que o termo se aplica ao caso. Com efeito, segundo afirmam, Faria não só escrevera a carta contra eles como teria feito cópias para serem lidas por elementos do governo e até por particulares. Com esta atitude ofendera o bom nome da Companhia e o trabalho por ela realizado até então.

- Na segunda “proposição” afirmam que quem difamar os missionários da Companhia de Jesus “incorre *ipso facto* em excomunhão maior reservada ao Papa”, segundo uma bula de Alexandre IV, renovada por Paulo III em 1549. Com efeito, a injúria a missionários pregadores incorria nesta pena e, para eles, Bento Pereira de Faria havia cometido uma falta abrangida pelo disposto naquela bula. Os caluniadores só poderiam ser absolvidos se se apresentassem pessoalmente na Santa Sé, em virtude da ofensa ser extensiva à Igreja, enquanto comunidade.

- Na terceira “proposição” são mais radicais, porque tentam provar que, incorrendo Bento Pereira de Faria na pena de excomunhão, o governador do bispado deveria declarar esse facto.⁴⁴ Assim, evocam as bulas de Paulo III, Júlio III, Gregório XIII e Gregório XIV, que haviam dado à Companhia de Jesus os mesmos privilégios que às outras ordens religiosas. Um destes era a censura aos opositores, pela qual podiam pedir ao padre governador do bispado o castigo para o difamador. Ao abrigo do direito canónico, como a atitude fora contra missionários, o castigo devia ser por açoites, seguidos de excomunhão. Mas, no entanto, à luz do direito civil, Faria incorrera na pena de morte. Como este castigo deixara de estar em “uso”, então a pena a aplicar seriam os tais açoites, condenação às galés ou degredo.

A *Justa Defesa* justifica ainda a intervenção do Santo Ofício neste assunto. Para os missionários tornara-se legítima a intervenção da Inquisição, pois a atitude do vereador/embaixador fora de incentivo à amotinção da cidade contra a Companhia de Jesus,

HISTORIOGRAPHY

o que constituía prova de heresia. A pretensão era legitimada,⁴⁵ segundo estes padres, pelas bulas dos Papas referidos. Para a justiça ter lugar, os missionários eram de opinião que se deveria queimar publicamente o referido documento, com a consequente excomunhão do seu autor.

REACÇÃO DE BENTO PEREIRA DE FARIA

Segundo as datas contidas na *Justa Defesa*, esta foi tornada pública em finais de 1671, princípios de 1672. Nessa época, Bento Pereira de Faria já se encontrava em Goa, não só para entregar a carta do imperador Kangxi dirigida ao rei português D. Afonso VI⁴⁶ como para solicitar apoio para uma nova missão diplomática a Pequim, que deveria tratar de assuntos respeitantes à sobrevivência económica da cidade de Macau. Assim, sobre o tema em estudo, aparece outro documento datado de 14 de Novembro de 1678,⁴⁷ subscrito por Faria e já depois da sua ida a Pequim, onde se identifica como um dos mais leais da cidade de Macau e onde refere o êxito da sua missão diplomática, realçando o bom trabalho dos elementos da Companhia de Jesus.⁴⁸ Ainda numa outra carta subscrita pelo padre Rodrigo Tomé de Azevedo, de 4 de Fevereiro de 1679,⁴⁹ há a referência a ter recebido, em 12 de Janeiro de 1679, uma carta de Faria de 14 de Novembro de 1678, onde o signatário fazia referência ao bom trabalho que os missionários obravam pela conservação da cidade e, segundo observação do padre, ser a carta de Faria tão “fiel e verdadeira” que os jesuítas lhe davam todo o crédito.

Perante estas missivas conclui-se que Faria teria politicamente mudado de atitude para com os referidos missionários, pois o conteúdo da carta é completamente contraditório com o do *Libello*. O contexto político já era diferente e a boa relação com a Companhia de Jesus era fundamental para uma boa convivência na cidade de Macau.

Em 1680, após a missão diplomática a Pequim, Faria escreveu uma carta ao provincial da Companhia de Jesus,⁵⁰ onde diz que, em 24 de Junho de 1680, participou numa reunião com os ministros do governo, capitão-geral e com o padre governador do bispado na qual tinha mostrado uma cópia da carta que tinha escrito de Cantão para o mesmo provincial, assim como dera larga informação sobre o bom trabalho que os jesuítas tinham desenvolvido em favor de Macau, realçando o facto da cidade dever muito a estes missionários, não só

por essa vez, como também por muitas outras. Refere ainda que, na época de Saldanha, os jesuítas haviam sido julgados erradamente, devido ao facto de muitos portugueses desconhecerem os costumes e hábitos da corte chinesa. Terminava, dizendo que tinham sido bem recebidos e fazendo um agradecimento ao padre Sebastião de Almeida, visitador da Companhia de Jesus.

Pelos inúmeros elogios dirigidos à Companhia de Jesus, e pela referência ao acontecido na embaixada de Saldanha, a carta aparenta ser um pedido público de desculpas. Segundo este documento, os agradecimentos aos jesuítas foram feitos em reunião de Câmara, tendo Bento Pereira de Faria assumido o compromisso de fazer chegar ao vice-rei de Goa e ao príncipe D. Pedro informações sobre o muito que a Companhia de Jesus tinha feito pela conservação de Macau.

Apesar da comunidade jesuíta depender da continuidade do estabelecimento português em Macau, para os moradores e governo local a presença dos jesuítas era igualmente fundamental. Os missionários estavam em pontos estratégicos de forma a operarem um jogo de influências que em tudo protegia a cidade e os seus residentes. A falência da presença de um podia significar a falência do outro. Daí que a polémica entre os jesuítas e Bento Pereira de Faria tenha constituído um confronto único entre o poder eclesiástico e o poder municipal. Com efeito, apesar de o *Libello* estar assinado apenas por Faria, este deve ter sido apoiado por um vasto sector da comunidade macaense, nomeadamente o mercantil, que se sentira defraudado com o desfecho da embaixada de Saldanha. E o confronto deve ter tido um certo impacto na sociedade, pois os jesuítas viram-se obrigados a responder ponto por ponto às acusações de Faria. Numa época de desespero, de sobrevivência difícil, torna-se facilmente compreensível a polémica gerada por este caso.

Aparentemente, a excomunhão de Faria não passou de proposta, pois não foi encontrado qualquer documento a confirmar esta pretensão jesuíta. Os documentos que fundamentam este confronto histórico resumem-se aos próprios escritos das partes envolvidas e às cartas redigidas por Faria, acima citadas. Se Goa teve conhecimento, como a *Justa Defesa* aponta, esse conhecimento não aparece referido na documentação existente, o que pode significar uma política de não ingerência do poder central num assunto sensível que envolvia o poder eclesiástico. **RC**

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*, p. 16. Definição de Padroado, segundo o actual Direito Canónico de 1917.
- 2 *Ibidem*. Portugal, à semelhança de outros padroeiros, podia perder este direito desde que incorresse nas proibições estipuladas pela própria Igreja como, por exemplo, abandono ou renúncia, heresia do padroeiro, etc.
- 3 A. da Silva Rego, *O Padroado Português do Oriente*, p. 78.
- 4 Estes foram enviados para as terras do Padroado após a morte em 1656 de D. João IV. O monarca opusera-se à ida destes missionários por ter consciência que haveria choque de interesses. Como a Santa Sé não reconhecia a independência do país, D. João IV e os seus representantes não eram escutados. A. da Silva Rego, *O Padroado Português no Oriente*..., p. 48.
- 5 Arquivo Histórico de Macau [AHM], Mic. C0590, doc. de 28 de Dezembro de 1679.
- 6 AHM, Mic. C0628, cx. 2, doc. n.º 20.
- 7 Papa em 1695. Os outros Papas referidos são do século seguinte.
- 8 Benjamim Videira Pires, *Os Extremos Conciliam-se*, p. 67 e *passim*. Este assunto vai ter o seu epílogo em 1742, quando o Papa Bento XIV confirma a proibição de Inocêncio XIII de serem enviados mais missionários para o Extremo Oriente.
- 9 Benjamim Videira Pires, *Os Extremos Conciliam-se*, p. 41.
- 10 A propósito deste homem, veja-se o que diz António Carmo, “Mateus Ricci (1552-1610), nascido exactamente no ano que morreu Xavier, como dois elos da mesma cadeia, é uma das maiores figuras da história da Igreja da China, aliando a um incansável zelo apostólico, uma vastíssima cultura e uma visão lúcida da sociedade chinesa e dos seus valores. Começando por se vestir de bonzo, para marcar o carácter espiritual, da sua missão, cedo percebeu que os valores dominantes eram os da cultura e trocou as vestes de bonzo pelas de letrado confucionista, em 1594 (Ricci tinha muito mais interesse pelo Confucionismo, que considerava o suporte da sabedoria chinesa, do que pelo Budismo ou taoísmo)”, in *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático. Que futuro?*, p. 175.
- 11 *Ibidem*, p. 175.
- 12 Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, p. 17.
- 13 Todas as cartas que a seguir são citadas estão no AHM, Mic. C0588.
- 14 Anabela Nunes Monteiro, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria - 2.ª Metade do Século XVII*, p. 145.
- 15 AHM, Mic. C0628, cx. 2, doc. n.º 12.
- 16 A referência está pouco clara, porque não se percebe bem se os jesuítas teriam direito a mil cruzados ou a investirem nesse comércio até essa quantia.
- 17 AHM, Mic. C0628, cx. 2, doc. n.º 16.
- 18 AHM, Mic. C0628, cx. 2, doc. n.º 21. Os documentos n.ºs 25, 26, 27 abordam o mesmo assunto.
- 19 AHM, Mic. 014, LR 307, doc. de 22 de Junho de 1672.
- 20 A polémica que se seguiu, comprovada com meia dúzia de documentos foi referida de forma sumária por C. R. Boxer em nota de rodapé em *Ásia Sínica e Japónica*, vol. II, p. 84, e Jorge Santos Alves na obra “Natureza do primeiro ciclo de diplomacia luso-chinesa (sécs. XVI-XVIII)”, p. 212.
- 21 BA, Colecção Jesuítas na Ásia, Mic. Cód. 49-V-15.
- 22 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*, p. 33.
- 23 Designação dada pelos jesuítas.
- 24 Aparentemente, referiam-se ao bispo de Macau.
- 25 Capitão-geral, vereadores, juizes, etc. A acta desta reunião não foi encontrada nos Arquivos.
- 26 Possivelmente pretendem dizer que estava assinada pela pessoa que a escreveu (ou seja Bento Pereira de Faria). As reuniões alargadas do Leal Senado incluíam sempre os membros do Clero; assim sendo, os jesuítas devem ter tido o primeiro contacto com o *Libello* na reunião citada.
- 27 Não foi encontrada nos Arquivos.
- 28 Se é um morador ou pessoa ligada a Macau, o seu nome nunca aparece referido em qualquer documentação.
- 29 *Replica Jesuíta*, fl.423.
- 30 Entrega do Memorial, preparado em Macau sobre as dificuldades de Macau em Pequim.
- 31 Se esta carta existe, foi escrita três dias antes de iniciarem o regresso para Macau. Não foi encontrada em nenhum dos Arquivos consultados.
- 32 De facto, é verdade. No *Libello*, o nome dos Jesuítas não é referido uma única vez. Faria fala sempre contra alguém, sem citar nomes, mas obviamente refere-se a estes missionários.
- 33 Mais uma vez está a ser referido o assunto do comércio em Macau. Na verdade, os padres de Cantão aconselharam a retirar da missiva real o tal parágrafo que solicitava benesses para a cidade.
- 34 Não foram encontrados os referidos livros nem outros com os salários dos elementos da edilidade. Os documentos que, por vezes, referem vencimentos são as actas das reuniões da instituição, sem contudo indicarem o montante.
- 35 Esta carta existe e foi publicada no trabalho C. R. Boxer, Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada*, p. 71.
- 36 À semelhança do que aconteceu com o rei português D. Afonso VI, que foi destronado e passou o resto da sua vida em clausura, tendo sido substituído pelo seu irmão D. Pedro, a Holanda viveu uma situação idêntica no século XVII. É interessante que Adam Schall se tenha servido desse argumento para denegrir os holandeses, pois os portugueses vão ter sempre uma grande preocupação em esconder a sua própria situação aos chineses.
- 37 A embaixada holandesa referida é a de 2 de Setembro de 1655. Videira Pires, *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*, p. 34. A afirmação sobre a importância de Schall nesse assunto pode ser uma força de expressão, porque o verdadeiro motivo já foi referido neste artigo. No entanto, é possível que o referido jesuíta tivesse dado uma opinião negativa quando consultado sobre o assunto na corte imperial.
- 38 Estão a referir-se ao decreto imperial de 1662.
- 39 Não foi encontrada nos Arquivos, apenas existindo um excerto (parte final da missiva), in *Replica*, fl. 427v.
- 40 *Replica Jesuíta*, fl. 430v.
- 41 A *Replica* dá a entender que o vice-rei teve conhecimento do documento feito por Faria.
- 42 Esta situação é interessante, porque a carta encontrada nos Arquivos a pedir o empréstimo está datada de 21 de Fevereiro de 1669 (AHM, Mic C0568, doc. n.º 32). Para além desta carta, encontra-se uma outra, datada do mesmo dia, doc. n.º 33, que é a cópia de uma carta escrita pelo embaixador ao feitor no reino do Sião, a pedir mil cates de prata para a conservação da cidade e garantia da liberdade de comércio até então proibido. Noutras duas, no mesmo microfilme (docs. n.ºs 28 e 30), Saldanha nomeia Miguel Grimaldo e Manuel Leal da Fonseca como sendo seus enviados ao rei do Sião, notificando o capitão-geral de Macau, D. Álvaro da Silva, para que este dê o seu apoio as estes dois moradores da cidade. A carta que a *Replica* refere não foi encontrada, nem a alusão ao padre Tomás Valgarneira aparece noutros documentos como estando ligado a este assunto.
- 43 Biblioteca da Ajuda, Colecção “Jesuítas na Ásia”, Mic. 49-V-16, *Réplica Jesuíta*, fl. 432v.

HISTORIOGRAPHY

- 44 Era governador do bispado de Macau D. João Casal, tendo sido o primeiro bispo da cidade, pois os seus antecessores foram bispos do Japão ou da China residentes em Macau. C. R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*, p. 173.
- 45 Transcrevem citações que, aparentemente, são extraídas de documentos do Vaticano para provarem o seu ponto de vista.
- 46 Oficialmente quem governava o país era D. Afonso VI, mas, na realidade, há muito que tinha sido substituído pelo seu irmão e futuro herdeiro da coroa, D. Pedro.
- 47 AHM, Mic. C0589.
- 48 O traslado está certificado pelo tabelião público de Macau nessa época, Manuel Leitão.
- 49 AHM, Mic. C0589.
- 50 AHM, Mic. C0589. É um traslado autenticado em Dezembro de 1680 e a “justificação” está assinada por João Fernandes de Carvalho. Aparentemente, foi redigida em 1680 e o original mandado para Goa.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

Arquivo Histórico de Macau (AHM)

- * Mic. 014, LR 307, doc. de 22 de Junho de 1672.
- * Mic. C0083, pp. 106 e ss.; “Memorial Apologético”, pp. 76 e ss.
- * Mic. C0568, doc. n.º 32.
- * Mic. C0588, doc. de 21 de Novembro de 1680; doc. de 22 de Setembro de 1688; doc. de 1681.
- * Mic. C0589, doc. de 14 de Outubro de 1678 e doc. de 22 de Dezembro de 1681 e seguintes; docs. de 1683; doc. de 22 de Fevereiro de 1688.
- * Mic. C0590, doc. de 28 de Dezembro de 1679.
- * Mic. C0628, cx. 2, docs. n.ºs 12, 16, 20, 21, 25, 26 e 27.

Historical Archives of Goa (HAG)

- * Correspondência de Goa-Macau, cód. 1265.

Biblioteca da Ajuda (BA)

- * “Jesuítas na Ásia”, Mic. Cód. 49-V-15; Mic. 49-V-16, “Replica Jesuíta”, fl. 432v e ss.

Fontes impressas

- Maria, José de Jesus, *Ásia Sínica e Japónica*. Edição de C. R. Boxer. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 2 vols., 1988.
- Navarrete, Domingo Fernández, *Tratados Historicos Politicos, Ethicos y Religiosos de la Monarchia de China*. Madrid: Imprenta Real, 1676.
- Pimentel, Francisco, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*. Edição de C. R. Boxer e J. M. Braga. Macau: Imprensa Nacional, 1942.

Estudos

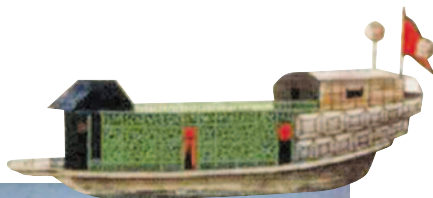
- Alves, Jorge Manuel dos Santos, “Natureza do primeiro ciclo de diplomacia luso-chinesa (sécs. xvi-xviii)”, in António Vasconcelos de Saldanha e, Jorge Manuel Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, Séculos XVI-XIX*. Macau: Livros do Oriente, 1996, pp. 179-218.
- Boxer, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
- Carmo, António, *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático. Que futuro?* Macau: Fundação de Macau /Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1997.
- Monteiro, Anabela Nunes, *Macau no Tempo de Bento Pereira de Faria - 2.ª Metade do Século XVII*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Macau, 1998 (texto policopiado).
- Petech, Luciano, “Some remarks on the Portuguese embassies to China in the K’ang-Hsi period”. In T’oung Pao, 2.ª série, n.º 44, Kraus Reprint, 1956, pp. 227-236.
- Pires, Benjamim Videira, *Os Extremos Conciliam-se*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
- , *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1994.
- Pisurlencar, Panduroga, *Roteiro dos Arquivos da Índia Portuguesa*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1955.
- Rego, António da Silva, *O Padroado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- , *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.
- Rodrigues, Francisco, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990.

Comércio de Importação e Exportação em Macau, dos Finais da Dinastia Ming ao Declínio da Dinastia Qing

Mercadores Portugueses, Outros Europeus e Chineses

RUI D'ÁVILA LOURIDO*





As peculiares condições geo-históricas de Macau motivaram a permanente dependência da cidade face à China para a sobrevivência diária da sua população, visto que a esmagadora maioria dos produtos alimentares eram trazidos principalmente pelos chineses das proximidades. Esta circunstância foi aliás um instrumento político decisivo nas mãos das autoridades chinesas. Neste contexto Zhang Minggang 张鸣冈, vice-rei de Guangdong e de Guangxi, em 1614 escreveu ao imperador referindo-se à sua capacidade de controlar os moradores de Macau: “eles têm uma dependência absoluta de nós no que diz respeito aos víveres. Mal tivessem qualquer intenção anormal, poderíamos dar-lhes um xeque-mate com o corte do abastecimento diário”.¹ A dependência era igualmente completa no que toca às matérias-primas e aos sofisticados produtos chineses para abastecer o comércio português de exportação da China para os mercados asiáticos e europeus, que eram a razão de ser de Macau. O viajante italiano Marco d’Avalos, um observador atento da cidade de Macau e do seu comércio, em 1638 refere: “Dentro dos limites da cidade não são manufacturados produtos ou tecidos, e tudo o que é necessário para estas viagens (de exportação) tem de ser trazido de Cantão em juncos e outros navios.”²

Contudo, apesar dos riscos, os grandes lucros obtidos pelos primeiros mercadores portugueses no comércio com a China motivaram a sua fixação em diferentes estabelecimentos no litoral da China e, posteriormente, estiveram na origem de Macau. Este artigo pretende analisar os agentes deste tráfico mercantil – os grandes mercadores de Macau, saber quem eram, a forma como e onde actuavam.

Guangzhou. Artista chinês anónimo., Óleo sobre tela, c. 1880.
(Museu de Arte de Macau).

* Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa nos séculos XV-XVIII (Universidade Nova de Lisboa). Investigador do Instituto Universitário Europeu em Florença (1995-2002), prepara o seu doutoramento. Presidente do Observatório da China; Director Cultural da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

M.A. in History of the Age of Discovery and the Portuguese Expansion during the 15th-17th centuries (Lisbon's Universidade Nova). Researcher at the European University Institute in Florence (1995-2002), he is currently preparing his Ph.D. Chair of the China Observatory and, since 2008, Cultural Director of UCCLA (Union of Portuguese-Speaking Capital Cities).

HISTORIOGRAFIA

GRANDES MERCADORES PORTUGUESES

Naturalmente que em Macau os grandes mercadores portugueses foram o grupo social dominante, mas nada seriam sem a participação dos mercadores chineses que foram indispensáveis interlocutores, intermediários e parceiros mercantis. Assim, abordaremos primeiramente os mercadores portugueses e seguidamente os chineses.

Após a viagem à China de Jorge Álvares em 1513, os portugueses comprovaram pessoalmente a excelente rentabilidade do comércio com o Império do Meio. Inúmeros mercadores e aventureiros portugueses passaram a frequentar e a comerciar na costa da China, quer integrados nas viagens oficiais, quer a título privado. Na década de 70 do século XVI já uma comunidade de mercadores se tinha instalado em Macau e levantado uma cidade portuguesa, base das suas actividades mercantis como intermediários do comércio da China com o Japão, com a Ásia de Sudeste e com a Índia. Com o decorrer do século XVI, as viagens do “Estado Português da Índia” evoluíram, em geral, de monopólio régio, na fase inicial, para um regime de concessão de viagens a indivíduos ou instituições, progressivamente após os anos 1550-1560, e que se encontrava já nitidamente generalizado nas décadas de 60-70 do século XVI.³ Com a retirada progressiva do “Estado Português da Índia” da exploração directa das carreiras marítimas em favor de particulares, que, por mérito ou compra, são “providos” com o direito de explorar essas viagens, assiste-se provavelmente a um acentuar do carácter “monopolista” das viagens concedidas, em virtude dos privilégios obtidos pelo seu capitão. Entre estes privilégios, conta-se o de exercer a jurisdição portuguesa sobre os outros navios e mercadores. Até à nomeação do primeiro governador de Macau (D. Francisco de Mascarenhas em 1623), era o capitão da viagem da China e Japão, enquanto permanecesse no porto de Macau, quem exercia a jurisdição portuguesa. O capitão provido numa viagem do “Estado Português da Índia” tinha o privilégio de ser o primeiro a carregar e descarregar as suas mercadorias, o que lhe permitia uma vantagem assinalável no controle de preços e na escolha das melhores mercadorias. Por outro lado, quando lhe era dado o direito de exclusividade na viagem, um dos seus privilégios mais rentáveis era a exploração em seu proveito dos fretes pagos pelos navios de outros mercadores que acompanhassem o seu navio quer na ida quer na torna-viagem na viagem.⁴

A comunidade europeia ligada ao comércio marítimo compreendia a esmagadora maioria das famílias de portugueses, reinóis (nascidos em Portugal) e “casados”, sendo que algumas fortunas ascendiam a mais de 50 mil xerafins. Por volta de 1635 às actividades náuticas estavam ligados directamente cerca de 150 marinheiros, pilotos e mestres de navios.⁵ Em Macau, em 1640 o número de casados portugueses ascendia a 600, com 600 filhos aptos para o serviço militar; mais 500 casados e soldados naturais de Macau, 5 000 escravos e 20 000 chineses.

Muitos dos mercadores independentes de Macau eram antigos oficiais ou soldados portugueses, que, após deixarem o serviço nos estabelecimentos ou armadas portuguesas no Oriente, se iam estabelecer em Macau, onde vinham a constituir nova família e se enraizavam na nova cidade e nas suas redes mercantis, sociais e políticas. Esta saída frequente de marinheiros, soldados e funcionários do serviço activo, por iniciativa pessoal, para se dedicarem à procura de fortuna fora do controle do “Estado Português da Índia”, veio motivar inclusive regulamentação régia limitativa da deserção dos seus funcionários militares e administrativos, tentando impedir o abandono das suas funções antes do tempo da sua missão, nomeadamente dificultando a sua saída dos navios em que viajavam antes de chegarem aos portos de destino.⁶

Os jesuítas foram igualmente activos intervenientes na estrutura mercantil que os portugueses montaram no Oriente e, em particular, em Macau. Investiram directamente nas viagens da rota da China e Japão para financiar o seu empreendimento missionário no Japão. Participaram na importação das sedas e porcelanas e outros preciosos produtos chineses, tendo-lhes sido inclusive reservado oficialmente durante muito tempo uma parte deste comércio. Simultaneamente com aquela actividade missionária e mercantil, os jesuítas e em especial a Santa Casa da Misericórdia desempenharam actividades financeiras, algumas embrionárias do tipo bancário, como a gestão e envio de capitais de portugueses que morriam no Oriente (responsabilizando-se pelo seu espólio) às famílias, estivessem elas no “Estado Português da Índia”, ou em Portugal.⁷

A comunidade portuguesa de Macau não era um grupo social homogéneo. Os reinóis, ao se integrarem na cidade de Macau, casando integravam o grupo mais vasto dos “casados” (que compreendia

HISTORIOGRAPHY



Embarcação da alfândega de Macau. Gravura publicada em *Album pittoresque d'un voyage autour du monde exécuté par ordre du gouvernement français*. Gravures en taille-douce dessinées par l'Amiral Pâris. Texte par M. Casimir Henrycy (Paris, 1882).

outros portugueses mestiços nascidos já em territórios ultramarinos sob controle português), eram os principais investidores no comércio de longo curso entre a Europa e Macau. Formavam um grupo relativamente fechado em relação aos outros “casados” de menores recursos e aos outros mercadores do comércio interasiático. A instabilidade social e política alastrou em Macau, frequentemente devido ao confronto entre os diferentes grupos de interesse político, económico e social. Um interessante documento de 1622 dá-nos uma imagem destes conflitos de interesses. Nele é duramente criticado o poderoso grupo de mercadores habitualmente eleito para ir à feira de Cantão negociar a mercadoria para toda

a comunidade mercantil de Macau mas que não tinha em conta os interesses dos pequenos mercadores.⁸

É interessante analisar em que medida os grupos sociais dominantes a nível económico influenciaram ou detiveram as rédeas do poder político em Macau. Verificámos que os grandes mercadores foram os efectivos detentores do poder político em Macau. O predomínio desta elite mercantil no Senado, órgão executivo da Câmara de Macau, consubstancia o seu controle sobre o aparelho político. Ao representante oficial do poder real – capitão-geral ou governador – compete o poder militar e a representação diplomática da Coroa de Portugal face às outras nações europeias ou

HISTORIOGRAFIA

asiáticas (com a excepção da China, cuja representação era feita pelo procurador do Senado). É ainda ao capitão-geral que incumbe o direito de mediação entre a cidade de Macau e os poderes regional (vice-rei em Goa) e central (rei e administração em Lisboa). Em Macau verificou-se até meados do século XIX uma luta permanente, silenciosa e por vezes violenta, do seu capitão-geral ou governador, tentando, sem sucesso, cercar ou eliminar os direitos da Câmara para obter o controle efectivo do poder. Só em 1834 são retirados os poderes políticos fundamentais ao Leal Senado de Macau, restando unicamente com a administração de tipo municipal, limitação esta decorrente do novo regime liberal implantado em Portugal.

A concorrência entre estes grupos de influência local e os interesses regionais (“Estado Português da Índia”) e centrais (a Corte) resultaram algumas vezes em confronto com o governador ou administradores régios, inviabilizando o eficaz controle régio. O confronto entre grupos de diferentes interesses económico-políticos (chamados, em Macau, de “bandos”) atingia, em momentos de crise, tal virulência que mergulhava Macau em períodos de instabilidade social. A origem destes confrontos tinha a ver, frequentemente, quer com pressões para a atribuição das autorizações e contratos para as viagens mercantis em favor de um grupo de “casados” (investidores e sua clientela) em desfavor de outro, quer pelo confronto entre as diferentes perspectivas para resolução de problemas no relacionamento com as autoridades chinesas de Cantão. No século XVII, a situação social de Macau foi ainda frequentemente fragilizada pelo naufrágio ou apresamento de navios de Macau pelos seus concorrentes europeus, nomeadamente holandeses e ingleses. Contudo a comunidade mercantil de Macau unia-se para defender energicamente os seus direitos, se possível, a exclusividade da exploração das suas rotas mercantis e do seu mercado abastecedor – as feiras de Cantão. Os mercadores particulares de Macau não permitiam de ânimo leve a participação directa no comércio com Cantão dos grandes mercadores portugueses vindos de Goa, acusando-os de criarem incidentes e dificuldades no comércio de Macau com a China: “os mercadores de Goa não se coíbem de comprar escravos e de praticar outras ilegalidades”. É o grupo de “casados” a protestar em defesa do acordo social e político da cidade de Macau com as autoridades chinesas que garantia a estabilidade dos seus direitos e privilégios:

“Nós os mercadores, velhos e mancebos, temos mulheres e filhos. Ha muito tempo todos entendemos e sabemos a vossa justiça. Nós os que estamos aqui de assento [os moradores de Macau] não os compramos [aos chineses], e assim nos obrigamos a não comprar nenhum. Os mercadores novos, que vem da Índia, não entendem os costumes e justiça da China.”⁹

Estes grandes mercadores portugueses eram, por vezes, agentes de outros grupos de “grossos cabedais”, ou seja, de grupos de elevado poder financeiro: banqueiros europeus, cristãos-novos ou banéanes

“tem muito proveito com o cabedal alheio q’ trazem, ou pera negociarem seus brincos, e emcomendas particulares, não tendo conta com o bem comum e mal que disso agora se segue, como a pessoas que não sam daquy, e a quem lhes não toca mais que o interesse proprio”.¹⁰

A originalidade da sociedade de Macau consistia no domínio que os “casados” exerciam, em especial a sua elite de poderosos mercadores particulares, sobre o Senado da Câmara de Macau, monopolizando as relações económicas com a China e o comércio marítimo com os países vizinhos. Note-se que já a primeira forma de governo autónomo de Macau – o cargo de “capitão de terra”, eleito pelos seus moradores –, foi exercido por Diogo Pereira, potente e influente mercador. Devido à capacidade de negociação com as autoridades chinesas do distrito de Xiangshan, onde Macau se inseria, e à influência entre os moradores de Macau, Diogo Pereira manteve-se no cargo até 1587, apesar de oficialmente o rei de Portugal ter decretado a abolição daquele cargo em 1563. Os ricos mercadores destacaram-se igualmente de entre os fundadores de Macau, como o próprio Diogo Pereira ou Pedro Velho um dos financiadores de obras de caridade de São Francisco Xavier.¹¹

O próprio Senado de Macau, na sua relação com as autoridades chinesas, se apresenta como representante da antiga comunidade comerciante, como na seguinte carta de 1792:

“Nos vivemos em Macao ha mais de duzentos e quarenta annos sempre com a melhor harmonia com os Chinas”, autorizados pelo imperador a comerciar na China “temos alcançado o Governo de nove sublimes Imperadores, os quaes por sua Grandeza tem protegido e animado o nosso Comercio em premio dos nossos serviços, nunca

HISTORIOGRAPHY

cauzamos motins, ou Rebelião contra as Leys do Imperio”.

O Senado destaca ainda a dependência total do comércio para sobrevivência de Macau, bem como o seu papel pioneiro no comércio com o Ocidente

“não possuímos Vargias [terrenos agrícolas], e somente uzamos de Navegação e de Comercio, e por meyo delle fomos os primeiros que levamos em nossos Navios a Europa as mercadorias da China, quando todas as outras Nasçoens das partes Occidentais não tem [tinham] vindo”.¹²

Se quiséssemos, a título de exemplo, referir algumas das personalidades que assumiram grande relevância em Macau como grandes mercadores nos séculos xvi-xvii, poderíamos citar: Bartolomeu Vaz Landeiro, “primeiro pioneiro e gigante comercial” (o início do seu engrandecimento e fortuna teria estado no seu papel de negociador com Cantão, e desenvolvido nas viagens com o Japão e Manila, na segunda metade do século xvi, segundo Bryan de Souza); António Fialho Ferreira (as suas viagens para Manila, na 3.^a década do século xvii, foram muito lucrativas, tendo os espanhóis referido que a seda crua e outras mercadorias da China rendiam anualmente meio milhão de pesos) e Gonçalo Monteiro de Carvalho. Poderíamos ainda referir António Cortês, António Galvão Godinho, Diogo Vaz Bavoro, Fernão Barreto de Almeida, Francisco Carvalho Aranha, Gaspar Borges da Fonseca, Gonçalo Monteiro de Carvalho, João Vaz Preto, Lopo Sarmento de Carvalho (caso exemplar de um reinol de sucesso que, ao serviço da Coroa, acumula bons serviços, apoios políticos e riqueza que, quando se estabelece como “casado” em Macau, aplica em grandes empreendimentos mercantis, como o monopólio das viagens para o Japão), Lourenço Correia Ribeiro, Pero Fernandes de Carvalho, Miguel Macedo, Pero Fernandes de Carvalho, Pero Rodrigues Teixeira, Simão Vaz de Paiva, Vicente Rodrigues.¹³

Com a abertura da China ao comércio privado estrangeiro a partir de 1683, e mais especialmente quando, após 1759, Cantão passa a ser o único porto aberto ao comércio com o estrangeiro até à Guerra do Ópio (1842), Macau foi a base operacional dos grandes mercadores estrangeiros (ingleses, holandeses, franceses, americanos...), por ser o único local na China onde estavam autorizados a residir ou permanecer após o fecho das feiras bianuais de Cantão. Em Macau residiam igualmente os mercadores que não iam directamente

a Cantão e os seus acompanhantes a quem não era permitido entrar em Cantão, caso das mulheres e dos escravos. Nos séculos xviii-xix o comércio com a China foi dominado pelo comércio inglês e, entre 1764 e 1800, 30% dele foi licenciado pela *East India Company* ao comércio privado de britânicos, indianos e parsas e todos tiveram Macau como sua base de negócios. Com o avanço do Liberalismo a nível internacional, a formulação das teorias positivistas (legitimadoras do eurocentrismo e do racismo) e, a nível económico, uma influência mais determinante dos interesses mercantis privados sobre a acção dos Estados motivou o fim das companhias monopolistas, com destaque para a Companhia inglesa (1813), o que fez multiplicar os mercadores privados europeus e americanos a residirem temporariamente em Macau com o objectivo de acompanharem mais de perto os seus negócios na China. Em 1830 residiam em Macau 4480 estrangeiros, sendo 2149 mulheres ocidentais para 1201 homens, sendo os restantes escravos e servos. Em 1832 duas companhias se destacavam pelo volume de negócios e de mercadores e demais pessoal envolvido no comércio da China: a norte-americana *Cushing & Russel* e a inglesa *Jardine, Matheson & Company*, para além da tradicional *East India Company*.¹⁴

GRANDES MERCADORES CHINESES

O comércio marítimo chinês poder-se-ia resumir a dois tipos: o governamental ou tributário (*gong mao* 公貿) e o comércio particular ou privado (*si mao* 私貿). A única maneira dos países asiáticos poderem aceder aos preciosos produtos chineses era através de missões diplomático-mercantis que, sob a forma de prestação de tributo e vassalagem ao imperador chinês, recebiam em troca o mesmo valor, ou até um valor superior, na forma de produtos chineses. Mas não era um comércio livre, só os países tradicionalmente inscritos como tributários da China podiam ir apresentar tributo e apenas no período previamente fixado pelas autoridades chinesas, que incluía um intervalo de diversos anos entre as missões. O comércio privado poderia ser legal ou clandestino e até 1567, data do levantamento da proibição de navegação e comércio marítimo, o comércio marítimo particular foi geralmente encarado pelas autoridades imperiais chinesas como contrabando. Mas, apesar de legalizado, o comércio estrangeiro com a China era considerado um privilégio conferido pelo imperador

HISTORIOGRAFIA

a determinados países e mercadores e não um direito destes, privilégio este que era suspenso ou anulado no caso de desrespeito das leis chinesas. Este princípio, que estava baseado na concepção de uma China superior e auto-suficiente, prevaleceu até à Guerra do Ópio de 1842.¹⁵

A concorrência entre estes grupos de influência local e os interesses regionais (Estado Português da Índia) e centrais (a Corte), resultaram algumas vezes em confronto com o governador ou administradores régios, inviabilizando o eficaz controle régio.

No que concerne ao grande comércio marítimo nas longas rotas que ligavam a China ao Japão, às Filipinas e à restante Ásia de Sueste constatamos a existência de um intenso comércio (clandestino, sempre que as autoridades eram mais intransigentes na sua proibição), nas mãos de chineses (com destaque para os chincheos e chineses da comunidade estabelecida na ilha de Lução) e japoneses, muitas vezes a extravasar do comércio e contrabando para a pirataria e pilhagem. O comércio clandestino chinês ligado ao comércio marítimo era desenvolvido essencialmente por dois diferentes grupos, cada um com a sua esfera de influência e actividade. Por um lado, o grupo cuja actividade se desenvolvia em terra era constituído principalmente por elementos integrantes das elites locais, nomeadamente funcionários reformados, mercadores retalhistas ou corretores, membros de famílias ricas e por vezes os próprios funcionários chineses ligados ao controle do comércio marítimo. Naturalmente que também participariam pequenos mercadores na difusão posterior destas mercadorias. Por outro lado, o grupo ligado ao transporte e navegação marítima era muito pouco homogêneo quanto à sua composição. Integravam-no

desde elementos possivelmente ligados a famílias poderosas das províncias costeiras chinesas e grandes mercadores chineses estabelecidos noutros países da Ásia de Sudeste, pequenos comerciantes, as equipagens de certos navios de pesca, até alguns foragidos à justiça chinesa. No século xvi os europeus e os portugueses, no início da sua chegada e tentativa de controle da navegação no mar da China, vêm a constituir um outro elemento deste grupo marítimo e muitas vezes em aliança com os navegadores asiáticos. É este grupo, cuja actividade é predominantemente marítima, que, sempre que a sua participação no comércio com a China lhe é vedado, não hesita em se lançar em actividades de pirataria no mar e, por vezes, em expedições que entram profundamente na costa meridional da China. O grupo cuja actividade mercantil clandestina e esfera de influência era fundamentalmente terrestre era conhecido pelo nome chinês de *wozhu* 倭主 (hospedeiros de porto), devido à sua participação na recepção das mercadorias e apoio que forneciam aos comerciantes marítimos. No século xvi, os participantes no comércio ilegal marítimo ficaram conhecidos pelo nome de *wakou* ou *wakô* (*wokon* 倭寇 piratas japoneses), utilizado pelas autoridades chinesas devido a muitos deles, japoneses ou não, terem os seus abrigos no litoral japonês.¹⁶ Posteriormente, já no século xvii, Zheng Zhilong 郑芝龙 (1604-1661), que passou parte da sua juventude em Macau onde se converteu ao cristianismo, tendo sido baptizado com o nome de Nicolau Gaspar ou Iquan, aproveitou-se da instabilidade decorrente da transição da dinastia Ming para a Qing, criando um império mercantil que dominou os mares de Batávia a Nagasáqui e a costa sul da China, recorrendo quer ao comércio quer à pirataria e que só veio a ser destruído em 1683, aquando da derrota de seu filho Zheng Chenggong 郑成功 (Coxinga nos documentos portugueses) e da conquista definitiva de Taiwan para a soberania da dinastia Qing.

No século xviii, o poder das grandes corporações mercantis, como os banqueiros de Shanxi e de Cantão, os grandes mercadores monopolistas (como do sal de Yangzhou ou como o do comércio com os Europeus) aumenta, consolida-se, vindo a assumir uma influência relevante sobre o poder político local. Abrem sucursais (*huiguan* 会馆) nas principais cidades que servem de base às suas actividades (de local de reunião e hospedagem, a banco).

O comércio dos estrangeiros com Cantão era regulamentado por inúmeras disposições legais chinesas,

HISTORIOGRAPHY

que foram evoluindo ao longo dos séculos. Nos séculos xviii e xix as regulamentações oficiais pretendiam que não houvesse contacto directo entre as autoridades governamentais chinesas e os mercadores e que todo o comércio fosse realizado por intermédio de um número de associações mercantis chinesas previamente autorizadas, as *yanghang* 洋行, conhecidas por *hang* 行 (*hong* em cantonês).¹⁷ Estes mercadores obtinham o monopólio do comércio com os ocidentais através de elevadas contribuições entregues à corte e às autoridades chinesas. Estas associações surgem no período de Wanli (1573-1619) e eram à volta de 36, sendo responsáveis pelo comércio com 14 países tributários. Algumas destas associações especializaram-se no comércio com determinadas regiões, tomando diferentes nomes.

Assim as que comerciavam com a Europa e América eram designadas por *waiyang hang* 外洋行, por *benggang hang* 本港行 as que negociavam com a Ásia de Sudeste e por *fuchao hang* 福潮行 as que o faziam com Fujian e Chaozhou. Os lucros fabulosos do comércio com o estrangeiro despertaram uma feroz concorrência ao domínio dos *hang*, nomeadamente dos chamados “mercadores imperiais” (*huangshang* 皇商), que apareceram em 1702 em Cantão, Amoy e Zhusan. Para assegurar o privilégio do seu estatuto de “mercador imperial” em Cantão, um antigo administrador do monopólio do sal fez a doação de 42 mil taéis à coroa. Para resistir a esta concorrência, aquelas associações de mercadores formaram uma corporação em Cantão, em 1720, a chamada *Co-hong* (*gonghang* 公行), que monopolizou o comércio de Cantão nos períodos em que esteve activa (1720, 1760-1771, 1782-1842). As firmas de mercadores *hong* de Cantão ficaram conhecidas pelo nome de “Treze Hong” por, durante a dinastia Qing, serem frequentemente 13, apesar deste número ter variado. Em 1745, cerca de 20 *hong* conseguem ser nomeados como “mercadores seguros”, com a função



de assumirem oficialmente não só a responsabilidade de todo o comércio de Cantão com o estrangeiro (inclusive do investimento dos capitais privados dos mandarins), mas também a responsabilidade pelo comportamento e pelo pagamento dos impostos pelos ocidentais. De entre estes grandes mercadores de Cantão, alguns muito influentes ainda na primeira metade do século xviii eram originários do Fujian. Após 1720 profundas modificações se processam no comércio externo da China e entre os grandes mercadores chineses, os quais passaram a desenvolver essencialmente uma actividade de corretores e, em 1735, muitos tinham

já desactivado as suas bases de negócio em Macau. Vários grupos diferentes se sucedem, ultrapassando e substituindo os anteriores mercadores. De entre os grandes mercadores chineses de meados do século xvii aos inícios do século xviii com relações mercantis intensas a Macau destacaram-se: a família Zheng do célebre mercador-pirata (Coxinga); o grande mercador Deanqua (ou Tinquá); Hunsunquin que falava português e obtivera o estatuto de “mercador imperial” antes de 1681, sendo já o principal mercador de Cantão em 1699, tendo monopolizado o comércio e subcontratado negócios com os dois Zhun e com Tinquá; Zhun Yea, que era o principal mercador tártaro de Cantão, e que, em 1689, supervisionou e controlou os preços das mercadorias do navio *Defence* em Macau. Alugou dois barcos de Macau, juntamente com o mercador de Amoy Linqua e com Pedro Vaz de Sequeira, para o comércio com Batávia, tendo conseguido obrigar o Senado de Macau a reduzir as taxas alfandegárias de Macau.¹⁸ No século xviii e princípios do século xix destacaram-se outros grandes mercadores chineses de Cantão com interesses mercantis com portugueses e outros ocidentais, como: Puankhequa da companhia *Tung-foo*, Mowqua da Companhia *Kwonglei*, e Howqua da Companhia

HISTORIOGRAFIA

Ewo, formando alguns deles uma verdadeira dinastia mercantil.¹⁹

Os grandes mercadores chineses foram colaboradores e parceiros essenciais dos negócios com a China dos mercadores de Macau desde o século xvi e, posteriormente, dos restantes Ocidentais. Nas fontes portuguesas, os grandes mercadores chineses são designados de “queves”, “compradores” ou “anistas”. Eram eles que, com facilidades de trânsito e sem as dificuldades naturais da língua, compravam no seu país, especialmente em Guangzhou, as mercadorias desejadas pelos portugueses e por outros clientes. Desde o século xvi foram simultaneamente corretores e financiadores ou investidores nas viagens de Macau em tempos difíceis para os mercadores portugueses. António Bocarro descreve-os em 1635:

“mercadores que chamão Quevees que são entre elles dos mais estimados, e destes há muitos que fião dos portugueses grandes contias de dinheiro, e fazendas”.²⁰

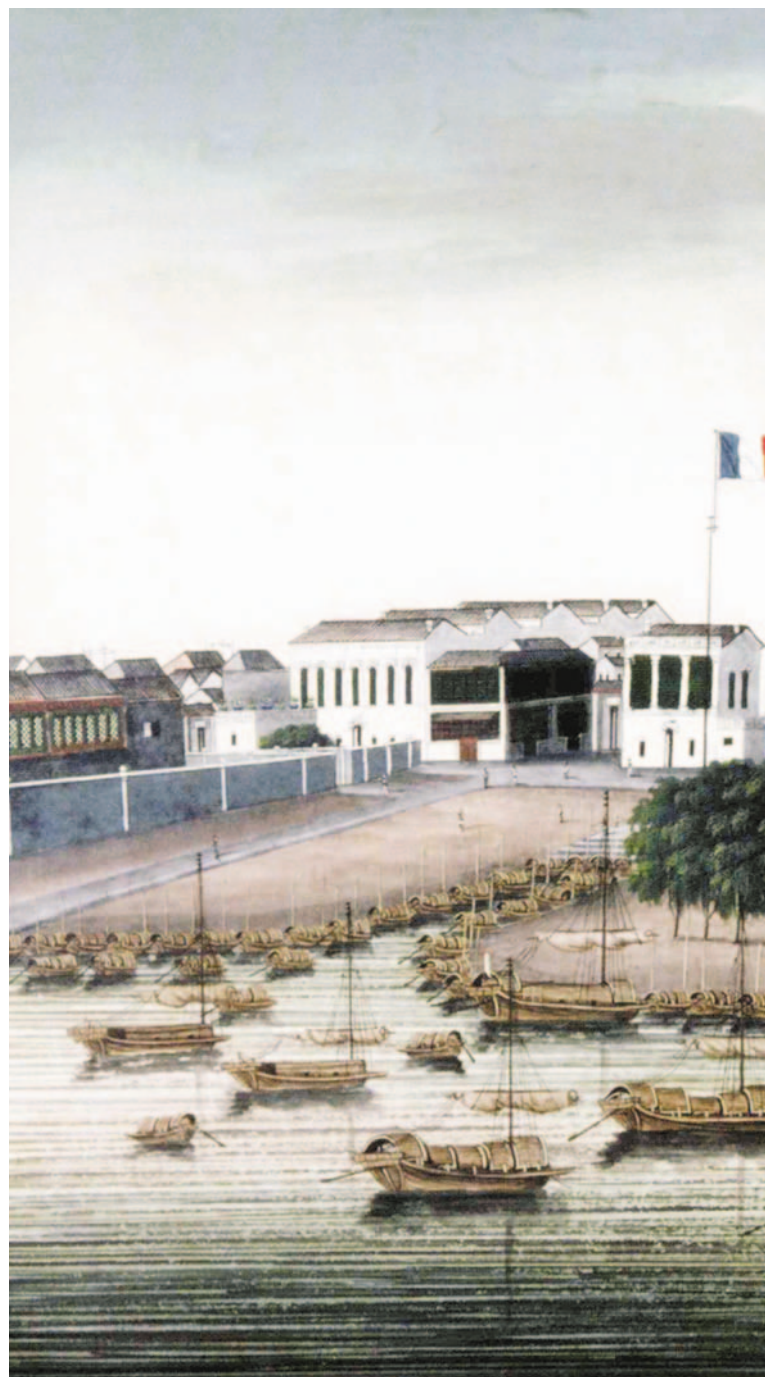
Segundo Boxer a origem da palavra “queve” poderia estar no cantonense *king-kei*.²¹ Os restantes europeus, que no século xviii e xix se estabeleceram em Macau e Cantão, seguiram igualmente esta forma de relacionamento com os grandes negociantes e financiadores chineses.

As fontes chinesas sobre o reinado de Wanli, revelam-nos a existência destes agentes. O governador de Guangdong (Cantão) e Guanxgi diz-nos num memorial apresentado à corte Qing, editado na *Guangdong Haifang Huilan* 广东海防汇览 (Colectânea de Documentos sobre Defesa Costeira de Guangdong): “Têm existido sempre “compradores”, aos quais o mandarim *tongzhi* 同知 de Macau concede a carta de licença”. Estes agentes não eram encarados pelas autoridades chinesas com particular simpatia:

“Os ‘compradores’ só pensam nos lucros, possivelmente conluiam-se com os comerciantes estrangeiros e chineses para contrabandear as mercadorias proibidas [...] nisso procurando os lucros e causando os males”.²²

Outra fonte chinesa, a *Aomen Jilüe* 澳门记略 (*Breve Monografia de Macau*), identifica aqueles agentes como sendo “maioritariamente da província de Fujian”.²³ Os mercadores macaenses empregavam chineses como

agentes do seu comércio, não só para alguns dos seus negócios em Guangzhou, mas igualmente na viagem de Macau a Manila, permitindo assim ultrapassar a proibição real espanhola de comércio entre a colónia portuguesa na China com a colónia espanhola nas Filipinas. Esta situação atraiu igualmente a atenção

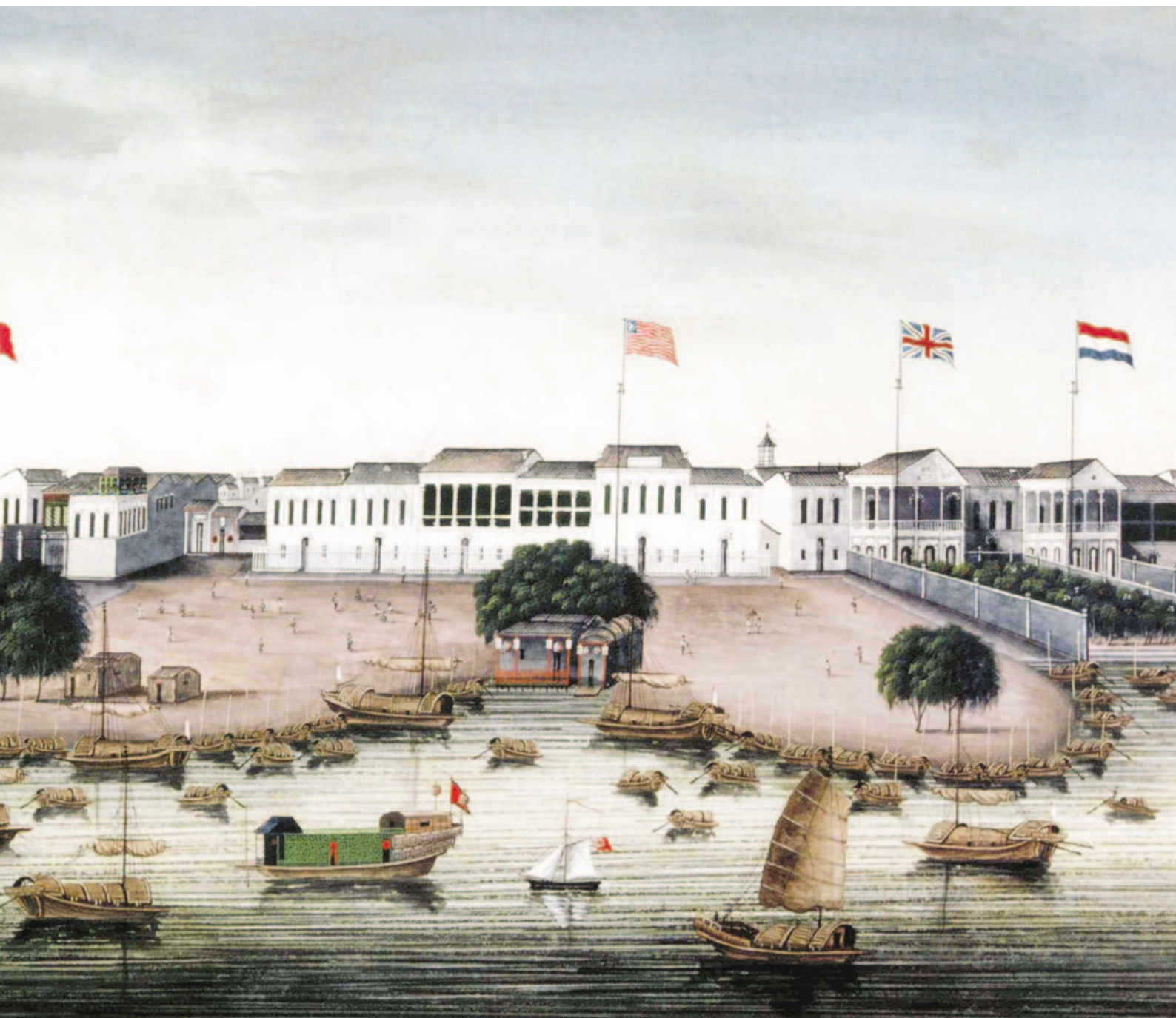


As feitorias estrangeiras em Guangzhou. Artista chinês anónimo. Aguarela e guache sobre papel, c. 1840. (Museu de Arte de Macau).

HISTORIOGRAPHY

do italiano Marco d'Avalo, que a ela se refere no seu relato sobre Macau, em 1638, “os cidadãos vão, de acordo com as monções, a Manila (a maior parte chineses) ou ao Japão (aonde só portugueses vão)”.²⁴ Os “queves” foram na realidade fundamentais para o financiamento do comércio de Macau, nomeadamente

para, em 1636, saldar a dívida de Macau no comércio com o Japão, como já o vinham sendo no comércio com Manila. Os grande mercadores particulares de Macau obtiveram a colaboração dos “queves” de Cantão, nomeadamente para a compra de mercadorias à comissão, como no caso dos 150 mil pesos de



HISTORIOGRAFIA

mercadorias que se calcula tenham sido vendidos em Manila entre 1629 e 1631.²⁵

Os “anistas” eram grandes mercadores chineses, ou melhor, eram grandes organizações mercantis oficialmente autorizadas a comerciar directamente com os europeus. O objectivo da dinastia Qing, ao impedir o comércio directo entre os mercadores europeus e comerciantes chineses que não aqueles que estivessem legalmente autorizados, era tentar controlar eficazmente a quantidade de mercadorias importadas e exportadas pela China, tentando evitar o comércio clandestino de produtos proibidos. Os “anistas” serviram de elemento de ligação entre os europeus, as autoridades chinesas e o mercado abastecedor chinês, visto que os regulamentos chineses (séculos xviii-xix) obrigam os mercadores portugueses a eles recorrerem como intermediários para a aquisição das licenças ou passaporte necessários para a ida às feiras de Cantão. Por outro lado, nas relações com as autoridades chinesas, os “anistas” são chamados a dar parecer e informar da veracidade e rectidão das pretensões portuguesas: “examinada a verdade pelo Lingoa de Cantão, e Anistas”.²⁶ No caso de terem obtido parecer favorável, e se as autoridades chinesas viessem a confirmar ter havido infracção por parte dos europeus, os tradutores e “anistas” eram considerados co-responsáveis e punidos juntamente com os estrangeiros: “Tão bem serão castigados o Anista, e Lingoa de Cantam”.²⁷ Os “anistas” assumem assim um papel de controle dos estrangeiros e das mercadorias importadas e exportadas pela China e com eles os grandes mercadores particulares de Macau deveriam manter um bom relacionamento, visto que a obtenção do passaporte ou licença de deslocação às feiras de Cantão dependia, numa primeira instância, do seu parecer.

Por outro lado, em Macau o papel social dos grandes mercadores chineses era suficientemente importante para que, por vezes, as autoridades portuguesas os tivessem utilizado como apoio político ou suporte da acção do Senado. Veja-se o caso de o Senado mencionar expressamente que, recorreu a “mercadores chinas de Macao”, parecendo querer daí retirar maior legitimação à tradução resumida, para língua portuguesa, do código chinês regulador da vida dos portugueses em Macau entregue ao Senado em 1749. Nesta tradução os portugueses omitiram a proibição de evangelizar e converter chineses ao catolicismo, pelo que apresenta só 11 dos 12 capítulos da versão original em chinês.²⁸

Entre os grandes comerciantes chineses contam-se, para além dos grandes corretores do comércio de importação e exportação com os europeus, os corretores dos produtos alimentares e outros para abastecimento de Macau, em regime de exclusividade. Como exemplo referimos os contratadores exclusivos do abastecimento de peixe à cidade em meados do século xix:

“achando-se competentemente autorizados os Chinas Chiang-Acho, Achen Ki-Seng, Cheng-Aqui, Lo-Atip, Lao-Ahon, e Chang-Chi-Vô antigos corretores da venda de peixe fresco e salgado nesta praça, para continuarem a exercitar este seu mister por tempo de dois annos, [...] só aos mencionados Chinas pertence exclusivamente a faculdade de servirem de corretores de todo o peixe introduzido na cidade para consumo della.”²⁹

ONDE E COMO ACTUAVAM?

Os mercadores portugueses e demais população ocidental de Macau eram dirigidos e representados pelo Leal Senado da Câmara de Macau, o qual corporizava a jurisdição portuguesa nas suas relações com a China. Em 1595, o Senado assumiu a negociação, com os chineses em Cantão, dos contratos de abastecimento de sedas e outros produtos, ocorrendo conflitos em Macau motivados por “bandos” de grandes mercadores que se consideravam prejudicados nos seus interesses.³⁰

A comunidade europeia de Macau estava submetida simultaneamente às autoridades chinesas, nomeadamente o vice-rei (*zongdu* 总督) que dirigia simultaneamente as províncias de Guangdong e de Guangxi; o governador da província de Guangdong (*xunfu* 巡抚), o comissário da Administração Civil (*buzhengshi* 布政使), o comissário da Administração Judicial (*anchashi* 按察使), o mandarim da Alfândega de Cantão (o vulgo “hopo”); o prefeito (*zhifu* 知府 ou *guangzhoufu* 广州府); o mandarim do distrito de Xiangshan, o mandarim da Casa Branca (sub-prefeito, *tongzhi* ou *tongpan* 通判) e a Administração Geral das Alfândegas de Macau (*Guanbuxingtai* 关部行台). Estas autoridades foram emitindo ao longo dos séculos disposições legais que se consubstanciaram num verdadeiro código de conduta dos mercadores e de todos os estrangeiros em Macau e das suas relações com os chineses e com as autoridades chinesas, até serem postas em causa pela nova correlação de forças, decorrente da Guerra do Ópio do século xix.³¹

HISTORIOGRAPHY

Quanto à população chinesa, estava organizada segundo o modelo tradicional chinês das supra nomeadas autoridades superiores e dos “cabeças de rua” (*baojiazhang* 保甲长) e dos cabeças das respectivas actividades profissionais. Os “cabeças” ou chefes eram a autoridade de base, que, como o nome indica, faziam parte da própria comunidade chinesa que lhes competia controlar e que, por sua vez, estavam sujeitos à jurisdição oficial do mandarinato chinês.

No século XIX, o estado chinês tentava manter sob controle apertado os mercadores chineses e europeus de forma a impedir a importação e exportação de produtos proibidos. Assim, em 1810, as autoridades não aceitaram o pedido do Senado de Macau que pretendia que

“os Compradores de Macão são bons homens, e seguros; por isso convem sejam dispensados de receber novas Chapas de Mandarim da Caza-Branca para exercerem o seu Offício para que deste modo não possam os Mandarins exigir dinheiro”.³²

Os mandarins superiores vieram confirmar a ordem de 1809:

“Todos os que pertencem ser compradores dos Europeos de qualquer Nação sejam, devem apresentar-se ao Mandarim de Caza-Branca. Este depois de inquirir se são bons homens e seguros os que se apresentam, então lhes poderá dar a Chapa de licença, tendo primeiramente a atestação das Cabeças de Rua”.³³

A autoridade superior recorre assim ao conhecimento dos seus agentes locais – os “cabeças de rua”, “para que mais facilmente se possa fazer a inquirição se os compradores vendem fazendas, e outras couzas proibidas pelas leis, tendo também suspeita correspondência com os Europeos”. A lista dos novos mercadores chineses para o comércio directo com os europeus era tornada pública de forma a que todos soubessem os nomes de quem estava autorizado. O processo de substituição destes mercadores, em caso de morte ou abandono da profissão, era igualmente regulamentado:

“outra pessoa, que quer tomar o seu lugar, deve apresentar-se ao dito Mandarim da Caza-Branca a Chapa velha para dele receber nova Chapa entregando ao mesmo tempo ao dito Mandarim a Chapa velha”.³⁴

Tendo em conta os inúmeros protestos e abusos foi estipulado que

“O referido Mandarim deve pessoalmente entregar a Chapa nova ao Comprador, não se deve entregar a dita Chapa aos Meirinhos, para que se lhes tire a ocasião de exigir dinheiro, que não devem pagar”.³⁵

Os mercadores portugueses de Macau estavam ainda abrangidos pela vigilância de agentes officiosos da administração chinesa, entre os quais temos os “pilotos práticos”, para além dos já falados anciãos locais, “cabeças de rua” e “anistas”. “Com estas estruturas paralelas e complementares, Macau estava sob um controlo hermético do aparelho estatal chinês”.³⁶ Os “pilotos práticos” eram os pilotos chineses oficialmente autorizados para pilotarem em segurança os navios estrangeiros à entrada e saída do porto de Macau ou de outro porto chinês onde fossem autorizados a aportar. O *zuotang* 佐堂 procedia a um recenseamento dos pilotos que

“possuírem meios e forem pessoas de bem, serão recolhidos termos de responsabilidade [...] autenticados pelo *xiancheng* 县丞 [*zuotang*], e serão submetidos às autoridades superiores. Depois deste controlo e caso não tenha sido detectado nada de anormal, será concedida a cada piloto uma chapa de identificação, que deverá ser por ele pendurada no cinto, e uma licença permitindo-lhe exercer a sua profissão legalmente”.³⁷

Estes pilotos eram obrigados a participar às autoridades de defesa marítima chinesa a data precisa de partida e destino do navio estrangeiro

“para uma fiscalização integrada e respectiva adopção de medidas preventivas. A qualquer piloto não licenciado que conduza um navio estrangeiro será aplicada a pena correspondente à passagem clandestina de fronteiras com agravantes”.³⁸

O acesso dos mercadores ao interior da China e à cidade de Guangzhou (Cantão), capital da província e local fundamental para o abastecimento dos preciosos produtos chineses de exportação para o mercado regional inter-asiático e para a Europa, foi desde cedo alvo de numerosa regulamentação. Após a construção da muralha e da Porta do Cerco, em 1573, pelos mandarins de Xiangshan, a sua abertura e passagem passou a ser controlada militarmente pelos chineses. A periodicidade com que as autoridades chinesas abriam essa porta e permitiam a passagem de mercadores

HISTORIOGRAFIA

chineses, especialmente autorizados para realizarem uma feira junto a essa barreira, onde os portugueses se iam abastecer, dependia do nível de cordialidade ou de tensão nas relações com os portugueses ou da satisfação de novas pretensões apresentadas pelos mandarins ao Senado. Inicialmente, as portas abriam-se de cinco em cinco dias, depois de quinze em quinze dias e, finalmente,

“a Porta do Cerco passou a abrir-se todos os dias, o mercado internou-se e fixou-se; pouco a pouco, o zelo dos procuradores enfraqueceu, a brilhante e industriosa actividade chinesa, insinuou-se, fez-se benquista, e foi construindo e multiplicando casas lojas, e oficinas.”³⁹

Os valiosos produtos chineses, da seda, à cerâmica, aos produtos medicinais e aromáticos, aos

decorativos e utilitários, acoiravam de toda a China à cidade de Cantão, onde eram comprados pelos representantes dos mercadores de Macau, em feiras bianuais. A duração destas feiras (Dezembro/Janeiro e Maio/Junho) podia ser de diversas semanas ou meses. Os mercadores macaenses escolhiam de entre si aqueles que iam pessoalmente negociar, estabelecer os contactos com as autoridades de Cantão e finalmente adquirir as mercadorias para todos os mercadores de Macau. Os chamados “eleitos de Cantão” eram habitualmente 30 grandes mercadores, membros da poderosa elite de Macau, ou seus representantes, e os seus interesses nem sempre coincidiam com os dos pequenos e médios mercadores de Macau. É interessante a crítica que os mercadores de Macau dirigem ao processo de eleição

Embarcação de passagem de Cantão para Macau e canoa para o transporte de peixe. Gravura publicada em *Album pittoresque d'un voyage autour du monde exécuté par ordre du gouvernement français. Gravures en taille-douce dessinées par l'Amiral Pâris. Texte par M. Casimir Henry* (Paris, 1882).



HISTORIOGRAPHY

dos delegados à feira de Cantão, que era normalmente supervisionado pelo Senado da Câmara:

“Quando se vay a Cantão vão somente os Ricos e Vam trinta home’s q’ levão sobre ssy todo o cabedal e esses se aproveitam a sombra do alheo, e os pobres Padeçem por não poderem hir.”⁴⁰

Os mercadores particulares menos influentes estendem a sua denúncia, dura e publicamente, à actuação de alguns dos poderosos eleitos à feira de Cantão:

“sem Cabedal propio como he notorio, e vivem disso pera por essa Via emriquecerem a conta do fato, e cabedal alheo, que meneam e a cuja conta fazem os gastos todo o tempo da feyra, com as suas Pessoas e criados proveemdo, a sombra disso suas casas, sem gastos, tomando fiados de fazendas a sombra do dito cabedal alheo que Meneam o mais das vezes com pouca prol do dito cabedal no que toca, aos preços p’ Respeito dos fiados q’ os chinás lhes dam”.⁴¹

Estes mercadores poderosos de Macau são-nos referidos pelas fontes contemporâneas como “Home’s de bons entendimentos praticos, e de esperiencia nas couzas de Cantão”.⁴²

Além da contradição de interesses entre os diferentes grupos mercantis de Macau existia uma tensão latente entre os mercadores portugueses e particulares de Macau, por um lado, e os mercadores portugueses vindos de Goa e da Índia, por outro. Reflexo deste clima conflituoso é a “Provisão” enviada em 1598 a Macau pelo vice-rei D. Francisco da Gama nas naus de D. Paulo de Portugal (que comprara e fora provido de três viagens à China e Japão), a pedido da cidade de Goa com vista a anular a oposição dos mercadores de Macau à concorrência que os mercadores portugueses da Índia iam fazer na feira de Cantão.⁴³ Contudo, vários empreendimentos mercantis foram desenvolvidos por associação de grandes mercadores de Macau com mercadores do “Estado Português da Índia”, em especial de Goa. Foi o caso da compra do monopólio das viagens do Japão e Manila, por 306 mil xerafins, para o período de 1629-1632, por António Fialho Ferreira, Lopo Sarmento de Carvalho, Gaspar Homem, André Salema e Manuel de Moraes Supico.⁴⁴

Vimos que o maior e mais importante mercado abastecedor de Macau era a cidade de Cantão, na qual os mercadores portugueses estavam autorizados a

negociar, devendo obedecer aos regulamentos chineses. A intenção de obter das autoridades chinesas um regime mais favorável ao acesso dos mercadores portugueses de Macau a este mercado de Cantão levou o Senado a persistentes contactos e requerimentos. Como a solicitação do desembargador e procurador de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, em 1807, da isenção de pagamento de passaportes como “no antigo tempo quando Europeo pertendia hir a Cantão, o Procurador de Macão fazia avizo por Chapa ao Mandarin Hopu de Macão, este dando-lhe despacho ja podia ir a Cantão sem pagar dinheiro de Passaporte”.

Pedido recusado pela “Consulta do Conselho de Cantão sobre as providencias pedidas ao Suntó desta província a beneficio da Cidade de Macau” de 1807, na qual resume os passos necessários aos mercadores de Macau:

“Alem de que em o anno 9 [1744] de King-Lung foi determinado que todas as vezes que os Moradores de Macao e mais estrangeiros pertendessem subir a Cantão, deverião para este fim dirigir-se ao Ouvidor Rezidente em Macao e ao Nifu da Caza Branca, pedindo-lhes se sollicitassem dos Mandarins grandes para este fim, esperando a ditta permissão. No anno 59 [1794] do mesmo Imperador se ordenou que esta licença se deveria para o futuro sollicitar do Hupu grande de Cantão mediante os Hanistas de Companhia do Commercio exterior (*gonghang*), o que por consequente, deverião na sua passagem ser revistos e examinados pelos ditos Ouvidor e Nifú”.⁴⁵

Em 1810, o próprio *zongdu* confirmou a obrigatoriedade do pagamento de passaportes:

“Querendo os Europeos subir a Cantão devem dirigir-se aos Hamnistas, e estes não devem por duvida em requerer ao Hopu grande [Alfândega] o Passaporte”.⁴⁶

Após obterem o passaporte para a ida à feira de Cantão, o processo de compra era complexo e demorado, podendo os mercadores permanecer de 3 a 5 meses nas trocas. Recorremos à descrição de Marco d’Avalos de 1638 que foi um observador atento deste processo. Após acostarem com as suas lanteias e fragatas a uma ilha em frente da cidade, os mercadores necessitavam de obter três tipos de autorizações oficiais, cada uma para uma situação determinada, e todas elas acompanhadas de uma comissão pecuniária. O governador das províncias

HISTORIOGRAFIA

de Cantão e Guangxi, equiparado pelos portugueses a vice-rei, ou, na sua ausência, o *haidaofushi* 海道副使 (almirante no comando da Esquadra de Cantão) eram as autoridades que passavam as três diferentes credenciais. A primeira, habitualmente acompanhada de um presente de 4000 cruzados, tinha por fim obter a “permissão para negociar livremente” e estabelecer os seus contactos com o pagamento adiantado das respectivas mercadorias que iriam buscar na próxima feira. A segunda referia-se à “permissão para realização da feira ou mercado aberto” e deveria ser igualmente acompanhada de um presente; consistia na autorização para que os mercadores chineses levassem os seus produtos para venda, fossem sedas ou outros, à ilha onde os navios portugueses se encontravam ancorados. A terceira e última consistia na indispensável licença de saída; era acompanhada tradicionalmente de outro presente, desta vez mais elevado (8000 cruzados). Como taxa final, as embarcações ainda tinham que pagar direitos à entrada do rio no posto de Ansoan [Xiangshan], sendo então escoltados por 10 a 12 navios de patrulha chinesas, os denominados chós, que levavam à volta de 20 soldados cada.⁴⁷ Usualmente, as mercadorias adquiridas durante a feira de inverno teriam como destino o mercado indiano, europeu e filipino, e as adquiridas na feira de verão seriam colocadas preferencialmente no mercado japonês.

Quanto aos métodos contabilísticos utilizados pelos portugueses do início do século xvii (tipo de contratos, letras de câmbio [“conhecimento”] e livros de contas [ou “de *rezão*”]), sabemos hoje que eram relativamente sofisticados, sendo equiparáveis aos utilizados pelos restantes mercadores europeus.⁴⁸ Para além disso, a capacidade de os mercadores portugueses de Macau adaptarem os eficientes métodos chineses e asiáticos de comércio, contribuiu igualmente para a sua sobrevivência nos mercados asiáticos após o fim do poderio do “Estado Português da Índia”.

Nos séculos xvi-xvii, os mercadores portugueses de Macau não descuraram a oportunidade de comerciarem em outros mercados da China para além de Cantão bem como em mercados exteriores a ela. Jorge Pinto de Azevedo, morador em Macau, escreveu em Março de 1646 que os mercadores de Macau iam negociar nas aldeias do interior da província de Cantão, e noutras províncias como Fujian e Zhejiang:

“Podem hir os de Machao a Consay [Quingsay] e trazer muita louça fina e groça pera vender aos

da Índia pera seu serviço e seus tratos, e tão bem trazer muita ceda pera vender aos Castelhanos, e pera a Índia, ou aos Ingreses e Olandeses; e levarão de Machao pera Consay e pera Nanquim [Nanjing] as drogas da Índia”.⁴⁹

Naturalmente, os principais mercadores de Macau investiam e estavam directamente ligados às restantes rotas mercantis do “Estado Português da Índia” (prata do Japão e Manila, especiarias de Macaçar e da restante Ásia de Sudeste, têxteis da Índia e Bengala, bem como em associação com outros mercadores desenvolviam interesses igualmente na grande rota do Cabo, Lisboa–Brasil–África–Índia–China.⁵⁰

Ao longo dos séculos, vários países europeus seguiram e aperfeiçoaram as técnicas e a malha mercantil que os portugueses pioneiramente estabeleceram no Oriente com vista ao mercado chinês, tendo sido Macau a base fundamental de acção dos grandes mercadores Ocidentais até meados do século xix. As grandes companhias de comércio europeu com a China estabeleceram, em meados do século xviii, delegações em Cantão na época das feiras, destacando-se as feitorias dos holandeses, dos ingleses, dos franceses, dos americanos, dos belgas, dos espanhóis, dos suecos e dos dinamarqueses. Todas as nações estrangeiras tinham a obrigação de primeiro fazer dirigir os seus navios a Macau para se recensearem e contratarem os já referidos pilotos, “línguas” (tradutores), e “compradores”. Só após terem pago as taxas aduaneiras, segundo o comprimento do navio (Macau detinha o privilégio de pagar taxas menores para 25 dos seus navios previamente recenseados), eram permitidos navegar para Cantão e aportarem a Whampoa. Aqui, a carga era entregue a uma das *hong* que estabelecia o preço das mercadorias sem a concorrência das restantes. Todos os contratos de venda e compra com os navios estrangeiros eram previamente acordados no ano anterior. Segundo o acordo entre os mercadores *hong*, cada um deles não deveria ficar com mais de metade da carga total de um navio estrangeiro, devendo passar a restante carga para os outros. Encerrada a feira, os navios e, oficialmente, todos os estrangeiros estavam obrigados a deixar Cantão, regressando ou a Macau ou directamente aos respectivos países de origem (alguns estrangeiros conseguiam, contudo, evitar a sua saída através do pagamento de avultadas somas de dinheiro). Quanto aos pagamentos devidos às autoridades chinesas, eles dividiam-se em três categorias: as taxas aduaneiras

HISTORIOGRAPHY

avaliadas pelo comprimento dos navios (classificados em 3 ordens), os presentes (*guili* 贵礼), que, após 1727 e por cerca de um século, passaram a ser de cerca de 1950 taéis) e as taxas sobre as mercadorias. Como exemplo, podemos referir que um navio de primeira classe poderia pagar cerca de 4500 taéis por três meses na feira de Cantão. Os navios que negociassem directamente em Macau podiam reduzir em cerca de metade o valor das taxas de medição e de presentes pagos em Cantão, mas deveriam pagar 2520 taéis de compensação à *Co-hong* de Cantão.⁵¹

O recente desenvolvimento da Historiografia questiona e recusa a tese tradicional eurocêntrica, de uma China passiva sofrendo a influência modernizadora e dinamizadora Ocidental. Pensamos que os mercadores chineses e portugueses, em diferentes níveis, desenvolveram em comum uma forte maximização dos seus negócios e respectivas expectativas. Sem dúvida que a adaptabilidade e flexibilidade a novas circunstâncias foram duas das mais importantes características comuns a ambos e que impulsionaram o seu sucesso.⁵² No caso dos mercadores de Macau, e para comprovar essa capacidade, basta referir a sua capacidade de sobrevivência em meados do século xvii, para ultrapassar o isolamento e a expulsão das principais rotas de sustento de Macau (Japão em 1638, Malaca em 1641 e Filipinas em 1642). Quanto aos mercadores chineses, a sua capacidade de adaptação e flexibilidade revelou-se, nomeadamente, no conseguir tornear e ultrapassar as proibições oficiais de comércio marítimo (nos períodos em que esteve vigente) e, no caso de muitos mercadores, na transferência e estabelecimento de bases mercantis fora das fronteiras do império (Ásia de Sudeste). Os grandes mercadores chineses após o século xviii estabeleceram uma forte rede mercantil, controlando o comércio exterior de vários estados agrários da Ásia de Sudeste e revelaram-se muito abertos à adopção de novas técnicas europeias para reorganizarem os seus negócios, tendo evoluído para um novo papel no século xx, como membros integrantes das burguesias nacionais das nações recentemente surgidas, apesar de manterem sempre que possível laços financeiros com a Mãe China.⁵³ Do ponto de vista das mentalidades, é geralmente aceite o papel limitador da perspectiva

confuciana ao desvalorizar socialmente os mercadores. Contudo um estudo recente chama a atenção para o princípio confuciano da auto-preparação como tendo favorecido a capacidade de adaptação da elite mercantil a novas realidades históricas.⁵⁴

Os grandes mercadores europeus trouxeram uma nova dimensão qualitativa ao comércio da China, fosse de forma clandestina, nos períodos interditos, fosse de forma legal em Macau após o acordo de Leonel de Sousa de 1554. Destacamos a contribuição significativa dos mercadores privados portugueses para as transformações pré-modernas em sectores da economia chinesa.⁵⁵ Contudo, tal não teria sido possível sem a colaboração eficiente dos grandes mercadores chineses. A importação chinesa de prata (que ultrapassa a importância anterior da pimenta, proveniente do Japão, da América – Nova Espanha via Filipinas, e do “Estado Português da Índia”), impulsionou alguns dos sectores da economia da China Ming:

“uma aceleração na especialização e comercialização agrícola, o rápido crescimento das indústrias artesanais, uma expansão significativa no volume e extensão do comércio inter-regional e a implantação difundida de modificações no sistema de tributação”.⁵⁶

Com o século xix e a invasão da China pelas empresas e exércitos ocidentais dá-se o acentuar definitivo da desvalorização dos mercadores de Macau pela quebra do seu papel como intermediários do comércio entre a China e a Europa e pela fragilização da tradicional relação diplomática de Macau com a China. O novo contexto histórico do imperialismo a nível ideológico, político e económico, possibilitou aos grandes mercadores e companhias ocidentais utilizarem os exércitos dos seus países para imporem a rapina dos recursos chineses, mudarem as regras económicas e estabelecerem o seu domínio sobre o comércio da China até meados do século xx. Contudo a vitalidade da economia de Macau no pós Segunda Guerra Mundial e novamente nos finais do século xx e inícios do xxi comprova a capacidade de sobrevivência e flexibilidade (diversificação de sectores económicos, nomeadamente do jogo e do sector financeiro, e das redes mercantis internacionais) dos grandes mercadores e homens de negócios de Macau. **RC**

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 Aomen Jilüe 澳門記 (Breve Monografia de Macau), citado por Wu Zhiliang in *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*, p. 76.
- 2 “Descrição da cidade de Maccaou ou Maccauw, com as suas fortalezas, peças, negocio e costumes dos habitantes”, publicada por C. R. Boxer em *Macau na Época da Restauração (Macau Three Hundred Years Ago)*, p. 87.
- 3 Luís Filipe Thomaz, “Les Portugais dans les mers de l’archipel au XVI siècle”, pp. 108-109; Manuel Leão Marques Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses no Mundo Malaio-Indonésio (1575-1605)*, p. 246.
- 4 Rui d’Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila desde as Origens a 1640*, pp. 73-83; e “Comércio de Macau”, in *Ditama - Dicionário Temático de Macau*, vol. 1.
- 5 C. R. Boxer, *Macau na Época da Restauração*, pp. 28 e 86-87; Juan Baptista Roman, “Relación de Juan Baptista Roman factor de las Islas Philipinas en Macan”, in Carlos Sanz, *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceanía*, pp. 370-384.
- 6 Rui d’Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*
- 7 *Ibidem*, pp. 57-62.
- 8 “Arezoado, em que se apontão algumas rezois por onde não convêm ao bem desta cidade erem os Portugueses a Cantão à feira”, pp. 40-60.
- 9 António Bocarro, *Década XIII da Historia da India*, vol. 2/179, pp. 731-732.
- 10 Rui d’Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*, pp. 78-82, 153-162 e “Arezoado, em que se apontão algumas rezois...”, p. 49.
- 11 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, pp. 50 e 338.
- 12 “Chapa que apresentou o S.^o Gov.^o, q.^o tinha expe.^{do} ao Tribunal Superior de Cantão sobre Representação dos Privilégios, q.^o esta Cid.^e fez ao d.^o tribunal mencionada na Ver.^{am} de 29 de Fever.^o de 1792”, in Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良, *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado. Fundo das Chapas Sínicas em Português, 1749-1847*, vol. 1, p. 393.
- 13 Sobre estes notáveis as obras de C. R. Boxer trazem inúmeros elementos biográficos esclarecedores, nomeadamente, “Carreira and Cabotagen. Some aspects of Portuguese Trade in the Indian Ocean and the China Sea, 1500-1650”, pp. 124-126, *The Great Ship From Amacon. Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640. Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the history of Macao*, bem como o estudo de George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império. Os Portugueses na China (1640-1754)*, cap. III-IV; e o de Léon Bourdon, “António Fialho Ferreira et le project de liaison Macao-Lisbonne en droiture, 1640-1645”, pp. 101-128.
- 14 Immanuel C. Y. Hsu, *The Rise of Modern China*, p. 193.
- 15 Chang Pin-Tsun, “Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth Century Fu-chien (Fukien)”, p. 165; Immanuel C. Y. Hsu, *The Rise of Modern China*, pp. 189-219.
- 16 So Kwaun-wai, *Japanese Piracy in Ming China During the Sixteenth Century*, 1975.
- 17 P’eng Tse-I, “Ch’ing-tai Kwangtung Yang-hang Chih-tu Te Ch’i-yuan” [A origem do sistema Hong em Cantão na dinastia Qing], pp. 16-18.
- 18 Weng Eang Cheong, *Hong Merchants of Canton: Chinese Merchants in Sino-Western Trade, 1684-1798*; George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império...*, pp. 130-131.
- 19 Immanuel C. Y. Hsu, *The Rise of Modern China*, pp. 189-219.
- 20 António Bocarro, “Descrição da Cidade do nome de D.^s da China”, in C. R. Boxer, *Macau na Época da Restauração...*, p. 38.
- 21 C. R. Boxer, *The Great Ship From Amacon...*, p. 169.
- 22 *Guang Dong Hai Fang Hui Lan* (Colectânea de Documentos sobre Defesa Costeira de Guangdong), rolo 37, coligida por Lu Kun. Tradução do Dr. Lu Yan Bin.
- 23 *Aomen Jilüe*, de Yin Guangren 印光任 e Zhang Rulin 张汝霖, editado pela primeira vez em 1751. Trecho traduzido pelo Dr. Lu Yan Bin.
- 24 Marco d’Avaló, “Descrição da cidade de Maccaou...”, citado por C. R. Boxer, em *Macau na Época da Restauração*, p. 85.
- 25 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 102; Rui d’Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*, pp. 149-166.
- 26 “Chapa sobre os estrangeiros q.^o vierem de Cantão a Macao”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 1, p. 15.
- 27 *Ibidem*, p. 16.
- 28 “Onze Cap.^{los} da Pedra assim mencionada”, de Dezembro de 1749, assinado por Quelon Susimenjo Xshio Citti, in *ibidem*, vol. 1, pp. 11-13.
- 29 Edital do Senado de 1851, in *Boletim do Governo da Província de Macao, Timor e Solor*, 1851.
- 30 George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império...*, p. 56.
- 31 Para uma visão mais aprofundada consultar Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “O enquadramento de Macau na administração local chinesa”, in *Correspondência Oficial...*, vol. 1, pp. 16-44; T’ung-tsu Ch’u, *Local Government in China Under the Ch’ing* e o estudo genérico de referência: Charles O. Hucker, *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*, pp. 75-78 e 88-91.
- 32 “Uma chapa sem data de 1810”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 4, p. 393.
- 33 *Ibidem*.
- 34 *Ibidem*.
- 35 *Ibidem*.
- 36 Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Introdução”, *Correspondência Oficial...*, vol. 1, p. 43.
- 37 *Aomen Jilüe*, p. 28, citado por Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 1, p. 43, nota 198, ou Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência...*, pp. 443-445.
- 38 *Ibidem*.
- 39 A. Marques Pereira, *As Alfândegas Chinesas de Macau*, in Carlos Pinto Soares e Orlando Neves (eds.), *De Longe à China*, vol. 2. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 612.
- 40 “Arezoado, em que se apontão algumas rezois...”, p. 57.
- 41 *Ibidem*, p. 49.
- 42 “Termo de assento, e acordo que se tomou, estando o povo junto, sobre os negocios, e feira de Cantão neste anno de 1638”, p. 199.
- 43 Diogo do Couto, *Década XII*, Liv. 1, cap. XVIII.
- 44 Este último era considerado o mercador mais poderoso de Goa, director na Índia da Companhia Portuguesa das Índias de 1628 a 1633, negociou em diamantes e financiou o próprio Estado da Índia. Boxer, *O Grande Navio de Macau*, pp. 117-119.
- 45 “Copia de Consulta do Conselho de Cantão sobre as províncias digo providencias pedidas ao Suntó desta Província a beneficio da Cidade de Macao”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 4, p. 153.
- 46 “Uma chapa sem data de 1810”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 4, p. 383.
- 47 Marco d’Avaló, “Descrição da cidade de Maccaou...”, publicada por C. R. Boxer em *Macau na Época da Restauração*, pp. 87-88.
- 48 C. R. Boxer, “Portuguese Roteiros 1500-1700”, in *Mariner’s Mirror*, n.º 20, 1934, pp. 171-186; e idem, “Some Early Portuguese Bills of Lading 1625-1708”, in *Mariner’s Mirror*, n.º 25, 1939, pp. 24-34.
- 49 “Advertencias de muita importancia ha Magestosa coroa del Rey nosso Senhor Dom João o 4.^o do nome, offerecidas e apresentadas ao dito Senhor no seu Conselho do Estado da Índia, em mão do Senhor Vice Rey Dom Phelipe Mascarenhas, por Jorge Pinto de Azevedo morador na China em Março de 1646”, p. 518.

HISTORIOGRAPHY

- 50 Ver Rui d'Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*, e neste Dicionário: "O Comércio de Macau".
- 51 "Uma chapa sem data de 1810", in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial...*, vol. 4, pp. 383-386; H. B. Morse, *The Guilds of China, with an Account of the Gild Merchant or Co-hong of Canton*, vol. 1, pp. 77-78; Immanuel C. Y. Hsu, *The Rise of Modern China*, pp. 195-199.
- 52 Rui d'Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*, George Bryan Souza, "Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea c. 1600", pp. 69-79; Roderich Ptak, "Merchants and Maximization: Notes on Chinese and Portuguese Entrepreneurship in Maritime Asia, c. 1350-1600", pp. 57-59.
- 53 Claudine Salmon, "Les marchands chinois en Asie du Sud Est", pp. 331-351.
- 54 Richard John Lufrano, *Honorable Marchants: Commerce and Self-Cultivation in Late Imperial China*.
- 55 Rui d'Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*; George Bryan Souza, "Portuguese Country Traders...", p. 77.
- 56 W. S. Atwell, "Notes on Silver, Foreign Trade, and the Late Ming Economy"; R. Huang, *Taxation and Government Finance in Sixteenth Century Ming China*, p. 243.

BIBLIOGRAFIA

- "Advertencias de muita importancia ha Magestosa coroa del Rey nosso Senhor Dom João o 4.º do nome, offerecidas e apresentadas ao dito Senhor no seu Conselho do Estado da Índia, em mão do Senhor Vice Rey Dom Phelipe Mascarenhaz, por Jorge Pinto de Azevedo morador na China em Março de 1646" [Biblioteca Pública de Évora, Cod. 54-XI-21, n.º 9 (1646)]. Publicado por Artur Teodoro de Matos, "Advertências" e 'Queixumes' de Jorge Pinto de Azevedo a D. João IV, em 1646, sobre a decadência do Estado da Índia e o 'proveito' de Macau na sua 'Restauração', in *Povos e Culturas*, n.º 5, Lisboa, 1996.
- "Arezoado, em que se apontão alguas rezois por onde não convém ao bem desta cidade erem os Portugueses a Cantão à feira" (1622). Publicado por Luís Gonzaga Gomes, "Documentos Setecentistas Portugueses no Arquivo Colonial da Holanda", in *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 1975, pp. 40-60.
- Atwell, W. S., "Notes on Silver, Foreign Trade, and the Late Ming Economy", *Ch'ing-shi Wen-t'i*, 3, n.º 8, 1977.
- Bocarro, António, *Década XIII da Historia da Índia*. Edição de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1876, vol. 2/179, pp. 731-732.
- , "Descrição da Cidade do nome de D.ª da China" (de 1635), integrada na sua obra *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental...* [Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV/ 2-1, fl. 155-162]. Publicada por C.R. Boxer em *Macau na Época da Restauração*.
- Bourdon, Léon, "António Fialho Ferreira et le project de liaison Macao-Lisbonne en droiture, 1640-1645", in *Economia e Finanças. Anais do Instituto Superior de Ciências Económica e Financeiras*, vol. 19, 1951, pp. 101-128.
- Boxer, C. R., *Macau na Época da Restauração (Macau Three Hundred Years Ago)*. Macau: Imprensa Nacional, 1942.
- , *The Great Ship From Amacon. Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Macau: Instituto Cultural de Macau/ Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988. Os mesmos editores publicaram, em 1989, a versão portuguesa deste estudo, *O Grande Navio de Amacau*.
- , "Carreira and Cabotagen. Some aspects of Portuguese Trade in the Indian Ocean and the China Sea, 1500-1650", in *Renaissance and Modern Studies*, 1986, vol. 30, 1957, pp. 45-59.
- , *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*. Londres: Variorum Reprints, 1986.
- , *Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the history of Macao*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1948 (reed. Hong Kong: Oxford University Press, 1968).
- Chang Pin-Tsun, *Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*. Dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Princeton, 1983, p. 165.
- Chaudhuri, K. N., *The Trading World of Asia and the English East Indian Company, 1660-1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- Chen Mao Heng 陈懋恒, *Ming Dai Wo Kou Kao Lue* 明代倭寇考略. Pequim: Renmin Chubanshe, 1957.
- Couto, Diogo do, *Décadas*, 17 vols. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778-1788.
- Deng Kaisong 邓开颂 e Huang Qichen 黄启臣, *Aomen Gangshi Ziliao Huibian [1553-1986]* 澳门港史资料汇编 [1553-1986]. Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1991.
- Dermigny, Louis, *La Chine et l'Occident: Le commerce à Canton au XVIIIè siècle, 1719-1833*, 4 vols. Paris: SEVPEN, 1964.
- Ditema – Dicionário Temático de Macau*, vol. 1. Direção de Rui Martins. Macau: Universidade de Macau, 2010.
- Fairbank, John King, *Trade and Diplomacy on the China Coast: The Opening of the Treaty Ports, 1842-1854*. Stanford: Stanford University Press, 1969.
- Fitzpatrick, Merrilyn Anne, *Local Administration in Northern Chekiang and the Response to the Pirate Invasions of 1553-1556*. Dissertação de doutoramento apresentada na Universidade Nacional da Austrália, 1976.
- Flores, Jorge Manuel, "Macau e o comércio da baía de Cantão, (séculos XVI-XVII)", em Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. R. Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Macau e Lisboa: [s.n.], 1993.

HISTORIOGRAFIA

- Higgins, Roland L., *Piracy and Coastal Defense in the Ming Period. Government Response to Coastal Disturbances, 1523-1549*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade do Minnesota, 1981.
- Hsi, Angela Ning-jy Sun, *Social and Economic Status of the Merchant Class of the Ming Dynasty, 1368-1644*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade do Illinois, 1972.
- Hsu, Immanuel C. Y., *The Rise of Modern China*, 2.^a ed. Londres: Oxford University Press, 1975.
- Huang, Ray, *Taxation and Government Finance in Sixteenth Century Ming China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- Hucker, Charles O., *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*. Taipé: SMC Publishing Inc. 1995.
- Ishihara Michihiro, *Wakô*. Tóquio: Yoshikawa Kôbunkan, 1944.
- Jesus, C. A Montalto de, *Macau Histórico*, 1.^a ed. portuguesa da versão apreendida em 1926. Macau: Livros do Oriente, 1990.
- Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良, *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado – Fundo das Chapas Sínicas em Português, 1749-1847*. Macau: Fundação Macau, 2000.
- Lobato, Manuel Leão Marques, *Política e Comércio dos Portugueses no Mundo Malaio-Indonésio (1575-1605)*. Tese de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- Lourido, Rui d'Ávila, "A rota marítima da seda e da prata: Macau- Manila desde as origens a 1640", tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. Uma síntese, "The impact of the Silk trade: Macau-Manila, from the beginning to 1640", in Vadime Elisseeff (ed.), *The Silk Roads Highways of Culture and Commerce*. Paris/Nova Iorque: UNESCO/Berghahn Books, 2000.
- Lufrano, Richard John, *Honorable Marchants: Commerce and Self-Cultivation in Late Imperial China*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1997.
- Morse, H. B., *The Guilds of China, with an Account of the Gild Merchant or Co-hong of Canton*. Londres: Longmans, Green & Co., 1909.
- , *The International Relations of the Chinese Empire*. Londres: Longmans, Green & Co., 1910, vol. 1, cap. 3-6.
- Pearson, M. N., *Merchants and Rulers in Gujarat. The Response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- , "Indigenous dominance in a colonial economy. The Goa rendas, 1600-1670", in *Mare Luso-Indicum*, vol. 2, Paris, 1973, pp. 61-73.
- P'eng Tse-I 彭泽益, "Ch'ing-tai Kwangtung Yang-hang Chih-tu Te Ch'i-yuan" 清代广东洋行制度的起源 (A origem do sistema *bong* em Cantão na dinastia Qing), in *Li shih yen-chiu* 历史研究. Pequim, 1957, pp. 1-24.
- Ptak, Roderich, "Merchants and Maximization: Notes on Chinese and Portuguese Entrepreneurship in Maritime Asia, c. 1350-1600". In *China and the Asian Seas: Trade, Travel, and Visions of the Others 1400-1750*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1998.
- Roman, Juan Baptista, "Relación de Juan Baptista Roman factor de las Islas Philipinas en Macan", publicada por Carlos Sanz in *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceanía*. Madrid: Librería General, 1958, pp. 370-384.
- Salmon, Claudine, "Les marchands chinois en Asie du Sud Est", in Denys Lombard et Jean Aubin (eds.), *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13^e-20^e Siècles*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988, pp. 331-351.
- Scammell, G. V., "Indigenous Assistance in the Establishment of Portuguese Power in Asia", in *Modern Asian Studies*, 14, 1980, pp. 1-11.
- So, Kwan-wai, *Japanese Piracy in Ming China During the Sixteenth Century*. East Lansing: Michigan State University Press, 1975.
- Souza, George Bryan, *A Sobrevivência do Império. Os Portugueses na China (1640-1754)*. Trad. de Luísa Arrais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- , "Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea c. 1600", in Om Prakash (org.), *European Commercial Expansion in the Early Modern Asia*. Aldershot: Ashgate, 1997, pp. 69-80.
- Steensgaard, N. *Carracks, Caravans and Companies: the Structural Crisis in the European-Asian Trade in the Early 17th Century*. Copenhagen, 1972.
- Subrahmanyam, Sanjay, *Merchant Networks in the Early Modern World, 1450-1800*. Aldershot: Variorum Books, 1996.
- "Termo de assento, e acordo q. se tomou, estando o povo junto, sobre os negocios, e feira de Cantão neste anno de 1638", *Arquivos de Macau*, 1.^a série, vol. 3, n.º 4, Julho de 1931, pp. 199-200.
- Thomaz, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- , "Les Portugais dans les mers de l'archipel au XVI siècle", *Archipel* 18, 1979, Paris.
- Tracy, James D. (ed.), *The Rise of Merchant Empires: Long-distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750*. Nova Iorque/Londres: Cambridge University Press, 1990.
- T'ung-tsu Ch'u, *Local Government in China Under the Ch'ing*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1988.
- Weng Eang Cheong, *Hong Merchants of Canton: Chinese Merchants in Sino-Western Trade, 1684-1798*. Richmond, Surrey: Curzon Press, 1997.
- Willis, John E., Jr., "Maritime China from Wang Chih to Shih Lang: Themes in Peripheral History", in Jonathan D. Spence e J. E. Willis, Jr., eds. *From Ming to Ch'ing: Conquest, Region and Continuity in the Seventeenth Century*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1979.
- Wong Chor Yee, *Proto-Industrialization and the Silk Industry of the Canton Delta, 1622-1934*, tese de doutoramento apresentada na Universidade de Wisconsin, 1997.
- Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

Probing Macao as Part of the Larger Analysis of Global City and Megalopolis (1720-1820)

TEDDY Y. H. SIM* AND SANDY J. C. LIU**

The nature of settlements in the new millennium global network and landscape has been the predominating discussion in regionalism and global cities since the end of the last century,¹ and this paper will touch upon this rhetoric while examining the case of pre-modern settlements and regionalism along the China coast. The highly linked-up state of the contemporary world has its origins, after all, in the pre-modern period, even though the driving forces might have changed. At the larger level, this study hopes to probe into the demography, markets and routes between Canton and Macao, and in the process to investigate aspects of linkages

between Canton, Macao and the Pearl River delta in the period 1720-1820. The paper is confined to the hundred years between 1720 and 1820 for three reasons: 1) The long 18th century has been touted as the transitional period between the early modern period and the 19th century; 2) the investigative period has been shifted later by two decades to utilise the data available; and 3) the period is located between the points during an attempted revival of the Cohong (1720) and the change of winds towards a new era in the 1840s.

This paper will re-examine the data and criteria for judging and discussing 'global cities' of the past, especially Canton. A comparison will be made with other similar settlements in other parts of the world and along the China coast. Beyond analysing Canton as a city, the megalopolis of the settlement is also explored. In the process an attempt will be made to overlay market and demographic data on the extended area. Finally, attempting a tour-guide like description, the ways up from Macao to Canton, especially on the inland side, are investigated. This is done in the context of a review of the relations and linkages between the 'enclave' and the global settlement. The linkages between Canton and Macao are also discussed in terms of certain modelling

* Ph.D. from Wollongong, Australia, 2007. Teddy's research interest is focused on the Portuguese in the East in the 17th and 18th centuries. His book, *The Portuguese Enterprise in the East 1707-57*, is forthcoming in early 2011.

Doutorou-se em Wollongong, Austrália, em 2007. Os seus interesses centram-se na presença portuguesa no Oriente nos séculos XVII e XVIII. No prelo está a sua obra *The Portuguese Enterprise in the East 1707-57*.

** Masters of Strategic Marketing (M.S.M.) from Wollongong, Australia, 2003. Sandy's research interest is focused on commercial activities of the Overseas Chinese in the Malay Archipelago in the 18th and 19th centuries.

Concluiu um Mestrado em Marketing Estratégico, em Wollongong, Austrália, em 2003. Os seus interesses centram-se nas actividades comerciais dos chineses ultramarinos no arquipélago malaio nos séculos XVIII e XIX.

HISTORIOGRAFIA

identified for the study. A. F. Burghardt's idea of a gateway settlement (cum central place), in conjunction with the notion of a polycentric network scheme, can be modelled and analysed for their on-the-ground fit. In the process, Skinner's central place application and stages of development of markets in the Pearl River delta is re-visited for discussion. On the classification of markets, one may even re-examine Clifford Geertz' idea of a bazaar and investigate the degree to which this type of market fit and applied on the ground.

Surveying the research on Macao in the 18th century, one can identify quite a few prominent works. On Canton, one can find even more contributions to the subject arising from a number of reasons. The relations between Macao and Canton would usually be taken up in one way or another in these works. More intently, on the discussion of economically related issues (if one could delineate them as such), the (official) process of foreign and imported goods being transported up the (outer) Pearl and West rivers was relatively well known. Studies have been undertaken on goods being handled at Canton or Macao, such as porcelain, silk or tea in the former, and sandalwood in the latter. Less attention was given to exchange and linkage at the level of the petty traders, whether permitted or unauthorised, owing partly to the lack of hard data on trade.

P. Van Dyke's thesis,² tuned into a published book, is worthy of highlight because it raises many issues for update and discussion, some of which were thought to have been resolved. This work represents a certain milestone because it was able to expand on details in the trading activities undertaken at Canton by tapping a variety of materials like ships' logs and journals as well as merchants' papers and letters from the USA and a number of countries in Europe, whereas previous works were more reliant on one major source or sources from a particular place. More than this, Van Dyke's work has its title and focus on Canton but reveals quite a bit about the role of Macao, and in fact it encourages researchers to conceive of Canton with the surrounding settlements as an interlinking and functioning economic unit. Further details on other issues, such as the procedure upriver, were unveiled.

As noted by Van Dyke, previous generalised works, such as those by L. Dermigny, D. Basu, or Huang Qichen 黄启臣, tended to focus on the more bulky trade with foreigners and on refinements (from

H. B. Morse) of volume estimates of trade undertaken at Canton. An important spatial study by W. Skinner was applied to settlements over broad regions in China, including the Lingnan area and specifically the Pearl River delta in the late 19th century. On the coastal areas, Chinkeong Wong, for instance, has initiated a valuable investigation on specific settlements and their linkages. One specialist (K. C. Fok) on Macao historical studies remarked that there was 'much' literature on the economic and commercial developments in the Pearl River delta, although this writer believes that many of these were focused on Hong Kong or the contemporary era.³

On the Chinese side, there is the feeling that works from the 1980s focus on areas like Jiangnan, although the first volley on the commercialisation of agriculture and markets in the Pearl River delta (in the form of an article, by Ye Xianen 叶显恩 and Tan Lihua 谭棣华⁴) was fired during that time. While Luo Yixing 罗一星's work⁵ was targeted at Foshan, some research was done on the rise and fall of Macao, and external trade as well. Further works on the Pearl River delta in the late 1980s continued to focus on economic development, goods and markets. Impressive progress has been made on late 19th century Qing studies on economic linkages between goods and markets as well as the bigger and treaty ports like Shanghai. Academics on the mainland concede there still is a lack of overall coordination when compared to Japan or Taiwan and western literature, and their theories have not been proven in local studies.

CANTON AS A GLOBAL CITY

What constitutes a global city? The idea of a 'world city', broached in a seminal work as early as in 1966, appears to 'rank cities according to their disproportionate geo-economic power in the world-system.'⁶ This 'disproportionate' power has often been investigated in terms of the multinational corporations and their operations in those cities. The response and interaction of a city in the form of the evolution of new hierarchies and sectors, as well as expanded size, has contributed to shaping the present state of discussion. Naturally, the discussion is not too

Xiangshan district, Guangdong Province,
20th year of the reign of Jiaqing (1815).

香山縣圖



HISTORIOGRAFIA

far detached from certain basic indicators, such as the population and linkages that the settlement has attained or formed. Although the opening paragraph of this section appears to use the terms 'global' and 'world' interchangeably, the equivalence is not to be assumed. For one researcher, world cities can refer to 'a type of [large and well-connected] city which we have seen over the centuries.'⁷ 'Global' city refers to a settlement that is more contemporary. Some would go further to insist on mutual exclusivity between characteristics associated with 'global' and 'world' settlements. Current theories of how cooperative economic zones (hence, emphasis on the polycentric model and a more regional approach) serve as a strategy for developing the country have become popular with the rise of the fifth dragon (Guangdong Province). The mega-city of Canton surely draws its late 20th and 21st century status in some form from the legacy and accumulated experience of long-standing developments, excepting the periods of disruption and discontinuity. What kind of 'experience', then, did Canton build up from?

Located not far from the 'confluence' of three tributaries of the Pearl River system to the west of the city of Canton is situated in one of the most fertile areas in south China, with its mild climate coupled with rich alluvial soil that allows high productivity and 'triple cropping of rice' on the Pearl River delta.⁸ In terms of drainage into the sea, the Pearl River (with abundant rainfall) easily surpasses the Yellow River at seven times the volume and is second only to the Yangtze among Chinese rivers. The average depth of the river is seven metres, and it is raised further during high tide. On average, this meant that a small steamer which 'took in' up to thirty metres of water was able to sail into Huangpu and along the West tributary (especially on the leg further west), and a vessel of 400-500 tons (equivalent to the capacity of a Chinese junk) was able to navigate there. On the delta plain, distributaries formed a fine and closely knit web, making the lower vicinity of Canton highly navigable for all manner of small vessels.⁹

The spot in which Canton is located features a long and enduring history. Panyu was listed in the Han dynasty's *Shiji* 史记 [*The Records of the Grand Historian*] as a city of 'big fanfare' (among the eighteen which existed at that time) and carrying a variety of goods. The Silk Road on the sea, which began during

the Han dynasty, was recorded in the *Hanshu* 汉书 [*The Book of Han*] to have started off from China at Xu Wen County (in Guangdong). The route gradually grew more sophisticated, and Song China was trading with over fifty countries through Guangzhou. The travels of Marco Polo and his family during the Yuan dynasty are well known. Incidentally, at the end of their service, the Polos chose to return to Venice via the sea route. In the same period, logs by other famous travellers like Ibn Battuta described Canton as 'one of the biggest cities in the world' featuring 'beautiful markets, rich variety of goods on display, and cosmopolitan; and having a mosque in the city.'¹⁰

The Silk Road trade, during and especially nearing the middle period of the Qing dynasty, underwent yet further evolution: 1) Despite the continued dominance of trade monopolies (i.e. the Dutch V.O.C. and the English E.I.C.), English traders (whom H. Fuber referred to as the initiators of the 'great commercial revolution') added to the already extensive trade carried by the 'unofficial' traders, such as the Portuguese *levantados* and the Chinese junk traders¹¹; 2) Although the Dutch remained a force of their own in the Indonesian archipelago, the political economy of the ascending British hegemony was shifting trade activities to British areas of influence in India. At China's end of the Silk Road, England's share of the import and export trade was at least half of the total volume in the 1760s, and about three-quarters of the total in the 1830s. In terms of trade structure, tea had become the most important item of trade, followed by silk and related products.¹²

The extent of China's new Silk Road trade was also conditioned by domestic developments. Coastal and maritime trade had been seriously affected during the Ming-Qing transition because renegades of the former dynasty were putting up their last resistance, partly, along coastal provinces and offshore islands. Although there has been a tendency to characterise the beginning of the Canton system and trade as having picked up from 1757, recent efforts have begun to trace the system to the abolition of the coastal curfew in the 1680s (after the last pretenders of the previous dynasty abdicated).

A monograph by Ng C. K.¹³ that tried to sketch the trade network of Amoy (1680-1730) re-affirmed that the internal web was already sophisticated, and goods required for overseas export were 'efficiently'

HISTORIOGRAPHY

shuttled in that system. Ng affirms, too, that the 'internal' trade and trading web rose after the 1680s and flourished during the time of the Yongzheng Emperor (1722-1735). All sorts of goods from the other parts of the coast and the north were brought down to Amoy for further distribution. For instance, cloth, cotton, silk and some foodstuffs came from Suzhou and Ningpo (in Jiangsu and Zhejiang respectively); more foodstuffs as well as medicinal herbs came from Shandong and Manchuria further north. The emphasis of Ng's work was, of course, to highlight that many of these goods, in addition to whatever else was shipped up from Fujian, were re-directed to Taiwan, which reciprocated with rice, sugar and other foodstuffs. Some of the goods were also loaded for destinations in the South China Sea. Seen from this angle, Canton was an 'outpost' of the network centered in Fujian, where indigenous goods were re-transferred to Nanyang, or where foreign goods were brought up for re-distribution. However, this was the period in which Canton was not the only port-of-

call for foreigners. Foreigners could go up to Amoy (in Fujian) and engage the *hang* or *pubu* 舖戶 (shopkeepers who were better established) there.¹⁴ Here, Canton was 'justifiably' underestimated in Ng's work because the attention of his book was focused on the rice trade involving the leg between Taiwan and Nanyang.

According to a work by Huang Qichen on customs and trade networks, the coastal trading web in the late 18th century continued to operate along the same main routes, i.e. 1) the Fujian-Taiwan route (although whether Amoy continued to be as prosperous was another matter); 2) the route linking up to Zhejiang, Jiangsu, Shandong and Fengtian further north; 3) the route connecting to Guangdong; 4) the western access to Canton; 5) here, the Guangdong route linking directly to Zhejiang and Jiangsu, as well as ports in the north, might have emerged after 1757;

Chinese merchant's house near Canton. Engraving by W. H. Capone from a drawing by T. Allom, c. 1843.



Macao, portrayed on a map from the 14th year of the reign of Jiaqing (1809).



HISTORIOGRAPHY

6) as before, ports in Jiangsu and Zhejiang also linked between themselves, and to ports up north. If the Guangdong route emerged or became more important after 1757, then one can say that Canton had become more prominent. The previous western access to places outside was replaced by indigenously sanctioned ones. Only in this way can we say that the role of Canton as a 'gateway' for Chinese merchants seeking western goods and for westerners seeking Chinese products was heightened.¹⁵

In the first few decades of the 19th century before 1840, the trade and transportation network was noted to be well spread inland. In the south, links were established with Guizhou, Yunnan and Sichuan; in the centre, Hunan, Hubei, Henan and Jiangnan; up north, Shanxi, Sanxi, Zhili and Gansu. From the southern areas, a number of types of precious metals and stones, medicinal herbs and some feathered products flowed into Guangdong. From the centre came honey, almonds, silk-related products and green tea. From the northern areas, we have leather products, a variety of wines, some metals and precious stones, medicine (especially ginseng) and tobacco. From Guangdong, a wide range of goods, which included western goods, cotton and cloth products, as well as a rich variety of local products, went inland.

A 'relação' attached to a proposal by a Portuguese governor of Angola (1764-1772) reporting on trade in the Indian Ocean and the East listed the following goods to be exported from China: sugar, a variety of wood, pearls, pots and pans of iron, crockery of Chinchou (Chaozhou), a variety of cloth including silk, cotton and satin, both green, black and Lapsang Souchong tea, a variety of medicinal products like camphor and rhubarb, paper umbrellas, alum crystals, as well as a copper alloy.¹⁶ From near Southeast Asia, China imported fine sugar, camphor, benzoin, ambom, coral, woollen cloth and bird's nest.¹⁷ From Coromandel, Madras and Bengal on the south-western coast to

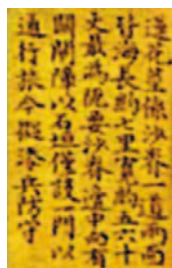
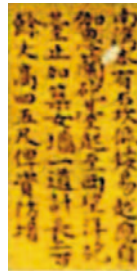
Calicut and Malabar on the south-eastern coast of India (including Ceylon), the following commodities came to China: cotton, silk (raw) and cloth, shark's fin, cow hides, sandalwood, timber and wood,

(medicinal) opium, cardamom, pepper, rice, saltpeter, *meira goma*,¹⁸ oil (from clove), sandalwood, and pearls. From other parts of India, agata beads were carried to Cochinchina from Surrate before being re-exported to China. Fish maw came from Bombaim. From an even wider network, as far away as Muscat and Persia, the following goods were imported, some of which were re-exported from India: incense, indigo, myrrh, rhinoceros horns, dates, attar of roses, almonds, mocha coffee, wheat, cloth, precious stones and pearls.¹⁹

Not only was the variety of goods rich, but the volume traded increased by almost three times from the 1760s to the 1830s. Given the sophisticated links to the internal market and the outside world, one would no doubt find the experience of walking through the streets of Canton to be one of being in a shoppers' paradise; in the modern context, it was perhaps equivalent to going to a megamall in a big city. The number of *xushi* 墟市 (regular markets)²⁰

within the city was numerous, and besides these there were the trading houses, *lan* 栏 (pen-spots),²¹ docks for the transference of goods and passengers, etc. The pen-spots were very specialised, being labelled as those who sold rice, pigs, fish, etc. Adjacent to the thirteen trading houses, there was the Haopan Street, where many merchants and goods were gathered, with many teahouses to serve them.²² On the canals, J. M. Downs has described the sampan communities and markets on the water filling with all manner of services and goods providers like 'boats carrying barbers, food peddlers, fortune-tellers ... as well as hundreds of flower boats, in what was dubbed the "Golden Ghetto."²³

Viewing Canton from a demographic angle, and drawing upon secondary data from T. Chandler and G. Fox, the authors ranked Canton in third place in the list of top ten cities in the year 1800. In 1750 the ranking was sixth, and half a century earlier, the ranking was pegged at twelfth. The criteria for ranking came from computed, which were derived from figures units (house, parish or administrative units) appropriate multiplier.²⁴ The population and 1800 were



HISTORIOGRAFIA

computed to be 300, 500 and 800 thousand, respectively. Elsewhere, Roberts Marks, in investigating rice, food supply and market structure in the Lingnan region, detailed in a footnote the population of Canton in 1753 to be 'on the order of 600,000', supposedly taking into account the populations of Nanhai and Panyu *xian* 县 [counties], but he did not go further to explain his methodology. Where this essay is concerned, two sets of data are referred to: a 1776 Qianlong series and an 1820 Jiaqing series. The first set of data comes from the *Population History of China*, which in turn drew from *Qing Chao Wen Xian Tong Kao* 清朝文献通考 [*Qing Dynasty Comprehensive Study*]. The latter set of figures is culled from a prefecture gazetteer revised during the 5th year of the Guangxu period (1879), which on further checking was found to be drawn from the 1820 census of the Jiaqing period. Then, setting a 'conservative' multiplier of 70 per cent urbanisation for the Central region and multiplying the population figures of the relevant counties (Panyu and Nanhai) yields a city population for Canton of over 800,000. Returning to the data by T. Chandler, the picture for the other coastal cities reveals: 1) Amoy did not seem to surpass the 100,000 mark despite having a boom time in the 1730s and 1750s; 2) Ningpo was an equivalent if not much larger city further north but did not cross the 200,000 mark in 1800; 3) Suzhou and Hangzhou were listed as two of the top forty world cities, but their populations did not catch up with Canton until 1825 at 480,000 and 600,000 respectively.

Finally, in terms of perception by westerners and other foreigners, well-known English and American accounts, such as those by J. Barrow (who accompanied the First Earl of McCartney in the embassy delegation to Beijing in 1792) and W. Hunter, never failed to acknowledge the goods and monies that congregated at Canton, even though they wrote negatively about the system of trade at Canton or the general affairs in China.²⁵ The journal entries of the Dutch traders, as used and depicted in L. Blussé's work on major settlements in Asia in the 18th century, conveyed similar tensions but again never failed to note the abundance of commodities and lavishness of wealth that was displayed at Canton. To summarise, there is no doubt that Canton qualifies as a global city in the 18th century on several grounds: 1) it had very sophisticated internal and external trade network links; 2) its population was

ranked at an internationally competitive level and held its own; and 3) perceptions by westerners indicated that Canton was vibrant and a place to do business in China.

THE EXTENDED AREA OF CANTON

Contemporary mega-cities are enmeshed with their immediate and wider regions. The rise of the mega-city of Canton, broached briefly in the preceding section, does not refer only to the city per se. It refers practically to the entire region of the Pearl River delta linked up densely by a host of specialized functions in the different sub-regions and sectors. This is analogous, as P. Hall acknowledges, to the megalopolis identified by J. Gottmann.²⁶ Studying cases from the past presents a different problem to studying contemporary ones. For studying contemporary cases, the age after computers became widely available presents new avenues for obtaining data and evidence hitherto not available. While at this point in time data may not be revealing to any large extent about the linkages in the Canton and Pearl River delta region, the fitting of certain identified modelling on the connections of the area *vis-à-vis* the available evidence can shed a more holistic, if preliminary, picture of the global settlement and its surrounding locality during a particular window of time in history.

A model that can be invoked for the discussion of Canton is A. F. Burghardt's idea of a gateway settlement.²⁷ W. Skinner's series of papers in the mid-1960s on networks in rural China applying Christaller's theory to Guangdong Province is ground-breaking and continues to hold valuable ideas to dwell upon. Luo Yixing's more current market network typification for Lingnan can be discussed critically. The applicability of C. Geertz' conception of the bazaar market network on the Pearl River delta can be brought up for re-discussion. A more contemporary modelling by R. Smith, who drew upon the Actor-Network theory, or a new hypothesis involving the sub-region in question, can be fitted and invoked for further discussion.

The boundary of the Pearl River delta in consideration requires some clarification before any discussion is initiated. The 'central' area of G. Skinner's Central Place Theory (CPT) conception encompasses roughly the counties of modern Zhuhai, Zhongshan, Shunde, Panyu, Nanhai, Guangzhou city, and parts

HISTORIOGRAPHY

of Sanshui, Huaxian, Conghua, Zhencheng and Dongguan. The administrative boundary of Canton of the Qing period included Jiangmen city, parts of Xinhui, Taishan, Shenzhen, Baoan, and Longman counties, as well as part of the present Hong Kong Special Administrative Region.

Although there has been a tendency to characterise the beginning of the Canton system and trade as having picked up from 1757, recent efforts have begun to trace the system to the abolition of the coastal curfew in the 1680s (after the last pretenders of the previous dynasty abdicated).

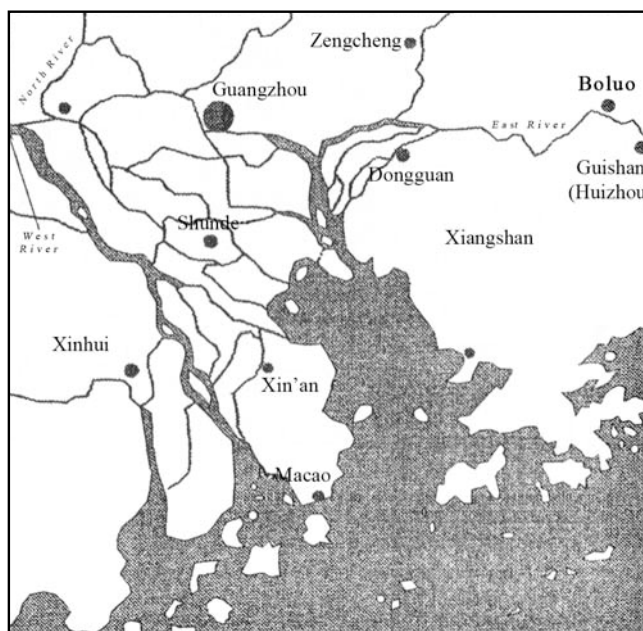
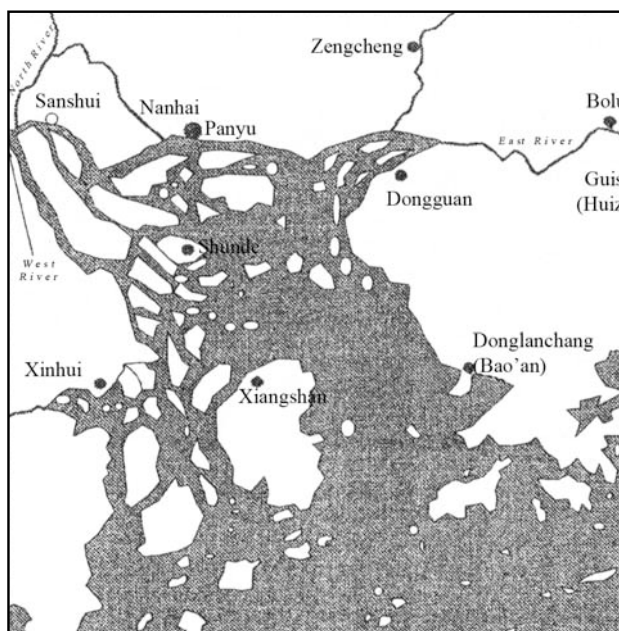
To pre-empt an anticipated overlap in the discussion of the terms ‘gateway’ and ‘central place’, a question that can be asked is whether these can be simultaneously applied to Canton? What evidence can be analysed in this paper on the operating area of Canton?²⁸ The analysis can be undertaken, as raised in Skinner’s ‘Cities and Hierarchy of Local Systems’,²⁹ though by no means mutually exclusively, from both an economic plane and an administrative level. The general thesis pertaining to whether the port or area in question developed into a central place or gateway area depends on its subsequent path of evolution. In the beginning, the inflow of wealth and activity into the port needed to permit ‘an extended tributary area’. If the ‘tributary area’ was large enough, other central places or ports could develop in it. The central place or port in question could become ‘highly productive’ or be providing ‘high service functions.’ The highly productive central places that were ‘inland’ (as in any standard central-places) became points of internal distribution. A gateway city providing high service functions could be inland or coastal, and serve trade connections that were ‘principally long distance.’

Canton was a ‘gateway’ settlement because: firstly, Canton can be said to be situated and ‘developing in the contact zones between areas of differing intensities or types of production, along or near economic shear lines’.³⁰ It is safe to say that Canton acted as a major disseminating point for imported non-western and western goods. The types and varieties of commodities imported into and exported from Canton have been described in the previous section. In connection with monetary history, the Canton-Macao nexus was also an important portal for the inflow of silver into China from abroad. Secondly, it performed a number of high service functions. These included facilitating the coordinative logistic efforts for further processing, importation and exportation of goods (especially ‘long-distance ones’), facilitating the administrative paperwork for the movement of goods, and facilitating certain aspects of financing the goods-trading. Canton also served as a high-level central place. The settlement has been designated as a central metropolis—the only one in Lingnan.³¹ Luo Yixing’s study on Foshan reveals its ‘greater city’ trading network and system further. Luo posits the settlement as (near) the meeting point of three important rivers in the vicinity of the Pearl River delta. Between a ‘gateway settlement’ and ‘central place’, taking on the former role did not mean that the settlement in question did not draw upon its more immediate environment, especially for its more immediate needs.

The river network in the delta forms a dense transportation system that does not just support a regular spacing of lower hierarchical levels of settlement (as described in Skinner’s central place application). It fuses the entire region into a megalopolis with distances between related markets reduced to appreciably shorter travelling times. The combination of transportation by river with travelling on land enabled goods that were produced in the other counties to be brought to Canton in a short time, and the external linkages on land and sea concentrated commodities from adjacent provinces and those further away into this provincial capital as well. However, it has to be borne in mind that the complexity of this transportation maze evolved over time. As a region, the Pearl River delta was not as developed during the Song and Yuan dynasties as it was in the later Ming and Qing dynasties (Map A).³²

Although Canton has traditionally been a contact point for the exchange of Chinese and foreign goods, it

HISTORIOGRAFIA



Map A: Pearl River Delta in the 13th and early 19th centuries. Source: R. Marks, *Environment and Economy in Late Imperial South China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 68.

was not the only point of contact across the different dynastic periods. For the Qing period, coastal settlements in Fujian, Zhejiang and even Jiangsu were legally or illegally acting as ports for trade after the final quelling of the Ming pretenders in 1680.³³ R. Marks has suggested that the Lingnan macro-region, specifically Guangdong, has more than one core area other than the 'Central' area, namely the Leizhou-Hainan and Chaozhou sub-regions. Luo Yixing believes that Foshan was serving with Canton as a twin clearing house for domestic produce while foreign goods were cleared in Canton.³⁴

In terms of the complexity and network of the megalopolis region below Canton, a sub-thesis that can be explored is whether Shunde could act as a key settlement in a sub-hub in linking up to the megapolis region of Canton. In this case, the sub-hub can consist of its own county and Xiangshan (including Macao). Although Xiangshan had its own access to Canton and other places in the north via an important harbour at the county capital (of Xiangshan) as well as the West River, Shunde was an unusually large city on its own; even comparable to Foshan in quite a few aspects. The entire sub-region of Shunde might indeed act as an area for handling further processing for raw materials and semi-finished goods that landed at Macao. The demand for paints and dyes for further processing in

Shunde surely required part of the indigo import to be diverted for this purpose.³⁵

CAN THE SPATIAL MAPPING OF GATEWAY CANTON EXPLAIN ITS FUNCTIONS FURTHER?³⁶

It is safe to say that Canton acted as a major disseminating point for many imported non-western and western goods into the interior of China. However, one cannot quite say that a fan-shaped spatial mapping best approximates the tributary area of Canton well. First, much of inland Guangdong was inhabited by a sparser population, and one does not expect these to be the main consumers of imported or processed goods from the Pearl River delta. Goods which got to the Hakka areas (in the 'northern' and north-eastern regions according to Skinner's conception) were able to enter networks for dissemination further inland. Guangzhou merchants who travelled out of the province, and who set up guild houses in different parts of the country, also helped to disseminate the goods further.³⁷ Moreover, mapping on the seaward side defies any method that can be applied on land, especially flat land.

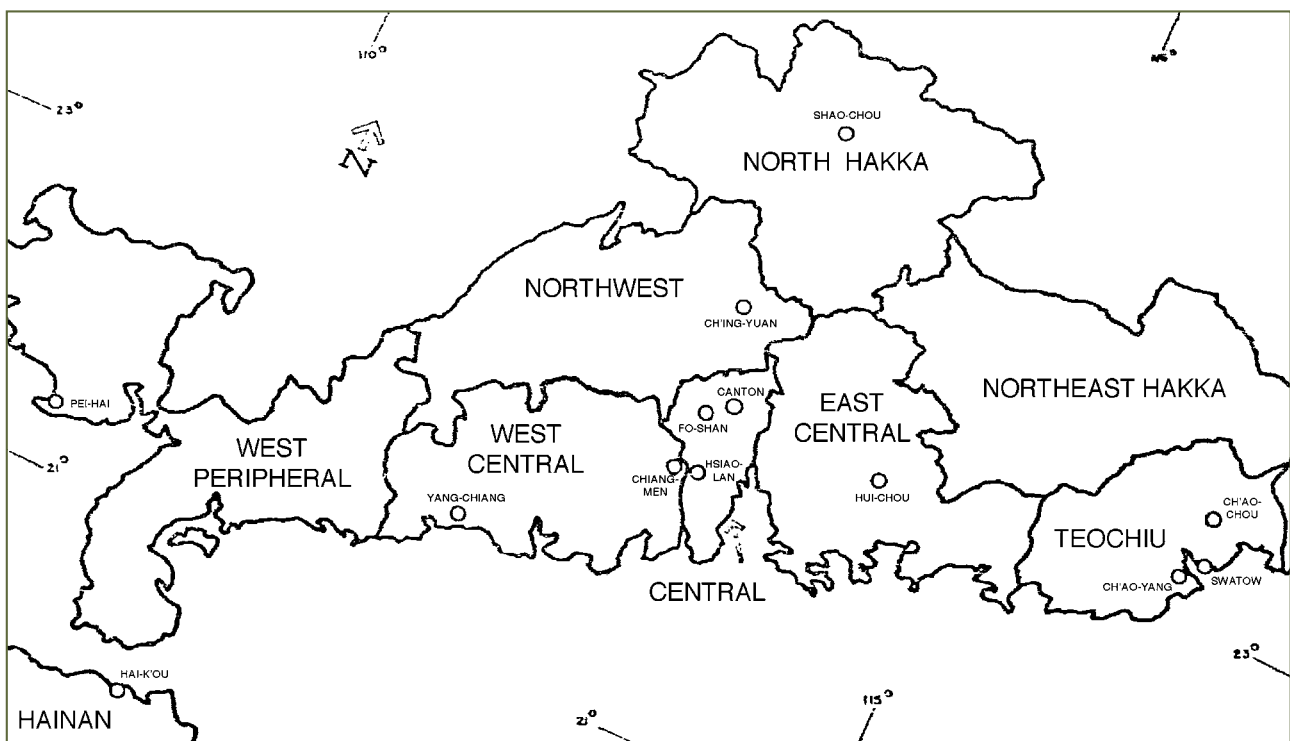
The determination of the final spatial outcome may require consideration of the dynamics in the

HISTORIOGRAPHY

tributary area and megalopolis. The need for travel within the megalopolis can be perceived as a function of the market density of the area. This is the work of a series of ground-breaking papers by Skinner in the mid-1960s applying Christaller's theory to networks in rural China. Guangdong Province proper, according to Skinner, was divided into eight sub-regions (Map B).³⁸ The sub-area that is of most relevance to the investigation of our paper is the Central region. This is where the regional capital and metropolis (Canton) and most of the Pearl River delta are located. In Skinner's scheme of development, the 'progress' of a network could be seen to undergo three stages of intensification. Drawing upon a 'remarkable' official report on Guangdong and on local gazetteers, Skinner computed the average village-to-market (v-to-m) ratio to be about 18. This ratio is not the highest in the province even though the region has the densest population. Skinner deduced that the region is near the last stage of the intensification model because he thought that the markets had come up with ways (such as maximising the market schedule to increase the number of days it was open) to accommodate the increased population and transactions, thus bringing down the v-to-m ratio.³⁹ The present authors attempted

to compute a v-to-m ratio in the hope of finding out if the figure for most of the 18th century confirms some form of second-stage market intensification. Suppose we are trying to achieve some figure higher than 18, and a figure which conforms to the second stage could be any figure that is above 18. Hypothetically, we could aim for an intermediate figure from 23 to 32 (the ratios attained by the East, West, Central and Chaozhou sub-regions). In Skinner's work, the lower figure computed (17.9) was an indication that the number of markets had increased or intensified (a third-stage manifestation in the late 19th century).⁴⁰ The computed figure of 11.0 unfortunately did not appear to be meaningful because it is lower than late 19th-century Hainan at 13.6.⁴¹ Notwithstanding the unfruitful attempt, whether in the second or third stage of market intensification, certain highlighted coastal sub-regions of Lingnan were in themselves already densely populated and commercially well-connected places, which meant an inhabitant from there did not need to travel too far to go to a market.

Map B:
W. Skinner's division of Guangdong. Source: W. Skinner, 'Marketing and Social Structure in Rural China Pt II',
Journal of Asian Studies XXIV/III (1965), pp. 208.



HISTORIOGRAFIA

The freedom and physical mobility with which traders were able to undertake business also depended on the hierarchy they were coming from. At the higher level of hierarchy, 'Emperor-approved' or visiting Guangdong from another province (*huangshang* 皇商 or *keshang* 客商) who dealt with bulk purchases probably faced more prescribed and rigid pathways in their trading forays. This was especially so in the Pearl River delta region where clan and lineage forces were deep-seated. Traders from outside the region, for instance, had to negotiate for their access. Rawski and Naquin have affirmed that merchants from outside Guangdong achieved only 'mediocre' success in accessing markets in the area.⁴² Petty merchandisers at the lowest end of the hierarchy, who may better match C. Geertz' conception of bazaar traders, were likely to have more freedom in roaming the markets in the region. The bazaar has been defined as the exchanges and transactions between people from the level of the non-trader laymen (labourers, small farmers and minor civil servants) to the 'small' shopkeepers in a market according to the local schedule.⁴³ The mode and mobility by which bazaar traders operated may be modelled by R. Smith's 'non-conforming' spatial model, even though the initial conception of the framework was for describing linkages between (world) cities (Map

C).⁴⁴ The implication of this is that not only can the irregular linkages and movements (see the section on Travelling from Macao later) of small traders be better understood, but the relationship between Canton and Macao, which was hitherto not highlighted, can also become more explicable.

MACAO AND CONTEXT

Shifting our attention further to Macao, the settlement was located at the tip of the region presented by the combination of different models. The grant to the Portuguese to trade in Macao in 1535 initiated a glorious period that was to last them until a little after the first third of the 17th century. Acting as middlemen, the Portuguese were able to tap into the exchange trade of silk for silver between Japan and China. During the Habsburg period (1580-1640), the volume of business engaged in by the Portuguese was approximating fifteen million taels.⁴⁵ The Portuguese role in this trade needs to be seen in the context of the relationship cultivated on more than one front. The very same goodwill became a bane when the Japanese authorities decided to favour the Dutch over the Portuguese for the former's non-zealousness in religious matters. Added to this was the upheaval from dynastic change in China, which caused disruption along the coast for much of the middle third of the 17th century. Macao never recovered to its prosperous self even as trade resumed in the latter decades of the century.⁴⁶

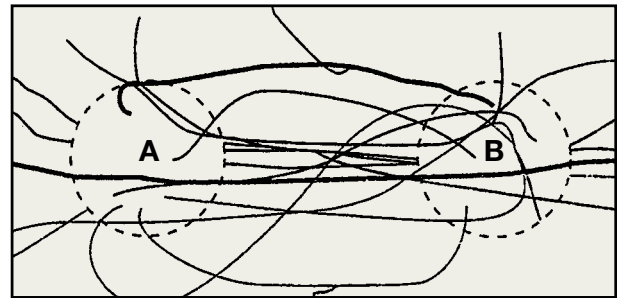
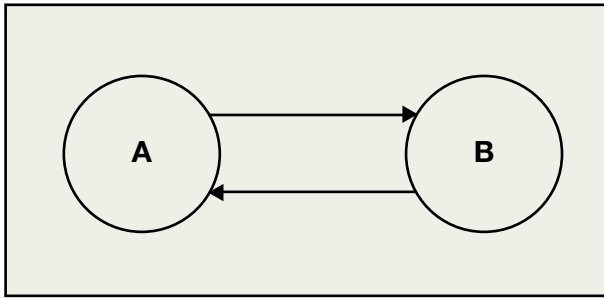
Although Macao was never able to recover its former glory, the settlement adapted to survive in the 18th century. Macao was given the privilege to bring in imported goods directly and was allowed to admit twenty-five ships into their dock tariff free annually (from 1725). Ships that were owned by other westerners had to comply with customs and associated procedures that began at Macao (entering from Bocca Tigris). The most important markets were located along the series of docking points along the old harbour, and one can further identify streets filled with shops along the eastern end (Rua dos Mercadores, Rua das Estalagens and Rua dos Ervanários).⁴⁷ Although Macao hardly produced anything, there was a rich variety of imported goods in its markets, including ivory, incense, amber, cloth (camlet), logwood, sandalwood, a variety of western goods, as well as fruits, vegetables, rice and other staples from the mainland.⁴⁸

TALLY OF MARKETS AND VILLAGES IN CENTRAL REGION

County	Market (regular)	Shi/Dou/Bao	Village
Hua	8	23	187
Zhengcheng	24	11	329
Dongguan	50	13	366
Xinhui	46	11	477
Shanshui	24	12	145
Nanhai	21	16	797
Shunde	52	11	275
Panyu	90	4	679
Xiangshan	10	10	334
Total	325	111	3589

Source: Information derived from gazetteers published by China Bookshop (Qianlong version) or Wenchen Publishing (Republican version) bearing the namesake of above places.

HISTORIOGRAPHY



Map C: 'Traditional' and Smith's representation of linkages between global cities. R. Smith, 'World City Topologies'. In *Global Cities Reader*, edited by Brenner and Keil, p. 403

In A. Ljungstedt's sketch of 1836, the Macanese population was categorised into three groups: citizens with Portuguese blood, Chinese citizens, and other foreigners. The population of Portuguese apparently declined from the end of the 17th century to the first two decades of the 1800s by three-quarters from a high of about twenty thousand. A little past 1820, the ratio of Portuguese to Chinese was about one to six.⁴⁹ Following from this, the population of Macao worked out to be about 30,000. From A. M. do Vale, who drew from documents at the Arquivo Histórico Ultramarino (Lisbon) and documents published in the *Arquivos de Macau*, the population of Macao from 1745 to 1793 fluctuated from twelve to twenty-eight thousand—the figures being deflated at the beginning and at the end, as well as dipping below 20,000 in the middle of the period.⁵⁰

Although the extraordinary role of Shunde may require more than one paper to prove, the preliminary thesis can offer a conjecture with which to link Macao to it. As an external subsidiary port linking to Canton, a peculiar and semi-colonial settlement like Macao did not link or depend directly on the global city *per se*, but on other intermediate centres embedded in the megalopolis region.

At least some evidence can be marshalled for a bustling 'middle way' involving various exchanges between Shunde and Macao. The exchanges included the trade of goods involving various levels of traders, service trade for the needs of Europeans and the population at Macao, and other peripheral support (such as financial) for European activities at Canton. Although generalisation may not be possible, traders at the 'higher end' of pure or mixed Portuguese blood were often members of the Senate. Small Macanese traders at the lower end were probably no different

from petty traders on the mainland side. In fact, for the transitory population that was moving between the mainland and Macao, strict distinction of ethnicity might not be viable. The service-providers who served the Portuguese and European needs at Macao were very similar to those living in the 'Golden Ghetto' at Canton. Portuguese traders not only required raw materials for the servicing of the ships but also skilled labour to man the vessels.⁵¹ On occasions when there was a depression or natural disaster on the inland and delta side, a push factor swelled the population of Macao. The thesis has been raised that Shunde could function as a sub-region for further processing to be undertaken. Elsewhere, Van Dyke has provided register evidence of Europeans providing loans. An analysis of interest differentials also affirmed how funds might be more likely to be provided from the European side. In a collection of Xiangshan records, Portuguese have also been known to provide loans to medium-ranking traders; in this instance, the local was from Fujian.⁵²

A quick stock-taking and discussion may be made of Macao at this point. Judging from the products Macao produced, it is clear that it did not make a transition into a cottage industry production base like 'big' villages and towns of roughly similar demographic sizes on the mainland, such as Xiaolan and Longjiang, which were famous for their native produce.⁵³ Macao slipped into the role of a service industry provider. This was reinforced by the transitory movements of skilled labourers between Macao and the mainland, and by exacerbated intermittent crises and push factors. Although Macao was a small enclave that produced few goods, the role played by its 'big' Portuguese *casado* merchants was large. A comparison with their fellow competitors (i.e. the English and Chinese junk operators) for the period 1722-1752

HISTORIOGRAFIA

shows that Portuguese private traders featured among the main contenders at Batavia.⁵⁴ The Portuguese were also acting as freight carriers for other Europeans. This is not to say that Macao 'had it good'. A survey from 1750-1800 showed that the number of ships fitted out hardly ever reached the allocation of twenty-five ships that were granted by the Chinese authorities owing to a number of reasons. One reason why the number of ships allotted to the settlement was not optimised owes partly to the fact that there were not enough seamen (and ships) to accommodate more business. As Macao was a base for shipping, the shortage of seamen could be explained by the competition for services from those fitting the junks and other European ships. Another peculiarity one has to bear in mind is that the jurisdiction of Macao was 'shared' between China and Portugal. While the privilege granted to the Portuguese allowed them a special status in China's external trade, sporadic imposition of control and/or increase in customs on Macao by the Chinese (as on the occasions of 1747 and 1784, etc., which in turn triggered economic and fiscal crises at Macao) served to damage its business.⁵⁵

TRAVELLING

Finally, we discuss the routes from Macao up to Canton. Although the present authors were not able to secure the personal notes or business papers of any specific merchants travelling from Canton or Macao, there was evidence available from documents at the level of *xian* magistrates and other secondary corroboration (Ng, etc.), to suggest that trading took place beyond the *hangs*, the *keshang*, and 'big' western merchants (E.I.C.) by trading groups and individuals at various other levels, such as the *pu-hus*, the *casados* from Macao, or Chinese translators who were engaged in trading themselves,⁵⁶ and the petty and moonlighting traders or service providers. On the whole, it may be said that the inhabitants of the Central region, even if they were farmers, were more amenable to be engaged in trade. Those who moved to Macao to trade usually lodged in rented places belonging to local Chinese or Portuguese families.⁵⁷ Many who traded also genuinely or predatorily converted to Christianity because of the special advantages that could be gained in exchanges with religious institutions (which engaged in a variety of businesses themselves) in Macao.⁵⁸ There

was even an array of people who were travelling under a variety of guises. For instance, there were Chinese who adopted western names, and even westerners disguised as locals.⁵⁹

The river network in the delta forms a dense transportation system that does not just support a regular spacing of lower hierarchical levels of settlement [...] It fuses the entire region into a megalopolis with distances between related markets reduced to appreciably shorter travelling times.

How easy was it for one to get up the river from Macao? The guide below offers a brief but a far-from-inexhaustible permutated picture of going up. Two towns feature as important interchanges for going further up: Shiqi⁶⁰ and Jiangmen.⁶¹ One could opt to travel either by the river or a combination route of land and river. On the river, one could get to Shunde, or directly to Panyu or Canton itself, and even to Dongguan (to the east of Canton). Of course, one could also veer off to the west to Longjiang along the Jiujiang River, which routed back to Foshan and Canton. From Jiangmen, one could access Foshan directly. At Foshan, one could either go diagonally east or west to Canton or Shanshui (Map D).⁶²

To illustrate the itinerary further, if a traveler went by the route through Shiqi and Shunde, he had to pass through several villages and small towns in Xiangshan like Xiaolan, Dalan, Dahuangpu and Huangjiao. At Xiaolan, he could sidetrack to Chengchun. It is worth noting that Chengchun would gradually become a stopover for smugglers.⁶³ There he could buy good wine. Flowers and fruits from there also sold well in nearby places.⁶⁴ Chengchun was well-connected by a number of bridges, so those travelling by a land and river

HISTORIOGRAPHY

route would have no trouble switching between the alternatives.⁶⁵ If he turned to Lungjiang for instance, the traveler could buy silk, though this was locally produced and probably of a lower quality compared to those from Suzhou.⁶⁶ Although Shiqi was deemed a more prominent junction, it was possible to sail from the other tributaries to Shunde as well. Sailing up 'length-wise' to Panyu, he could buy oranges, and turmeric, which could be used as a medicine or a spice. Nearby, fresh oysters could be bought from oyster farms. In all these places, it was likely that small quantities of imported and foreign goods could be bought. If one proceeded directly from Shiqi to Canton, it would not be an understatement to say that one had entered a 'shoppers' paradise.' From Shiqi to Donguan, one was able to get incense and incense-related products at the final destination. On the way there, one could even visit the tea farms first.

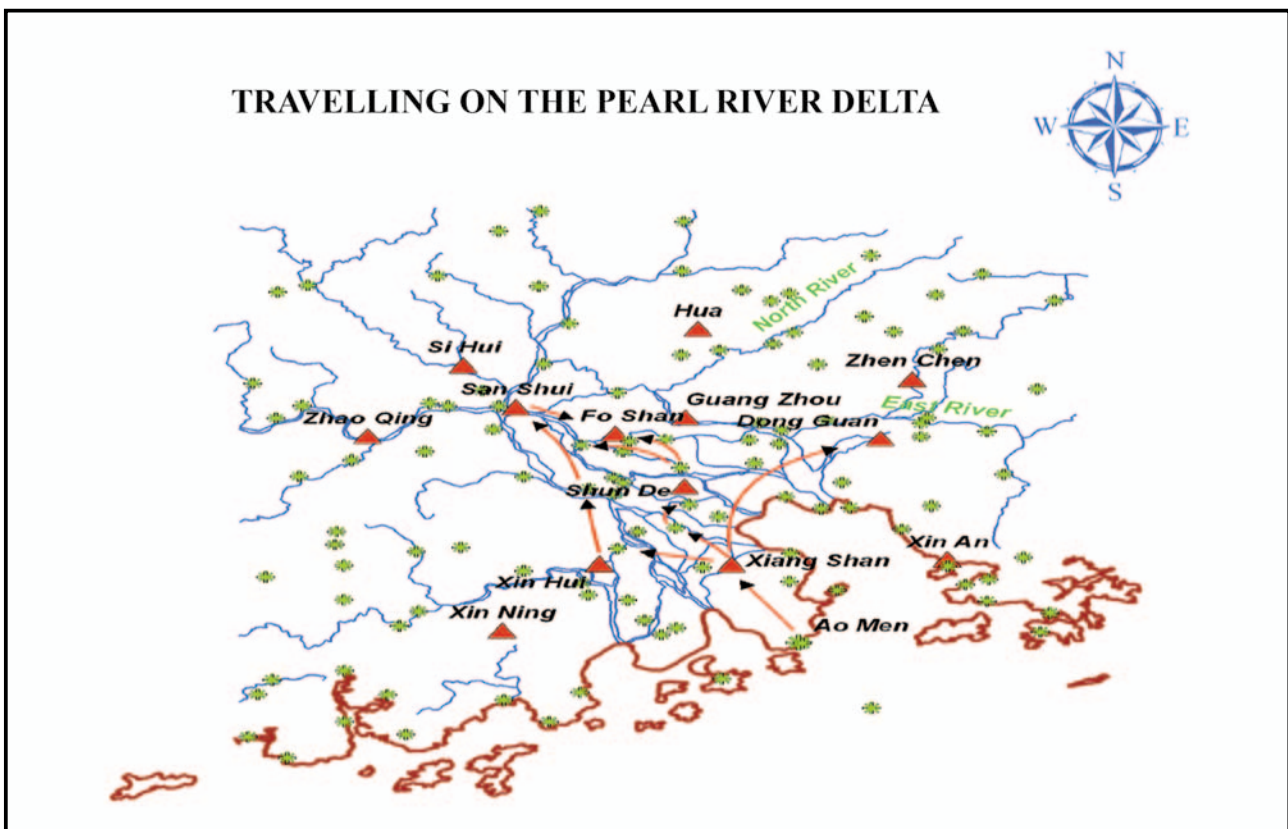
If a traveler was going along routes from Jiangmen to Shunde or Panyu, he would usually sail up the West River. If he went to Foshan, he would find himself in the 'sister capital' for shopping. Less well known is the

fact that he could turn west to Shanshui, which carried a great variety of local fruit and vegetable produce on its markets, including mandarins, oranges, mushrooms, and an assortment of pickled or preserved vegetables.⁶⁷ From the reverse direction, he could route back along Jiujiang to Canton or Shunde.

A little more may be said about the route up the West River to Jiangmen before we move on to another matter. Van Dyke, in surveying the field, commented in *Port Canton and the Pearl River Delta* that 'very few narratives have survived of [this] passage.'⁶⁸ One gets a feeling from Van Dyke's limited description that foreigners could get a license (*shangsheng zhizhao* 上省執照) to go up the West River with their goods. They could also transport goods (illegally) down the river. Westerners did this to avoid the 'heavy' tolls on the other side (referring to the Boca Tigris passage).

Map D:

Traveling up from Macao. Source: Constructed from data posted under China Historical GIS Project
website http://www.fas.harvard.edu/~chgis/chgis_home.html.



HISTORIOGRAFIA

It was also added that if the western ships wished to obtain large quantities of the returned goods (locally produced goods and Chinese exports), they could do it only at Bocca Tigris.

Studies on the early modern world have the tendency to run into problems with defining what was legal and who was a pirate. While this essay will not endeavour to venture into the area of piracy, it is well-known that, as studies on 16th-century *wako* 倭寇 and particular cases in the period of investigation have revealed, coastal fishermen and villagers were often in cahoots with, or were sometimes themselves pirates. At Macao, we can see fishermen and 'compradores' smuggling goods in and out of Macao under the eyes of Chinese patrol boats. Further up in the loop linking Xinan, Dongguan, Panyu, Chengchun and Xiangshan, fishermen and *dan* inhabitants sometimes made their own produce and sometimes picked up what little bundle of goods they could before stopping by these places to drop off their merchandise. In fact, Macao was likely to be such a hotspot for these activities that a monument (*bei* 碑) was erected in the 5th year of Jiaqing (1800) near the Lianfeng 蓮峰 temple (near Wangxia village) to highlight the nature of the problem and the associated penalties if the smuggler was apprehended. It also exhorted local officials not to extort from 'honest' subjects.⁶⁹ Although we touched on 'petty' smugglers here, 'most, if not all, of the hang merchants [as well as big Portuguese traders] were involved in some type

of smuggling, at one time or another.'⁷⁰ This was the beginning of the informal Canton system, and lucrative opium would gradually become a craved-after item in the illegal dealings.

SUMMING-UP

That Canton was an important global city is well known and well substantiated by studies and sources, both primary and secondary. The extended region (in the form of its megalopolis) is, by contrast, less well-researched. Recent historical research, especially since the turn of the new millennium, has begun to shed more attention on the historical Pearl River delta, notably before the Opium War and the role and function of Macao in relation to Canton. Macao could and did act as more than an 'enclave' for Canton. This study focusing on the routes up the river also serves to uncover how Macao could be linked to other principal settlements in the area, on the way to Canton. R. Smith's 'non-conforming' spatial description may be employed to understand Canton-Macao relations. This is the case when one finds that goods did not need to traverse through Canton for sale, or that there might be excess liquidity at Macao to help the Co-hong to outfit an expedition. In the long haul of the 18th century, the development of Macao *vis-à-vis* the Canton system before the Opium War and the rise of Hong Kong is hopefully explained a little further. **RC**

NOTES

- 1 See compilation of articles gathered in N. Brenner and R. Keil eds., *Global Cities Reader*. New York: Routledge, 2006.
- 2 P. Van Dyke, *Port Canton and the Pearl River Delta, 1690-1845*. Ph.D. dissertation, University of Southern California, 2002.
- 3 See K. C. Fok, 'Portuguese Macau's Impact on Pearl River Delta during Ming and Ching Periods'. *Portuguese Studies Review* VII/2 (1999), pp. 36-53. In Chinese literature, for instance, 'Mingqing zhu shanjiao zhou shangye yu shangye ziben de fazhan' 明清珠三角商业与商业资本的发展 by Huang Qichen 黄启臣, in *Zhongguo Shehui Jinjishi Yanjiu* 中国社会经济史研究, 1984, pp. 37-50.
- 4 Ye Xianen 叶显恩 and Tan Dihua 谭棣华, 'Ming-Qing Zhushan Jiao Zhou Nonye Shangye Hua Yu Xushi De Fazhan' 明清珠江三角洲农业商业化与墟市的发展. *Guangdong Shehui Kexue* 广东社会科学 No. 2 (1984), pp. 73-90.
- 5 Luo Yixing 罗一星, *Ming Qing Foshan Jingji Fazhan yu Shehui Bianqian* 明清佛山经济发展与社会变迁. Guangzhou: Renmin Publisher, 1994.
- 6 Sir P. Hall, 'Global City-Regions in the Twenty-First Century'. In *Global City-Regions* edited by A. Scott. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 59.
- 7 S. Sassen, 'Global Cities and Global City-Regions'. In *Global City-Regions* edited by A. Scott, p. 79. See also F. Braudel, *Perspective of the World*. London: Collins, 1984; P. Hall, *World Cities*. New York: McGraw Hill, 1966, and A. King, *Urbanism, Colonialism and World Economy*. London: Routledge, 1990.
- 8 Susan Naquin and Evelyn S. Rawski, *Chinese Society in the Eighteenth Century*. New Haven: Yale University Press, 1987, p. 177.
- 9 Huang Qichen, 'Guangzhou chenwei haishang sichou zhi lu qidian de dili jingji tiaojian' 广州成为海上丝绸之路起点的地理经济条件 (Prerequisites for Guangzhou as Starting Point for the Silk Road on the Sea), in Guangzhou Gudou Xuehui et al. eds., *Lun Guangzhou Yu Haishang Sichou Zhi Lu* 论广州与海上丝绸之路 (Discussing Guangzhou and the Silk Road on the Sea). Guangzhou: Zhongshan UP, 1993, pp. 3-26.

HISTORIOGRAPHY

- 10 Deng Duanben 邓端本, 'Guangzhou yu haishang Sichou zhi Lu de Xingqi yu Fazhan' 广州与海上丝绸之路的兴起与发展 (Guangzhou and the Origins and Development of Silk Road on the Sea), in Guangzhou Old City Society et al. eds., *Lun Guangzhou Yu Haishang Sichou Zhi Lu*, pp. 30-6.
- 11 See H. Furber, *Rival Empires of Trade in Orient*. Minneapolis: University of Minneapolis, 1976. See also George Bryan Souza, *Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. For an update of the Chinese junk traders, see P. Van Dyke, 'Reassessment of China Trade: Canton Junk Trade as Revealed in Dutch and Swedish Records'. In *Maritime China in Transition*, edited by Wang Gangwu and Ng Chin Keong. Harrassowitz: Wiesbaden, 2004, pp. 151-67.
- 12 Deng Duanben, 'Guangzhou yu haishang Sichou zhi Lu de Xingqi yu Fazhan', p. 26. Ratio of British to total import/export trade between Western countries and China in 1760s: roughly 280/560 thousand taels; in 1830s: roughly 1700/2300 taels. Value of tea traded at 1818: about 6 million silver dollars; value of silk and related products at 1817: about 0.64 million silver dollars. See also unpublished thesis by D. K. Basu, *Asian Merchants and Western Trade: A Comparative Study of Calcutta and Canton 1800-1840*. Berkeley: University of California, 1975.
- 13 C. K. Ng, *Trade and Society: Amoy Network on the Chinese Coast 1683-1735*. Singapore: Singapore University Press, 1983, chapter 2 and conclusion.
- 14 Foreigners at Canton, perhaps arising from the stricter regulations there, had to do business via appointed hangs (called *bao hangs*, the most prominent security merchants). See p. 172 in C. K. Ng, *Trade and Network, the Amoy Network on China Coast, 1683-1735*.
- 15 Huang Guosheng 黄国盛, 'The Chinese Maritime Customs in Transition, 1750-1830'. In *Maritime China in Transition*, edited by Wang Gangwu and Ng Chin Keong, pp. 183-4.
- 16 'Breve e Util Idea de Commercio, Navegação e Conquista d'Azia e d'Africa (incluindo Relação) escripto por Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho, 1779', ff. 54v-57r. In *Os Portugueses na Ásia*, edited by A. Ahmad. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1997, pp. 106-109. Here after, referred to as 'Breve por F. I. de Souza Coutinho (Relação)'.
- 17 'Breve por F. I. de Souza Coutinho (Relação)', ff. 54r-57v.
- 18 A type of red-coloured smelly gum used, for instance, for vanishing purpose.
- 19 'Breve por F. I. de Souza Coutinho (Relação)', ff. 45v-57v.
- 20 This may be differentiated from *ji* 集 (irregular markets).
- 21 Referring to enclosed areas whereby domesticated animals or produce to be sold were herded or heaped.
- 22 Huang Foyi 黄佛颐 ed., *Guangzhou Chenfang Zhi* 广州城坊志. Guangzhou: Guangzhou Renmin Publisher, 1994, pp. 25 and 495.
- 23 J. M. Downs, *The Golden Ghetto: The American Commercial Community at Canton and the Shaping of American China Policy, 1784-1844*. London: Associated University Press, p. 62.
- 24 T. Chandler and G. Fox, *3000 Years of Urban Growth*. London: Academic Press, 1974, pp. 280-95 and 372.
- 25 Refer to J. Barrow, *Travels in China: Containing Descriptions collected in the Course of a Short Residence at the Imperial Palace of Yuen-Min-Yuen, and on a Subsequent Journey through the Country from Peking to Canton*. Berlin: Nabu Press, 2010, and W. Hunter, *The 'Fan Kwee' at Canton before Treaty Days, 1825-1844*, Berlin: Nabu Press, 2010. See also L. Blussé, *Visible Cities: Canton, Nagasaki and Batavia and Coming of Americans*. Massachusetts: Harvard University Press, 2008, part 3.
- 26 See J. Gottmann, *Megalopolis*. New York: Twentieth Century Fund, 1961.
- 27 See, for instance, the website at <http://www.discoverhongkong.com/eng/gateway/macau/index.jhtml>.
- 28 Burghardt reminded that there is a possibility the port or settlement in question did not graduate into a more sizeable central place or a port to service the larger volume and longer distance trade activities because the 'tributary area' might never have grown big enough. Even after a spurt of expansion in the 'tributary area', there was a chance for the central place or port to become static or 'retrogressively dynamic' or both if the region could not be sustained (owing possibly to reasons like administrative intervention or shift in productive and demographic concentration adjacent to or linked to a 'tributary area').
- 29 G. W. Skinner, 'Cities and Hierarchy of Local Systems'. In *The City in Late Imperial China*, edited by G. Skinner. Stanford: Stanford University Press, 1977.
- 30 A. F. Burghardt, 'A Hypothesis about Gateway Cities'. *Annals of the Association of American Geographers* 61 (1971), p. 270.
- 31 Skinner, 'Cities and Hierarchy of Local Systems', p. 298, table 2.
- 32 Refer to maps in R. Marks, *Environment and Economy in Late Imperial South China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 68.
- 33 Naquin and Rawski, *Chinese Society in the Eighteenth Century*, p. 168, where the writers acknowledge the persistence of ports on the southeastern coast 'despite competition from Canton and Ningpo.' We are even informed that Amoy, contrary to the findings of Ng Chin Keong, continued to be prosperous in 1786 (p. 171).
- 34 See Luo Yixing, *Ming Qing Foshan Jingji Fazhan yu Shehui Bianqian*.
- 35 Porcelain wares were sent from the town of Jingde to the Shunde area for coloring. See online version of Paul A. Van Dyke, 'The Ye Merchants of Canton, 1720-1804', in *Revista de Cultura* 13, (January 2005), pp. 6-47, and Aoye Xiangqiong 敖叶湘琼 trans. 'Tan Kangguang yu Shunde Ji Hangshang' 谭康官与顺德籍行商. In *Shi Shan Hang Xin Lun* 十三行新论 edited by Tan Yuanheng 谭元亨. Guangzhou: China Review Academic Publishers, 2009; website: <http://www.tourtw.net/crn-webapp/cbspub/readBook.jsp?coluid=wskj&coluname=%E7%B6%B2%E4%B8%8A%E9%96%8B%E5%8D%B7&bookid=35281>, accessed 15 August 2010.
- 36 Burghardt reminded that there is a possibility the port or settlement-in-question did not aor a port to service the larger volume and longer distant trade activities because the "tributary area" might never have grown big enough. Even after a spurt of expansion in the "tributary area", there was a chance for the central place or port to become static, or "retrogressively dynamic", or both if the region could not be sustained (owing possibly to reasons like administrative intervention or shift in productive and demographic concentration adjacent / linked to "tributary area" etc.).
- 37 Beyond Zheling and Meiling passes, goods exported out of the province were congregated and disseminated up at Nanchang or Hankow.
- 38 W. Skinner, 'Marketing and Social Structure in Rural China Pt II'. *Journal of Asian Studies* XXIV/II (1965), pp. 207-8. Guangdong 'proper' because in the article Skinner also included Hainan Island.
- 39 Ibid., Intensification cycle refers to the increased layering of market settlements from an initial simplistic and more isolated arrangement. Subsequent layering resulted in different outcomes according to different start points: one for a physically more inhibited terrain and the other for a more ideal flatter terrain. See from p. 196 onwards in the same issue.
- 40 Skinner did bring in another possibility: that the people of central Guangdong became even more market attuned; i.e. they became more entrepreneurial and participated more in trade and exchange.
- 41 Some problems and questions for the unfruitful outcome may be raised for discussion: Is there a possibility that v-to-m ratio for the second half of the 18th century and the beginning of the 19th century

HISTORIOGRAFIA

were depressed across the board? At one time, debates also centered around the degree to which the Opium War and the beginning of the Treaty System were able to induce a growth in trade in China. To achieve a figure greater than 17.9, such as the 23 attained by West Central, would require the number of villages to be 6739 (assuming the number of markets to be constant). It is logical to reason that the figure before the third stage intensification was higher than 17.9. This means that the number of villages found is grossly under-represented. As it was, the tracing of the villages in the Qianlong county gazetteers did not experience too big a problem except in one case (Sanshui). The figure was usually counted from the *fangdou* section of the gazetteer. When we compared the figures collected with village numbers revealed in the *Guangzhou Fuzhi* 广州府志 (1879), the increase in the number of villages over time seems reasonable against the larger background of the rise in population from 1724-1820. For instance, there were 275 villages versus 294 for Shunde and 477 versus 511 for Xinhui (the first figure from Qianlong gazetteers and the second figure from Guangxu gazetteers). There is a possibility that markets might not be meaningfully traced. Since most of the markets were traced using Qianlong gazetteers alone, to obtain an expected outcome of 23 would require only about half the markets identified (unless the figures for the Qianlong period were inflated). The third possibility, as is discussed by PRC scholars and found in *The Population History of China*, is that the duplication of W. Skinner's method might be a impossible task for two further reasons. Firstly, the scholars revealed that Skinner had used data that were not easily obtained or available. For example, in his study on Guangdong, Skinner claimed to use 'a remarkable late 19th century Qing report' that corroborated 'the intelligence source compiled by a Japanese author'. Secondly, another dubious procedure is the use of the city wall boundaries for gauging the population. Other issues, like the movement and commercial activities of migrational fringe groups, as well as the irregular octagonal village-to-market spatial relation distorted by highly accessible docks which might in themselves serve as markets, also serve to confound the application of Skinner's model further and defy computation. Nevertheless, at the end, it must be said that the remarkable nature and breadth of Skinner's work is still admirable. This paper was able to construct maps that drew upon data posted under the China Historical GIS Project on the website of the Regional Systems Analysis Center at UC Davis.

- 42 Naquin and Rawski, *Chinese Society in the Eighteenth Century*, p. 162.
- 43 C. Geertz, *Peddlers and Princes*. Chicago: University of Chicago, 1963, p. 30.
- 44 R. Smith, 'World City Topologies'. In *Global Cities Reader*, edited by Brenner and Keil, p. 403. Adapted from B. Latour's Actor-Network Theory (see for instance, <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archive/nettime-1-9801/msg00019.html>). The subject is also written about by J. Law and K. Hetherington in *Materialities, Spatialities, and Globalities*. London: Routledge, 2000, pp. 34-49.
- 45 Huang Qichen, 'Mingqing shiqi Guangzhou he Aomen zai mouyi quanqiu hua de diwei he zuoyong' 明清时期广州和澳门在贸易全

球化的地位和作用 (Canton and Macao's Role in the Globalized Trade during the Ming-Qing Period). *Revista de Cultura* (Chinese Edition) 57 (2005), p. 53.

- 46 L. Diaz de Seabra, 'Macau, a China, e o Japão: Uma relação histórica séculos XVI-XVII'. *Revista de Cultura* (International Edition) 6 (2003), pp. 41-53.
- 47 Lin Faqin 林发钦, *Aomen Jiedao de Gushi* 澳门街道的故事 (*The Story of Macau Streets*). Macao: Dongwang Yang Publisher, 2005, pp. 26-35 and 40-1.
- 48 Cheng Mingxiao 程明校, annotated, *Yue Dong Wen Jian Lu* 粤东闻见录. Guangzhou: Lingnan Books Publishing, 1990, p. 6.
- 49 A. Ljungstedt, *Putaoya Zaihuajuliudi Shigang* 葡萄牙在华居留地史纲 (*An Historical Sketch of Portuguese Settlements in China 1836*). Translated by W. Q. Zhang Hong Kong: Viking Publications, 1992, pp. 36-50.
- 50 A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau 1750-1800*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1997.
- 51 Li Shengzhao 李升召, ed., *Xiangshan Xianzhi* 香山县志 (Qianlong edition). Hainan: Hainan Publishing, 2001, p. 388.
- 52 Zhongshan Archive Bureau and First Archive of China, *Xiangshan Mingqing Dang An Ji Lu* 香山明清档案辑录. Shanghai: Shanghai Guji Publisher, 2006, pp. 621, 625-6.
- 53 The problem persisted into the 19th century.
- 54 It should be noted that the number of Chinese ships needs to be discounted by one-third as a typical junk operated at two-third capacity of the Western vessel.
- 55 A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau 1750-1800*, pp. 180-201.
- 56 Van Dyke, *Port Canton and the Pearl River Delta*, see chapter 4.
- 57 Zhongshan Archive Bureau and First Archive of China, *Xiangshan Mingqing Dang An Ji Lu*, p. 710, pp. 190-3
- 58 Ibid., pp. 614-5 and 625-6.
- 59 Ibid., pp. 608-9.
- 60 Li Shengzhao, ed., *Xiangshan Xianzhi*, pp. 75-6
- 61 Li Shengzhao ed., *Xinhui Xianzhi* 新会县志 (Qianlong edition). Hainan: Hainan Publishing, 2001, p. 61.
- 62 Ge Dexin 葛德新, Zhu Tingmo 朱廷模, Sun Xingyan 孙星衍 eds., *Sanshui Xianzhi* 三水县志 (Qianlong edition). Shanghai: Shanghai Guji Publishing, 1995, pp. 330-1.
- 63 Tan Dihua ed., *Guangdong Bei Ke Ji* 广东碑刻集. Guangzhou: Guangdong Higher Education Publishing, 2001, p. 1009; Wang Renzi 王忍之 e Zhao Ruji 招汝基 ed., *Shunde Xianzhi* 顺德县志 (Republican edition). Beijing: Wenchen Publishing, 1999, p. 13.
- 64 Hu Ding 胡定 ed., *Shunde Xianzhi* 顺德县志 (Qianlong edition). Beijing: China Bookshop, 1992, p. 815.
- 65 Travelling by land could save the traveller some fees associated with boat travel.
- 66 Cheng Mingxiao, annotated, *Yue Dong Wen Jian Lu*, p. 133.
- 67 Tan Dihua ed., *Guangdong Bei Ke Ji*, pp. 397-8.
- 68 Van Dyke, *Port Canton and the Pearl River Delta*, p. 47.
- 69 Tan Dihua ed., *Guangdong Bei Ke Ji*, p. 1009.
- 70 Van Dyke, *Port Canton and the Pearl River Delta*, pp. 455 and 511.



População e Sistema Demográfico em Macau (Séculos XVI-XVIII)

IVO CARNEIRO DE SOUSA*



A fundação e desenvolvimento históricos de Macau não se podem apresentar simplisticamente como o resultado de uma acção individual, por mais heróica e inteligente que se queira representar, de um evento singular ou, muito menos, de qualquer génio especial lusitano predestinado a difundir pelo mundo fora um “novo” homem e uma “nova” civilização a partir da sua “especial” capacidade de adaptação aos mundos tropicais. A história de Macau, incluindo o tema muito debatido, mas mal resolvido cientificamente, das suas “origens”, é um processo. Este processo foi mobilizando diferentes narrativas das “origens” da cidade que, com frequência, se mostram contraditórias, exageram factos, inventam identidades e organizam a sua própria representação da população local. Infelizmente, a história da população e das estruturas demográficas do enclave macaense desde as primeiras fixações de comerciantes portugueses, entre 1555-1557 e finais do século xviii, em sede de uma sociedade ainda nitidamente pré-industrial, não têm convocado estudos esclarecedores, descontadas algumas persistentes interpretações

gerais tão pouco documentadas como agarradas a perspectivas dominadas pela qualificação quase “ideológica” dos seus habitantes. Como veremos, são praticamente inexistentes as investigações sobre a população chinesa esmagadoramente dominante na demografia do território, sobrando títulos e ensaios dedicados a uma pequena minoria populacional que, identificada geralmente como “macaense”, se procura acompanhar enquanto grupo “fundacional” da cidade mesmo quando apenas se consegue documentar o conceito e este agrupamento social já bem entrado o século xix em estreita comunicação com os processos, duplamente, de resistência e identidade da burguesia comercial local e, mais tarde, do funcionalismo assalariado colonial. Problemáticas que este estudo não deixará de tentar cruzar e ajudar a perceber com maior rigor documental e científico.

Felizmente, em contraste, sabemos documentadamente que a população de Macau e o seu sistema demográfico plurissecular tradicional mudam rápida e profundamente entre 1820 e 1850. Uma ampla colecção de factores económicos e sociais associam-se para consolidar esta mutação nas estruturas populacionais, dissolvendo sem retorno as formas pré-industriais de equilibrar população e recursos, estamentação e



* Historiador. Professor e Vice-reitor para a Investigação e Relações Internacionais da Universidade de S. José (Macau).

Historian. Full Professor and Vice-Rector for Research & International Relations at the St. Joseph University (Macau).

HISTORIOGRAFIA

divisão social do trabalho, capital e trabalho, poderes sociais e representação política. A alteração oitocentista profunda da ordem demográfica de Macau começa por ressaltar nitidamente da uma nova ordem da competição económica e comercial entre as diferentes economias-mundo, favorecendo definitivamente a hegemonia comercial colonial europeia, potenciando uma renovada ofensiva política, económica e social do colonialismo europeu, provocando nos diferentes mundos asiáticos mudanças na sua posição económica, nas estruturas da divisão social do trabalho e nas relações comerciais universais. A mutação demográfica organiza-se também com os primórdios da industrialização do enclave, estendendo-se das indústrias têxteis e da construção civil à “revolução” dos transportes arrastada pela introdução do vapor nos tratos marítimos. Uma alteração profunda marcada igualmente pelo crescimento exponencial da emigração de trabalhadores chineses que, em torno do modelo dos *coolies*, encontram em Macau uma plataforma de distribuição à escala mundial e, ainda que mais fragmentariamente, trabalho local. Assim, um crescimento continuado da população geral macaense impõe-se nas primeiras décadas do século xix para ficar, gerado não pela alteração das estruturas demográficas naturais – mortalidade, natalidade e fecundidade – mas por um processo permanente de recrutamento e fixação de emigração chinesa. Um modelo demográfico que persiste ainda hoje, sendo difícil avaliar com rigor quando e em que condições deixará Macau de

crescer demograficamente graças à emigração, mais ainda quando se verifica uma inelutável queda da natalidade e um abaixamento ainda mais importante da mortalidade, ampliando a esperança de vida, mas provocando novos dilemas sociais e económicos que, provavelmente, virão a ser responsáveis pela dissolução da ordem demográfica “industrial” do território.

Quando se estuda a demografia histórica de Macau, entre finais do século xvi e o ocaso do século xviii, deve começar-se por sublinhar que o tecto demográfico plurissecular da população de Macau se encontrava praticamente estabilizado entre 12 000/15 000 habitantes. Este padrão demográfico equilibrado dissolve-se aceleradamente não em função da súbita modificação do jogo das estruturas e estratégias demográficas, mas precisamente a partir de factores exógenos pautados por esse continuado afluxo de emigração laboral chinesa, sobretudo jovem e masculina. Os primeiros esforços de uma civilização censitária, começando pelo arrolamento militar de 1822, passando pelo numeramento do Leal Senado de 1837 até se chegar aos primeiros censos modernos, em 1878 e 1897, testemunham esta mudança do paradigma demográfico agora marcado para sempre por um crescimento exponencial da população maioritária chinesa do enclave: “mais de 8000”, em 1822, a população chinesa salta, em 1837, já para cerca de 20 000, ultrapassando por si só o tecto demográfico tradicional. Depois, em 1878, o primeiro grande censo “moderno” apresenta uma sociedade completamente dominada pelos habitantes chineses: os “portugueses” são quantificados



HISTORIOGRAPHY



em 4431, os “estrangeiros” em 78 e os chineses em 55 450, incluindo 8935 “habitantes marítimos”. Quase no final do século, em 1897, novo censo situa a população geral em 78 706 habitantes, caindo os “portugueses” para 3898 e crescendo a população local recenseada como chinesa para 74 627.¹

A evidente clareza destes dados quantitativos, pese embora as estimativas ainda pouco rigorosas das primeiras décadas de Oitocentos, não se consegue descobrir para esse período demorado da história demográfica de Macau que se estende desde as primeiras fixações autorizadas de portugueses no enclave, em meados do século xvi, até ao debutar da década de 1820: sobra em apreciações qualitativas, fundamentalmente estratégicas, o que escasseia em dados quantitativos e seriais. Trata-se, afinal, de um longo período pré-censitário que não se consegue esclarecer a não ser através de uma viagem sinuosa em que se torna necessário tentar mais dilucidar o processo demográfico da sociedade pré-industrial macaense e menos creditar as propostas quantitativas quase sempre limitadas a qualificar a população cristã do enclave, apesar da sua evidente heterogeneidade social. Seja como for, os primeiros esforços de avaliação da população macaense foram-se organizando em torno da competição pela produção das narrativas da “fundação” da cidade, um processo dominado inicialmente pela escrita e pelas estratégias religiosas dos primeiros jesuítas em circulação pelo território.

Com efeito, entre as várias narrativas da “fundação” – depois perspectivadas precipitadamente como “das origens” – de Macau com impacto na investigação da história demográfica pré-industrial do enclave interessa começar por revisitar com alguma atenção a estratégia populacional especializada pela morfologia social de textos, cartas e documentos produzidos por alguns dos primeiros religiosos jesuítas que circularam pela pequena península. Vários membros da Companhia de Jesus tentaram mesmo sugerir, sobretudo na sua muito regular epistolografia – tantas vezes dirigida aos responsáveis na Europa da Companhia –, ter-se Macau transformado verdadeiramente numa “cidade cristã” apenas quando os jesuítas começaram a frequentar o território. Assim, num curioso texto epistolar da autoria do jesuíta italiano Giovanni Battista de Monte (1528-1587) enviado para o reitor da Casa de S. Roque em Lisboa, escrito documentadamente em Macau, a 26 de Dezembro de 1562, esclarecia-se este panorama de

uma “viciosa” população que, à excepção dos “chins”, apenas aguardava a verdadeira “fundação” de uma “cidade cristã” sob a orientação da pregação jesuíta:

“O número de portugueses que agora estão em esta terra será perto de oitocentos. Antes que nós viéssemos a esta terra, os homens viviam mui desacostumadamente. Isto, louvado seja Nosso Senhor, parece depois que o padre prega e confessamos emendarem-se muito. Quantos aos homens desta terra, id est, os chins, achamo-los muito alheios da nossa santa fé. Porque até agora nenhum fruto fizemos neles.”²

Estas notícias limitadas a avaliar o número de “portugueses” – o principal objecto da actividade religiosa dos jesuítas, já que os “chins” se mostravam “muito alheios da nossa santa fé”... – não concretizam qualquer esforço de rigor “censitário”, mas apenas representam qualitativamente uma fracção populacional, quase sempre em números redondos, verdadeiros substantivos, estratégia que se repete noutras informações destes primeiros jesuítas a alcançar Macau, sempre destacando esse esforço de pregação e moralização de uma população perdida em vícios muitos. Escrevendo também do enclave, agora em 1563, para os jesuítas de Goa, o P.º Manuel Teixeira (1536-1590) refere apenas na sua informação que

“Nós e os padres que para o Japão vão nos ocupamos com oitocentos ou novecentos portugueses que neste porto estão, de diversos portos a ele acorrem, nos quais há sempre tanto que fazer quão remotas e diversas são as partes por que andam e gentes com quem conversam e tratos que trazem. Publicamos-lhes um jubileu que do senhor bispo de Malaca trouxemos, do qual creio se serviu muito Nosso Senhor, assim no interior e oculto como no exterior, e muitas pazes de importância e em outras obras santas. Tomaram nesta nossa casa trezentos portugueses o santíssimo sacramento, além de outros que em outra igreja que aqui está o tomaram.”³

É preciso esperar um ano e sair de Macau em direcção a essas muitas ínsulas do delta do rio da Pérola e dos mares do Sul da China com os seus lucrativos contrabandos para se encontrar, em carta de um jesuíta, uma primeira referência capaz de matizar a própria avaliação qualitativa da população representada

大西洋國尼僧女尼

大西洋國有教化治世二王貿易者皆治世類尼僧則教化類也奉天主耶穌像
夷人教信之有大事疑難不能決必請命焉其法王則製留髻藍青斗帽衣編衣
出入蓋蓋輪轉僧離衛之男女老幼者輒跪捧足候過乃起凡通曉天官家言曾
遊京師者皆留髻藍青斗帽衣編衣女尼以白布纏額及胸編綴編衣革帶
革履夷人教奉之甚於僧一尼為尼一家皆為佛養家人惟重謹得尼片紙立有
之然其始必捐千金歸公賤入寺則終身不出其在澳門者僧居三巴寺該該廟
等處尼亦別立寺廟戒律頗嚴

大西洋國尼僧女尼
大西洋國有教化治世二王貿易者皆治世類尼僧則教化類也奉天主耶穌像
夷人教信之有大事疑難不能決必請命焉其法王則製留髻藍青斗帽衣編衣
出入蓋蓋輪轉僧離衛之男女老幼者輒跪捧足候過乃起凡通曉天官家言曾
遊京師者皆留髻藍青斗帽衣編衣女尼以白布纏額及胸編綴編衣革帶
革履夷人教奉之甚於僧一尼為尼一家皆為佛養家人惟重謹得尼片紙立有
之然其始必捐千金歸公賤入寺則終身不出其在澳門者僧居三巴寺該該廟
等處尼亦別立寺廟戒律頗嚴



HISTORIOGRAPHY

como “portuguesa”. Integrando o demorado mas fracassado projecto de enviar uma embaixada política portuguesa ao imperador chinês, dirigida por Gil de Góis e contando com a presença importante dos jesuítas Francisco Pérez (1514-1583) e Manuel Teixeira, o irmão da Companhia de Jesus André Pinto legou-nos um texto epistolar que começou a escrever em Macau e concluiu já em Cantão, a 30 de Novembro de 1564, dirigido aos seus companheiros do colégio da Companhia em Goa. Contando as actividades religiosas deste pequeno grupo de jesuítas no meio de muitos tráficos entre mercadores portugueses e chineses na “ilha do Pinhal”, provavelmente Lantao, a norte de Macau, o nosso religioso destaca que

“este domingo à tarde nos vieram os portugueses outra vez dar graças de nossa vinda e dos benefícios que Nosso Senhor com ela lhes fizera. E em reconhecimento nos trouxeram dez ou doze almas de moços e meninas que tinham para baptizar.”⁴

Não nos deixemos enganar pelo vocabulário epocal, já que “moços” e “meninas” eram termos usados para designar escravos. Neste caso, trata-se de escravatura masculina e feminina propriedade de mercadores portugueses ainda activos nos contrabandos das ilhas do Sul da China, pese embora essa “fundação” de Macau, normalmente fixada entre efemérides e cronologias em 1557. Seja como for, estes fragmentos textuais deixados na carta de André Pinto sublinham até a presença de escravas femininas de pouca idade, já que o termo “menina” identificava crianças e adolescentes, reservando-se neste período a noção de “moça” para as escravas jovens em idade nupcial. Importante é também constatar que estes escravos se encontravam por baptizar, assim circulando entre tratos e mercadores longe de qualquer controlo religioso católico que, neste caso, se viria a concretizar circunstancialmente. É muito difícil sugerir com absoluta certeza a origem desta escravatura. Contudo, atendendo a que grande parte das fortalezas e enclaves do “Estado da Índia” mobilizavam já nesta altura algum pessoal religioso e eclesiástico, estas referências a “moços e meninas que tinham por baptizar” deve testemunhar um exemplo de escravos chineses traficados neste excitado ambiente de espaços de contrabando e “fronteira” com escassa presença

sacerdotal. Apesar das fortes proibições imperiais, era possível aceder à compra de crianças chinesas vendidas pelas pobres populações destas ilhas ou pelas muitas famílias miseráveis que viviam apenas em embarcações oferecendo serviços, esperando os favores da pesca, não deixando perder a oportunidade de vender a parte mais frágil das suas numerosas proles. As fontes chinesas registaram, aliás, estas compras de crianças realizadas pelos portugueses entre Liampó e Chincheo, antes das primeiras fixações de mercadores europeus em Macau, tráfico que, apesar de reconhecido como crime, se afigura mesmo relativamente tolerado:

“apesar de que os Folangji não têm cometido nada de banditismo nem pirataria, as suas compras de crianças chinesas não deixam de ser um crime, mas não é um crime comparável ao banditismo. São os nossos habitantes fronteiriços quem as vendem ...”⁵

Informações que têm, pelo menos, a vantagem de fixar uma lição importante para os estudos de história da população de Macau: mesmo a simples designação de “portugueses” abarcava ao tempo um grupo populacional compósito, reunindo a portugueses europeus, ultramarinos e euro-asiáticos abundante escravatura asiática. O seu denominador comum era a fé, aceite ou forçada, no catolicismo, pese embora os comportamentos religiosos e morais destes grupos dominados pela mercancia terem impressionado mais do que negativamente os primeiros jesuítas a movimentar-se através de Macau.

Voltando ao novo abrigo do porto de Macau, uma carta escrita a 3 de Dezembro de 1564, da autorizada redacção do jesuíta Francisco Pérez, renova os tópicos das informações anteriores, apesar dos números redondos comparecerem mais matizados e da referência a servidores e “jurubaças” (intérpretes) chineses. Novamente, também o padre Perz prefere sublinhar outra vez estrategicamente o papel refundador da palavra dos religiosos da Companhia de Jesus na “criação” de Macau:

“Neste porto há muita gente nossa. Dizem que se ajuntaram aqui seiscentos ou setecentos portugueses, afora muita gente cristã misturada, como servidores e jurubaças, que são homens que sabem nossa língua e a da China, donde são naturais. Em todos se faz muito fruto em suas almas, com pregações e confissões e muitas amizades. O ano passado estivemos aqui cinco

⁴“Monge do país atlântico” e “Freira do país atlântico”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII).

HISTORIOGRAFIA

padres, e todos tivemos muito que fazer, três que passaram para o Japão e dois que aqui ficámos. Alguns cristãos se fazem aqui destes que tratam aqui connosco, mas não é coisa que venha a conto para o que pretendemos ...”.⁶

Esta espécie de fundação de uma Macau “cristã”, logo, a verdadeira fundação para estas narrativas do esforço da primeira geração de jesuítas, aparece mesmo tratada e ampliada cronisticamente na conhecida obra do padre Sebastião Gonçalves, concluída à volta de 1614 para chegar até nós com o título de *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis à nossa santa fé católica nos reinos e províncias da Índia Oriental*.⁷ No livro nono desta volumosa crónica, o capítulo vinte e cinco trata com destaque e autonomia textual “Do que Nosso Senhor houve por bem obrar por meio dos Padres da Companhia em Amacao no ano de 1563”. Acompanhando esta cuidada representação cronística, descobrem-se agora mais do que arranjadamente as informações epistolares e os “números” que temos vindo a seguir:

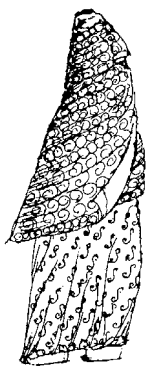
“Averia nesse tempo na cidade do Nome de Deus novecentos portugueses, afora muitos cristãos da terra, com os quais tiveram matéria de exercitar seus talentos, principalmente por razão de um jubileu que o bispo de Malaca D. Jorge de Santa Luzia mandou publicar naquelas partes: comungaram na nossa igreja trezentos portugueses afora outros muitos que noutra parte comungaram. Daqui ficaram tão bem acostumados que muitos frequentavam cada oito e quinze dias os sacramentos da penitência e eucaristia. Visitavam os doentes ajudando-os a bem morrer e buscando esmolas para os pobres. Ensinavam ao domingo e dias santos a doutrina na igreja, a qual se enchia até ao alpendre. Acodiram com mil escravos com os quais se fazia muito fruto, e foi Nosso Senhor servido por via das confissões e pregações mover a muitos a deixar as ocasiões de pecado, de modo que se mandaram para a Índia mais de quatrocentas e cinquenta escravas, todas de muito preço, e na derradeira nau que foi para Malaca se embarcaram ainda passante de duzentas que eram as mais íntimas no amor e mais dificultosas de lançar fora, que foi um dos maiores serviços que a Deus Nosso Senhor naquela terra se fez pela sobeja soltura que havia

no vício da carne. Casaram-se algumas órfãs e muitos cristãos da terra que havia muitos anos estavam em pecado.”⁸

Se acreditássemos neste panorama populacional – que é também uma ordem e uma margem, ao não excluísse sempre os habitantes chineses –, o pequeno enclave de Macau reunia, em 1563, esses 900 “portugueses”, mais 1000 escravos, acompanhados ainda por mais (“passante”) de 650 escravas excessivamente “íntimas no amor”. Muita gente, é o que provavelmente estes números redondos sublinham. A verdade é que, se o número estimado de “portugueses” ainda aparece em algumas das informações anteriores, estas muitas centenas de viciosas escravas expulsas pela palavra e acção dos poucos religiosos da Companhia de Jesus não encontra fundamento nesses textos epistolares que procuravam precisamente destacar os benefícios pastorais e morais da presença jesuíta. Teriam sido mesmo expulsas do enclave centenas de escravas, propriedade dos muitos mercadores portugueses abrigados ao novo porto, ou encontrámos nesta inflamada declaração, a ler no interior de uma continuada misogenia epocal jesuíta, uma sorte de testemunho do lucrativo (“todas de muito preço”) tráfico de escravatura feminina que Macau foi demoradamente mantendo com a praça de Goa e outros destinos comerciais asiáticos?⁹ Seja qual for a resposta, o nosso cuidadoso cronista assinalava uma alternativa ao “vício da carne” e a essas culpadas mulheres “íntimas no amor”: a caridade e o matrimónio cristãos. Por isso, neste feliz ano verdadeiramente “fundador” da “cidade do Nome de Deus” de 1563, sob inspiração da palavra dos jesuítas, o cronista esclarece *in gratia*: “casaram-se algumas órfãs e muitos cristãos da terra que havia muitos anos estavam em pecado”.

Prosseguindo, uma outra carta escrita pelo P.^e Manuel Teixeira para o grande Francisco de Borja, datada em Goa entre 25 de Dezembro de 1568 e 2 de Janeiro de 1569, volta a sistematizar informações sobre a população cristã de Macau em que não se contemplam as representações didácticas da crónica de Sebastião Gonçalves:

“Naquele porto onde os portugueses residem há já uma povoação de cinco ou seis mil almas cristãs, assim de portugueses mercadores que de diversas partes ali concorrem e gente que consigo trazem, como de chinas naturais que Nosso Senhor por meio dos cristãos vai convertendo.”¹⁰



HISTORIOGRAPHY



É melhor ficarmos com esta descrição panorâmica, sumariando, afinal, que concorriam neste período, pelo menos, dois processos de “fundação” de Macau: os esparsos esforços religiosos e morais dos primeiros poucos jesuítas em circulação pelo enclave contrastavam com essas “cinco ou seis mil almas” (quer dizer, simplesmente, ainda “mais gente”) reunindo aos “chinas naturais” esses “portugueses mercadores” de “diversas partes” e a “gente que consigo trazem”: mulheres, filhos, criados e, certamente, muitos escravos e escravas. É quase impossível acreditar que estas famílias alargadas em construção, congregando muitos escravos e escravas, fundamentais tanto para a sua reprodução como para a produção de serviços domésticos, aceitassem facilmente a expulsão das suas cativas. Apesar de quase marginais e reprováveis, estes pequenos pedaços de vestígios femininos que se entrelinharam nas cartas e informações destes primeiros jesuítas são suficientes para esclarecer que o processo complexo de formação de uma sociedade em Macau mobilizou também uma população feminina importante: escravas, mulheres “íntimas no amor” ou muitas órfãs também se convocaram para construir as formas de vida em comum, de associação social e mesmo de divisão de funções ou discriminação de situações sociais sem as quais nenhuma sociedade subsiste.

A partir da consolidação da presença portuguesa em Macau, a cidade passou naturalmente a instalar-se nessas várias obras, casando informação político-militar e cuidadas plantas e desenhos ao gosto do príncipe, sumariando as suas “orientais” cidades e fortalezas. Assim, uma das mais antigas informações políticas oficiais sobre Macau para uso do novo monarca português, Filipe II, encontra-se nesse cuidado *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitânias, e mais Cargos que nelas há e da importância deles*.¹¹ O capítulo décimo quinto desta obra importante intitula-se “da ilha e cidade de Machao”, apresentando esta descrição sumária da cidade e da sua população:

“No melhor porto que ela tem, se foi fazendo uma povoação grande de portugueses que, depois de cansados dos trabalhos e serviço da guerra, se passaram a ela de vivenda com suas mulheres e família por causa da muita riqueza e abundância de todas as cousas que há nesta região da China: e foi em breve tempo crescendo esta povoação, de maneira que tem hoje passante de

dois mil vizinhos, havendo menos de vinte anos que se começou a povoar dos portugueses por dantes não contentirem os chins na terra, nem a outros estrangeiros alguns, e irá sempre pelo decurso do tempo aumentando-se cada vez mais por ser a ilha uma escala geral de todas as mercadorias que da Índia vão para a China e Japão, e outras partes daquele Oriente e delas vem para a Índia.”¹²

Apesar da sucinta referência às “mulheres e família” desses portugueses “cansados dos trabalhos e serviços da guerra”, este trabalho oficial para o poderoso Filipe II tem, pelo menos, a vantagem de matizar os números da população fixada em Macau, agora avaliada redondamente em “passante de dois mil vizinhos”. Este tipo de livros para uso do príncipe gerou, como se sabe, uma larga prole e atingiu formas de aparato importantes. Uma das obras referenciais do “género” aparece organizada em manuscrito, por volta de 1635, pela autorizada redacção do cronista António Bocarro. Realizado em Goa, este trabalho conservou-se como um *Livro das Plantas de todas as Fortalezas e Povoações do Estado da Índia Oriental*. A partir desta matriz, as descrições textuais acompanhadas por belíssimos desenhos iluminados das fortalezas portuguesas dos enclaves asiáticos chegariam também à obra de Pedro Barreto de Resende, concluindo por volta de 1646 um *Livro do Estado da Índia*. Apesar das complicadas transferências de textos e desenhos entre este tipo de obras, as descrições textuais de Bocarro mostram-se tão importantes como seguidas. Entre elas, destaca-se a pormenorizada informação de Macau, oferecendo nova representação da sua população:

“Os casados que tem esta cidade são oitocentos e cinquenta portugueses e seus filhos que são muito mais bem dispostos e robustos que nenhum que haja no Oriente, os quais todos tem uns por outros seis escravos de armas de que os mais e melhores são cafres e outras nações com que se considera que, assim, tem balões que eles remam e pequenos em que vão recrear-se por aquelas ilhas seus amos poderão também ter manchuas maiores que lhes servirão para muitos cousas de sua conservação e serviço de Sua Magestade. Além deste número de casados portugueses tem mais esta cidade outros tantos

HISTORIOGRAFIA

casados entre naturais da terra, chinas cristãos que se chamam jurubaças de que são os mais, e outras nações todos cristãos. [...] Tem além disto esta cidade muitos marinheiros, pilotos e mestres portugueses, os mais deles casados no reino, outros solteiros que andam nas viagens de Japão, Manila, Solor, Macassar, Cochinchina, destes mais de cento e cinquenta, e alguns são de grossos cabedais de mais de cinquenta mil xerafins que por nenhum modo querem passar a Goa por não lançarem mão deles ou as justiças por algum crime, ou os Vice-Reis para serviço de Sua Magestade, e assim também muitos mercadores solteiros muito ricos em que militam as mesmas razões.”¹³

É preciso entrar mais decididamente no século xvii macaense para se começar a encontrar uma cronística memorial secular que, muitas vezes de

produção local, se vai significativamente formando em torno de dois acontecimentos fundamentais para a sorte da presença portuguesa: o ataque holandês ao enclave, em 1622, e a recepção da Revolução da Restauração que, em 1640, terminou com os oitenta anos de monarquia dual filipina que haviam entregado o reino de Portugal à liderança de monarcas espanhóis. O ataque holandês à cidade de Macau, em 1622, concluiu-se por uma muito celebrada vitória da população local, em dia de S. João Baptista, pese embora as relações e notícias redigidas no calor do evento dispersarem desigualmente por capitães, jesuítas e mesmo escravos africanos as responsabilidades maiores pelo triunfo. Desafortunadamente, estes textos não adiantam informações populacionais, conquanto em todos eles se mostre significativo o alheamento da população maioritária chinesa destes dramáticos acontecimentos.¹⁴ Entre 1643 e 1644, vários textos impressos e manuscritos davam conta desse outro desafio político gerado pela Revolução da Restauração, procurando celebrar a aclamação de D. João IV em Macau. A *Relação* “macaense” de António Fialho de Faria pode ser alargada com as informações da *Relação* de Manuel Jacome de Mesquita acerca do sucesso da Restauração em todos os enclaves portugueses do “Estado da Índia”, a completar ainda com o relato mais geral oferecido pelos *Sucessos Militares* de João Salgado Araújo.¹⁵ Novamente, exceptuando esparsas referências à muita escassa população portuguesa de origem europeia, estes textos não ajudam sequer a qualificar as principais estruturas demográficas do enclave.

Mais interessantes se apresentam para a história da população seiscentista de Macau algumas notícias escritas por visitantes estrangeiros. Em 1637, quando o enclave macaense começa paulatinamente a receber sucessivos viajantes e, depois, agentes de companhias comerciais europeias, o aventureiro inglês Peter Mundy fixou-se na cidade durante alguns meses e anotou nas suas *Viagens*¹⁶ alguns apontamentos dispersos sobre a sua maioritária população feminina. Recebido com sentida hospitalidade em casa do poderoso capitão e comerciante António de Oliveira Aranha, na altura um dos quatro veradores do influente Senado, Mundy destacou o ambiente hospitaleiro deste tipo de unidades domésticas dos grandes mercadores ligados a essa “época dourada” de Macau construída com os lucros generosos dos tratos da prata do Japão:

António Fialho de Faria, *Relação da viagem que por ordem de Sua Magestade fez António Fialho Ferreira deste Reino à cidade de Macau na China...* (Lisboa, 1643).

RELAC. AM DA VIAGEM, QUE POR ORDEM DE S. Mg^{de}. FEZ

Antonio Fialho Ferreira, deste
Reyno à Cidade de Macao
na China:

É FELICISSIMA ACC LAMAC, AM DE S. M.
El Rey nro Senbor Dom Ioaõ o IV. que Deos
guarde, na mesma Cidade, & partes do Sul.

SENHOR.



A Ilha de Santa Elena escreuo esta a
Vossa Magestade, & fico nella a ventu-
ra de chegar primeiro, que eu, leuada
em algũa embarcação de Portuguezes
que por aqui passar, que como vou em
hũa nau Olandeza poderá acontecer,
que, tarde mais pello rodeo de Olinda, & pello que pode
succeder tunc por acertado dar conta a V. Mag. do q obrei
na missão pera que fui destinado à nãis, & em q a terra
aonde V. Mag. tem vassallos, que por se tão alougada (em
respeito della Corte) se reputa pera outro mundo, & af-
fim, que posso dizer que venho de outro mundo.

Vossa Mag. me enuiou o anno de 1641 às partes do O-

A nã-

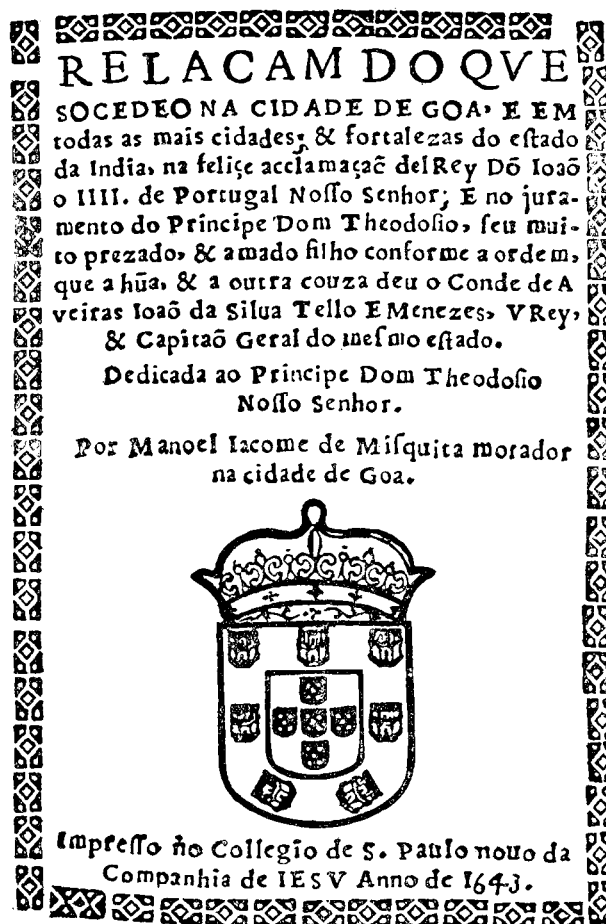
HISTORIOGRAPHY

“A casa do dito Senhor António com mobília, divertimento, etc. era semelhante à outra, diferindo apenas no facto de que eramos servidos por criadas, mulheres chinesas da sua própria casa, compradas por ele como acontecia em quase todas as casas. Disseram-me que nesta cidade só havia uma mulher nascida em Portugal. As esposas eram chinesas ou de raça mestiça casadas com portugueses.”¹⁷

Julga-se importante sublinhar a generalização: o que “acontecia em quase todas as casas” (entenda-se, neste tipo de casas da grande burguesia comercial e política cristã de Macau, a “classe” adequada para impressionar estes raros visitantes europeus) era o predomínio de unidades domésticas alargadas, reunindo ampla criadagem e escravatura chinesa feminina, de onde tinham saído até as esposas destes mercadores/senadores. A partir deste conhecimento de causa, Peter Mundy procura também desvendar o sistema de resgates escravistas que permitia recrutar na China estes muitos serviçais masculinos e e ainda mais femininos que foi identificando nestas prósperas casas:

“Os chineses pobres vendem os seus filhos para pagar as suas dívidas ou para se manterem (isto é de algum modo aqui tolerado), mas com a condição de os alugarem ou contratarem como criados por trinta, quarenta ou cinquenta anos, dando-lhes depois a liberdade. Alguns vendem-nos sem quaisquer condições, levando-os durante a noite embrulhados num saco secretamente e separando-se deles por dois ou quatro reais de oitavo cada um.”¹⁸

Esta ampla compra de crianças chinesas, sobretudo do sexo feminino, concorria mesmo para estruturar o sistema e cultura domésticos da burguesia comercial instalada em Macau. Um ano depois da estada de Peter Mundy, reconhece-se em 1638 uma outra relação de viagem a Macau feita pelo italiano Marco D’Avallo, personagem obscura mas com interesses nos tratos comerciais do enclave. Na sua descrição fundamentalmente económica da cidade, seguindo esse seco e pragmático estilo próprio da tradição dos *ricordi* dos mercadores italianos, os seus apontamentos do mundo populacional local limitam-se somente a reconhecer utilitariamente que “Os portugueses casaram com mulheres chinesas e desta forma [Macau] tornou-se povoada”.¹⁹ O outro texto seiscentista de um viajante europeu que interessa ao



Manuel Jacome de Mesquita, *Relação do que sucedeu na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas do estado da Índia na feliz aclamação del Rei D. João o IV.* (Goa, 1643).

estudo da história demográfica macaense aparece já no ocaso do século xvii quando, ao passar em Macau a caminho de Pequim, o engenheiro francês François Forget reconhecia nas suas memórias de viagem esta contradição: a cidade definhava decadente, não se contavam mais do que quatrocentos “portugueses”, mas conseguia ainda assim suportar “sete ou oito mil mulheres”.²⁰ Provavelmente, mais do que decadência, a cidade assistia a uma demorada transformação económica e social, concentrando progressivamente os capitais e investimentos comerciais numa restrita elite cada vez mais localizada que, dominando a “cidade cristã”, as suas instituições e relações sociais, não deixava de repartir as esmolas estritamente suficientes também para manter esses milhares de mulheres pobres. Muitas asseguravam os mais variados serviços domésticos, poucas conseguiam por vezes chegar a um bem sucedido

HISTORIOGRAFIA

casamento com um desses poderosos mercadores que se queriam portugueses.

Se seguirmos com as imposições da cronologia a difusão dos primeiros ensaios históricos dedicados inteiramente ao passado de Macau, descobre-se esse primeiro título da autoria de José de Aquino Guimarães e Freitas, nascido em Minas Gerais e activo coronel de artilharia no enclave macaense, conseguindo imprimir em prelos universitários de Coimbra, em 1828, uma original *Memória sobre Macao*.²¹ Neste texto curioso, estreitamente vinculado aos sectores conservadores de Macau liderados pelo muito famoso ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira (1776-1824), existe alguma preocupação de investigação da população do território. Assim, num primeiro apartado, a “população cristã” de Macau é avaliada em Abril de 1822 com a seguinte dispersão paroquial: na freguesia da Sé apontam-se 289 homens maiores de 14 anos, 251 menores, 1342 mulheres e 248 escravos; reunia a freguesia de S. Lourenço 258 homens maiores de 14 anos, 170 menores, mais 1058 mulheres e 236 escravos; na pequena freguesia de Sto. António arrolavam-se somente 59 homens maiores, 52 menores, 301 mulheres e 53 escravos.²² Quanto à população chinesa, afastada da categorização anterior de “cristã”, a memória apenas acredita ser já “muito superior às 8000 pessoas” estimadas no começo do século xix, crescendo devido ao “subsequente desenvolvimento do comércio” somado à “indiscreta tolerância que lhes permite a criação de novas casas e arruamentos”. Apesar de avaliarem por diferença a população escrava e muito deficientemente a população chinesa, estes dados têm algum interesse sugerindo um tecto populacional de 12 000/15 000 habitantes adequado à história demográfica do território e aos sempre procurados equilíbrios entre recursos e consumo social. Na avaliação da “população cristã” das três freguesias arroladas, conquanto não seja feita a distinção por sexos dos “escravos”, é evidente a larga predominância feminina: 2701 mulheres contra 606 homens maiores de 14 anos e 473 “menores” que, parecendo corresponder a uma divisão na população masculina, somam um total de 1079 habitantes, assim distribuindo 2,5 mulheres por cada homem, o que se afigura congruente com o que se conhece da evolução sócio-demográfica histórica do enclave.

Este balanço demográfico mantém-se nessa obra referencial que vários manuais e bibliografias ainda insistem, para infelicidade do nosso José de Aquino

Guimarães e Freitas, em considerar o primeiro ensaio de história de Macau: o livro do sueco Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*,²³ originalmente estampado em inglês, em 1836, para depois se fixar com este título em demorada tradução promovida pelo periódico *Echo Macaense*, entre 1 de Agosto de 1893 e 13 de Dezembro de 1896, oferecendo aos leitores apenas a primeira parte da obra relativa a Macau. No capítulo quarto deste primeiro andamento, dedicado à população, os habitantes classificados como “homens livres”, “escravos” e “de todas as nações, incluindo chineses convertidos” aparecem avaliados para 1821 em “não mais do que 4600”, com a seguinte dispersão: “súbditos naturais” acima dos 15 anos, 604; abaixo dos 15 anos, 473; escravos, 537 e mulheres, 2693.²⁴ Uma relação muito próxima da oferecida pela *Memória sobre Macao*, mantendo quase rigorosamente em 2,5 a relação a favor da população maioritária feminina. A seguir, o nosso autor adianta as estimativas para 1830, fixando este mesmo tipo de população num total de 4628 habitantes, a distribuir por 1202 “homens brancos”, 2149 “mulheres brancas”, 350 escravos, 779 escravas, mais 38 homens e 118 mulheres de “diferentes castas”.²⁵ Com esta avaliação, discriminando sexualmente a população escrava, arrolam-se 3046 mulheres contra 1590 homens, fazendo descer a relação para 1,9 a favor da população feminina, apesar do somatório destas parcelas não garantir a qualidade das competências aritméticas de Anders Ljungstedt. Quanto à população chinesa predominante em Macau, o autor sueco limita-se a sugerir um número que é uma qualidade em torno de 30 000 habitantes, pelo menos, como enfatiza, “seis vezes mais do que os vassalos de Portugal”.²⁶ O trabalho do curioso sueco tem, pelo menos, a vantagem de confirmar a definitiva alteração do sistema demográfico tradicional, dissolvendo-se também em função dessa continuada emigração de mão-de-obra chinesa.

Mesmo este tipo de apreciações gerais deixou de ser conveniente quando, na segunda metade do século xix, se vai instalando uma sorte de perspectiva tão eurocêntrica como “lusitana” de organizar selectivamente a história de Macau com alguma projecção educativa e popular. Aparecem neste período os primeiros demorados trabalhos fixando “imparcialmente” uma cronologia do passado do enclave seguindo os dias, meses e anos de um longo calendário arrastando-se entre começos do século xvi e as datas celebrando esse

HISTORIOGRAPHY

“golpe de estado” soberanista do governador Ferreira do Amaral, culminando no seu assassinato, em Agosto de 1849. Inaugura com sucesso esta tendência o muito frequentado trabalho que A. Marques Pereira divulgou em 1868 como *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos*.²⁷ O programa desta – chamemos-lhe com esforço e generosidade – historiografia cronológica encontra-se completamente formada nesta obra: fixação de uma cronologia de eventos políticos, destaque para uma cronologia “portuguesa” do enclave, atenção quanto baste apenas às formas mais evidentes de controlo imperial chinês sobre a “cidade cristã”, notando-se uma completa ausência de processos sociais e, por isso, de qualquer investigação da história demográfica de Macau.

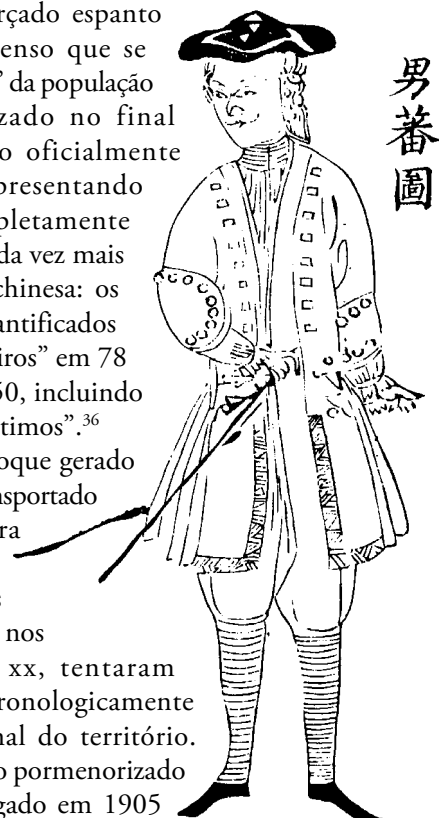
A selectiva cronologia de Marques Pereira passaria incólume para o livro de J. Gabriel B. Fernandes *Apontamentos para a História de Macau*,²⁸ influenciando também os três títulos que, mais qualificados, Bento da França dedicou ao passado macaense. Este antigo secretário do governo de Timor e de Macau, tenente de cavalaria e ajudante-de-campo do infante D. Augusto, começaria por editar em 1888 uns novos *Subsídios para a História de Macau*,²⁹ ainda organizados cronologicamente, acompanhados dois anos mais tarde por uma obra de divulgação intitulada simplesmente *Macau*,³⁰ preparando o seu estudo mais importante e citado *Macau e os seus Habitantes. Relações com Timor*, texto impresso já em 1897.³¹ Esta obra interessante voltava, porém, a negligenciar completamente qualquer esforço sério de investigação da história social do enclave e quando encontra a população maioritária chinesa é para copiar quase integral e literalmente o curioso trabalho que, em 1867, Manuel de Castro Sampaio intitulou *Os Chins de Macau*.³² Partindo da situação social do seu próprio tempo, Sampaio apresenta acertadamente uma cidade dominada pela circulação cultural e laboral chinesa, destacando a



activa presença comercial dos bazares e um agitado proletariado chinês que, industrial e mesmo agrícola, habitando nas “cinco povoações rurais” do enclave, era absolutamente fundamental na reprodução das estruturas económicas que asseguravam a sobrevivência da cidade.³³ Em seguida, o nosso autor procura estabelecer algumas tendências demográficas, sugerindo uma população chinesa para o século xvii, na altura do ataque holandês ao enclave, em 1622, à volta de 7000 habitantes, chegando nos princípios de Oitocentos a 8000 e crescendo em 1826 para 18 000. Depois, segundo apuramento do Leal Senado, a população chinesa desenvolve-se para cerca de 20 000 em 1837, atingindo em meados do século “algumas dezenas de mil”.³⁴ Apesar de não apurar dados quantitativos acerca da população chinesa feminina, a obra esclarece correctamente que o seu sistema familiar não se baseava, como muitas vezes se sugeria, na poligamia, “vivendo só com uma mulher casada, as outras são concubinas”.³⁵

Em contraste com este estudo de Sampaio que leu e copiou, a falta de investigação original sobre as estruturas demográficas e sociais de Macau afigura-se, pelo menos, estranha nas três obras de Bento da França já que todas decidiram divulgar com indisfarçado espanto o primeiro grande censo que se considerava “científico” da população do território, realizado no final de 1878 e divulgado oficialmente dois anos depois, apresentando uma sociedade completamente dominada por uma cada vez mais crescente população chinesa: os “portugueses” são quantificados em 4431, os “estrangeiros” em 78 e os chineses em 55 450, incluindo 8935 “habitantes marítimos”.³⁶

Esta sorte de choque gerado pelo rigor dos dados transportado por uma nova cultura censitária abrigou-se imediatamente a outros estudos e ensaios que, nos começos do século xx, tentaram mesmo reconstruir cronologicamente a história populacional do território. Assim ocorre no estudo pormenorizado de J. Dyer Ball divulgado em 1905



HISTORIOGRAFIA

com o belíssimo título *Macao: The Holy City: The Gem of the Orient Earth*.³⁷ A partir das suas estadas em Macau, Cantão e Hong Kong, o autor adianta esta cronologia demográfica que, entre hiatos muitos, apenas pormenoriza quantitativamente a história demográfica do século xix macaense: em 1583, a cidade reuniria “900 portugueses e centenas de crianças chinesas”; no final do século xvii, a população chegava a 19 500 habitantes de predomínio chinês; em 1821, a concentração populacional tinha caído para este tão precioso intervalo de 4557–4600, seguindo os números mal somados por Ljungstedt; em 1830, continuava a apresentar apenas 4628 habitantes, números novamente repescados no ensaio do autor sueco; em 1824, subia muito ligeiramente para 5093; em 1874, num total de 68 086 habitantes, os “portugueses” situavam-se em 4476 contra 63 532 chineses; por fim, em 1897, em 78 706 habitantes recenseados, os “portugueses” caíam para 3898 e os chineses elevavam-se a 74 627.³⁸

Este bem arrumado itinerário “historiográfico” da história da população de Macau haveria de ser perturbado pelo indispensável trabalho de interpretação que continua a ser o *Historic Macao* de Montalto de Jesus,³⁹ primeiramente publicado em 1902 e, depois, reeditado em 1926 em impressão proibida, apreendida e que haveria de provocar uma ampla proscrição do nosso autor dos meios sociais mais elevados da sociedade “oficial” de Macau. Se a primeira edição chegou mesmo a ser elogiada por rebater algumas das teses críticas adiantadas por Ljungstedt acerca da presença e soberania portuguesas no enclave, a segunda reimpressão tornou-se maldita não apenas pelo duro criticismo dirigido à administração colonial, mas sobretudo por esse fantástico projecto de entregar Macau à Sociedade das Nações.⁴⁰ Apesar de ser uma obra politicamente comprometida, o livro de Montalto de Jesus é inteligente, concretizando um esforço sincero e documentado para entender Macau enquanto espaço relacional cruzando – mas sem ter em conta as intermediações muitas – a China e Portugal, mobilizando sentido esforço de trabalho e interpretação de algumas fontes chinesas, apesar de quase sempre lidas em segunda mão através de traduções inglesas. O seu esforço gerou uma das formas historiográficas mais perenes de entender a história de Macau como um tema exclusivamente político vinculado ao que Montalto designava pelo “poder senatorial” que, a seu ver, tinha conseguido

fundar e defender a autonomia do enclave. Falta também à sua obra história social como se ignoraram as especificidades culturais do processo complexo de formação e desenvolvimento da cidade. Talvez, por isso, é quase inútil procurar encontrar nas suas bem escritas páginas referências significativas à história da população e da demografia de Macau com a excepção importante de uma explicação geral das origens sociais do enclave que, como entenderemos, continua a mobilizar ampla frequência e citação em ensaios que se querem de história e antropologia:

“Sendo a procriação de uma raça mista, mas legítima e cristã, um aspecto característico da colonização portuguesa iniciada por Albuquerque e alentada pelo influente clero, os primeiros colonos portugueses casaram com mulheres japonesas e de Malaca, mas sobretudo com estas. Embora as relações entre Macau e Malaca tenham cessado há séculos, vestígios destas avós dos macaenses podem ainda ser encontrados em certas características etnográficas que estão gradualmente desaparecendo sob as influências da evolução social. Além disso, o *patois* macaense atesta uma influência predominantemente malaquesa enquanto a influência japonesa poucos vestígios deixou.”⁴¹

Sempre cuidadoso e profissional na verificação das suas provas e interpretações, Montalto de Jesus somou em nota a um punhado de termos malaio presentes no *patois* de Macau⁴² – como estavam presentes em muitos outros dialectos “luso-asiáticos” de Tugu, nos arredores de Jakarta, a Bidao, nos arrabaldes de Díli, ou não fosse o malaio a grande língua de comércio da história moderna do Sudeste Asiático – uma ainda mais curiosa anotação, explicando que a preferência dos primeiros portugueses estabelecidos no enclave do rio da Pérola por mulheres malaia radicava num

“episódio romântico ocorrido após a chegada da primeira expedição portuguesa a Malaca, quando uma conspiração para massacrar num banquete os oficiais, e destruir a sua frota, foi frustrada por uma rapariga nativa, que, estando apaixonada por um marinheiro português, nadou até ao seu barco e revelou a traição planeada.”⁴³

Esta vetusta versão portuguesa de um “barco do amor” que, nos mares orientais, subjugava completamente as mulheres locais aos encantos fatais dos portugueses não é apenas uma legenda ficcional.

HISTORIOGRAPHY

Alguns autores sérios, a seguir mais à frente, continuam no essencial a difundir que esta associação entre fogosos aventureiros portugueses e belíssimas jovens malaias constituiu a *fons vitae* de onde brotou a população de Macau.

Depois da polémica em torno da obra de Montalto de Jesus, a bonança regressou seguidamente às poucas histórias gerais de Macau que têm vindo a ser publicadas no último meio século. É o caso do trabalho novamente organizado cronologicamente que Artur Levy Gomes intitulou com alguma prudência *Esboço da História de Macau (1511-1849)*.⁴⁴ Passeia-se demorada e pesadamente ao longo de 408 páginas seguindo um selectivo calendário cronológico em que, entre heróis masculinos, luso-centrismo exacerbado e factos político-militares dominantes, se perdeu completamente o passado demográfico de Macau. A situação não melhora com o trabalho desse infatigável investigador e publicador de documentos da história macaense que foi Luís Gonzaga Gomes. Uma atenção predominante dirigida para a evolução política do enclave, claramente devedora das sugestões de Montalto de Jesus, não permite vislumbrar um único tema ainda que marginal ligado à história demográfica nas 552 longas *Páginas da História de Macau*.⁴⁵

Trinta redondos anos depois das muitas páginas de Luís Gonzaga Gomes, a partir de 1996, Gonçalo de Mesquitela começava a editar os seus hoje seis cuidadosos tomos de um pessoal projecto de redigir uma *História de Macau* que chegou a 1717.⁴⁶ A história social em todas as suas diferentes especializações é um parente mais do que menor nas cuidadas páginas desta volumosa história, pelo que o tema da demografia pré-industrial da cidade resolve-se voltando à engenhosa teoria de Montalto de Jesus. Explica, por isso, Gonçalo de Mesquitela que,

“Logo de início, as duas comunidades, a portuguesa e a chinesa, ficaram em presença, vizinhas de paredes meias, interdependentes em elevado grau e beneficiando-se mutuamente. Facilitava isto o facto de, na comunidade portuguesa, já existir uma adaptação de várias raças entre si. As famílias dos portugueses eram constituídas com mulheres asiáticas, principalmente de Malaca e do Japão. [...] Isto permitia traços de união com elementos orientais, evitando o choque directo de europeus e chineses e avivando todas as condições de uma rápida absorção da cultura local pelos

novos habitantes. Não há registo do número de portugueses neste período da fundação, no lato sentido de alguns reinóis, suas mulheres asiáticas, filhos multirraciais, escravos e servos africanos e asiáticos. Montalto de Jesus refere 500, sem incluir neste número qualquer chinês. Seis anos depois, em 1563, quando finalmente todos os portugueses das ‘ilhas de Fora’ especialmente de Lampacau, vêm fixar-se na povoação, o número indicado é de 900, exceptuando-se as crianças. Nestes números não entram quaisquer chineses, pois as fontes chinesas indicam que, para cá das Portas do cerco, não havia súbditos do Celeste Império, em toda a península.”⁴⁷

Volta-se, assim, nesta sorte de jogo do “ovo e da galinha” novamente a essa formação de “famílias portuguesas” graças a mulheres “principalmente de Malaca e do Japão”. Documentação capaz de comprovar esta “teoria” não existe. Os textos que se foram acumulando, testemunhando uma demorada frequência de raptos e compras de crianças e jovens chinesas num processo ainda anterior ao estabelecimento de Macau foram esquecidos. Mas é preciso habituarmo-nos a que nos estranhos corredores da historiografia de Macau as conclusões “essenciais” chegaram muito antes da investigação. Uma vez impostas, resta o trabalho de fazer a sua antologia, mesmo que sobre em “impressões” o que falta em documentação. Uma dialéctica peculiar que se encontra com excessiva frequência em trabalhos e ensaios que pretendem desvendar os segredos da (de uma certa sorte de) antropologia de Macau.

As explicações das origens sociais de Macau propostas por Montalto de Jesus nas duas edições do seu *Historic Macao* não se instalaram tranquilamente apenas em livros e ensaios de história, mas foram geralmente acolhidas também com hospitalidade em muitos estudos de antropologia. Apesar de não existir qualquer história da etnografia e antropologia de Macau, rapidamente se percebe que são sobretudo esses vários estudos entre etnografia, antropologia física, social e cultural que procuram estudar os “macaenses” a sentirem-se obrigados a perseguir fundamentações históricas. Seriamente, com a devida consagração académica em sede de tese de doutoramento defendida na Universidade de Toulouse, se devem procurar recensar os argumentos sobre a formação social de Macau que Almerindo Lessa publicou, em 1974, em

HISTORIOGRAFIA

livro com este fantástico título: *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica*.⁴⁸ Ainda na introdução da sua obra, este médico e biólogo colocado talvez no lugar terminal da evolução da antropológica colonial portuguesa, marcada pelos nomes e obras centrais de Mendes Corrêa e António de Almeida, salientava o seu extenso trabalho de arquivo, o seu estudo apurado de documentos e os vários inquéritos de campo realizados para esta sua tese doutoral, permitindo uma acumulação de pesquisas que, em matéria de esclarecimento das origens de Macau,

“permitiram-me adquirir um certo entendimento das raízes biológicas e políticas do fenómeno macaense e sobretudo do seu modo de povoamento. Ora, em Macau, esse estilo foi marcado pelo volume das mulheres malaquistas, a frustração do que poderíamos chamar o ‘complexo de Paraguaçu’, e a barreguia com chinas de baixa condição social. As primeiras, que nos ficavam no caminho, eram já um hábito nosso; a dificuldade de realizar uniões chinesas de boa linhagem (repetindo no Extremo Oriente os casamentos das Américas) empurrou-nos a seu turno para a mancebia com chinesas de condição humilde que, segundo as próprias tradições androcéntricas do Império, podiam ser vendidas para esse fim.”⁴⁹

Estas conclusões, adiantadas imediatamente na apresentação da obra, desenvolviam-se no corpo do estudo graças à mobilização de muitos textos e documentos históricos quinhentistas e seiscentistas, sobretudo de produção cronística oficial e religiosa, voltando Almerindo Lessa a confirmar a tese anteriormente fixada pelo *Historic Macao* de Montalto de Jesus, incluindo esse romântico argumento do peregrino lusitano “barco do amor” atraindo apaixonadas mulheres malaia:

“a maior parte das mulheres que os portugueses tiveram inicialmente em Macau foram levadas por eles próprios da área malaia, de toda a Insulíndia, até de Ceilão (a Traporbana de João de Barros e de Luís de Camões), e cuja popularidade datava do romântico episódio da nossa primeira expedição, salva da chacina pela denúncia de uma delas e a colaboração de não sei quantas mais que ‘... se ocupavam de perguntar e saber por os homens da guerra e dos naturais; do que tudo

faziam aviso aos nossos, que tudo sabiam quanto se ordenava; porque estas mulheres de Malaca são muito entregues ao bem querer tanto que tomam vontade com um homem, que não estimam perder por ele a vida’. Já constituíam, pois, uma paixão nossa. Fernão Lopes dizia serem pela maior parte formosas; ‘... são baças, andam vestidas de mui bons panos de seda, derredor de si umas camisas curtas, e são pela maior parte formosas’, escreveria também Duarte Barbosa.”⁵⁰

Seguindo de perto as outras provas adiantadas por Montalto de Jesus – autor estranhamente ausente tanto do texto como das abundantes notas do livro –, Almerindo Lessa destaca igualmente a influência do malaio no *patuá* macaense, sublinhando que, “quando os portugueses se instalaram em Macau, o *papiá* (falar cristão de Malaca) que já era uma espécie de língua franca do Oriente, veio permitir que aí continuassem a entender-se euro-portugueses, chineses, malaio, africanos, mouros e hindus”. Segundo o nosso autor, esta pista malaia estendia-se ainda às aportações da “comida, vestuário e certos hábitos”. Assim acontecia em “doces característicos da cidade” como o *aluar*, o *dodol* ou o *ladu*; o mesmo se testemunhava na utilização de utensílios de cozinha como o *parão*, o *buião* ou o *daiong*; influências presentes também na utilização pelas mulheres macaenses de uma saia tipo *sarong*, da *baiana* – “percursora dos actuais pijamas” –, do *culão* e do *tudum*. Apesar da sua larga difusão por todo o mundo tradicional do sudeste asiático, Lessa considerava ainda prova importante da influência de mulheres malaia na formação da sociedade “original” de Macau “o hábito, que existia entre as velinhas, de mascarem a areca envolvida com folhas de betle”.⁵¹

A obra esclarece quase acertadamente, em seguida, um acesso limitado dos primeiros “povoadores” portugueses de Macau às mulheres chinesas de mais elevada condição, o que permitia somente integrar pela compra e pelo rapto mulheres chinesas pobres nas muito disseminadas práticas de concubinato destes aventureiros e comerciantes lusos:

“Já o nosso cruzamento com chinesas foi difícil e praticamente só com mulheres humildes, pois as das classes superiores, mal se nos adaptariam, fora dos capitães ou dos grandes mercadores. [...] O que explica porque é que nos primeiros séculos só pudemos conviver com mulheres raptadas ou compradas. [...] Assim, com mulheres obtidas

HISTORIOGRAPHY

por escravidão ou rapto, e depois batizadas, se fizeram as barreganias macaenses”.⁵²

Não interessa avaliar demoradamente a qualificação destes argumentos embaraçados com esses problemas das origens, estudando a formação social de Macau excessivamente a partir dos “portugueses” e não identificando qualquer processo histórico durável responsável pela reprodução das estruturas sociais de Macau. Em rigor, as muitas disciplinas que se cruzam neste estudo, da história à genética, tinham uma lição previamente definida “dominada pela história da mestiçagem portuguesa nos trópicos” em que essa “capacidade extra-europeia do povo [português] se revela pela sua integração nos novos espaços, considerados não apenas como áreas económicas de caça, mas como territórios acolhedores e até por vezes ideais para o exotismo erótico”. O luso-tropical “barco do amor” que, com o seu “exotismo erótico”, transportou também esta especial expansão portuguesa até Macau haveria mesmo de fundar uma cidade de

“Humanidade heterogénea vivendo no espaço e no tempo tropicais em mútua e voluntária tolerância, a sua existência demonstra que as variabilidades étnicas e os acidentes de cor não implicam necessariamente a existência de grupos de pressão e como nesta região foi quase sempre possível desmobilizar da vida activa os conflitos ideológicos, quer de natureza social, quer de natureza cultural, [que] para algumas circunstâncias a fossem empurrando.”⁵³

Esta generosa ideia de uma estável e pacífica história social macaense, destacando uma heterogeneidade erguida sob a convivência “étnica e racial”, assentava, de acordo com o esforço de Almerindo Lessa, na protecção continuada da mestiçagem luso-tropical que concretizaria o “tipo” macaense. Estudando este “grupo” construtor de uma cidade especial com todo o arsenal antropológico das suas competências, o nosso autor esclarecia que

“Os Macaenses apresentam uma posição de mistura racial, intermediária entre a dos Chineses e a dos Portugueses embora mais próxima dos primeiros. Se o estudo hemotipológico demonstrou a presença de raízes mediterrânicas e insulíndicas, que a própria comunidade já tinha esquecido, a presença de certos antigénios arcaicos aproxima, por seu turno, os patrimónios biológicos dos macaenses dos leucodermos da

Europa e dos melanodermos da África. Que tanto os chineses como os macaenses são povos malanodérmicos ainda o provaram os estudos feitos sobre as variações percentuais de cobre no soro sanguíneo. Também a capacidade de visão das cores mantém os mestiços portugueses do Rio das Pérolas no plano das situações biológicas normais e próprias dos mongolóides, portanto sem aquela correcção que eu encontrei nos mestiços euro-africanos de Cabo-Verde; e o mesmo direi dos estudos sobre a agueusia aos sais de ureia (“cegueira gustativa”) e sobre a capacidade de excreção urinária da betamina. O que permite desde já afirmar que o mestiço luso-tropical de Macau é um ser biologicamente equilibrado e resultante na sua adaptação ...”⁵⁴

Conclusão certamente sossegadora para os macaenses. Sejam eles quem forem. Para estas teorias, os macaenses não são “simplesmente” os habitantes de Macau, mas apenas um grupo “especial” de habitantes “mestiços” que, conquanto mudando ao longo de um complexo processo histórico, foi procurando representar o seu grupo como o dos “verdadeiros” habitantes de Macau. Estratégias que sempre envolveram narrativas, “histórias” e até mesmo “etnografias” do seu grupo em competição com os outros grupos de “macaenses” não autorizados a reivindicar essa identidade.⁵⁵ Cruzando “rigores” biológicos, antropologia “tropical” e lições de história (“preceder a exposição dos dados biofísicos e bio-sociais colhidos no local, com algumas lições de geografia e história”), os macaenses eram para Almerindo Lessa não apenas os mestiços luso-tropicais de Macau, mas o elemento dinâmico formativo de uma cidade

“Onde embora o número de euro-lusitanos seja baixo e nunca neste século tenha alcançado, sequer, cinco por cento, a força da convivência multirracial ficou notória e a nossa presença cultural, sobretudo a do passado, bastante forte. Lembra uma cidade do recôncavo baiano, salgada de homens amarelos e ruas exóticas, à mistura com canteiros minhotos, telhados algarvios e recantos de âlfama.”⁵⁶

Sempre que se procura neste livro interessante qualquer explicação próxima dessa noção fundamental para a história profissional de “processo”, seja para se perceber as origens sociais de Macau ou a morfologia dos seus grupos populacionais, somos sempre remetidos

大西洋國黑鬼奴

夷人所役黑鬼即唐時所謂娼娼奴明史亦載荷蘭兩役名烏鬼生海外諸島初至真之火舍黑日洞泄謂之捷腸或病死若不死即可久畜通體黧黑如沐惟唇紅齒白戴紅絨帽太絨色粗絨短衫常握木棒婦項下繫彩色布袒胸露背短裙無袴手並帶劍男女俱結黑草條爲履以便奔走夷人雜坐以黑奴進食食餘傾之一器如馬槽黑奴男女以手搏食夷屋多層樓處黑奴於下若主人惡之錮其終身不使匹配示不畜其類也

[illegible]

HISTORIOGRAPHY

para as estafadas teorias gerais do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre pregando essa famosa “mestiçagem” que, baseada na “democracia das raças”, os portugueses espalharam por todos os trópicos até edificarem sociedades “luso-tropicais”. Almerindo Lessa confessa, aliás, esta dívida também intelectual,⁵⁷ mas quase valeria a pena perguntar ingenuamente porque é que, em 1953, essa famosa viagem de Gilberto Freyre à descoberta do “ultramar” português ao serviço da ditadura salazarista se “esqueceu” de visitar Macau (e também Timor Leste). Encontraria verdadeiramente esse príncipe da sociologia brasileira que era Freyre, na década de 1950, provas evidentes em Macau da universalidade da sua bela teoria do luso-tropicalismo? Em rigor, mais não “descobriria” do que uma cidade esmagadoramente dominada por uma população chinesa, dominando também a maior parte das estruturas do trabalho, largamente alheia às subtilezas da antropologia dos “macaenses” e, muito menos, incapaz de corroborar qualquer luzida teoria de um luso-tropicalismo envolvendo em harmonia “multi-racial” o devir social da cidade.

Contribuição importante para os debates sobre as origens sociais de Macau, ultrapassando estas perspectivas enformadas por um luso-tropicalismo tão geral que aparece como condição “essencial” da circulação portuguesa também na Ásia, encontra-se no bem conseguido livro que Ana Maria Amaro intitulou *Filhos da Terra*.⁵⁸ Por isso, a abrir o seu estudo, a investigadora esclarece que “procurar um modelo no fenómeno brasileiro para explicar a formação da sociedade luso-tropical macaense não é possível, embora a forma de penetração pacífica, apoiada no trabalho dos escravos, pudesse, de certa forma, permitir termos de comparação”.⁵⁹ Limitando a sociedade actual de Macau a três grupos “distintos” – portugueses europeus, macaenses ou portugueses de Macau e chineses –, Ana Maria Amaro sublinha que “o grupo mais interessante é o dos macaenses”, sumariando seguidamente as principais teses sobre a sua formação histórica, desde o trabalho, em 1897, de Bento da França ao estudo de Manuel Teixeira, em 1965, passando pelas obras de Álvaro Machado, Francisco de Carvalho e Rego e Eduardo Brazão.⁶⁰ Contrariando as teses deste conjunto de obras, a nossa autora esclarece que “os portugueses que demandaram Macau encontraram companheiras

e lograram criar um tipo novo de euro-asiático, diferente do mestiço luso-chinês que, alguns autores têm, indistinta e erradamente, visto, ao longo dos séculos, no macaense ou *filho da terra*”.⁶¹ Mobilizando o seu convívio de quinze anos com macaenses, o estudo de fontes históricas e relatos de viajantes, a reflexão sobre “os raros e pouco concludentes” estudos antropológicos, a consulta de arquivos paroquiais e a reconstrução das “árvores genealógicas de vinte famílias antigas de Macau”, Ana Maria Amaro consegue sugerir que

“As fontes históricas apontam-nos para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau; porém na condição de escravas. É claro que as mulheres chinesas, principalmente aquelas que os pais vendiam ou que acompanhavam os piratas chineses com os quais muitos portugueses andavam misturados, teriam sido suas mancebas ou, mesmo, esporadicamente, mulheres legais. O mesmo se pode dizer em relação às mulheres japonesas. Porém, nenhum autor, até hoje, reparou no anonimato em que ficaram as filhas destas ligações.”⁶²

Uma pergunta tão inteligente quanto pertinente, absolutamente decisiva para se poder esclarecer historicamente a formação social dos sistemas de parentesco de Macau. Uma investigação que, porém, não é ainda realizada neste estudo que, centrado nesses especiais “filhos da terra” identificados como “macaenses”, prefere defender “a hipótese de que foram as mulheres euro-asiáticas, e não as chinesas, as remotas avós dos macaenses, tal como ainda há muito pouco tempo continuavam a ser, pelo menos entre as classes mais favorecidas”.⁶³ Para fundamentar esta interpretação, a autora recorda, por exclusão, a impossibilidade de acesso dos primeiros portugueses instalados em Macau a mulheres europeias, à importação de órfãs, movimento praticamente limitado a Goa, e às mulheres chinesas de média e elevada condição social. Através da leitura de alguns testamentos setecentistas deixados à Santa Casa macaense e das lições de algumas “árvores genealógicas” de famílias antigas de Macau, a formação de famílias “macaenses” tinha-se estabelecido através da demorada preferência dos escassos portugueses do enclave por mulheres luso-asiáticas, permitindo a conclusão de que seria

“absolutamente inconcebível, porém, em presença do que, atrás, ficou exposto, que as

⁵⁷ “Escrava preta e escravo preto diabos dos países atlânticos”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII).

HISTORIOGRAFIA

mulheres macaenses fossem todas, ou na sua maioria, chinesas ou luso-chinesas, porque nem no século xix, de que há documentos indelmentíveis, isso se verificava, numa altura em que as antigas barreiras sócio-culturais começaram a desmoronar-se.”⁶⁴

Seja como for, as muito escassas “provas históricas” agitadas pela autora não esclarecem os sistemas demográficos, parentais e familiares da sociedade macaense pré-industrial e, mais ainda, não comprovam qualquer continuidade social entre as “famílias” dos primeiros portugueses em movimentação pelo enclave e os grupos sociais actualmente identificados como “macaenses”. Pelo contrário, a documentação mobilizada mostra apenas uma continuidade tardia de famílias de representação portuguesa que, somente na segunda metade do século xviii, conseguem reproduzir-se socialmente com um mínimo de estabilidade social. Em nenhum caso se documenta e prova qualquer continuidade entre essas famílias “originais” luso-asiáticas e as burguesias comerciais dominantes na vida económica, social e política de Macau nos séculos xviii e xix. Precisamente os grupos sociais que, pela resistência política e pelo favor económico, inventariam desde o debutar do século xix essas identidades macaístas, primeiro, e macaenses, depois, a que se colaram esses portugueses barcos do amor “oriental” com as suas belíssimas mas arranjadas legendas luso-tropicais que haveriam de desaguar na “fundação” de Macau.

Independentemente da qualificação destas conclusões, não isentas desse “pecado” do anacronismo tão avisado por Lucien Febvre, parece importante destacar a importância do caminho de investigação proposto por Ana Maria Amaro, procurando somar às várias descrições dos textos cronísticos e religiosos documentação primária, incluindo nesta pesquisa as lições de três testamentos depositados na Santa Casa da Misericórdia de Macau em 1718, 1724 e 1725, para dotar o casamento de órfãs locais. Interessantes são também as perspectivas retiradas de várias “árvores genealógicas” publicadas



nestes estudo, denunciando casamentos com mulheres locais, presumivelmente luso-asiáticas, apesar deste tipo de reconstrução de famílias não identificar unidades domésticas, sistemas de parentesco e tipos de família, estruturando uma genealogia singular a partir das relações de uma família nuclear que estava muito longe de dominar os sistemas familiares do território até finais do século xix.

Existe uma alternativa científica tanto como num cuidado caminho de investigação na obra referencial de Charles Boxer que, dedicando dezenas de títulos à história de Macau, nos aproxima com mais rigor dos processos sociais e demográficos que dominaram parte significativa da construção histórica da sociedade macaense. Assim, há quase quatro décadas, nessa obra magistral que continua a ser *Fidalgos in the Far East (1550-1770)*, Boxer oferece-nos um inovador capítulo sobre as “*Muitsai* em Macau”.⁶⁵ Utilizando esse termo alvo de muitas polémicas em Hong Kong e Macau ainda nas primeiras décadas do século xx para designar as jovens crianças e adolescentes femininas compradas em situação de profunda subalternidade e exploração sociais, o grande historiador britânico explicava que a prática de resgates escravistas destas mulheres chinesas poder-se-ia recensear precocemente, desde 1519, quando algumas destas meninas começaram a ser raptadas nos mares do Sul da China para serem vendidas como escravas nos enclaves lusos da Índia. Este infamante trato teria acompanhado a própria formação da sociedade macaense, conquanto esta

*“pernicious practice was source of much justified resentment in China, and the Cantonese authorities frequently took the Macaonese to task about it. Both they and modern Chinese writers conveniently overlooked the fact that its frequency was largely the fault of the corrupt and venal provincial administration. After the foundation of Macao, the Portuguese were in no position to obtain slaves or servants locally without the connivance of the district authorities, since they were strictly confined to the “water-lily” peninsula save for their supervised periodical visits to Canton. The blame should therefore be fairly apportioned to both parties, for if the Europeans supplied a ready market, the Chinese were not backward in finding many and willing crimps.”*⁶⁶

Pese embora as frequentes proibições régias e dos vice-reis instalados em Goa, apesar também

HISTORIOGRAPHY

da oposição das leis do Celeste Império, o nosso autor esclarece ao longo da história dos séculos xvi e xvii macaenses um amplo tráfico de *muitsai* alimentando tanto os mercados domésticos e sexuais de Macau como rendendo importantes lucros através das praças de Goa, Malaca e, mais tarde, de Manila e Batávia. As duras proibições destes atos decretadas pelo vice-rei, logo em 1595, revelaram-se ineficazes, continuando a ser repetidas em 1613, 1619 e 1624, sinal de que o comércio escravista de *muitsai* continuava a crescer.⁶⁷ Ainda no século xviii, em 1715, o poderoso monarca português D. João V viu-se novamente obrigado a proibir a venda de *muitsai* embarcadas em Macau para os mercados de Goa: o vice-rei, porém, levantou sérias dúvidas sobre esta medida régia, argumentando que as escravas naturais de Macau deveriam ser proibidas de sair do enclave devido aos prejuízos demográficos e sociais que a sua saída provocava no desenvolvimento da cidade, mas já aconselhava a venda das crianças compradas na província de Guangdong com apenas “um ano ou dezoito meses de idade”. Na sua opinião, se este tráfico não fosse permitido com algum lucro estas crianças compradas entre famílias chinesas muito pobres veriam as suas “almas perdidas”.⁶⁸ É preciso esperar pelos reflexos da política pombalina contra o tráfico de escravos e a oposição do seu “representante” em Macau, o “iluminado” bispo frei Hilário de Santa Rosa que, governando a diocese entre 1742 e 1752, escreveu com frequência contra o escândalo da abundante escravatura feminina chinesa e timorense que circulava e se instalava na sociedade macaense. Finalmente, em Março de 1758, o rei D. José I, inspirado por Pombal, decretaria a proibição do tráfico de escravatura chinesa em Macau, mas, numa atitude mais do que equívoca, interditava também o novo bispo macaense, D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, de interferir na importação de escravas timorenses...⁶⁹

Estes breves apontamentos com que Boxer abria uma nova área de investigações na pouco estudada história social de Macau haveriam de se desenvolver mais tarde, em 1975, num dos livros que constitui uma das mais magistrais lições do célebre historiador sobre essa área quase negligenciada da história social do império colonial português: *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815)*.⁷⁰ O capítulo terceiro desta obra referencial investiga comparativamente a história das mulheres na “Ásia

portuguesa e nas Filipinas espanholas” (pp. 63-95), perspectivando a participação feminina na formação e desenvolvimento da sociedade macaense com esta lição geral, mas infelizmente despida de originalidade:

*“Founded in or around the years 1555-7, there were, in all probability no white women among the original settlers (moradores). These latter did not at first mix with the Chinese population of neighbouring Heungshan, and the women with whom they lived were Japanese, Malays, Indonesians and Indians, many of them being slaves. Within a short time, however, a substantial population of Chinese settled in the growing port. This quickly became an entrepôt for the China-Japan trade, since the ruling Ming dynasty forbade its own subjects to trade with Japan, or the Japanese with China. The Portuguese men, therefore, soon started to intermarry with Chinese women and, still more often, to use them as concubines and indentured girl-servants, mui-tsai.”*⁷¹

Percorrendo vários dos textos históricos que fomos acompanhando – das descrições quinhentista dos padres jesuítas às memórias seiscentistas do viajante inglês Peter Mundy – Charles Boxer procurava identificar o processo de movimentação e inserção destas mulheres na vida social de Macau, destacando com interesse uma especialização social em que antigas escravas se foram vertendo nas “senhoras” do século xviii macaense, mas guardando evidentes resquícios da sua vetusta “etnicidade”:

*“The upper-class ladies of Macao did not become more Sinified, although in the last quarter of the eighteenth century they were still speaking a local patois rather than correct Portuguese, and only a few of them wore European-style dress rather than the traditional saraça.”*⁷²

Para nosso descontentamento, a interessante investigação boxeriana não se interessa em esclarecer este feminino processo de mobilidade e promoção sociais, antes vai optando por acumular fragmentariamente alguns dados sobre a circulação da orfandade encontrados em documentação testamentária, somando-se à frequência de alguns “casos”, sendo o mais importante a conhecida e muito glosada narrativa dessa extraordinária aventura amorosa de princípios do século xviii entre o poderoso capitão António Albuquerque Coelho e a pueril Maria de Moura,

小西洋國夷人

小西洋去中土萬里屬於大西洋連歲日守之太冠狀與大西洋略同常披覽

本族兵器婦青帕蒙首著長衣圍繡幅於前袖袖草履喜執繡路以習針黹

小西洋國夷人
小西洋去中土萬里屬於大西洋連歲日守之太冠狀與大西洋略同常披覽
本族兵器婦青帕蒙首著長衣圍繡幅於前袖袖草履喜執繡路以習針黹



HISTORIOGRAPHY

provavelmente de “mestiças” origens. Cruzando toda esta informação, a que não escapa mesmo a instalação, desde 1633, dessa alternativa elevada de vida feminina trazida de Manila pelas fundadoras do mosteiro de Santa Clara da cidade, o livro de Charles Boxer encontra-se autorizado a concluir sobre a matéria feminina de Macau que

*“The considerable mixture of Chinese blood which the Macaonese absorbed in the course of centuries derives largely from the co-habitation of Portuguese and Eurasian male householders with their mui-tsai. These latter were unwanted Chinese female children who were sold by their parents into domestic service for a fixed number of years (normally forty), or for the term of their natural lives. The practice of selling such girls to the inhabitants of Macao started very early, and it continued for over three centuries despite reiterated prohibitions by both the Portuguese and the Chinese authorities. As mentioned previously, while some of these children were badly exploited and ill-treated, others were brought up as if they were the owners’ own children and were often provided for in their last wills and testaments. The surviving records of the Santa Casa da Misericórdia bear evidence of this. They recall the similar bequests made in favour of slaves and servants under similar circumstances of the other side of Portuguese world in the Azores and at Bahia.”*⁷³

Quando se prossegue o trabalho de Charles Boxer precisamente aí onde a sua obra nos deixou, investigando densamente as muitas centenas de testamentos e legados deixados à Misericórdia de Macau desde os horizontes de 1590 até princípios do século xix, pesquisa que se pode e deve ampliar com outras informações, inventários e documentação primária, torna-se possível identificar com mais clareza as principais estruturas sociais da ordem demográfica tradicional do enclave.⁷⁴ Assim, entre finais do século xvi e finais do século xviii, a população de Macau caracteriza-se continuamente por duas maiorias nitidamente associadas tanto como complementares: a população maioritária foi sempre demoradamente chinesa, ao mesmo tempo que predominava expressivamente a população feminina sobre a masculina. Com efeito, os habitantes chineses dominaram sempre o trabalho do enclave, assegurando

a produção do proletariado agrícola e proto-industrial local, construindo a rede do comércio interno, concretizando parte importante dos serviços alimentares, de abastecimento e de transportes, especializando uma divisão social do trabalho que limitava a circulação da minoria cristã ao comércio marítimo, aos serviços burocráticos e administrativos, a algumas profissões liberais e à polícia da sua própria comunidade. Mesmo a história do capital neste período destaca a incorporação de investimentos de capitais chineses documentadamente desde, pelo menos, meados do século xvii, sendo possível que estes capitais tenham saído directamente dos grupos superiores da população chinesa de Macau, como era o caso de boticários, médicos, comerciantes grossistas e cambistas.

As estruturas de parentesco, familiares e os comportamentos demográficos desta continuada maioria da população macaense encontram-se largamente por estudar e documentar. As fontes primárias disponíveis permitem, em contraste, reconstruir as estruturas do sistema demográfico tradicional da população minoritária cristã, conagrando um número diminuto de portugueses europeus a euro-asiáticos e dominante escravatura, sobretudo asiática, mas também oriunda de espaços africanos. Neste sector cristão da população do enclave a predominância feminina era ainda mais nítida, sendo demoradamente alimentada pela sucessiva incorporação dessas crianças chinesas compradas e cambiadas tanto entre os chineses marítimos como nas regiões vizinhas de Macau. Esta população feminina maioritária assegurava o equilíbrio do mercado matrimonial do território, os serviços domésticos e sexuais. A incorporação desta população feminina fazia-se através do que, entre os séculos xvi e xviii, se designava por “casa”: unidades domésticas alargadas em que conviviam várias famílias nucleares de progenitores e descendentes biológicos com comensais, escravos e criados, enformando um sistema de relações sociais estruturado. Para estas famílias extensas, a acumulação de jovens mulheres constituía um capital simbólico tão importante como a acumulação de capital económico. Era a apropriação em unidades domésticas alargadas destas crianças e jovens mulheres chinesas que permitia ganhar posições favoráveis no mercado matrimonial da comunidade cristã local, saturado de mulheres e escasso em homens. Conseguir casamentos favoráveis significava concretizar alianças sociais indispensáveis na reprodução do poder político, social e económico

⁷³ “Homem e Mulher dos países atlânticos”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século xviii).

HISTORIOGRAFIA

de um sector da população de Macau excessivamente debruçado e dependente dos jogos das trocas do comércio marítimo.

Esta especialização social com impacto demográfico gerou um processo progressivo de elitização social, produzindo uma alta burguesia comercial urbana que se começa a estabilizar em meados do século xviii e que estará nas origens da invenção narrativa das identidades “macaenses”. Cruzando, assim, processo social e estruturas demográficas, entre os séculos xvi e xviii, é possível sistematizar a organização do sistema demográfico tradicional de Macau em torno das seguintes características fundamentais:

- o mercado matrimonial aparece dominado pela circulação feminina cujo controlo funcionou como um dos mais importantes processos de regulação demográfica local;

- a idade do casamento mostra continuamente uma estrutura de casamento feminino precoce, entre os 12 e 16 anos, não se documentando alterações conjunturais a este sistema, o que significa que a mudança da idade do casamento não foi necessária como regulador demográfico;

- documenta-se igualmente uma demorada estrutura de recasamentos femininos que, apesar do saturado mercado matrimonial, indiciam um processo de elitização social através de formas de casamento quase endogâmico entre as elites comerciais cristãs macaenses;

- a comunidade católica exhibe na longa duração uma preferência pela estruturação de famílias extensas, sobrepujando as relações parentais biológicas para perseguir formas de aliança parental sociais e simbólicas que se afiguram fundamentais na produção das burguesias comerciais e capitalistas de Macau.

Este sistema que, entre finais do século xvi e finais do século xviii, permitiu estruturar a demografia e parte importante das relações sociais também da comunidade cristã de Macau não se mostra significativamente de origem europeia. Pelo contrário, as estruturas demográficas da Europa pré-industrial assentavam diferentemente em estruturas de casamento tardio masculino e feminino que funcionavam como regulador estratégico face às crises recorrentes de mortalidade.⁷⁵ Em contraste, não se documentam na história demográfica e social

de Macau crises importantes de mortalidade gerando alterações significativas nos padrões demográficos tradicionais. A sociedade macaense, incluindo os sectores populacionais majoritários, não se foi alterando sob a pressão de crises agrícolas, apesar da sua importância na história económica e social do Sul da China, enquanto as crises e alterações nos ciclos comerciais do enclave tinham fundamentalmente eco no pequeno volume de mercadores portugueses em passagem ou fixação na cidade, e muito menor influência na extensão da população laboral local.

O território conseguiu, assim, estabilizar o seu tecto demográfico até princípios do século xix em cerca de 12 000 a 15 000 pessoas, reivindicando cerca de 2000 a 3000 uma condição católica em que se incluía uma estreita minoria de identidade “portuguesa” privilegiada no seu acesso aos cargos políticos municipais e na sua dominação do comércio marítimo. Este tecto demográfico tradicional foi possivelmente defendido estrategicamente tanto pelas autoridades municipais “portuguesas”, organizadas em torno dos dois pilares fundamentais do regime, o Leal Senado e a Santa Casa da Misericórdia, vigiando o acesso à comunidade cristã local, ao mesmo tempo que os mandarins chineses regionais foram vigiando e limitando a extensão da emigração chinesa para Macau. Um paradigma demográfico que foi ainda cuidadosamente observado e descrito pelo viajante inglês George Staunton, membro da célebre embaixada britânica dirigida por Lorde George Macartney, entre 1792 e 1794, fracassadamente famosa por não ter conseguido convencer o imperador Qianlong a abrir os portos da China aos tratos do poderoso império britânico. No seu relato da embaixada, Staunton oferece-nos uma atenta descrição de Macau, cidade visitada em Junho de 1793, adiantando acerca da população esta estimativa demográfica esclarecedoramente combinada com uma interessante discriminação sociológica:

“Os portugueses são demasiado orgulhosos e indolentes para se rebaixarem à condição de camponeses ou artífices. Não existe talvez em todo o seu território um único operário, artesão ou lojista que seja português quer por nascimento quer por descendência. A população totaliza cerca de doze mil, dos quais muito mais de metade são chineses”.⁷⁶ **RC**

NOTAS

- 1 Estas informações quantitativas foram sumariadas a partir de: J. Dyer Ball, *Macao: The Holy City: The Gem of the Orient Earth*. Canton: The China Baptist Publication Society, 1905; Bento da França, *Subsídios para a História de Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888; idem, *Macau*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1888; idem, *Macau e os Seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- 2 *Monumenta Sinica*, ed. John W. Witek. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 2002, vol. 1, p. 455.
- 3 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997, p. 112 (Carta de 1563, Dezembro, 1 – Macau).
- 4 *Ibidem*, p. 119.
- 5 Wu Zhiliang 吴志良 et al. (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing Relativos a Macau). Pequim: Editora do Povo 1999, vol. 5, p. 263, citado em Jin Guo Ping 金国平, “O valor documental da Peregrinação. Contributo para a história da presença portuguesa na China e da fundação de Macau”, in *Administração* (Macau), n.º 72, 2006, p. 779.
- 6 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 136.
- 7 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infiéis à nossa santa fé católica nos reinos e províncias da Índia Oriental*, ed. de José Wicki, 3 vols. Coimbra: Atlântida, 1957, 1960 e 1962.
- 8 *Ibidem*, p. 144.
- 9 Esta passagem da crónica de Sebastião Gonçalves instalou-se também no *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, da autoria do padre Francisco de Sousa, livro impresso em 1710, com esta redacção: “embarcaram-se para a Índia mais de 450 escravas de preço e na última nau que partiu para Malaca se embarcaram ainda duzentas que eram as mais perigosas e as mais difíceis de se lançarem fora”. Alguns estudos citam este excerto como se fosse informação original de Francisco de Sousa recolhida em 1563 (veja-se, por exemplo, Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 12).
- 10 *Documenta Indica*, ed. de Joseph Wicki. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1962, vol. VII, p. 614.
- 11 *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos que nelas há e da importância deles*, ed. de Francisco Mendes da Luz. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952.
- 12 *Ibidem*, p. 105.
- 13 Charles R. Boxer, *Macau na Época da Restauração/Macau Three Hundred Years Ago*. Macau: Imprensa Nacional, 1942, p. 28.
- 14 Charles R. Boxer, “Macau, dia 24 de Junho, ano de 1622”, in *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, pp. 83-102, Jerónimo Rodrigues, *Relacion de la Vitoria que alcanço la Ciudad de Macao en la China contra los Olandeses*. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1623, fl. [3].
- 15 António Fialho Ferreira, *Relação da viagem que por ordem de Sua Majestade fez António Fialho Ferreira deste Reino à cidade de Macau na China. E felicíssima aclamação de S. M. el rei Nosso Senhor D. João o IV que Deus guarde na mesma Cidade e partes do Sul*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1643; Manuel Jacome de Mesquita, *Relação do que sucedeu na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas do estado da Índia na feliz aclamação del Rei D. João o IV*. Goa: Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus, 1643; João Salgado Araújo, *Sucessos Militares das Armas Portuguezas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castela. Com a geografia das Províncias e nobreza delas*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. O Livro quinto desta obra geral reúne várias notícias sobre a recepção da Restauração nos “domínios ultramarinos”, intitulado-se o seu capítulo quarto: “Aclama a cidade de Macau na China a voz de Sua Magestade. Jornada de António Fialho Ferreira”.
- 16 Peter Mundy, *The Travels of Peter Mundy, in Europe and Asia, 1608-1667*, ed. de Richard Carnac Temple & Lavinia Mary Anstey, 5 vols. Londres: Hakluyt Society, 1907.
- 17 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, ob. cit. p. 64.
- 18 *Ibidem*, p. 64. O “real de oito” era a moeda mais comum no comércio do Extremo Oriente depois dos espanhóis a terem fixado e difundido a partir de Manila com o peso a “ochos reales”, sendo também popularmente conhecida por *duro*. Em 1584, a moeda era oficialmente cotada em Goa a um cruzado, 400 reis ou 6 2/3 tangas. Peter Mundy oscila a sua conversão já em torno das 10 tangas.
- 19 *Ibidem*, p. 84.
- 20 Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cod. 52/XIV/23 – François Fogier, *Relation du Premier Voyage des François a la Chine*. Ms., 1698-1700.
- 21 José de Aquino Guimarães e Freitas, *Memória sobre Macao*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1828.
- 22 *Ibidem*, p. 15.
- 23 Anders Ljungstedt, *A Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of Roman Catholic Churches and Missions in China*. Boston: James Munroe, 1836.
- 24 *Ibidem*, p. 22.
- 25 *Ibidem*, p. 22.
- 26 *Ibidem*, p. 25.
- 27 A. Marques Pereira, *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos*. Macau: José da Silva, 1868.
- 28 J. Gabriel B. Fernandes, *Apontamentos para a História de Macau*. Lisboa: Typographia Universal, 1883.
- 29 Bento da França, *Subsídios para a História de Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- 30 Bento da França, *Macau*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1888.
- 31 Bento da França, *Macau e os Seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- 32 Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau*. Hong-Kong: Typographia de Noronha & Filhos, 1867.
- 33 *Ibidem*, pp. 5-7.
- 34 *Ibidem*, p. 9.
- 35 *Ibidem*, p. 34.
- 36 Bento da França, *Macau e os Seus Habitantes...*, p. 15.
- 37 J. Dyer Ball, *Macao. The Holy City: The Gem of the Orient Earth*. Cantão: The China Baptist Publication Society, 1905.
- 38 *Ibidem*, pp. 2-3.
- 39 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990 (primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926).
- 40 Alfredo Dias, “Montalto de Jesus. Macau no mundo”, in *Revista Macau*, n.º 67 (2002).
- 41 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 58.
- 42 Nos principais estudos sobre o *papiá cristão* de Macau, o léxico inventariado relativo às mulheres é quase todo de origem portuguesa ou chinesa. Assim, seguindo o vocabulário publicado por José dos Santos Ferreira encontramos: *âma* para criada/ama; *amui* para jovem criada de servir; *bicha* para menina vendida pelos pais; *garida* para jovem em idade de casar; *mulêr* para mulher; *quiada* para criada de casa (José dos Santos Ferreira, *Papiá Cristão de Macau. Dialecto Macaense. Epítome de Gramática Comparada e Vocabulário*. Macau: Tipografia das Missões, 1978, pp. 43, 44, 47, 64, 65, 74, 76 e 81).

HISTORIOGRAFIA

- O extenso glossário do dialecto macaense publicado por Graciete Nogueira Batalha acrescenta ao vocabulário anterior *crioula*, para rapariga órfã (?) e *moça* para escrava africana (?) – não estarão os significados invertidos? –, sugerindo ainda que o termo *nhonha* para “mulher nova, solteira ou casada” teria origem no malaio *nyonya* ou *nonya* com que se designava uma mulher casada chinesa (Graciete Nogueira Batalha, *Glossário do Dialecto Macaense. Notas Linguísticas, Etnográficas e Folclóricas*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, pp. 155, 222 e 230). Ferreira defende a origem portuguesa e afro-portuguesa do termo *nhonha* a partir de corruptela de senhora, podendo, como se sabe, visitar-se o termo *nona* (senhora) em muitos horizontes de circulação histórica portuguesa, do Brasil a Timor Leste. Seja como for, trata-se de um indício minoritário, sendo mais significativo o vocabulário herdado pelo *patuá* de Macau do cantonense para categorizar situações femininas bem demarcadas socialmente.
- 43 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 339.
- 44 Artur Levy Gomes, *Esboço da História de Macau (1511-1849)*. Macau: Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística, 1957.
- 45 Luís Gonzaga Gomes, *Páginas da História de Macau*. Macau: Notícias de Macau, 1966.
- 46 Gonçalo Mesquita, *História de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996-1999, 3 vols., 6 tomos.
- 47 *Ibidem*, vol. 1, pp. 15-16. O extracto reproduzido é acompanhado pelas notas 9 e 11 que citam a primeira edição do *Historic Macao* de Montalto de Jesus, p. 42.
- 48 Almerindo Lessa, *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica* (Macau: Imprensa Nacional, 1974). A obra foi publicada no mesmo ano em versão francesa inserida numa colecção de monografias de hemotipologia, guardando o mesmo título geral, mas alterando o subtítulo de onde desapareceu a alusão a “uma ilha cívica”: *L’histoire et les hommes de la première république Démocratique de l’Orient: anthropobiologie et anthroposociologie de Macao*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1974. No entanto, o texto base da obra é quase integralmente a tese de doutoramento apresentada por Almerindo Lessa, em 1970, na Faculdade de Ciências da Universidade de Toulouse com o título muito menos atrevido de *Anthropobiologie et anthroposociologie de Macao. L’histoire et les hommes*. Toulouse: Université de Toulouse, 1970, pol. Texto e argumentação desta tese seriam ainda utilizados em idem, “A população de Macau. Génese e evolução de uma sociedade mestiça”, in *Revista de Cultura*, Macau, n.º 20 (1994), pp. 97-126, e idem, *Macau. Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*. Macau: Administração de Macau/Fundação Oriente/Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Português do Oriente, 1996.
- 49 *Ibidem*, pp. 15-16.
- 50 *Ibidem*, p. 103.
- 51 *Ibidem*, pp. 104-105.
- 52 *Ibidem*, p. 105.
- 53 *Ibidem*, p. 9.
- 54 *Ibidem*, p. 16.
- 55 Sobre as estratégias de construção da identidade dos “macaenses”, com muito pouca história, mas mobilizando as modernas teorias da antropologia, veja-se o estudo de João Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- 56 Almerindo Lessa, *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente...*, p. 17.
- 57 *Ibidem*, p. 17.
- 58 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Algumas partes da obra aparecem reproduzidas e sumariadas em idem, “Filhos da Terra”, in *Revista de Cultura*, Macau, n.º 20 (1994), pp. 11-59.
- 59 *Ibidem*, p. 3.
- 60 Importa sublinhar que os primeiros ensaios sobre “os macaenses” são muito anteriores à publicação do *Macau e os Seus Habitantes*, de Bento da França, em 1897. Apesar de ainda não termos feito uma pesquisa absolutamente exaustiva, a primeira obra que encontramos consagrada inteiramente aos macaenses é um pequeno opúsculo simplesmente assinado C. A. P., *Os Macaistas*. Hong Kong, 1869 (Luís Gonzaga Gomes, *Bibliografia Macaense*. Macau: Imprensa Nacional, 1973, p. 32, n.º 328, também não identifica o autor). Quando se começa a ler este breve texto, o nosso quase anónimo autor esclarece que “os macaistas, ou macaenses, são descendentes dos antigos portugueses que acompanharam os heróis da lusa epopeia para estas paragens, e de outras que em tempos menos remotos vieram estabelecer-se na China” (p. 4). O prestígio desta ascendência rapidamente se vaza em protesto político, assim ajudando a perceber a pouco clara autoria desta edição. Com efeito, opondo-se firmemente à fusão dos círculos eleitorais de Macau e Timor decretada pelo governo de Lisboa, o nosso autor defende a necessidade de mobilizar os macaistas para contrariar “a última lei eleitoral que determina que os círculos de Macau e Timor sejam fundidos num só, porque sendo os eleitores de Timor o triplo dos de Macau, hão-de os macaistas, civilizados e ilustrados, por força ser representados pelo eleito dos semi-bárbaros de Timor” (p. 5). Sem comentários.
- 61 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 4.
- 62 *Ibidem*, p. 7.
- 63 *Ibidem*, p. 7.
- 64 *Ibidem*, p. 25.
- 65 Charles R. Boxer, *Fidalgos in the Far East (1550-1770). Fact and Fancy in the History of Macao*. Haia: Martinus Nijhoff, 1948, cap. 13, “The Muitsai in Macao”, pp. 222-241.
- 66 *Ibidem*, p. 223.
- 67 *Ibidem*.
- 68 *Ibidem*, p. 237.
- 69 *Ibidem*, p. 239.
- 70 Charles R. Boxer, *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some Facts, Fancies and Personalities*. Londres: Duckworth, [1975].
- 71 *Ibidem*, p. 84.
- 72 *Ibidem*, p. 86.
- 73 *Ibidem*, p. 88.
- 74 Seguimos e resumimos a partir daqui Ivo Carneiro de Sousa, “A Misericórdia de Macau. Caridade, poder e mercado nupcial”, in *Revista de Cultura*, Edição Internacional, Macau, n.º 14 (Abril 2005), pp. 26-41; idem, *A Outra Metade do Céu de Macau. Escravidão e Orfandade Femininas, Mercado Matrimonial e Elites Mercantis (Séculos XVI-XVIII)*, no prelo.
- 75 Michael Anderson, *Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)*. Lisboa: Ed. Quercus, 1984.
- 76 Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau. Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros (Séculos XVII a XIX)*. Macau: Governo de Macau/Secretário para a Comunicação, Cultura e Turismo/Livros do Oriente, 1997, vol. 1, p. 32.

On the Border Gate

João Maria Ferreira do Amaral and Vicente Nicolau de Mesquita

CHRISTINA MIU BING CHENG*

INTRODUCTION

In the ebb and flow of historical currents, Macao has been inscribed with shared memories of a series of decisive events. One of the historic landmarks that has witnessed important happenings is the Border Gate (in Portuguese, *Portas do Cerco*). It was first built in 1573 to separate the Macao peninsula from Zhongshan county, Guangdong province. Since then, the Border Gate had been the only official crossing point into China, and served as the ‘borderline’ between Macao and China. Its present yellow structure, emulating a triumphal arch in European style, dates back to 1870. In 1994, the Border Gate was renovated and inaugurated by the last Governor of Macao, General Vasco Rocha Vieira. The nearby area, known as Border Gate Square, was completely re-planned, and the road leading to the Border Gate was pedestrianised and covered with cobble stones. The Border Gate has now become a tourist attraction, while the actual border crossing-point is the Macao Immigration Building (behind the Border Gate), which was opened in January 2004.

The Border Gate (Fig. 1) chronicles two notable dates on each side of the wall: 22 Agosto 1849 and 25 Agosto 1849. These two dates represent two momentous events incurred by João Maria Ferreira do Amaral (1803-1849) and Vicente Nicolau de Mesquita (1818-1880) in the colonial history of Macao. For Portugal, the two personages were national heroes and patriots in the colonial enterprise. As a spectacle of the Portuguese political stronghold in Macao, two monuments in their honour were inaugurated in 1940. These two colonialists were, nevertheless, singled out by history and condemned as aggressors and invaders by the Chinese authorities, since they seized hold of a collective memory that flashed up a sea of pain. That pain precisely reminded the Chinese people of the faltering past during the era of high imperialism and colonialism in the mid-19th century.

The two statues were monuments of a historical consciousness of which the adherents of historicism actually empathised with the victor. These statues were once Portuguese cultural treasures in the triumphal procession, but they recalled a history that hurt and wounded the Chinese in Macao. In these instances, history breaks the continuum of time and is reconstructed to take sides with the dominant class. While the statue of Mesquita was pulled down and destroyed in 1966, the monument of Ferreira do Amaral was dismantled in 1992 and the statue was returned to Portugal.

Mapping onto the history of Macao written by Anders Ljungstedt (1759-1835) and Carlos Augusto

* 郑妙冰 Received a Ph.D. in Comparative Literature, an M.A. in Literary Studies, and a B.A. (Hons) from the University of Hong Kong. Honorary Research Fellow at the Centre of Asian Studies. Author of *Macao: A Cultural Janus* (1999) and *In Search of Folk Humour: The Rebellious Cult of Nezha* (2009).

Doutoramento em Literatura Comparada, Mestrado em Estudos Literários e Bacharelato em Artes (Hon.) pela Universidade de Hong Kong. Honorary Research Fellow no Centro de Estudos Asiáticos, também em Hong Kong. Autora de Macau: A Cultural Janus (1999) e de In Search of Folk Humour: The Rebellious Cult of Nezha (2009).

HISTORIOGRAFIA

Montalto de Jesus (1863-1927) respectively, this paper discusses the ambiguous nature of history. The questions to be asked are: why were the two historians denounced by the Portuguese authorities? How did the dominant authorities manipulate history as a legitimate narration of the past in order to consolidate power politics? This paper seeks to evoke the collective memory of the irretrievable past by tracing the reasons for the inauguration and removal of the statues of Ferreira do Amaral and Mesquita. Under Portuguese administration, how did the two statues chronicle Macao's colonial vicissitudes? Why were they destined to give way to a new political order in history's triumph of progress?

HISTORY'S AMBIGUOUS NATURE

The word history came into English from the Latin *historia*. The meaning of *historia* has ranged from a story of events to a narrative of past events. In early English usage, history and story were both applied to an account either of imaginary events or of events supposed to be true. During the 15th century, the demarcation began: history moved towards a specific written account of past real events, and story towards accounts of imagined events. This established general sense of history has lasted into contemporary English as the predominant meaning of organised knowledge of the past. Despite its ambiguous meanings, history retains its sense as a narrative of the knowable past, which is a continuous and connected process.¹ In the main, history is concerned with the causal role of historical and social change on politics, philosophy, art forms, religion, and cultural phenomena.

History, as analysed morphemically, is his-story. In a playful sense, history denotes man's story and discriminatorily sides with the male gender—the dominant sex. On the contrary, like the Latin word *historia*, the French *histoire* and Portuguese *história* fall into the category of female gender. In renaissance and baroque art, moreover, History is usually personified as a winged female in a white robe who writes in a book or on a tablet. Her image was derived from the classical winged Victory, who recorded the victor's deeds on a shield.² In this way, the allegorical representations of History and Victory are intricately interchangeable. Such images perhaps give support to the argument that history always empathises with the victor.

It brings to mind Walter Benjamin's 'Theses on the Philosophy of History' in *Illuminations*. He argues that history is 'a tool of the ruling classes'. By articulating the past historically does not mean to recognise it 'the way it really was', as history is only concerned with the triumph of progress and is part of the spoils of every victory of the rulers.³ Benjamin is of the opinion that history is only concerned with victory and the triumph of progress. History may not reflect the past objectively as it is merely the unconscious ideology of the ruling party. In the same vein, Hayden White contends that there is no such thing as a specifically 'historical' approach to the study of 'the past', but a variety of such approaches—at least as many as there are positions on the current ideological spectrum.⁵ The approach to history can then be interdisciplinary from different sources.

History is often considered metaphysical and entails epistemological problems. As the human past is only accessible through the textualisation of documents, Walter Benjamin emphasises, 'There is no document of civilisation which is not at the same time a document of barbarism'.⁵ Textual documents hence constitute dialectical ways to explore and understand socio-cultural contexts, the historical past, and the discourse of ideology. Besides historical texts, visual arts can help us understand history, mainly because they are themselves history and they may in some way reflect a particular place and era from different angles.

TWO 'CONDEMNED' HISTORIANS OF MACAO

In 1832, Anders Ljungstedt (1759-1835), a Swede, published *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China and Description of the City of Canton*, the first ever written history of Macao in English. Ljungstedt's history of Macao hit a raw nerve in the issue of Macao's ambiguous sovereignty, which had long been a debatable issue.⁶ He pointed out the absurdity of the Portuguese claim to be sovereign masters of Macao when they submitted to the Chinese demand for an annual ground rent of 500 *taels* for the right to use Macao.⁷ He asserted that Macao was Chinese territory, and writes:

As no covenant or treaty of peace ever appeared in public, it remains an absolute impossibility to

HISTORIOGRAPHY

determinate the ultimate limits of the conquest the Portuguese pretend to have made on that Island [Macao].... A town, called *Cidade do nome Deos de Macao*, rose by degrees on the peninsula not by the grace and concession of any of the emperors of China, for such is denied, but by the success of the chivalrous arms of Portugal.⁸

After the publication of his book, Ljungstedt was relentlessly rebuked by Portuguese historians who regarded his assertion as fallacious. Portuguese critics were prejudiced against Ljungstedt, chiefly because his *história* did not side with the Portuguese claim of legitimate sovereignty over Macao.

In the Foreword of the 1992 edition of Ljungstedt's history of Macao, however, Padre Manuel Teixeira (1912-2003), a renowned Jesuit historian, praised Ljungstedt's serious and disinterested work. Teixeira

contended that Ljungstedt's assertion of the sovereignty of Macao was based on research of historical documents and manuscripts, and his knowledge of Portuguese was a tremendous asset in gaining access to Portuguese documents. After a lapse of 160 years, Ljungstedt's writing was looked upon as an invaluable source in studying the history of Macao, and his reputation rehabilitated.

Seventy years after Ljungstedt's publication, Carlos Augusto Montalto de Jesus wrote another historical account of Macao in English. Born in Hong Kong (1863-1927), he was fluent in Portuguese, Spanish, French and English. Montalto de Jesus' first edition of *Historic Macao* was published in 1902. *Historic Macao* was greeted with great acclaim, since Montalto de Jesus stated that 'the Portuguese had been invited by the Chinese to settle in Macao, and that in

Fig. 1. The Border Gate with the Macao Immigration Building in the background (2010). Photo: author.



HISTORIOGRAFIA

the early days there was no ground rent'.⁹ Montalto de Jesus was hailed as a hero in the Portuguese community as his version was the Government of Macao's favourable *história*, and above all, he openly vindicated Ljungstedt's claim that the Portuguese were in Macao on sufferance. Montalto de Jesus' writing thus honoured him as a good subject, and the Senate of Macao even suggested that the author be given a royal honour for his remarkable work. But he never received such an honour.¹⁰

After some time, Montalto de Jesus published the second edition of *Historic Macao*, to which he added several new chapters to criticise the impotent Portuguese administration. He remarked that the Portuguese knew so little about Macao, cared so little, and were so incompetent in meeting Macao's wants, that it would be preferable to haul down the Portuguese flag, and for the territory to be administered by the League of Nations.¹¹ He says:

It is high time to wake up and guard against any contingency or the inevitable *coup de grace*. Thus, it would be no derogation at all if helpless Portugal wisely placed Macao under the providential tutelage of the League of Nations as a safeguard against further ruination, generously vesting the most loyal colony with full rights of self-government, under international auspices and in consonance with the exigencies of the crucial situation.¹²

It was those last chapters that instantly turned him from a literary hero into a despicable scum. The Government of Macao condemned the newest edition as a heresy and 'seized the entire edition, and burned it in public. Anyone who had purchased a copy was ordered to surrender it for destruction'.¹² Ljungstedt and Montalto de Jesus were denounced precisely because their *história* of Macao revealed the piercing 'truth' and failed to be a tool of the Portuguese ruling class to consolidate power politics. In other words, their *história* did not come to terms with the victor and the ideology of legitimate rule in colonial discourse.

Apart from textual documents by which we can understand history, shared memories are the key bearer to flash back to the past. History can be erased, rewritten and reconstructed, but a collective memory recalls an image, impression, or other mental trace of someone or something known or experienced: the content of something remembered. The time within which past

events can be or are remembered even without tangible signifiers. A collective memory is the initial witness of events that flit by and is constitutive to the narrative of accounts. Although two historic statues—of João Maria Ferreira do Amaral (1803-1849) and Vicente Nicolau de Mesquita (1818-1880)—disappeared without any traces in the not too distant past, memory would bring back as to why and how they vanished.

JOÃO MARIA FERREIRA DO AMARAL

In spite of the fact that Ljungstedt's history of Macao was not an account favourable to Portugal, it nevertheless aroused the long ignored or perhaps forgotten issue of sovereign rights over Macao. Portugal seemed never to pay attention to this issue not until after the first Opium



War that Britain officially acquired the sovereign rights over Hong Kong in 1842 by the Treaty of Nanking. Portugal only then suddenly realised that while Hong Kong was held by right, Macao was held on sufferance. Britain's acquisition of Hong Kong vicariously injected Portugal with unprecedented courage and high-handed policies to confront the stumbling Qing government of China.

In 1846, João Maria Ferreira do Amaral was appointed governor to Macao. He was described as 'one of the most outstanding governors' in a tourist pamphlet during colonial times. Ferreira do Amaral was a captain in the Portuguese navy near Bahia in Brazil¹⁴ where he had lost his right arm in service in 1823. After assuming the governorship, the naval strongman implemented a series of reforms in a wayward manner. Given Macao suffered critical financial crisis, he made gambling legalised and the first gambling house licences were granted in 1847. Since then, the gambling tax has been the principal income of Macao. In addition, he declared Macao a free port in order to compensate their loss of trade due to Hong Kong's establishment as a newly opened free port in June 1841.

HISTORIOGRAPHY

Meanwhile, this 'man of iron' (Montalto de Jesus' term) aimed at lessening Chinese influence and interference politically. In March 1849 he closed the Chinese Custom House, expelled the Chinese officials from Macao, and ceased paying the annual ground rent. His strong policies soon turned out to be the core of bitter conflicts between the two peoples. Above all, he carried out a project of urbanisation that sparked calamitous clashes. For purposes of expanding the urban area, he ordered the removal of Chinese ancestors' graves near the Border Gate, where the Chinese considered an ideal place of *feng shui* 風水 (excellent geomancy) for burial.¹⁵ Some tombs were dug up by force and inevitably destroyed. For the Chinese in Macao, such project was a detrimental transgression of burial traditions and a violation of the vital sentiments in the kinship ethics of ancestor worship.

The cult of ancestor worship is by far the most important religious element in Chinese society, since it represents a continuing reciprocal relationship and a spiritual bond between the living and the dead. C. K. Yang has maintained that geomancy is 'partly a means of averting possible evil influence from the dead upon the progeny as well as being a means of inducing the supernatural influence of blessing'.¹⁶ It is believed that the prosperity, honours and riches of individuals and families largely depend on good *fengshui* of ancestors' graves.

The Chinese in Macao reacted against Ferreira do Amaral's colonial rule by posting notices in the streets of Guangzhou, openly offering rewards for his head. A juggernaut force created by him not only rolled over the Chinese but also drove him into a *cul-de-sac*. On 22 August 1849 he was assassinated by Shen Zhiliang 沈志亮 and six other Chinese people near the Border Gate. His head and only arm were hacked off and carried away for rewards.¹⁷ After some poignant negotiations and foreign succour, Ferreira do Amaral's head and hand were finally returned to Macao in a pig basket—a gesture of utter contempt to the colonial governor. His dismembered body was later taken back to Lisbon, and finally laid to rest in the *Cemitério dos Prazeres* (Cemetery of Pleasures).

The assassin leader, Shen, was later executed under tremendous foreign pressure. All the seven assassins were hailed as patriots by the Chinese.¹⁸ As

time goes by, when China was to resume the sovereignty of Macao, Shen was recalled from history and declared to be the true hero. It was suggested that a statue for Shen be erected at the historic moment.¹⁹ However, Shen's statue was never put up, and no voices supporting the erection were heard again.

VICENTE NICOLAU DE MESQUITA

Vicente Nicolau de Mesquita was a gunner subaltern of the artillery and served as the council's *aide de camp* in Macao. The caption of a photographic illustration in Colin Asia's *Bright Balconies* says that Mesquita 'saved Macao from



Chinese invasion in 1849'.²⁰ In the wake of Amaral's assassination, Mesquita volunteered to attack the Chinese fortress at Baishaling 白沙岭, or in Portuguese *Passaleão*. On 25 August 1849 he crossed the Border Gate and easily defeated the Chinese garrison of about 400 men with only a handful of Portuguese soldiers. His military team was equipped with formidable cannons and guns with which the Chinese could not compete. This is known as the Baishaling incident in the history of Macao.

After Mesquita's counter-retaliation, the Chinese no longer had any dominance and influence in Macao. His storming of Baishaling in effect consolidated the Portuguese ambition to exercise sovereignty over Macao *de facto* although it did not assert *de jure* 'the perpetual occupation' until 1887. His heroism and triumph were greeted with an ovation, and the Portuguese community in Hong Kong even presented him with a sword of honour.²¹

The relationship between Portugal and China reached a nadir after these two incidents. It was not only until China sought co-operation from Portugal to curb the rampant opium trade that put Macao in a bargaining position in the deteriorating relations between the two countries. Had not the weakening Qing government needed the Portuguese co-operation in levying opium tax and in taking steps to control the opium trade on lines similar to those being taken

HISTORIOGRAFIA

in Hong Kong, Portugal could not have achieved the rights it so desperately demanded. On 1 December 1887, the Sino-Portuguese Treaty of Peking²² was initialled, ratified in 1888, accepting 'the perpetual occupation and government of Macao and its dependencies by Portugal, as any other Portuguese possession'.

Mesquita became a national hero after his victorious mission. Ironically, his bravery was never adequately or officially recognised. It has been speculated that it was simply because he was not a 'pure' Portuguese, but rather a Macanese—a hybrid Portuguese of Macao.²³ He was promoted only to the rank of colonel and knighted, but not with the order of *Torre e Espada* (Tower and Spade) that he so desired. Later he suffered a mental breakdown and was forced to retire.

Worse still, he was enraged by family problems. He slew his wife and an erring daughter, and wounded another daughter and a son. He then committed suicide by jumping into a well. As a result of this appalling tragedy, the maddened victim was divested of the honour of a military funeral and was even denied a burial place on consecrated ground.²⁴ It was only at the turn of the 20th century that he was reinstated to public commemoration by both civil and church authorities. On 28 August 1910, his remains were re-interred in the *Cemitério de S. Miguel* (St.

Michael Cemetery) in Macao, with full military and ecclesiastical honours.²⁵

A BELATED COMMEMORATION

After Mesquita's military success and the expulsion of the Chinese officials from Macao, one of the immediate projects for the Portuguese authorities was to demolish the Border Gate on the Chinese side, which was first built in 1573. A new one was built on the Portuguese side in 1870. The historic moments of Ferreira do Amaral's sacrifice and Mesquita's victory were well remembered. The two indicative dates were inscribed vertically on each side of the Border Gate:

22
Agosto
1849

25
Agosto
1849

On 22 August 1849 Ferreira do Amaral became a martyr of Portugal. On 25 August 1849 Mesquita turned into a patriotic celebrity. Their names and the consequent events were, however, not mentioned near these dates. Instead, Luís Vaz de Camões' famous aphorism: *A Pátria Honrai, Que a Pátria Vos Contempla* (Honour your country and your country will have regard for you)²⁶ was inscribed on the lintel of the Border Gate. This quotation metonymically

commemorates their patriotism. Nowadays, flocks of people go out and come back through the Border Gate daily. How many of them would ever notice these two dates and stop for a while to ponder what their hidden symbolic meanings are? The inscriptions of the two dates are perhaps reified as 'hidden symbolism'. They are obscure not only to the Chinese common folk, but also to some Portuguese/Macanese in Macao as well. After all, these two dates serve to evoke the memory of Portugal's past greatness in Macao.

Fig. 2. The Ferreira do Amaral monument is on the left, while the Chapel of Our Lady of Penha at the distance (1949). Reproduced from Cecília Jorge and Rogério Beltrão Coelho's *Glimpses of the Past*.



HISTORIOGRAPHY

Both Ferreira do Amaral and Mesquita were Portugal's outstanding patriots, but no memorials whatsoever were built in their honour since 1849. It was not until 1940 that two monuments commemorating these two colonialists were belatedly erected. The two bronze statues were sculpted by Maximiliano Alves in Lisbon. For Ferreira do Amaral, an equestrian monument was erected and placed in the Praia Grande (Fig. 2). It was later transferred to the newly reclaimed land between the entrance of the Lisboa Hotel and the first Macao-Taipa Bridge (Fig. 3).

For Mesquita, a monument was put up in the centre of Largo do Senado facing the former Leal Senado (the Municipality of Macao), now called the Civic and Municipal Affairs Bureau (Fig. 4). The two structures thus chronicled the uncompromising clashes between the two peoples at a specific time in history. It is natural to ask why these two statues were installed nearly a hundred years after their patriotic contribution to Portugal.

The project of statue-building in public places in Macao at this particular moment was not merely meant to fill up available spaces for urban beauty; it was in fact a spectacle of power politics. The inauguration of the two monuments in 1940 had a direct reflection on Portugal's historic celebration. In 1940 Portugal celebrated its 8th centenary as an independent nation on the Iberian Peninsula since



Fig. 3 - The Ferreira do Amaral monument stands silhouetted against the sky just before the demolition (1992). Photo: author.

1139. More importantly, it was in 1940 that Portugal enjoyed, for the first time since the late 18th century, a credit balance in trade.²⁷

The whole nation was immersed in an

elevated mood of patriotism in celebrating the 8th centennial anniversary of its independence, and the country seemed to revive from the prolonged economic setback. Their national revelry extended to this 'overseas province'. The erection of the monuments could be surmised as a belated celebration for the expulsion of the Chinese dominance, as well as for the Portuguese colonial conquest of Macao *de jure*. A historical materialist must be aware of such cultural process that suggests the course of history is dominated by the struggle of competing classes;

Fig. 4. The statue of Mesquita at Largo do Senado (ca. 1960). Reproduced from Colin Simpson's *Asia's Bright Balconies*.



HISTORIOGRAFIA

Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



and the ideas of doing so are predicated on a material economic base.

The two bronze statues of Ferreira do Amaral and Mesquita might well speak for some specific effects. First, they represented the Portuguese nostalgia for past glory in Macao, since they were signifiers of the strong Portuguese political foothold on Chinese soil. Secondly, on a larger scale, they re-ignited the Portuguese bygone greatness being the first world empire on which 'the sun never set'. Thirdly, they helped re-kindle national spirit in the wake of political insurgence (in 1910 Portugal overthrew its monarchy in a revolution that led to the formation of a republic) in this faraway 'province'. In a word, the two statues were a metonym of Portugal's pride, and an allegory of spiritual revival and national reinvigoration in 1940.

THE ULTIMATE FATE OF THE TWO STATUES

As the two statues manifested a proclamation of Portuguese political strength in Macao, they nevertheless provoked a sobering reminder to China of the dead weight of the colonial past. The monument of Mesquita consisted of a substantial 12-foot high fluted column roughly rectangular in section and a 10-foot high bronze statue (Fig. 5).²⁸ The statue stood gallantly on a pedestal in the act of drawing his sword to lead the heroic invasion, as he might well have done at Baishaling. For the Chinese, this representation was the very emblem of Portuguese imperialism and suppression. During the anti-Portuguese demonstration on 3 December 1966, known as the '1-2-3 Incident' in Macao,²⁹ which coincided with the fanatic climax of the Proletarian Cultural Revolution in China, the statue became a target of venting revenge and was pulled down by the local Chinese. It was then deposited near the public lavatories on Avenida de Almeida Ribeiro³⁰ as a kind of posthumous derision of this Portuguese national

Fig. 5. The statue of Mesquita stands in a high position before 1949 by Kang Biao. Reproduced from *Best Photos of the 20th Century by Chinese across the World*.

Fig. 6. The empty pedestal of the Mesquita monument stands in front of the Leal Senado (1966). Reproduced from Lindsay and May Ride, *The Voices of Macao Stones*.

Fig. 7. A fountain replacing the statue of Mesquita at Largo do Senado (1993). Photo: author.

HISTORIOGRAPHY

hero. An informant has it that it was soon dumped into the sea. The pedestal was removed in February 1967 (Fig. 6),³¹ and the same spot was soon replaced by a fountain (Fig. 7).

The monument of Ferreira do Amaral was another sheer image of the very oppressor and invader. The overall monument was approximately fifty feet high and comprised a 15-foot high equestrian bronze statue that sat on a thick quadrangular table supported at its four corners by substantial cylindrical columns. Placed on a high granite pedestal so that it could be seen silhouetted against the sky, the statue represented a fierce authority immersed with brute strength and overwhelming rage. The horse reared up on the verge of jumping out of the pedestal due to the commander's relentless whipping. It was an image of irresistible force and unlimited power. Ferreira do Amaral was portrayed valiantly riding on horseback, wielding a whip in his left (only) hand, and engaging in the climax of the battle to combat the Chinese attackers.

Towards the imminent demise of Portuguese colonialism in Asia as a whole, Lu Ping, the Director of China's State Council's Hong Kong and Macao Affairs Office, said in 1990 that the bronze statue of Ferreira do Amaral was 'a symbol of colonialism' and must be removed before 1999.³² The five-ton statue was eventually dislodged on 28 October 1992 (Fig. 8) and put in storage for some time. It was finally shipped

back to Lisbon. The ultimate removal of the statue reflected the resurrection of repressed Chinese power. Apart from political reasons, the demolition was caught up in the cultural game of elliptical *feng shui*. Speculation has it that the Ferreira do Amaral monument would severely interfere with the harmonious geomancy of the Bank of China's new headquarters (completed in 1991).³³ It is said that when one looked from the entrance of the Bank of China Building, it seemed the statue's whip was flogging the Bank. From the opposite direction, when one looked from the statue, it seemed as if the horse was treading and stamping on the Bank.³⁴ The Macao Government was therefore requested, if not pressed, to dismantle the monument in order to make way for an auspicious positioning of the Bank of China Building, whose main



Fig. 9. The new Bank of China Building without the statue of Ferreira do Amaral (1996). Photo: author.



entrance was intended to face the waterfront without any 'obstruction'. (Fig. 9) In this case, *feng shui* created competition and conflict in the ordering of social relations in space. It also masked a political desire for an early erasure of the 'colonial symbol'.

The statues of Mesquita and Ferreira do Amaral were reminders of the fleeting past when the Portuguese overtly carried out colonial subjugation

Fig. 8 - The empty pedestal soon after the statue of Ferreira do Amaral was dislodged (1992). Photo: author.

HISTORIOGRAFIA

during the era of high imperialism in Macao. If the statues had been retained, they might have brushed history against the grain by serving as a lesson for future generations to learn from a tangible colonial iconography. The places where the statues once stood would have been the locus proper for school children to gather around for an out-door lesson on oppression and hegemony, rather than studying the dry textbooks in classrooms. The images of Mesquita and Ferreira do Amaral subsequently vanished. In post-colonial Macao, the surviving reminders are the broad avenue named after Mesquita in the north of the city—Avenida do Coronel Mesquita, and the isthmus leading to the Border Gate named after Amaral—Istmo de Ferreira do Amaral.³⁵

Fig. 10. The bronze statue of Ferreira do Amaral in Lisbon (2004).
Photo: author.



The Ferreira do Amaral statue now stands humbly in the garden at Alameda da Encarnação, near the International Airport in Lisbon (Fig. 10).³⁶ On the modest new pedestal, the following Portuguese words are inscribed:

João Maria Ferreira do Amaral (1803-1849)
Militar ilustre e governador de Macau de 1846
a 1849
Morto, em 22 de Agosto de 1849, perto da porta
do cerco em Macau
A estátua, de autoria de Maximiliano Alves, foi
inaugurada em 24 de Junho de 1940 e
Removida de Macau em Novembro de 1991³⁷
Representa Ferreira do Amaral defendendo-se dos
seus agressores.³⁸

In the outlook of historicism, all socio-cultural phenomena are historically determined, all truths are relative, and there are no absolute values, categories, or standards. For China, the true picture of the colonial past documented Ferreira do Amaral as the symbol of imperialism and suppression, and he was the very aggressor as he fiercely engaged in 'a scramble for possessions'. For Portugal, Ferreira do Amaral was looked upon as an icon of national greatness, since he helped assert the perpetual occupation of Macao. History is dialectical, and the lines of true history are blurred as to whose history is concerned.

CONCLUSION

Scholars and students of various academic fields (i.e. cultural studies, literary studies, anthropology, sociology, economics, politics, etc.) would often go to the discipline of history for the study of their own special objects of interest. In doing so, they may run the risk of offending professional historians. There are, in fact, many ways to study history, and there is no particular 'historical approach' for the study of 'the past'. The irretrievable past is metaphysical and entails different established fields of studies in the human and social sciences. Embracing a historical approach to the study of other disciplines, in a way, implies a distinctive philosophy of history. 'One's philosophy of history' writes Hayden White, 'is a function as much of the way one construes one's own special object of scholarly interest as it is of one's knowledge of "history" itself'.³⁸

HISTORIOGRAPHY

Apart from the 'official' history of Macao, visual arts, including monuments and photographs, are chronicles of past events, and they can provide a lively interest to understand the past.

In the Portuguese colonial enterprise, two versions of the *história* of Macao written by Ljungstedt and Montalto de Jesus respectively may well express Benjamin's aphorism—history is a tool of the ruling classes. The two historians did not take sides with the 'victor' and their writings revealed the contentious sovereignty and the impotent governance of Macao. They were assailed, exactly because they upset the Portuguese authorities by challenging the legitimate narration of the past for the consolidation of power politics, thus threatening the *de jure* rule of Macao.

For Portugal, Ferreira do Amaral and Mesquita were two most distinguished colonialists in Macao. The monuments in their honour were associated with the glorious Portuguese colonial history. In contrast, for China, these structures were tangible signs of colonialism and oppression, and flared up shared memories of the unpleasant past. The two statues hence constitute dialectical perspectives to explore and to understand the historical past in political clashes.

Memorials and monuments are indicators of a collective memory. Although the two statues disappeared without any traces in Macao, the Border Gate chronicles the two significant events by inscribing the two relevant dates. Moreover, old photographs of the two statues readily call forth feelings as they can render a trail of memory, which flashes up the vicissitudes of Macao.

While the statue of Ferreira do Amaral can find a final resting place in Lisbon after its *sojourn*

in Macao for 52 years, the statue of Mesquita was perhaps drowned in the South China Sea after its short 'lifespan' of only 26 years. Today it is totally out of recognition that the prominent spot of Largo do Senado and the *rotunda* facing the Bank of China Building were once the showcases of colonial conquest *par excellence*.

The removal of the statue of Mesquita could be understood as a means for the Chinese to exemplify the 'culture of resistance' to the Portuguese authorities in Macao, and the return of the statue of Ferreira do Amaral to Lisbon was a way to assert a postcolonial regeneration. During the transition of political power, Edward Said has observed, 'One of the first tasks of the culture of resistance was to reclaim, rename, and reinhabit the land. And with that came a whole set of further assertions, recoveries, and identifications...'.⁴⁰ As colonial spoils, the two statues were destined to give way to a new political order in history's triumph of progress.

History and memory are intricately interwoven to reflect a continuous and connected process in the past. The interpretations of the past may shed light in the present and pave way for a congenial future. Despite the antagonistic past, and the removal of the monuments of Ferreira do Amaral and Mesquita, Portugal and China ushered in a period of friendship during the last seven years leading up to the return of Macao. From 1993 to 1999, a total of thirteen 'Friendship Monuments' were built.⁴¹ These new monuments were dedicated to the cordial relationship of the two national authorities and the co-existence of the two peoples. Under the amicable circumstances, Macao was marching smoothly towards its reunification with China. **RC**

HISTORIOGRAFIA

NOTES

- 1 Raymond Williams, *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*, pp. 146-8.
- 2 James Hall, *Dictionary of Subjects and Symbols in Art*, p. 154.
- 3 Walter Benjamin, *Illuminations*, pp. 255-6.
- 4 Hayden White, 'New Historicism: A Comment'. In *The New Historicism*, edited by H. Aram Veese, p. 302.
- 5 Walter Benjamin, *Illuminations*, p. 256.
- 6 On Macau's long-disputed sovereignty, see Camões C. K. Tam 譚志強 *Aomen Zhuquan Wenti Shimo 1553-1993 澳門主權問題始末 1553-1993 (Disputes Concerning Macau's Sovereignty Between China and Portugal (1553-1993))*.
- 7 Anders Ljungstedt, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China and Description of the City of Canton*, p. 61.
- 8 *Ibid.*, p. 8.
- 9 C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, p. vii.
- 10 *Ibid.*
- 11 *Ibid.*, pp. 505-13.
- 12 *Ibid.*, p. 514.
- 13 *Ibid.*, p. ix.
- 14 Brazil was discovered by the Portuguese navigator Pedro Álvares Cabral in 1500. Since then Brazil was under Portuguese control until it declared independence in 1822.
- 15 *Feng shui* (literally, wind [and] water) is the Chinese art and science of placement that uses design, ecology, intuition and common sense in order to create harmony and to bring health, wealth and happiness.
- 16 C. K. Yang, *Religion in Chinese Society: A Study of Contemporary Social Functions of Religion and Some of Their Historical Factors*, p. 34.
- 17 It is said that the assassination of Ferreira do Amaral was not only for rewards, but also out of revenge, since Shen's ancestors' graves were destroyed during the project of urbanisation. See Yuan Bangjian 元邦建 and Yuan Guixiu 袁桂秀, *Aomen Shilue 澳門史略*, p. 143.
- 18 *Ibid.*, p. 141.
- 19 *Macao Daily News*, 16 July 1999.
- 20 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies*.
- 21 C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, pp. 346-7.
- 22 Soon after the demise of the Qing dynasty in 1911, China opened negotiations with the Western powers to abolish the unequal treaties. In 1928, the Sino-Portuguese Treaty of Peking was terminated, and a new Sino-Portuguese Treaty of Amity and Commerce was signed.
- 23 The Macanese are a creole minority of Portuguese-Asian ancestry. They often meet with ethnic prejudice not only from the Portuguese but also from the Chinese. On the Macanese, see Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. See also the special issue on the Macanese in *Review of Culture*, No. 20, 1994.
- 24 C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, pp. 425-7.
- 25 On the English translation of the elegy over Mesquita's grave, see Lindsay and May Ride, *The Voices of Macao Stones*, p. 51.
- 26 Luís Vaz de Camões (1524-1580) is one of Portugal's most illustrious poets, who composed the ten-canto *Os Lusíadas* (The Sons of Portugal), which was first published in Lisbon in 1572. In 1556, Camões is said to have been sent into exile to Macao where he was appointed 'Custodian of the Property of the Dead and Absent Portuguese' between 1557-1559. Given his *sojourn* during the inception of Macao as a Portuguese settlement, he is regarded as one of its founders.
- 27 Portugal was neutral in World War II, and the Portuguese made a good profit by selling raw materials, in particular tungsten, to the warring states. See José Hermano Saraiva, *Putuoya Jianshi 葡萄牙簡史 (História Concisa de Portugal)*, p. 355.
- 28 This photo was taken in a high position. The statue of Mesquita is viewed at the back and his sword is clearly seen. A religious procession circumscribing the statue provides a stunning image: a display of Christian faith juxtaposing with the weapon for colonial subjugation.
- 29 '1-2-3' is the diminutive of the date of December 3, 1966. The '1-2-3 Incident' was the leftist insurgency against the authoritarian rule of the Portuguese as well as against the Chinese rightist forces in Macao. On the cause and influence of this weighty event, see Camões C. K. Tam, *Aomen Zhuquan Wenti Shimo 1553-1993*, p. 245-55.
- 30 Lindsay and May Ride. *The Voices of Macao Stones*, p. 53.
- 31 We can see the broken windows of the Leal Senado, which were smashed by the Chinese during the '1-2-3 Incident'.
- 32 *South China Morning Post*, 29 October 1992.
- 33 The 37-storey Bank of China Building was designed by Remo Riva, one of Hong Kong's leading architects. Being once the tallest building in Macao, the new BOC headquarters exhibited the resurgent Chinese power in Macao in the early 1990's. See Christina Miu Bing Cheng, 'Resurgent Chinese Power in Postmodern Disguise: The New Bank of China Buildings in Hong Kong and Macau', pp. 102-23.
- 34 *Ming Pao Daily News*, 29 October 1992.
- 35 There are also minor places named after Mesquita: Rua do Coronel Mesquita, Travessa do Coronel Mesquita, Beco do Coronel Mesquita and Pátio do Coronel Mesquita. And named after Amaral are: Estrada de Ferreira do Amaral, Rua de Ferreira do Amaral and Praça Ferreira do Amaral.
- 36 It was no easy task to locate the statue of Ferreira do Amaral in Lisbon. Numerous inquiries and contacts were made from time to time through friends in Lisbon. Eventually, an informant from Casa de Macau (in Lisbon) kindly found out its whereabouts.
- 37 The removal date should be October 1992.
- 38 'João Maria Ferreira do Amaral (1803-1849) Illustrious soldier and governor of Macao from 1846 to 1849 Died, on 22nd August 1849, near the Border Gate in Macao The statue, of authorship of Maxmiliano Alves, was inaugurated on 24 June 1940 and Removed from Macao in November 1991 It represents Ferreira do Amaral defending himself from his aggressors.' (My translation)
- 39 Hayden White, 'New Historicism: A Comment'. In *The New Historicism*, edited by H. Aram Veese, p. 302.
- 40 Edward W. Said, *Culture and Imperialism*, p. 273.
- 41 On the thirteen Friendship Monuments, see Christina Miu Bing Cheng, 'Macao: The Farming of Friendship'. *China Perspectives*. No. 34, March-April 2001.

HISTORIOGRAPHY

BIBLIOGRAPHY

- Amaro, Ana Maria. *Dadi Zhizi* 大地之子 (*Filhos da Terra*). Trans. by Jin Guoping 金国平. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- Benjamin, Walter. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1968.
- Best Photos of the 20th Century by Chinese across the World*. Beijing: China Photographic Publishing House, 2005.
- Cheng, Christina Miu Bing. 'Resurgent Chinese Power in Postmodern Disguise: The New Bank of China Buildings in Hong Kong and Macau'. In *Hong Kong: The Anthropology of a Chinese Metropolis* edited by Grant Evans and Maria Tam. London: Curzon, 1997.
- . 'Macau: The Farming of Friendship'. In *China Perspectives*, No. 34, March-April 2001.
- Hall, James. *Dictionary of Subjects and Symbols in Art*. New York: Harper & Row, Publishers, 1974.
- Jorge, Cecília and Rogério Beltrão Coelho. *Glimpses of the Past*. Hong Kong: C & C Offset Printing, 2005.
- Ljungstedt, Anders. *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*. First published 1832. Hong Kong: Viking Hong Kong Publications, 1992.
- Macao Daily News*, 16 July 1999.
- Ming Pao Daily News*, 29 October 1992.
- Montalto de Jesus, C. A. *Historic Macao*. First published 1902. Hong Kong: Oxford University Press, 1984.
- Ride, Lindsay and May. *The Voices of Macao Stones*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999.
- Said, Edward W. *Culture and Imperialism*. London: Chatto and Windus, 1993.
- Saraiva, José Hermano. *Putuoya Jianshi* 葡萄牙简史 (*História Concisa de Portugal*). Trans. by Wang Quanli 王全礼 and Li Junbao 李均报. Macao: Instituto Cultural de Macau/Editora Montanha das Flores, 1994.
- Simpson, Colin. *Asia's Bright Balconies*. Sydney: Angus and Robertson Ltd., 1962.
- South China Morning Post*, 29 October 1992.
- Tam, Camões C. K. 谭志强. *Aomen Zhuquan Wenti Shimo 1553-1993* 澳门主权问题始末 1553-1993 (*Disputes Concerning Macau's Sovereignty Between China and Portugal (1553-1993)*). Taipei: Yongye Chubanshe, 1994.
- Wenhua Zazhi* 文化杂志 (*Review of Culture*) No. 20, Macao, 1994.
- White, Hayden. 'New Historicism: A Comment'. In *The New Historicism* edited by H. Aram Veeser. New York: Routledge, 1989.
- Williams, Raymond. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. New York: Oxford University Press, 1985.
- Yang, C. K. *Religion in Chinese Society: A Study of Contemporary Social Functions of Religion and Some of Their Historical Factors*. Berkeley: University of California Press, 1970 (3rd printing).
- Yuan Bangjian 元邦建 and Yuan Guixiu 袁桂秀. *Aomen Shilue* 澳门史略. Hong Kong: Zhongliu Chubanshe, 1988.

A Unique Place in the World Historical Western Images of Macao

GEORGE WEI*

Sonnet to Macao

Gem of the Orient Earth and open Sea,
Macao! That in thy lap and on thy breast
Hast Gathered beauties all the loveliest,
O'er which the sun smiles in his majesty!

The very clouds that top each mountain's crest
Seem to repose there, lingering lovingly.
How full of grace the green Cathayan tree.
Rends to the breeze and now thy sands are prest

With gentlest waves, which ever and anon
Break their awakened furies on thy shore!
Were these the scenes that poet looked upon;

Whose lyre though known to fame knew misery more?
They have their glories, and earth's diadems
Have nought so bright as genius' gilded gems!

Sir John Bowring,
Governor of Hong Kong (1854-59)

* Professor and chair of the Department of History at the University of Macau.
Guest Professor at the Institute of History Research of the Shanghai Academy
of Social Science, China.

*Professor e director do Departamento de História da Universidade de Macau. Professor
convidado do Instituto de Investigação Histórica da Academia de Ciências Sociais
de Xangai, China.*

Macao has been a vital point for interactions and exchanges between the East and the West since the middle of the 16th century. During this long period of time, many westerners visited and lived in Macao and left their footprints and influences there, either good or bad. At the same time, Macao engraved its image on the mind of the westerners who stayed in Macao and who brought their views of Macao back to their homelands through their writings, publications, paintings, poems, etc. To a great extent, the Western images of Macao are valuable historical source materials that record the development and evolving features of Macao and provide an outside view of Macao, which could be quite objective and could serve as a mirror to reflect the historical conditions of Macao. What then were the most impressive and lasting images that Macao left on westerners? How did Macao look in the eyes of westerners in the past, and what was Macao's historical fame? How did Western views of Macao reflect the cultural interactions or conflicts that occurred in Macao? To address these questions, this article will collect and analyse the limited records of Macao left by westerners to see how the image of Macao was created and evolved among the westerners and what was recorded about Macao by westerners as historical witnesses.

'GEM OF THE ORIENT EARTH': THE BEAUTY OF MACAO'S NATURAL SETTING AND SURROUNDINGS

In 1928 Stella Benson, an English feminist, travel writer and novelist, commented on Macao by saying, 'The city of Macao is old, but it seems older than its years.'² Indeed, Macao, where one could find many impressive historical legacies, is surprisingly older than many visitors could imagine. Yet, to most westerners, what surprised them at their first sight of Macao probably was not its historical inheritance but its natural beauty. The westerners who visited Macao were almost all impressed first by its topographical setting and ocean environment, smoothly mingling the natural beauty with the man-made architecture and human traces and activities.

As early as the late 16th century, Macao was already well known in the West for its nice weather and atmosphere. The American writer William C. Hunter, from the 1820s an employee and later

a partner of the large American firm Russell and Company, recollected that 'Foreign visitors to the ancient Portuguese city of Macao, founded during the first half of the 16th century, are delighted with its calm quiet life, its brilliant atmosphere, and lovely climate.'³ Thomas Kuyck van Mierop, a twenty-four-year-old Englishman, arrived in Macao with the East India Company's ship *Grenada* on March 12, 1780, and wrote in his journal, 'This harbour is a majestic bay.'⁴ Rev. Walter M. Lowrie, American missionary to China, wrote in Macao on May 17, 1843: 'The heat of summer is great; the thermometer now ranges about 80°; but it is not as bad as that of India, and we have cool and bracing winters. There is not commonly any frost or snow in this latitude.'⁵ An article in the *Dublin University Magazine* well summarised the general view of Macao's geographic features in 1848:

A view of Macao from the sea is exquisitely fine. The semicircular appearance of the shore, which is unencumbered and unbroken by wharfs or piers [there are one or two small landing places projecting] and upon which the surge in continually breaking and receding in waves of foam, whereon the sun glitters in thousands of spangling [*sic*] beams, presents a scene of incomparable beauty.⁶

A contemporary artist, Robert Burford, also made a broad description of Macao as ocean islands:

Turning from the city, the eye ranges over a vast extent of sea, bounded in some parts by the horizon alone, in others, by numerous Islands of different size and form, some presenting verdant hills and luxuriant foliage; others, large masses of rock, thrown into every variety of light and shade, from the faintest blue to the most somber brown, according to their distance, or position, or from the rich things they receive from the glowing rays of the setting sun.⁷

This kind of general view of Macao as a fine and charming place enjoying a blessing from sea and sun was confirmed by other contemporaries. J. Dyer Ball, author of *Things Chinese*, *The Cantonese Made Easy Series*, and *How to Write Chinese*, stated, 'Many a picturesque view is to be obtained, the fine sweep of the Praya Grande being universally admired.'⁸ After landing on Macao in January 1839, Auguste Borget, the French painter and traveller best known for his drawings of exotic scenes in Asia, and in particular

ESTUDOS DE MACAU

China, wrote, 'Frequently in the evening I stroll to the terrace of the convent, or to the hills covered with rocks, which enclose the peninsula on the south-west, and whence in every direction the eye rests on the most delightful landscapes.'⁹ Harriett Low, a young American woman from Massachusetts who accompanied her aunt to travel to and stay in Macao during the 1820s and 1830s, well recorded her early western impression of Macao's topography with her careful feminine eyes and delicate description:

Macao from the sea looks beautifully. Some most romantic spots. ... All the isles have flat stones and as smooth as a floor. You ascend 5 flights of steps and come to an observatory from which we have a fine view of the Bay and harbour and can see all over the town. Round it there is a terrace and many pretty plants. It is not in as good order as it must be soon. With

this little spot and a few birds, I shall get along very comfortably. I had no idea there was so pretty a place here.¹⁰

Low continued: 'The scenery all around us was delightful. The sun was behind us on our return, just setting behind the hills and shedding its softened beams upon the city of Macao—which added much to its beauty.'¹¹ Rev. George Smith arrived in Macao in 1844 and left us his impression of Macao: 'The view of Macao is very striking, as seen from the harbour, and the place itself forms the most delightful residence open to foreigners in China.'¹²

The pleasant climate and quietness of Macao is one of its attractions. Low often mentioned, 'The weather here is delightful, and since we returned from Canton we have enjoyed it highly.'¹³ Low's circle in Macao and Canton agreed that they were 'very glad to breathe the fresh air of Macao which they all say is much purer than C[anton]'.¹⁴ It seems that Macao's wonderful scenery had a therapeutic function that became the first attraction and comfort to Western visitors who came from far away and that could help them overcome the loneliness and difficulty of living in an alien place. No wonder, 'On our return to Macao it seemed more enchanting than ever', to Low. 'The lovely weather and the quiet were really delightful; and since my return I have employed my time much to my own satisfaction, which is very comforting.'¹⁵ After her wonderful experience in the pleasant environment of Macao, Low even believed that 'perhaps the time may come when with more positive miseries or troubles I shall have to look back upon the time spent in Macao as at any rate the most quiet and most free from troubles, if not the happiest portion of my life.'¹⁶ The longer Low stayed in Macao, the stronger grew her appreciation and admiration of Macao's natural charm. Low even used words such as 'romantic', 'art', 'perfectly', and 'paradise' to express her love of Macao's extraordinary and striking natural scenes:

We had a beautiful walk in that paradise of a place. It is large, wild, and romantic. It is a work of art it is true, but it resembles Nature so perfectly that you would not think but that it was originally formed in this way. ... Such immense rocks and trees. ... There are several Banyan trees, growing with their roots almost out of ground, spreading over the rocks. I wish I could give you any idea of it by description.¹⁷

A N A R R A T I V E
OF AN
EXPLORATORY VISIT
TO EACH OF THE
CONSULAR CITIES OF CHINA,
AND TO THE
ISLANDS OF HONG KONG AND CHUSAN,
IN BEHALF OF THE
Church Missionary Society,
IN THE YEARS 1844, 1845, 1846.
BY THE
REV. GEORGE SMITH, M.A.,
OF MAGDALEN HALL, OXFORD, AND LATE MISSIONARY IN CHINA.

NEW YORK:
HARPER & BROTHERS, PUBLISHERS,
82 CLIFF STREET.
1847.

MACAO STUDIES



View of Macao. From George Smith, *A Narrative of an Exploratory Visit to each of the Consular Cities of China, and to the Islands of Hong Kong and Chusan in Behalf of the Church Missionary Society in the Years 1844, 1845, 1846.*

Similarly, J. Dyer Ball used almost the same words to describe what he saw in Macao. His lines went such as:

One of the most enchanting scenes in Macao is that of this beautiful bay, quiet and graceful sweep of sea wall ... All descriptions are imperfect; ... an instance of what the artistic eye finds ... The scenery altogether is romantic and charming.¹⁸

Moreover, as Sir John Bowring did in his poem cited at the beginning of this paper, Ball used the terms 'gem' and 'gem-like' to describe the beauty of Macao and 'surprises' to convey his unexpected excitement and enjoyment when he saw some charms and beauties in Macao:

Surprises meet you everywhere. The gardens are bestrewn with giant boulders in Nature's irregular disorder. Trees, ages old, cast their gnarled branches skyward, creating an umbrageous dell of indescribable beauty and splendor. Gardens and native plants abound in nooks and recesses,

while all around shrubs and flowers flourish in wonderful profusion.¹⁹

With such a natural beauty, no wonder Macao has become a tourist attraction. The Reverend John Arthur Turner, an English Wesleyan minister and missionary to China from 1886 to 1891, recalled,

The usual resort of foreigners seeking the benefit of the sea-air in the hottest weather is the ancient Portuguese colony of Macao. Steamers run to this place from Canton. ... It is a favourite resort for invalids and holiday makers, who find grateful refreshment in its quiet walks, fresh sea breezes, and tasteful gardens.²⁰

THE UNIQUENESS OF MACAO: ARCHITECTURE AND FORTRESSES

When Thomas Kuyck van Mierop visited Macao, his companion, Mr. Cuming, stated, 'Unique

ESTUDOS DE MACAU

conditions prevail here.²¹ It is true, and Macao is certainly a unique place in the world. Why is it so? Italian traveller Gemelli Careri, one of the earliest round-the-world travellers, who visited Macao in 1695, left us his impression of Macao, which analyses the source of Macao's uniqueness:

Tho' at Macao they have not ground to sow a handful of pease, yet God provides for them, in such manner that they live in plenty enough, all necessities being brought them from the adjacent parts, and they make so much of themselves, that their tables are never without sweet-meats, excellently made by the women; and I may truly say, I never fed so well anywhere as at Macao, the women there knowing how to cover a table for a king, and to please any nice appetite.²²

From Careri's remark, we learn that the uniqueness of Macao came from 1) its smallness; 2) its excellent food; and 3) its women, who were diligent and marvellous cooks. Similarly, Robert Elwes was much impressed by the young women of Macao. He saw little tanka boats

rowed by young girls, with as fresh red faces as many country girls in England. They are better-looking than most of the Chinese, not that their features are very handsome, but they are good-tempered, and their laughing mouths show fine white teeth, affording a contrast to the sallow complexions and indented eyes which generally characterised the Celestial race. Their figures are round and plump, their hands and feet generally small and well formed, and the latter are never bandaged up and deformed like those of the higher classes.²³

The following descriptive lines are found from a novel about Macao, but they realistically depict the reality of life on boats in the harbour of Macao:

Even the smallest housed whole families under canvas hoods, and deck cooking on charcoal braziers was in progress. This Portuguese territory, a minute frill on the great mass of the continent, was still China, where space for man is at a premium and people are spilled over from the land onto water to float out their living.²⁴

Rev. Walter Lowrie remarked on the narrow and crowded streets of Macao: 'The streets are narrow and crooked; very few are more than ten feet wide, and some not more than six. They are commonly full of

persons passing along, hucksters and peddlers, with their wares and cries of various kinds.'²⁵ J. Dyer Ball also acknowledged Macao's smallness, but in his eyes Macao was like 'a beautiful little gem' with its unique architectural style. He stated:

Some fail from an attempt to liken this beautiful little gem with another world-renowned spot, the Bay of Naples. Let it be acknowledged at once that each is sui generis and attempt no comparison. There is no doubt when coming in from sea towards Naples and trying to detect Macao in Naples one does see a faint resemblance in one of the house-clad hills of the latter to Macao's central portion; but rather let one be content with enjoying the beauties of each and attempt no belittling of the grand proportions of the one or try to greaten the sweet gem-like curves and colours of dear old Macao.²⁶

Thus, the uniqueness of Macao came not only from the littleness of this peninsula but also from its great people who know how to make life better, as well as its cultural and environmental genre and architectural configuration that mixed the East and the West. In the eyes of these westerners, the natural beauty of Macao was not entirely 'natural'; it was part of the effect of the human efforts, activities, and tastes. Borget was appalled by the crowdedness of some inhabitant areas in Macao and 'the smallness of the space', but he found that 'there were flowers everywhere; it afforded me great pleasure to find some poetry among so many privations.'²⁷ Ball was so surprised by the natural beauty of some man-made gardens that he preferred not to distinguish human traces from natural ones: 'The writer would not attempt to describe Nature's beauties and contents himself with referring to the historical associations of these charming gardens.'²⁸

The human effort in accommodating and enhancing the natural beauty of Macao is mostly associated with its architecture. Low spotted 'a Josh [Joss] house at a distance which formed a very pretty scene. ... It stands among immense rocks and trees on the sea shore, is fancifully ornamented and presents a picturesque view from the water.'²⁹ Ball also had an eye for the contribution of Macao's architecture to Macao's landscape, noting the 'rows of houses rising up the gentle slopes and the ancient forts and modern public buildings dotted here and there, while behind all rise the Mountains of Lappa and to the right those

MACAO STUDIES

beyond the Barrier.³⁰ The above-mentioned article in the *Dublin University Magazine* reported:

The Parade [Praia Grande] which is faced with an embankment of stone, fronts the sea and is about half a mile in length. A row of houses of a large description extends along its length, *** Some are coloured pink, some pale yellow and others white. The houses, with their large windows, extending to the ground *** with curtains. ** convey an idea to the visitor that he has entered a European rather than an Asiatic seaport.³¹

The familiarity of the houses in Macao with Western styles was perhaps another attraction to westerners. Robert Elwes liked the town of Macao because 'The town is quite in the Portuguese style, and is very prettily built and situated, running, like Naples, in a curve round the bay.'³² In the 1960s, Macao was called the 'Monte Carlo of the Orient.'³³ Rev. George Smith expressed a similar view:

THE TRAVELS
OF
PETER MUNDY,
IN EUROPE AND ASIA,
1608—1667.

VOL. I.
TRAVELS IN EUROPE, 1608—1628.

EDITED BY
LT.-COL. SIR RICHARD CARNAC TEMPLE, BART, C.I.E.,
EDITOR OF 'A GEOGRAPHICAL ACCOUNT OF COUNTRIES
ROUND THE BAY OF BENGAL.'

CAMBRIDGE:
PRINTED FOR THE HAKLUYT SOCIETY.
MCMVII.

Having been for two centuries in the possession of the Portuguese, it presents to the eye the aspect of a European city, with its assemblage of churches, towers, and forts.... The European houses are spacious and of handsome exterior.... Macao, in many respects, resembled a fashionable watering-place in England, and abounded with the comforts, the refinements, and even the luxuries of European life.³⁴

Likewise, in the eyes of the artist Robert Burford, the houses in Macao

present their fronts to the water, and occupying the whole of the vast extent of the semi-circle, are large, substantial buildings, in the European style; of simple architecture, with large gables, and little or no ornament; yet being painted of many colours, have a varied and pleasing appearance. At the back of the line, rising like an amphitheatre on the sloping ground, numerous other houses are seen, intermixed with churches, and sacred edifices—always conspicuous objects in a catholic town—large gardens, and light and airy summer-houses; the highest portion being broken into several hills, crowned by forts or monasteries, has a fine effect; and, far above all, rising from a neighbouring island, towers a mountain of considerable elevation, and picturesque shape, forming a noble back ground.³⁵

Thomas K. van Mierop was very pleased with Macao's shore

lined with houses of great dignity, all of them painted in bright colours (by order of the Portuguese), behind which rises a gentle slope covered with gracious buildings, including numerous churches and walled gardens planted with many trees.³⁶

He concluded:

This is, I am sure, a city like no other in the world, for though situate in China, and though infested—by day, at least—by Chinamen of every quality, it is of itself a part of Europe, a down-at-heel part it may be said, subdued by Roman Catholic superstitions, yet all the same it is Europe, and I rejoiced at this.³⁷

Indeed, the westernised houses added a great deal of Western flavour to the city of Macao, but the architectural features that impressed westerners most were religious buildings. It's claimed that Macao has

ESTUDOS DE MACAU



View of Macao. From Peter Mundy's *Journal*, edited by Sir Richard Carnac Temple.

'more churches and chapels to the square mile than any other in the world.'³⁸ Therefore, Father Antonio Cardim, Rector of the Collegiate Church of St. Paul, called Macao 'the Head of Christendom in the East.'³⁹ Peter Mundy, the Cornish traveller, diarist and artist, wrote in July 1637, 'The rooffe of the Church aperteyning to the Collidge (called St. Pauls) is of the fairest Arche that yett I ever saw in my remembrance, of excellent workmanship.'⁴⁰ J. Braga wrote, 'At Macao we find the ruins of the Oldest Church in China. Standing at the foot of the stately flight of steps leading up to the base of the ruined facade we are struck with the impressive beauty of this noble structure.'⁴¹ To Braga, the religious compound in Macao, namely the convent, displayed a high level of artistic disposition: 'Mossy paths and sloping walks have replaced magnificent flights of steps, leading up to the ancient Convent already mentioned.

The artistic temperament of the Portuguese is shown here to a high degree.'⁴² On the other hand, Auguste Borget was more interested in Chinese architecture. His eyes were caught by the Mage Temple, which was 'the most beautiful marvel without doubt, that I have seen in this country.' Borget went to the temple 'almost every day.' He later made a vivid and realistic oil painting of the Mage Temple [Ma-Kok].⁴³ Likewise, C. R. Boxer asserted that the Chinese Temple of the Goddess A-Ma remains 'to attest the former strength and opulence of the city.'⁴⁴ As a matter of fact, the conspicuous difference between the Eastern and Western architectural and life styles in Macao formed another uniqueness of Macao, a city with both European and Asiatic characteristics. J. Dyer Ball wrote that, at first sight, the houses of Macao convey an idea to the visitor that he has entered a European rather than an Asiatic seaport. This

idea becomes still stronger by the constant ringing of the church bells and passing and repassing of ** priests clad in cassocks and three-cornered hats. But this illusion is quickly dispelled when the eye, turning towards the sea beholds the numerous sampans and mat-sail boats ***, or glancing shoreward rests upon figures clad in Chinese costume.⁴⁵

Thus, what attracted Western visitors was not only the natural beauty of Macao peninsula and the western style of Macao's houses and churches but also the unique harmony between Eastern and Western cultures and interactions as a perfect picture presented in Macao. The editor of Vantage Press called Macao 'a unique place where Orient and Occident met and blended.'⁴⁶ Colin Simpson declared:

Not only Sunday painters of the despised representational school but avant garde modernists could go mad about Macao. The character of the place seeps through the eye. It is a microcosm where the Orient is joined to the Occident and where the whole human condition is surely more palpable to the painter than it is anywhere else on earth.⁴⁷

Interestingly, westerners' impression of a peaceful and harmonious Macao was not disturbed or overshadowed by the fortifications there, which were fully noticed by Western visitors then. C. R. Boxer informed us that Macao 'was formerly known ... as the 'Gibraltar of the Far East' and 'famous for its cannon, mostly cast in the years 1625-1645 by the celebrated founder Manoel Tavares Bocarro.'⁴⁸ In 1635 António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India at Goa, made a detailed description of Macao, especially its fortresses, though it is believed that he was never in Macao.⁴⁹ Bocarro stated that Macao 'has one of the best gun-foundries in the world', and 'all the aforesaid artillery, fortifications and walls in the City were made at its own expense.'⁵⁰ British sea-captain Alexander Hamilton visited the city in 1701 and noted that the largest brass cannon he ever saw were 'mounted in proper Batteries about the City.'⁵¹ William C. Hunter confirmed that 'Macao became a 'place forte'... The several fortifications yet stand as originally constructed, and are mostly armed with cannon cast in its own foundry, some as early as 1612.'⁵² Meanwhile, Hunter pointed out that 'It was during that period that her [Macao's] churches

were built (with one exception) as well as the college and church of San José, which occupy a height near the middle of the town.'⁵³ Historian Jonathan Porter called Macao 'The Fortified City.'⁵⁴ It seemed that in the eyes of westerners the civil force was dominant in Macao, and Macao's fortifications and cannons were mainly for the purpose of defending Macao's civil life and prosperity and 'to prevent the Hollanders being able to enter in their ships.'⁵⁵ In fact, due to the lasting peace of Macao, the cannons of Macao were even used for peaceful and religious activities. As early as the late 18th century, Thomas K. van Mierop made a comment on Macao saying that 'Each hilltop, of which there are three, is crowned by a fort, the use of which would appear to be ceremonial.'⁵⁶ Low recorded that during a Catholic procession 'The cannons all round the fort then fired, and the bells ringing. It seemed, as you may judge, more like a festival than a Sabbath.'⁵⁷

A NEW ACCOUNT OF THE EAST INDIES.

GIVING

An exact and copious Description of the Situation, Product, Manufactures, Laws, Customs, Religion, Trade, &c. of all the Countries and Islands, which lie between the CAPE of GOOD HOPE, and the Island of JAPON.

Interperfed with

An entertaining Relation not only of the principal Events, which happened during the Author's Thirty Years Residence in thofe Parts; but alfo of the moft remarkable Occurrences and Revolutions in thofe vaft Dominions, for this Century paff.

Comprehending alfo

Many curious and interefling Particulars relating to our Commerce with thofe Countries, and the Affairs of the EAST INDIA Company.

Illustrated with MAPS and SCULPTURES.

By Captain ALEXANDER HAMILTON.

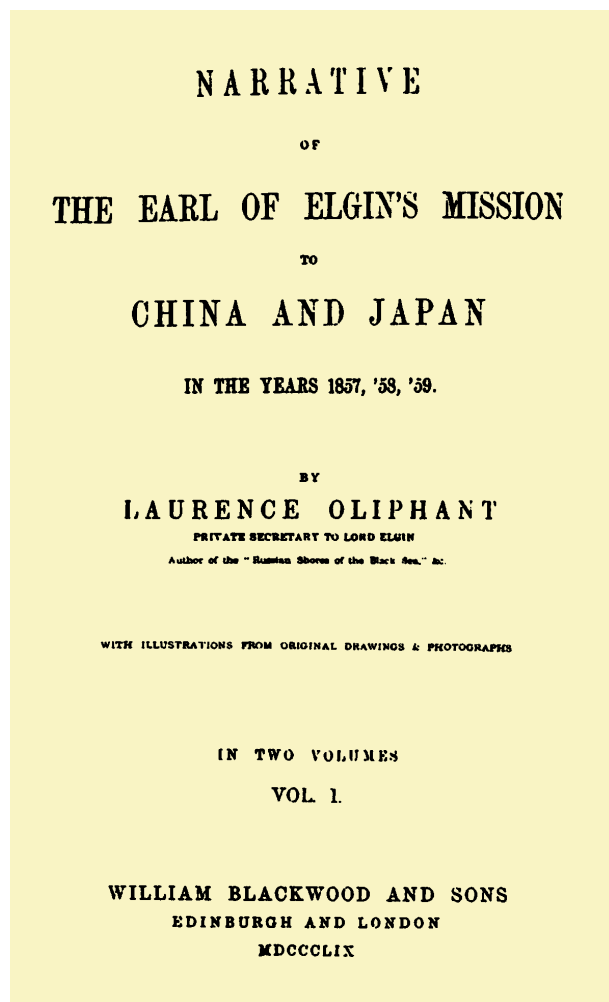
In Two VOLUMES.

VOLUME I.

L O N D O N:

Printed for C. HURCH, in Paternfter-row; and A. MILLAR, oppofite to Katharine-Street in the Strand.
M.DCC,XLIV.

ESTUDOS DE MACAU



Moreover, westerners often compared Macao with Hong Kong and had a more favourable view of Macao because, according to Laurence Oliphant, private secretary to Lord Elgin, Macao's

narrow streets and grass-grown plazas, the handsome façade of the fine old cathedral crumbling to decay, the shady walks and cool grottoes ... all combined to produce a soothing and tranquillizing effect upon sensibilities irritated by our recent mode of life.

In contrast, Macao's 'air of respectable antiquity was refreshing, after the somewhat parvenu character with which its ostentatious magnificence invests Hong Kong.'⁵⁸ Another correspondent, George Wingrove Cooke, shared the view with Oliphant that 'Macao is open to the sea-breeze, which Victoria is not ... Macao also has shady gardens and pleasant walks and rides,

and is the only place where the poor Hongkongian can go to change his atmosphere.'⁵⁹

THE UNIQUENESS OF MACAO: POLITICAL, ECONOMIC AND SOCIETAL ELEMENTS

The range of Low's personal life was quite limited and isolated, yet her view of Macao as a religious and peaceful city was close to the reality, which is exactly part of Macao's uniqueness: a port island developed for trade, yet held together by common beliefs; a fortified city at risk of possible human attacks and invasions, yet content with its serene nature and life. While Low witnessed Macao's tranquillity from the position of a foreigner at a certain distance and on the surface, C. R. Boxer offered his insight into that phenomenon from a scholarly perspective. In Boxer's view the free and peaceful status of Macao mainly resulted from its dislocation from both China and Portugal, which rendered Macao free from tight juridical control. 'Another reason for its popularity', Boxer explained,

was the fact that the long arm of the Inquisition did not reach that far, or at all events had its activities seriously curtailed, owing to the disfavour with which it was quite naturally regarded by the neighbouring Chinese authorities. For fear of provoking a clash with the Chinese, no auto da fe was ever held at Macao. ... With the native Chinese population the local ecclesiastical officials did not dare to interfere, in contrast to the rigour with which the Goanese Hindus were sometimes treated in Portuguese India.⁶⁰

Thus, the Portuguese carefulness and the Chinese indifference provided Macao much freedom.

In addition, Boxer continued, 'Another interesting feature of the place was the uniquely democratic form of government which it enjoyed, in comparison with the despotic rule which prevailed in the remaining Portuguese colonies—or in those of all other European powers for that matter.' Most Portuguese cities and colonial settlements had their Senate, but under the absolute monarchical regime they 'were shorn of all save purely administrative powers and it was the Viceroy, Governor, or Captain-General who was the real ruler.' Even after the liberal constitutional regime replaced the monarchy in Portugal during the 1830s, 'the Senate's authority was reduced to that of an ordinary municipal council whilst the civil governor was invested with full

power.' However, the Governor and Captain-General of Macao, appointed by the Crown since 1623, 'found it very difficult to contend with the Senate' of Macao, and 'his direct control was virtually limited to the command of the forts and garrison.' The real governing body was the Senate, half of whom 'were elected by a form of popular (thought not universal) suffrage for a three year period.' If any great event occurred, a general meeting would be convoked, 'in which the Captain-General, the Ecclesiastical authorities and the leading citizens were summoned to deliberate with the Senators on the measures to be adopted.' If there was a clash between the Governor and the Senate, 'it was almost invariably the Senate which won.'⁶¹

Besides this unique political system, other economic, social and cultural elements of Macao also formed parts of its uniqueness. Macao is small and surrounded by sea and located at the mouth of the Pearl River of China, but Macao's unique location and environment make it closely associated with trade and trading ships and boats, which added another unique beauty to Macao. Artist Robert Burford described:

Ships of all countries are seen winding their way amongst the numerous islands in the outer passage, and the extensive sky is occupied by craft of every description, from the heavy trading junk and native passage-boat, to the small Tan-kea or Egg boats, which ply by hundreds between them and the shore; the whole contributing much, by their variety of size, singularity of shape, and the gay colours they exhibit, to the general effect, interest, and beauty of the scene.⁶² (p. 3)

António Bocarro studied Macao's trade and found out that all the following items were imported into and exported from China via Macao in great volumes: pearls, seed-pearls, precious stones, musk, amber, porcelain, silks, gold, vermillion, quicksilver, and zinc.⁶³ Bocarro concluded that

In short, of everything that nature has produced in many Kingdoms, there is such an abundant supply in this one only that it seems as if it alone has them. ... So that if we could obtain freedom of trade with China only, this alone would suffice us without any other, all this East, nay all the world, could be supplied by it alone.⁶⁴

Indeed, the trade via and with Macao turned it into a wealthy place. António Bocarro believed that Macao was 'one of the noblest cities in the East, on account

of its rich and noble traffic in all kinds of wealth to all parts; it has all kinds of precious things in great abundance, and more and wealthier citizens than any other in this State.'⁶⁵ As a result, interestingly, as Boxer found out, Macao became 'a favourite resort for indigent suitors from all parts of the Portuguese empire' because 'there were established a number of rich families who could afford lavishly to endow their daughters.'⁶⁶ Obviously, due to its successful trade, Macao had become not only wealthy but also attractive to bachelors and adventurers. No wonder António Bocarro would claim that the Portuguese families in Macao with their children 'are much stronger and lustier than any others in this East.'⁶⁷

Since the majority of Macao's population is Chinese, the Western view of Chinese must be very important to forming their impression of Macao. As a matter of fact, the characteristics of the Chinese

CHINA:

BEING

"THE TIMES" SPECIAL CORRESPONDENCE FROM CHINA

IN THE YEARS 1857-58.

REPRINTED BY PERMISSION.

WITH CORRECTIONS AND ADDITIONS BY THE AUTHOR,

GEORGE WINGROVE COOKE,

AUTHOR OF "THE HISTORY OF PARTY," ETC.

SR *Scholarly Resources Inc.*
Wilmington, Delaware

ESTUDOS DE MACAU

people were another important part of the uniqueness of Macao to westerners. The first impression that the Chinese people of Macao left upon Westerners was their poverty. William Hickey commented on Macao that, 'Not only men, but everything around, bespoke the acme of poverty and misery.'⁶⁸ 'A vast number of the poor people live upon the water', Low wrote, 'Their dress is singular.' However, Low found that although these Chinese were poor, they appeared 'cheerful and happy.' She even believed that people 'would wonder that [there is] a smile upon their faces, when apparently so miserable.'⁶⁹ Low wrote that her Western friends thought 'the Chinese were very civil' because when the Chinese gathered in crowds round the house of the westerners, expecting them to come out, they 'filed off on both sides at their approach and made no noise. Nothing but a little buzz of admiration was heard.' Many Chinese people 'paid 3 cash to see the Fanqui (foreign devil) women, but none made the least disturbance.'⁷⁰ Low also noticed that the Chinese 'were all perfectly civil, and made no noise, but only showed a little curiosity', which the Chinese 'have a share in common with their fellow-creatures of more enlightened parts.'⁷¹ Eventually, Low even concluded, 'Now I think the Chinese are much more civil than either American or English people would have been if a China woman had have [sic] appeared in our streets dressed in the costume of her country with little feet.'⁷² Similarly, after staying in Macao for a while, Robert Morrison, the first Protestant Christian missionary to China, wondered 'why the Chinese were more civilised, and had many temporal blessings which some of the barbarous nations around them had not?'⁷³

THE NEGATIVE WESTERN VIEW OF MACAO AND ITS PEOPLE

Macao could not, of course, be perfect in every aspect to westerners, who detected things in Macao that they did not like. Although mostly Macao remained a harmonious society, the division between the Chinese and the Portuguese was visible. Robert Burford witnessed that Macao was 'divided from the main by a wall crossing the narrowest part, which effectually restricts the Portuguese to the limits assigned them, and enables the Chinese, by stopping the supply of provisions, always to bring them to

terms, when any disputes occur.'⁷⁴ Auguste Borget explained that 'The Portuguese and the Chinese part of the town are separated by a wide street, called the place of the Senate.' 'The only similarity between a Chinese encampment and a European one', Borget continued with disdain, 'is that both have clean and well-made tents. What a difference is there between our active soldiers, always in motion, with their well-fitting uniform and martial air, and those pacific men embarrassed by their unwieldy garments, armed with lances, pikes, and matchlocks!'⁷⁵ With a similar attitude, J. Dyer Ball recorded that 'Beyond the Barrier there appears to be a piece of neutral ground. The distinction between occidentalism and orientalism; between civilisation and barbarism; between the European and the Asiatic is noticeable at once.'⁷⁶ To Stella Benson, however, 'The empty shell of Portuguese taste is here' in Macao, 'yet the city seems to me almost wholly Chinese at heart.'⁷⁷ Low asserted that 'People say the government of Macao is only nominally Portuguese.'⁷⁸ Rev. Walter Lowrie was very sympathetic with the poor Chinese, who were lower than Portuguese and foreigners in Macao: 'The [Portuguese] ladies, and a good many of the foreign male residents, commonly pay their visits in sedan chairs, borne by two Chinese. I used to pity some of the bearers as they went panting along under the weight of some fat fellow. ... The houses of the foreigners are commonly large and roomy; the servants live in the basement.'⁷⁹

Disgust toward some aspects of Chinese habits and culture was clearly expressed by westerners. António Bocarro wrote of 'the Chinese, who are so suspicious' and claimed that 'the Chinese exact money for everything.'⁸⁰ Robert Morrison had a similar feeling about the Chinese, commenting: 'The Chinese who assisted me were very mercenary.'⁸¹ Although Low highly regarded the Chinese, she once felt: 'The Chinese are very cunning, and know every well what they are about',⁸² and 'they were very shrewd, and knew just the tender point to touch.'⁸³ Moreover, Low realised that the Chinese 'are very superstitious respecting the place in which they bury their dead', and sighed, 'They are a strange people.'⁸⁴ Robert Morrison also noticed the superstitious ways of the Chinese in 'attesting the truth of an assertion by cutting off the head of a fowl', or 'by dashing a potter's vessel to pieces, and wishing that if they speak falsely it may be done unto them in like

MACAO STUDIES

manner; or by blowing out a candle, and wishing that they in like manner may be extinguished.⁸⁵ He even recorded the details with which the Chinese asked for good luck: the worshipers 'took up a crooked piece of wood' and 'threw it down again and again, till it fell in a posture that they wished, or thought ominous of good.' Morrison probably was quite uncomfortable with the fact that the Chinese showed no respect to others' religious activity because 'There is nothing social in their worship, nor any respect shown by those who are not engaged. One is praying, another talking and laughing, a third cleaning utensils, etc.' Moreover, the Chinese also picked their favourite deities. 'Hence many of the temples are quite deserted, whilst Phi-te Poo-sa (北帝廟) was crowded, smoked, smutted, and almost burnt out of his dwelling.'⁸⁶

Furthermore, some westerners felt the Chinese were very conservative and stubborn. Robert Morrison reported from Macao that 'the Chinese are prohibited from teaching the language;' to obtain masters to teach would face 'the penalty of death.'⁸⁷ He almost cursed the Chinese with his teeth clenched:

This shrewd and discerning people are absurd and unreasonable enough to consider it criminal for foreigners to know their language, or possess their books; and still more to have the books of foreigners in their own possession. The expedition has increased their restrictions in a tenfold degree, both here and at Macao.⁸⁸

Low complained, 'there is no comparison to be drawn between the Chinese and any other nation in the world. They will not allow any innovation upon 'old custom', and will ding those words into your ears forever if it is not for their interest to violate it, when it is quite a different thing.'⁸⁹ Moreover, Low continued, the Chinese 'cannot talky reason' and they must be 'bullied.'⁹⁰ Bocarro recorded that 'The Chinese are so inimical to any foreign nation entering their lands, that even though they realise the great help they have received from the Portuguese in their wars against the Tartars, ... all the more reluctant to admit the latter in their Kingdoms.'⁹¹ Morrison was keenly aware of 'the contempt of the Chinese towards all foreigners' as well as the fact that his two assistants 'agreed in considering it altogether useless to be at any trouble to know any thing of foreigners' because they insisted that 'the depths of knowledge contained in the Four Books have never been fathomed; and, till that be done, it is folly to



The Great Temple of Macao. Drawing by Auguste Borget, lithograph by Eugène Cicéri, in Borget's *La Chine et les chinois* (Paris, 1842).

attend to any other.'⁹² Thus, Morrison concluded: 'The professed esteem of my people [Chinese] for Confucius is unbounded.'⁹³

Westerners found other Chinese habits and cultural phenomena that they did not feel comfortable with. The bound feet of Chinese women were always an exotic and erotic topic among westerners, and even a religious person such as Bocarro could not help but make a comment: 'The Chinese women are so retired that the Portuguese never see them, and they are brought up from childhood with their feet so tightly bound that when they grow up they are almost dropsical in their walk; they are exceedingly chaste towards us.'⁹⁴ Bocarro also discovered Chinese were 'greatly addicted to sodomy, which is not punished nor regarded askance amongst them.'⁹⁵ Bocarro believed that the ordinary Chinese were 'idolaters', and 'the common people of this nation are greatly given to deceits.' Their judges, who received high respect, actually were 'noticeably grave and severe.'⁹⁶ Due to such a system and culture, Bocarro reported, 'it has been and still is frequently seen that' the Chinese who were entrusted by Portuguese with a great sum of money 'embezzle the money of the Portuguese and flee without returning it to them.'⁹⁷ No wonder that one of Low's friends 'thinks Macao a queer place.'⁹⁸ The Chinese in Macao certainly had a reputation for loving gambling. Stella Benson observed and recorded the scene of a Chinese gambling room:

The Chinese fan-tan dens stand—are encouraged by the Portuguese Government—and there you

ESTUDOS DE MACAU

can go and take rather monotonous risks with a spare dollar and watch the Chinaman as he best loves to be—with his head bent over a board on which all that he has lies in danger.⁹⁹

Gavin Black's novelist comment on Macao is exaggerated, but it is one of the Western views of Macao: 'Outside of the new China all Chinese gamble. It is more important to them than food, and food is more important than sex.'¹⁰⁰

Of course, westerners had their biased and privileged view of Macao which revealed their ignorance. When William Hickey visited Macao in 1770, he called the city 'this miserable place' and the soldiers of Macao 'wretches' who were just 'honoured with a title of soldiers.' He described Macao's fort as 'wretched ill-constructed.' Likewise, his fellow Maclintock was 'as disgusted as myself with Macao.'¹⁰¹ Stella Benson, an English woman, described what she saw in Macao with a cynical tone:

The broad calm masks of Chinese women look down on the streets ... the blunt eccentric shapes of papayas and bananas fill the squares and gardens instead of roses and olives; the churches are deserted except for a few little tranquil Chinese matrons, trousered and sleek, with their babies strapped in big coloured handkerchiefs on to their shoulders. ... the Chinese temples stand, their ferocious porcelain sky-lines bristling with dragons and dolphins, their dusty and slovenly altars presided over by absent-minded but complacent Buddhas.

She even disliked the Portuguese architectural taste shown in Macao, including 'the coloured plaster walls, the low corrugated red tile roofs, the quiet gardened convents, the churches full of a vulgar and ardent daylight.'¹⁰² Rev. Walter Lowrie was amused by Chinese winter dress. Though 'a great admirer of the Chinese modes of dress', he told his mother,

You would laugh if you saw them. ... Their appearance is consequently next thing to ridiculous. ... Many a time I have laughed at the comical appearance of a young dandy ... I should like to see one of them in Broadway, with his thick soled shoes and green tights, his wadded vests, and round cap and long tail behind.¹⁰³

After the First Opium War, Hong Kong quickly rose to become a new trading center in Asia that replaced

the traditional role of Macao. Macao's economy and wealth rapidly declined, and the people of Macao had to resort to other businesses than trade for survival. Soon Macao became infamous for the coolie trade, drugs, prostitution, and gambling.¹⁰⁴ As Henry Norman described,

[D]uring these twenty years uncounted thousands of coolies were decoyed, entrapped, stolen, and pirated to Macao, kept prisoners in the gloomy 'barracoons', whose grated windows are still everywhere visible, theoretically certified as voluntary contract labourers by an infamous profit-sharing procurador, and then shipped to toil, and starve, and rot, and die in mines and fields and plantations everywhere.¹⁰⁵

'By the 1920s and 1930s', American historian Jonathan Porter concluded, 'Macau had become one of the world's notorious "cities of sin," where gambling, prostitution, and opium houses flourished.' A visitor expressed an extremely critical view of Macao in the 19th century:

There is no question that it harbors in its hidden places the riffraff of the world, the drunken ship masters; the flotsam of the sea, the derelicts, and more shameless, beautiful, savage women than any port in the world. It is hell. But to those who whirl in its unending play, it is the one haven where there is never a hand raised or a word said against the play of the beastliest emotions that ever blacken the human heart.¹⁰⁶

The famous Anglo-American poet W. H. Auden also revealed his strong disappointment with Macao through a sonnet, part of which goes like this:

This city of indulgence need not fear
The major sins by which the heart is killed,
And governments and men are torn to pieces:
Religious clocks will strike; the childish vices
Will safeguard the low virtues of the child;
And nothing serious can happen here.¹⁰⁷

Some Western writers called Macao 'Far East's Las Vegas' or 'The Monaco of the East', and called 'the Chinaman the greatest gambler on earth.'¹⁰⁸ They also considered Macao as a piratical centre and an asylum for the people who feared no law, human or divine.¹⁰⁹ The editor of Vantage Press claimed: 'Macao has long suffered a reputation for being a 'city of sin', a haven

MACAO STUDIES

for gangsters and gamblers and other unsavoury characters.¹¹⁰ Colin Simpson found in the 1960s that Macao was 'one of the last places in Asia where you can see teenage prostitutes sitting in the doorways of open brothels; and one of the principal smuggling ports for heroin and opium.'¹¹¹ A Western novelist provided readers with a detailed and imaginary negative picture of Macao and even portrayed it as a better haven than Las Vegas for sinners: 'Whatever your other pleasures, they are delivered discreetly to your bedroom door (no matter how offbeat) as part of room service. Prices are not yet Las Vegas's, but they are reaching for it.' However, 'The crime rate is low and you're unlikely to be knocked on the head in a dark lane even if you've had a big win.'¹¹² The author believed that Macao 'is the Far East headquarters for American, Russian, Chinese, Japanese, French, and British espionage services, and offers as well the world's most sophisticated and comprehensive networks dealing in commercial snooping, which means that an elaborately 'secured' conference in a top floor hotel suite is totally covered by half a dozen agencies long before it starts.'¹¹³ Historian Jonathan Porter called Macao a 'dangerous place, a refuge for the down-and-out and a haven for smugglers, spies, and other malevolent characters.'¹¹⁴ Reporters used the titles 'Macao Is Called North Korea Spy Site' and 'Too Easy into Macao' for their articles published in *The New York Times* and *Manchester Guardian Weekly*.¹¹⁵

In short, to most westerners, Macao is a unique place in the world. Although small, it has its natural island beauty, grand forts, colourful Western and Eastern buildings, great mixed culture and civilisations, as well as its shortcomings. As time flies by and Macao goes through modernisation, what will happen to the uniqueness of Macao? It seems that westerners are not much worried about that, and that one of Macao's attractions to westerners is its changing yet enduring features. While Macao is continually being transformed, it has never lost its charming historical characteristics. For instance, after the Chinese Communist Party took over China, colonial Macao, in face of the approaching Communist power and Communist ideology, stood in an odd situation, but it managed to maintain its historical infrastructure. Even after Mao's China started the Cultural Revolution, Gavin Black called Macao 'this little historical anachronism', but he still recommended to many visitors to the Orient who 'have never even

heard of Macao' to 'believe us, this tongue of land two and a half miles long by one wide sticking out from Chairman Mao's China is *well* worth a visit.'¹¹⁶ To Black, the lasting attraction of Macao to westerners is probably still the Portuguese colonial heritage: 'There is considerable new building along the waterfront, but behind and around this is a town that seems to have its roots right back in the 17th century, Portuguese colonial, with brightly painted villas covering the small hills.'¹¹⁷

Thus, the charm of Macao comes from its ability to adopt the new while keeping the old. How could Macao do that? Black believed:

It is possible that Peking allows Macao to continue to exist as a colony just to have it handy as a retreat for all Marxist-oriented millionaires suddenly exposed by mission failures. Russia could do with a little enclave of a similar kind somewhere along the shores of the Mediterranean as a recruitment incentive.¹¹⁸

Yet, the new policy of the CCP toward Macao could have its detrimental effect on Macao. Black was worried about 'Macao being the only Far Eastern featherbed available for failed undercover Communists who want to go on owning big American limousines' and that 'even here paradise wasn't going to last, the portents of change obvious—a gaming ship and new hotels for mass tourism.'¹¹⁹ Black pointed out:

Macao is utterly different. Here is a nicely concentrated distillation of the world's delights with the source of your basic inspiration just down the road if you need it, while at the same time you live immune from your spiritual motherland's physical austerities.¹²⁰

Thus, Macao has been and will probably continue to be a unique place that is tiny but a container that mixes the West and the East, the tradition and the modernity, the religious and the impious, the beautiful and the ugly, the good and the evil, the lasting and the changing. Since Macao was returned to China in 1999, the policy of the central government toward Macao has certainly been extremely important to Macao, but Macao's future cannot be determined only by that; there are many other elements that can affect Macao's future too. Macao's future is in the hands of the Macao people, and it will be very interesting to see how westerners will view Macao in the years to come and to compare their views with those of their counterparts in the past. **RC**

ESTUDOS DE MACAU

NOTES

- 1 See Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999), p. 134.
- 2 Stella Benson, *The Little World* (London: MacMillan and Co., Ltd., 1928), p. 44.
- 3 W. C. Hunter, *Bits of Old China* (Shanghai: Kelly & Walsh, 1911). See C. Guillén-Núñez, 'Macau through the Eyes of Nineteenth Century Painters'. In *Macau: City of Commerce and Culture* (2nd edition: *Continuity and Change*), edited by R. D. Cremer (Hong Kong: API Press Ltd., 1991), p. 83.
- 4 Austin Coates, *City of Broken Promises* (Hong Kong: Oxford University Press, 1990), p. 7.
- 5 *Memoirs of the Rev. Walter M. Lowrie, Missionary to China*, edited by his father (Philadelphia: Presbyterian Board of Publication, 1854. The Michigan Historical Reprint series, The Scholarly Publication Office, the University of Michigan, University Library, 2005), p. 171.
- 6 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City: The Gem of the Orient Earth* (Canton: The China Baptist Publication Society, 1905), p. 7.
- 7 Robert Burford, *Description of a View of Macao in China* (London: Geo. Nichols, Earl's Court, 1840), p. 2.
- 8 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 2.
- 9 Auguste Borget, 'Description of the Plates, Macao, January 3, 1839'. In *Sketches of China and the Chinese; from Drawings by Auguste Borget* (London: Tilt and Bogen, 1839), p. 6.
- 10 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster*, edited by Nan P. Hodges and Arthur W. Hummel (Woodinville, WA: The History Bank, 2002), *Part One: 1829-1832*, Wednesday September 30, 1829, p. 63.
- 11 Ibid., Friday November 13, 1829, p. 83.
- 12 George Smith, *A Narrative of an Exploratory Visit to each of the Consular Cities of China, and to the Islands of Hong Kong and Chusan in Behalf of the Church Missionary Society in the Years 1844, 1845, 1846* (Taipei, Taiwan: Ch'eng Wen Publishing Co., 1972), pp. 67-8. See Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus*, p. 132.
- 13 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, January 8, 1831, p. 195.
- 14 Ibid., April 17, 1830, p. 141.
- 15 Ibid., January 25, 1831, p. 196.
- 16 Ibid., May 13, 1833, p. 551.
- 17 Ibid., Saturday November 21, 1829, p. 86.
- 18 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, pp. 6 and 10.
- 19 Ibid., pp. 4, 6.
- 20 John A. Turner, *Kwang Tung or Five Years in South China* (Hong Kong: Oxford University Press, 1982), pp. 137-8.
- 21 Austin Coates, *City of Broken Promises*, p. 7.
- 22 C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly* (1946), p. 393.
- 23 Robert Elwes, *A Sketcher's Tour Round the World* (London: Hurst and Blackett, 1854), p. 336. See Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus*, p. 132.
- 24 Gavin Black, *The Golden Cockatrice* (New York: Harper & Row, Publishers, 1975), p. 13.
- 25 *Memoirs of the Rev. Walter M. Lowrie, Missionary to China*, p. 100.
- 26 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 6.
- 27 Auguste Borget, 'Description of the Plates, Macao, January 10, 1839', *Sketches of China and the Chinese; from Drawings by Auguste Borget*, p. 6.
- 28 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 4.
- 29 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, Friday November 13, 1829, p. 83.
- 30 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 6.
- 31 Ibid., p. 7.
- 32 Robert Elwes, *A Sketcher's Tour Round the World*, p. 336. See Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus*, p. 132.
- 33 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies* (Sydney: Angus & Robertson, 1962), p. 122.
- 34 Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus*, p. 132.
- 35 Robert Burford, *Description of a View of Macao in China*, p. 2.
- 36 Austin Coates, *City of Broken Promises*, p. 7.
- 37 Ibid., pp. 6-7.
- 38 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies*, p. 123.
- 39 Ibid., p. 126.
- 40 Ibid., p. 128.
- 41 J. Braga, *Picturesque Macao*, edited by Henrique Nolasco da Silva (Po Man Lau, 1926), p. 1.
- 42 Ibid., p. 7.
- 43 C. Guillén-Núñez, 'Macau through the Eyes of Nineteenth Century Painters'. In *Macau: City of Commerce and Culture* (2nd edition: *Continuity and Change*), edited by R. D. Cremer, pp. 97-8.
- 44 C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly* (1946), p. 391.
- 45 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 7.
- 46 Edith Jorge de Martini, *The Wind Amongst the Ruins: A Childhood in Macao* (New York, NY: Vantage Press, Inc., 1993), the inside of the cover page.
- 47 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies* (Sydney: Angus & Robertson, 1962), p. 141.
- 48 C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly*, vol. 5, No. 4 (Aug., 1946), p. 391 and footnote 1.
- 49 C. R. Boxer, *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, edited and translated by C. R. Boxer (Hong Kong: Heinemann Educational Books, (Asia) Ltd., 1984), pp. 7-13.
- 50 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 23.
- 51 Alexander Hamilton, *A New Account of the East Indies* (2 vols. Edinburgh, 1727; New ed. London: Argonaut Press, 1930). See C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly*, vol. 5, No. 4 (Aug., 1946), p. 391, footnote 1.
- 52 C. Guillén-Núñez, 'Macau through the Eyes of Nineteenth Century Painters'. In *Macau: City of Commerce and Culture* (2nd edition: *Continuity and Change*), edited by R. D. Cremer, pp. 83-4.
- 53 Ibid.
- 54 Jonathan Porter, *Macau: The Imaginary City: Culture and Society, 1557 to the Present* (Boulder, CO: Westview Press, 1996), p. 65.
- 55 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 37.
- 56 Austin Coates, *City of Broken Promises*, p. 7.
- 57 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, Sunday October 11, 1829, pp. 66-7.
- 58 Laurence Oliphant, *Elgin's Mission to China and Japan (in the years 1857-59)* (London: Oxford University Press, 1970), vol. 1, pp. 66-7. See Christina Miu Bing Cheng, *Macau: A Cultural Janus*, p. 133.

MACAO STUDIES

- 59 George W. Cooke, *China: Being 'The Times' Special Correspondence from China in the year 1857-58* (London: Routledge & Co., 1972), pp. 70. See Christina Miu Bing Cheng, *Macao: A Cultural Janus*, p. 133.
- 60 C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly* (1946), p. 392-3.
- 61 Ibid., p. 392.
- 62 Robert Burford, *Description of a View of Macao in China*, p. 3.
- 63 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 26.
- 64 Ibid., p. 27.
- 65 Ibid., p. 14.
- 66 C. R. Boxer, 'A Fidalgo in the Far East, 1708-1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao'. *The Far Eastern Quarterly* (1946), p. 392.
- 67 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 15.
- 68 *Memoirs of William Hickey*, edited by Peter Quennell (London: Routledge & Kegan Paul, 1975), p. 121.
- 69 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, Saturday November 14, 1829, p. 83.
- 70 Ibid., April 17, 1829, p. 141.
- 71 Ibid., November 27, 1829, p. 194.
- 72 Ibid., April 17, 1829, p. 141.
- 73 *Memoirs of the Life and Labors of Robert Morrison*, edited by Eliza Morrison (Zhengzhou, Henan: Daxiang Chubanshe, 2008), vol. 1, p. 228.
- 74 Robert Burford, *Description of a View of Macao in China*, p. 5.
- 75 Auguste Borget, *Sketches of China and the Chinese*, p. 7.
- 76 J. Dyer Ball, M.R.A.S., *Macao: The Holy City*, p. 6.
- 77 Stella Benson, *The Little World*, p. 44.
- 78 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, March 3, 1831, p. 199.
- 79 *Memoirs of the Rev. Walter M. Lowrie, Missionary to China*, p. 100.
- 80 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, pp. 22 and 24.
- 81 *Memoirs of the Life and Labors of Robert Morrison*, vol. 1, p. 199.
- 82 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, January 8, 1831, p. 195.
- 83 Ibid., January 8, 1831, p. 196.
- 84 Ibid., August 7, 1833, p. 600.
- 85 *Memoirs of the Life and Labors of Robert Morrison*, vol. 1, p. 199.
- 86 Ibid., vol. 1, p. 229.
- 87 Christopher Hancock, *Robert Morrison and the Birth of Chinese Protestantism* (New York: T & T Clark, 2008), p. 36.
- 88 Ibid., p. 63.
- 89 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part One: 1829-1832*, January 25 1831, p. 196.
- 90 Ibid., January 25 1831, p. 196.
- 91 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 28.
- 92 *Memoirs of the Life and Labors of Robert Morrison*, vol. 1, p. 203.
- 93 Ibid., vol. 1, pp. 231-232.
- 94 António Bocarro, 'Description of the City of the Name of God in China, by António Bocarro, Chronicler-in-Chief of the State of India'. In C. R. Boxer's *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, p. 27.
- 95 Ibid., p. 27.
- 96 Ibid., p. 27.
- 97 Ibid., p. 27-8.
- 98 *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster, Part Two: 1832-1834*, September 17, 1833, p. 440.
- 99 Stella Benson, *The Little World*, p. 45.
- 100 Gavin Black, *The Golden Cockatrice*, pp. 19-20.
- 101 *Memoirs of William Hickey*, pp. 121-2.
- 102 Stella Benson, *The Little World*, p. 44-5.
- 103 *Memoirs of the Rev. Walter M. Lowrie, Missionary to China*, pp. 209-10.
- 104 Jonathan Porter, *Macao: The Imaginary City*, pp. 54-57, and 94-5.
- 105 Henry Norman, *The Peoples and Politics of the Far East* (London: T. Fisher Unwin, 1907), p. 185-186. See Christina Miu Bing Cheng, *Macao: A Cultural Janus*, p. 136.
- 106 Hendrik de Leeuw, *Cities of Sin* (London: Noel Douglas, 1934), pp. 146-7.
- 107 W. H. Auden, 'Macao,' *The Collected Poetry of W. H. Auden* (New York: Random House, 1945), pp. 18-19. See Jonathan Porter, *Macao: The Imaginary City*, pp. 161, 218-9.
- 108 Gavin Black, *The Golden Cockatrice*, p. 12; Henry Norman, *The Peoples and Politics of the Far East*, pp. 190-1. See Christina Miu Bing Cheng, *Macao: A Cultural Janus*, p. 136.
- 109 Alexander Michie, *The Englishman in China During the Victorian Era* (London: William Blackwood and Sons, 1900), vol. 1, p. 295. See Christina Miu Bing Cheng, *Macao: A Cultural Janus*, p. 136.
- 110 Edith Jorge de Martini, *The Wind Amongst the Ruins: A Childhood in Macao*, the inside of the cover page.
- 111 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies*, p. 123.
- 112 Gavin Black, *The Golden Cockatrice*, pp. 12-13.
- 113 Ibid., p. 3.
- 114 Jonathan Porter, *Macao: The Imaginary City*, p. 94.
- 115 Nicholas D. Kristoff, 'Macao Is Called North Korea Spy Site', *The New York Times*, August 16, 1987, 10; Simon Winchester, 'Too Easy into Macao', *Manchester Guardian Weekly*, April 24, 2988, 22. See Jonathan Porter, *Macao: The Imaginary City*, pp. 209-10, note 90.
- 116 Gavin Black, *The Golden Cockatrice*, p. 12.
- 117 Ibid., p. 12.
- 118 Ibid., p. 17.
- 119 Ibid., pp. 17 and 15.
- 120 Ibid., p. 17.

English Regattas, Scottish Reels, Italian Operas, and Chopstick Dinners

The Commerce of Sociability in Canton and Macao

Phyllis Whitman Hunter*



This article visits a community of American expatriates, a group of men and women drawn by commercial opportunities to the coast of China during the late 1700s and the early decades of the 1800s. While in China, they experienced a dramatically different culture milieu than even their commercially prosperous and relatively cosmopolitan home ports of

Boston, Salem, New York, and Philadelphia offered. Much of the literature on Americans in China during the 19th century has emphasised the role of Christian missionaries but many more Americans ventured to Asia for commercial purposes. Until recently, most of their stories have been confined to either economic history or to a kind of hagiography often reserved for early explorers.¹

The opening of direct American trade with China in 1784 re-ignited the fascination for Asian goods, particularly tea, that had abated during the era

* Graduated from Harvard University, Masters degree from the University of South Florida and Ph.D. in American Studies from William & Mary University. Currently, is an Associate Professor at the University of North Carolina, Greensboro.

Licenciada pela Universidade de Harvard, fez o seu Mestrado na Universidade da Florida do Sul e doutorou-se em Estudos Americanos na William & Mary University. Actualmente é Professora Associada na Universidade da Carolina do Norte, Greensboro.

Americans enjoying the porch and view from Nathaniel Kinsman's house in Macao. Oil on canvas by Lamqua c. 1843. Courtesy Martyn Gregory Gallery, London.

of the American Revolution. Republican sentiments against luxurious display and 'riches from the east' as well as the early boycotts on tea and imported cloth had transformed the prestige associated with Asian silks, porcelain dishes, and fine teas into something of a secret pleasure or an interest put aside in the face of graver concerns. Before the ink was barely dry on the peace treaty of 1783, enterprising Americans took advantage of the possibility of beginning their own trade with China. British navigation laws had prohibited colonial Americans from sailing to or dealing directly with Asian countries. After independence, those laws no longer applied. The first adventure to China—at the time the word adventure also referred to a business venture usually undertaken by a group of investors and involving some risk—was put together by the famous Philadelphia financier Robert Morris. The ship, *Empress of China*, sailed out of New York Harbor in late February 1784 and after some 18,000 miles reached Macao and then Canton in August.²

The arrival of Americans initially confused the Chinese trading community. According to Samuel Shaw, the supercargo or business manager of the voyage, the Chinese authorities 'took some time' to 'fully comprehend the distinction between Englishmen and us (the Americans).' To differentiate them from the British, the Chinese called the Americans 'the *New People*.' Shaw explained that when presented with a map and indication of 'the extent of our country, with its present and increasing population' the Chinese representatives seemed 'pleased' with 'the prospect of so considerable a market for the productions of their own empire.' Apparently they quickly grasped the commercial implications of trade with this new nation.³ The *Empress of China* returned home in May 1785 and netted its investors an estimated profit of 25-30%. The voyage reintroduced Chinese teas, silks, porcelain, and an assortment of lacquered, carved, and painted furniture, boxes, fans and sewing tables to the American public. Very quickly, other merchants from Salem, Boston, Providence, New York, and Philadelphia were launching voyages to India and China.

The trading system at Canton, carefully explicated by Paul Van Dyke in his recent book, felt oppressive to the first Americans. European merchants were restricted to a very small section of the city's riverfront where different nations rented buildings called factories that included warehouse and packing facilities as

well as offices and living quarters for the merchants and clerks. The Chinese authorities believed in the superiority of their culture and feared that Westerners whom they referred to as 'fan kwae' or foreign devils, might prove a negative influence on their subjects. The relationships between some American merchants and their Chinese counterparts, as we will see, transcended the political and cultural barriers to develop into genuine friendships, but the system tried to control and limit contact between East and West as much as possible.

The restricted number of Chinese—the Hong merchants and their underlings—who were permitted contact with foreigners allowed for only a very limited interaction. Shaw described 'with some frustration' the restrictions imposed because, in his view, 'the jealousy of the government confines all intercourse between its subjects and the foreigners who visit it to very narrow limits, in the suburbs of a single city.' The factories were situated outside the city walls and Westerners could not enter Canton except under special circumstances. Even the opportunity to dine at the home of a hong merchant did not satisfy Shaw's curiosity because 'even then no new information is obtained.' Shaw noted that 'every thing of a domestic concern is strictly concealed, and, though their wives, mistresses, and daughters are commonly there, none of them are ever visible.'⁴

On first sighting the riverfront in Canton, Westerners expressed amazement at the number and variety of ships that ranged from 'immense coasting junks to cargo boats, passenger boats, floating residences, Government cruisers and flower boats' to a 'prodigious' number. In addition, visitors described sampans, ferry boats, 'barber's boats, vendors of every description of food, of clothes, of toys, and what would be called household requirements' and 'boats of fortune-tellers and of theatrical performers,' as well. One American, in describing the scene asks us to 'imagine a city afloat, and it conveys a very correct idea of the incessant movement, the subdued noises, the life and gaiety of the river.'⁵ Seagoing vessels actually had to anchor some miles south of Canton in a wide area of the Pearl River called Whampoa Reach. The sailors usually lived aboard their ships during the trading season.

Not only were sailors marooned at Whampoa and foreign traders restricted to a small factory region, but all foreigners were required to leave Canton after the end of the 5-6 month trading season. Most merchants

ESTUDOS DE MACAU



View of Foreign Factories, Canton, 1825-1835, attributed to Lamqua (active 1825-1860), Guangzhou, China. Courtesy Peabody Essex Museum.

who stayed in China year round, retired to rented accommodations in Macao, a peninsula on the Chinese coast located about a day's sail South of Canton. Western women and families were never permitted in Canton.

Those women and families who chose to accompany their merchant and seamen fathers and husbands lived in Macao year round and were joined by male family members and friends during the off season.

MACAO STUDIES



By the time Americans arrived, Macao embraced a remarkably multicultural population. Peopled by many Portuguese, Spanish, French, English, Chinese, Macanese (the term for people of mixed Portuguese

and Chinese descent), merchants from India termed Parsees, and people from all over what one scholar terms Monsoon Asia, the city had a very European feel with numerous Catholic churches and Portuguese-style public buildings.⁶

The extant letters of two young Americans, who lived in Canton and Macao during the 1830s, provide us with a window into the workings of an international commercial enclave and a view of life as an expatriate American in China. Robert Bennet (Ben) Forbes returned to China for his second sojourn in the late 1830s, as a member of Russell and Company, the most influential American firm in the China trade. Forbes's letters to his young wife Rose provide a remarkably frank and detailed look at life for a merchant in Macao and, during the trading season, in Canton. Our other correspondent, Harriet Low, a young woman from Salem, accompanied her aunt and uncle as he also took up a partnership in Russell and Company's Canton office. Low's collected letters offer an alternative outlook on the world of female expatriates in Macao. Low remained in China for four years (1829-32). Her journal, written in the form of letters to her sister, gives us a vibrant picture of the social life that American and European families created for themselves so far from home. Social activities became almost a form of commerce where men and women traded information and exchanged hospitality, in part to support the business they were all, at least indirectly, engaged in. Sociability also filled time and allowed participants to reaffirm their own individual and group identity in a setting that challenged cultural beliefs and national differences.

From her first days in China, Low demonstrated her determination to 'cut a figure' as a fashionable young lady even in this remote location. Macao was an extremely cosmopolitan city and polite behavior became an important asset to success in this foreign setting. One merchant noted that 'it is expected of any Lady established . . . [in Macao] that she should entertain all transient visitors of her country.' She must 'take in all the Captains wives & other loafers' and 'must see all Americans & even English Gentlemen who visit Macao.' And if she refuses, 'they talk, [since] it is a place of much gossip,' gossip that enforced the social norms.⁷

Low and her aunt worked diligently to live up to their position as important American hostesses. They

ESTUDOS DE MACAU

could not go out walking until they had ‘[carrying] chairs (which are being made in Canton) and someone to wait upon us.’ But they kept busy, ‘purchasing dresses, receiving things from Canton, and writing letters.’ When prepared to go about in public, they soon found themselves visiting Mrs. F in her beautiful house ‘furnished elegantly,’ and attending a ‘fancy ball’ at Captain W’s. Low reported ‘The night of the ball ... Everything was elegant and the costumes were of all countries and ages.’ The women took tea and walked in Mrs. F’s garden which Low deemed ‘the most romantic place... very extensive and bound in serpentine walks’ with ‘immense rocks and trees,’ several temples, and ‘a beautiful view of the sea.’ And that was just the beginning of a seemingly endless round of walks, teas, dinners, parties, balls, and musical evenings including an Italian opera sung in Spanish. Noting ‘the ladies dress a great deal,’ Low and her aunt determined not ‘to vie with the English ladies in anything but good conduct.’ In fact when the ‘very genteel’ Mrs. Blair and Mrs. Montgomery arrived from India they brought the ‘latest Calcutta fashions.’ Low disliked the new look saying, ‘Such sleeves I never beheld—complete frights!’ Judging from her portrait however, she was soon persuaded to favor the new sleeves.⁸

Low’s account of life in Macao provides several examples of the multicultural nature of the community which at times she seemed to abhor and at other times embrace. She often describes various Catholic religious processions including one where ‘an image of a female was laid on a state bed, very richly dressed, and carried round with banner, the Host, etc.’ Low asked her maid about the meaning of the procession and ‘was quite shocked at her literal translation from the Portuguese.’ The maid said, “God’s mamma had died that day” and they were burying her in effigy.’ Low pronounced the whole thing ‘Horrid!’⁹

Occasionally however, the Low family would breach the religious divide and attended a Catholic Church. Recalling her first Christmas Eve in Macao, Harriet wrote, ‘A year ago to-night we were about going to the Church of San Jose. Now the bells are ringing, and the people are again assembled, saying mass and singing, and to-morrow will be a day of rejoicing that Christ our Saviour was born.’ The British East India Company had constructed a Protestant Chapel and cemetery on Macao for those who passed away in this distant location. But apparently few attended services

there; on their first Sunday in China, the Lows found only six others at Church.¹⁰

Low seldom expressed a favorable opinion of the Chinese residents of Macao. Her remarks seemed to have a class dimension to them, as she commented primarily on the poor and uneducated residents. She complained frequently of the way Chinese women carried their babies on their backs, referring to it as a ‘common mode of carrying children among the poor, and the poor little thing only has a shaking if it cries.’ She added, ‘they sometimes use their children very cruelly.’¹¹

The opening of direct American trade with China in 1784 re-ignited the fascination for Asian goods, particularly tea, that had abated during the era of the American Revolution.

At other times she offered a broader kind of condemnation that centered not on a single action but on a wide array of cultural differences. In describing a Chinese procession in honor of ‘dedicating a new church or Joss house’ she marveled at the garments ‘made of the most splendid colors and materials you can imagine’ but she decried they way they were worn, ‘loaded on in a style that cannot please the eye of any person possessed of taste.’ She wondered at the accompanying music, if such discordant sounds ‘could be called music... for never was there such a noise, the horrid gongs beating so that we could not hear a person’s voice.’ She also seemed to dislike hearing the language often referring to it as ‘jabbering’ or ‘low, guttural sounds,’ or ‘the confusion of Babel.’ She concluded at one point that the Chinese were ‘a stupid set of people, and spend most of their time in sleeping.’ To her sister she wrote vehemently, ‘I assure you there is no comparison to be drawn between the Chinese and any other nation in the world.’ They will not allow ‘any innovation upon ‘old custom,’ and ding those words into your ears forever—if it is not for their interest to violate it.’ She continued her diatribe

MACAO STUDIES

by commenting on 'Another thing they acknowledge is that they 'cannot talky reason,' and must be 'bullied.'" In drawing this conclusion, she participated in a widely held assumption among Europeans about the unchanging nature of Chinese customs.¹²

Low, whose approach to others seemed as far from a cosmopolitan sensibility as one can imagine, not only expressed disdain for the Chinese peoples but also directed harsh judgments toward other Europeans in Macao. She fulminated against 'this wretched set of people, the Catholics,' attempting to explain her aversion by noting as she observed another religious procession, 'If I could discover any signs of devotion in their hearts, I could tolerate them; but to see such mockery is beyond anything.' At times her yardstick for evaluating the many Europeans and other foreigners she came across, appeared to be based on conformity to a code of social behavior, a kind of politeness that was correct but not too stiff. She had no love for English men either. She styled them as 'a good-for-nothing set of rascals' who only cared about 'eating, drinking, and frolicking.' A formal dinner for sixty put on by the British East India Company she deemed 'amazing stiff,' but did admire the 'splendid' table furnishings. The English ladies, with whom she socialised in Macao, seemed to rank higher in her esteem except for an unfortunate tendency to overdress. She and her Aunt determined not to vie with them in fashion but only in 'good conduct.'¹³

When comporting with the more fortunate residents Low seemed open to encountering cultural variety. One Sunday afternoon, after a visit from two British merchants and Mouqua, one of the Hong merchants from Canton, she enthused to her sister about the Chinese trader as 'a great character,' asserting 'he was very gallant I assure you.' At another dinner with several 'security' (Hong) merchants she found them amusing as they 'gave a full account of their customs,' but in most cases, when faced with people of the lower sort, she could not conceal her antipathy.

Unlike Macao, Canton was a Chinese city, with the exception of the confined quarter of the foreign factories. Foreign women were prohibited from coming to Canton, even the factory area. Following the lead of a few British wives, Low and her aunt decided to visit Canton which for them represented 'the forbidden city.' Their exploit almost created an international incident, yet Low seemed more interested in recounting her

impressions of the 'exotic scenes' she encountered. She recorded the event in her journal saying 'for the first time we entered a Hong [or factory] in the Celestial city of Canton.' Admiring the 'moonshiny night' as they sailed up the Pearl River from Whampoa, Low described the scene. 'At eleven the moon rose in splendor, so that we had a fine view of the pagodas as we neared Canton, and the endless variety of boats.' She deemed it 'more Chinese than anything we had seen before.' The immense tea-boats formed 'complete streets upon the water' and 'there are also houses built upon boats, and forming streets.' When she and her aunt arrived at the American factory, Low was astounded by the gentlemanly entertaining and the fashionable furnishings in the factories' living quarters. 'You have no idea how elegantly these bachelors live here. I don't wonder they like it' she exclaimed.¹⁴

The ladies' escapade nearly caused an international incident. The Chinese threatened to stop trade with the Americans and British; the local governor sent to the Emperor for instructions but finally the Lows and the British families agreed to depart and the confrontation dissipated. Feisty Harriet Low seemed to find Chinese restrictions very provoking, commenting 'These despicable Chinese, who are not worth our notice, have the power to disturb us all ... saying that trade would be stopped 'if one Low did not immediately remove his family to Macao.'" Wisely, the Lows agreed to return.

To be fair, Low did credit the Cantonese people with perfect civility during her visit there. She recalled an evening walk one 'delightful moonshiny night' in the factory area when the locals discovered her and her aunt. Then, 'Lights were called for, that the Chinamen might look at us. They kindled up fires in an instant to behold our fair faces, and we had quite a rabble round us before we reached the front of the factories again, though they were all perfectly civil, and made no noise, but only showed a little curiosity, of which they have a share in common with their fellow-creatures of more enlightened parts.'¹⁵ This marked one of the few times when Low willingly extended a recognition of kindred feeling to the anonymous Chinese she encountered during her four-year sojourn.

The sociability that brought together the foreign community, on the other hand, coalesced around the display of carefully chosen possessions and appropriately displayed manners. Shortly after their

ESTUDOS DE MACAU

anticlimactic return to Macao, the Lows' attention turned toward a party they intended to give for the elite commercial society. In her diary, Harriet noted 'Busy as a bee all day, making preparations for our party ... [but] Nevermind that ... must dance all night!' She donned a gown of blue crape over white satin while her aunt wore 'a china gauze over white satin,' and her friend Caroline chose 'pink aerophane over white.' Each woman adorned her hair with flowers sent by admirers. A Spanish gentleman, Mr. Ibar, was master of ceremonies and 'made everything very agreeable. Friends furnished a piano and played and sang while a guitarist and four Portuguese fiddlers provided dance music. Harriet danced until the party broke up at 1:30 am. Like another fair lady, she 'could have danced much more,' having 'got just enough excited to forget my fatigue.'¹⁶

The multicultural community of Macao was well represented at the Low's gala. Harriet observed, 'We mustered about forty—four American ladies, English, Spanish, Portuguese, French, Swedes, Scotch, and I'm sure I don't know what others. We made the Scotchman dance a reel, and I joined in myself.'¹⁷ These elaborate gatherings among the families of the commercial community in Macao and the frequent social interactions in the parlors and concert halls played a key part in smoothing over cultural differences among Western nations, and, in some instances, between Westerners and the Chinese merchant community as well.

Robert Bennet Forbes of Boston had a rather different perspective on life in Canton and Macao. It was his second tour of duty in China. He had spent several years in the early 1830s managing the Lintin Island opium station which allowed him to return to America as a wealthy young man. Apparently he was a soft touch, giving, loaning, and investing large sums with relatives and friends often for rather dubious schemes. He also expended considerable funds building his mother a beautiful house in Milton, south of Boston. By the end of the 1830s, with a wife and newborn son, he found himself in dire financial straits so he determined to return to China for two or three more years to make his second fortune. (Later Forbes would say 'perhaps Providence took away my fortune because I made it in opium,' and he foreswore this business during his second stay.) His wife Rose and infant son Bob stayed in Massachusetts; it is the

correspondence of Forbes to his wife that provides us with another glimpse of expatriate life in Canton and Macao.¹⁸

Many of the Americans who worked closely with the Hong merchants in Canton expressed a very positive view of the Chinese traders' honesty and business acumen. Perhaps as a result of years of experience, Forbes developed real respect for many of the Chinese Hong merchants. His relationship was especially close with Canton's leading merchant Houqua. Forbes called the venerable merchant 'a grand old fellow' and treated him as one might treat a much loved favorite uncle.¹⁹

The terms of Forbes's partnership with Russell & Co. had not been fully negotiated so on his arrival in China he went immediately to see Houqua and seek his advice. He also hoped that Houqua would commit to funneling his business dealings through Forbes at Russell & Company. A few months later he wrote to Rose, 'I consult daily with Houqua about the general trade & am in his confidence.' The friendship extended beyond business associations. In letters to Rose, Forbes wrote, 'Houqua sends his love to you, as do the Miss Houqua's.' The two men maintained a close friendship and an excellent working relationship even after Forbes returned to Boston. A ship built by A. A. Low & Co. in 1844, shortly after the venerable merchant's death, was named *Houqua* in his honor, demonstrating the respect many members of the American community held for the esteemed leader of the Hong merchants.²⁰

Forbes was invited to a series of 'Chinese chop stick dinner[s]' at several of the Hong merchant's elegant homes and extensive gardens on Honam Island across the Pearl River from Canton. He described, in detail, one of these dinners at Mingqua's home. The table held about 20 dishes filled with 'small pyramids of fruits seeds fancifully arranged with flowers' and plates of dried fruits and roasted nuts.' Each place held a porcelain spoon and a pair of chop sticks, 'two ebony sticks the size of a pipe stem, square at the handle & round to the other end, shod with silver at the end.' Forbes described the dinner and the methods of eating and drinking for each of what must have seemed like an endless rounds of courses. The dinner guests took a short walk after the first six courses and continued on for several more hours after that. The dinner concluded at 11pm, with the host showering the guests with roses, carnations, and jessamine blossoms, and then the company drank many toasts. These gatherings set

the standard for what Forbes termed 'the best style of Chinese Gentry.'²¹

Like the 'bachelors' mentioned by Harriet Low, Forbes wanted an elegant situation in the Canton factory used by Russell and Company. He stayed with friends until he could secure a spacious room and suitable furnishings including an oriental carpet and a large carved desk. One of the gentlemanly activities involved sailing on the Pearl River. Forbes was soon admitted to the Regatta Club. He had a Massachusetts-made yacht shipped to China for his use on the river. With it, he won a coveted silver cup in the annual regatta on the Pearl River. He also joined the exclusive Union Club made up of 15 of 'the best people.' Always this concern to associate with the best, the elite of Western and Chinese gentry formed a critical part of the Americans' interactions with other Europeans and Asians. Perhaps by guarding their social position, they felt safer in what might initially have seemed like a dangerously alien environment.²²

After the trading season, Forbes moved to Macao with the rest of the foreign merchants. Some of the long-term residents of the American trading community had specific homes built for them which they rented from the Portuguese. Like Harriet Low, Forbes appreciated the beauty of the peninsula surrounded by water on three sides. He described the view from his lodgings to Rose, 'the little bay in front presents a very pretty scene—there are 15 schooners & sloops and a dozen large ships—boats anchored there, ready to embark.' Forbes loved his large rented house there and called it 'my own castle,' even quoting to Rose, 'I am monarch of all I survey,' from the poem about famous castaway Alexander Selkirk.²³ The only thing Macao lacked in his view were his wife and child. In one letter he mused, 'looking up at the splendid moon I could not help saying, well if Rose were here & my Boy I should be content never again to see home, here might I rest for life & be happy, the situation may justly compare with Nahant or the Morlands though the beauty is a different kind.'²⁴

With the seasonal arrival of merchants from Canton, gentlemanly occupations like billiards joined ladies' events such as teas and garden walks. Mixed gatherings—balls, concerts, plays, and operas—also competed for attention during the height of the social season. Samuel Shaw, appointed as America's first Consul to China, had not looked forward to his first

season in Macao, away from the business action in Canton, but he soon came to appreciate the pleasures of female company and the polite sociability that suited him so well. Even Forbes, though he fully recognised the importance of social interaction to the foreign community, seemed a bit dismayed at the necessity of paying calls on all the 'ladies and babies' in Macao.²⁵

*Many of the Americans
who worked closely with
the Hong merchants in Canton
expressed a very positive view
of the Chinese traders' honesty
and business acumen.*

Foreigners valued not only social gatherings but also the interchange of objects to sanction both their privileged (but restricted) position and their cultural and familial ties. One of the key ways that Americans reaffirmed their identity and communicated with family while in China, was through the exchange of portraits and other paintings. The work of Chinese artists, easily accessible and skillfully rendered, provided an outlet to visualise and communicate certain values among the local Western community, to those back home, and to oneself. In spite of the hectic social life, both Forbes and Low missed their families greatly. They used not only letters, but also an exchange of portraits to assuage their longing for family and friends.

Miniature portraits enclosed in letters helped to keep the bond of family connections strong. It is difficult for us in this age of instant transmission of images, to understand the significance of seeing the likeness of a loved one after months and years of absence. Harriet Low described the emotional experience of receiving a small painting of her sister. She first read a letter from Captain R., in which he said, 'I send your sister's miniature!' Low, describing the experience to that very sister, apologises for wanting to sustain the pleasure of anticipation. 'Think of my having a resemblance of you in my hand, my dearest sister, and not opening it first!' she says. She savors the suspense but, 'at last I extricated it from its snug bed of cotton, where, with

ESTUDOS DE MACAU

your own dear hands, you had placed it.' In an poignant moment, Low embraces the portrait as if greeting her own sister after a prolonged absence. 'The tears came in showers then, for I saw the same dear face; ... Yes, it is you, my dear. I have kissed it again and again.' This image created an expressive immediacy that belied the 18,000 miles and several months voyage that separated the two young women. The static image, continued to represent intimacy for Low as she 'laid it by to read my letters, but ever and anon my eyes wandered to the picture.'²⁶

To please her parents and keep the bonds to distant family as strong as possible, Low decided to have her portrait painted by the famous English artist George Chinnery, who resided in Macao for over two decades and made a career of painting Europeans as well as likenesses of some of the leading Hong merchants. Just before her twenty-fourth birthday, Low sat for several three-hour sessions during which the artist kept her engaged in conversation. She appreciated his talent as 'a great observer of human nature.' Since his profession brought him into contact with 'people of high and low degree,' she found 'a good deal to be gathered from his conversation.' Her likeness however, promised to 'lower [her] vanity.' The painting inspired her to borrow Chinnery's sketchbook and make copies of several of his drawings of picturesque views.²⁷

Portraits and other paintings helped to reaffirm individual and community identity as Americans and Europeans actively pursued objects and rituals that strengthened a sense of solidarity and purpose and celebrated their commercial activities. Two highly regarded Chinese artists, brothers known as Tinqu and Lamqua, maintained shops and studios on New China Street in the Western Factory area of Canton. They



Harriet Low, by George Chinnery, 1833.
Courtesy Peabody Essex Museum.

trained with Chinnery to develop their skills in a Western aesthetic tradition. Forbes used the talents of Lamqua, one of the Chinese brothers trained by Chinnery, to render his own image.²⁸

Forbes not only had his own portrait painted by Lamqua, but also used the services of a Chinese painter to create a likeness of his little dog Flora who had accompanied him to China. He noted in a letter, 'went to a Portrait painter to day & made Flora sit for her portrait—to fix her in one position, I procured a cockatoo which she gazed at fixedly for half

an hour.' When Forbes received a small painting of his young son Bob, he reported, 'it stands near me and is my constant companion;' he hung the portrait by his bedside where he could look at it as he drifted off to sleep—no doubt thinking how perfect everything would be if they could all be together.²⁹

Forbes also had a painting prepared for his mother depicting the Christian cemetery in Macao. It was here that his brother, Thomas Tunno Forbes was buried. Slated to take over the Chinese office of Perkins & Company after ten years in China, Tom Forbes died suddenly at the age of 27 when his schooner capsized during a typhoon. Since he left no suitable successor, Perkins and Company merged with Russell and Company to form the largest American firm in the China trade.³⁰

Chinnery and the highly esteemed brothers produced portraits not only of European and American sojourners but also of important Chinese hong merchants and officials. They also produced many landscapes and genre scenes that depicted the work of craft production, as well as the steps in harvesting and packing tea for export. They also created many views of individual merchant ships, the anchorage at Whampoa, and the many vessels travelling up and down the Pearl

MACAO STUDIES

River. These images blurred the line between business and art; they engendered both a greater demand for artworks and supported the conviction that commerce was a worthy subject of artistic representation.

These paintings for the foreign market, primarily watercolors, although portraits were more frequently rendered in oil, became important collectables for Americans and were displayed in private and public collections like those of Nathan Dunn's Chinese Museum in Philadelphia (1838-1841) and the East India Marine Society of Salem (now the Peabody Essex Museum). The appetite for export paintings reportedly kept as many as thirty artist's studios busy in 1830s Canton.³¹

Using paintings, yachts, fashionable clothes, and polite conventions to recreate many of the aspects of elite American social life, sojourners in China, such as Low and Forbes, promoted American commerce and helped to assuage their own loneliness and awareness of cultural difference. They collected family images and repeated familiar rituals to bridge the vast sense of distance from their home. However, the excitement of being in such a foreign and cosmopolitan environment and participating in European-style entertainments obviously intrigued both of them. The uniquely profitable business climate also gratified American entrepreneurs. It was this mix of the exotic and the familiar (and the possibility of acquiring substantial wealth) that I believe so appealed to people like Low

and Forbes. On arriving in Canton, Forbes described his exuberance the first night when he stayed with his friend Russell Sturgis; 'whenever I awoke I asked some new question & continued to talk all night.' Many months later, Forbes finally admitted to his wife, 'I like the climate & the excitement of good business so well, that were you here, I should not think of going home until I had half a million'.³²

On his last days in China, Forbes, who kept his intentions never to return a secret from all but a few close associates, said an emotional farewell to his dear friend, 'old Houqua,' as he 'struggled to keep the show of feeling down.' Forbes also made a last visit to his brother's grave. Unlike Low, who had at first excitedly devoured and then quickly tired of the delights of Macao, and headed home with eagerness, Forbes said goodbye to friends and to his brother, interred in Chinese soil forever, with sadness and regret. As he sailed for home on a Sunday in July, 1840, he may have been reminded of that moment on the porch of his rented house overlooking the moonlit bay of Macao, when he thought, 'if Rose were here & my Boy I should be content never again to see home, here might I rest for life & be happy'.³³ **RC**

Identified as a View of the Foreign Cemetery on Dane's Island by Sunqua c.1840. This may be the painting Forbes commissioned for his mother. Courtesy Peabody Essex Museum.



ESTUDOS DE MACAU

NOTES

- 1 In their volume on America's *China Trade in Historical Perspective*, published in 1986, Ernest May and John Fairbank noted that 'very little research or writing has dealt with the China trade ... or the actual economic relationships between Americans and Chinese.' Instead they suggested that the 'Old China Trade,' meaning the period before the Opium Wars of the 1840s, is still shrouded in legend and romance. Their extensive bibliography included titles such as *Merchant Prince of Boston, China and the Golden Weed*, and *The Days of Sail*. With only a few notable exceptions, this is, for the most part, still the case. Ernest R. May and John K. Fairbank, *America's China Trade in Historical Perspective: The Chinese and American Performance* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986), p. V.
- 2 Philip Foster Chadwick Smith, *The Empress of China* (Philadelphia: The Philadelphia Maritime Museum, 1984).
- 3 Samuel Shaw, *The Journals of Major Samuel Shaw, The First American Consul at Canton with A Life of the Author by Josiah Quincy* (Taipei: Ch'eng-Wen Publishing Company, 1968. Originally pub. Boston, Crosby and Nichols, 1847), p. 183; On the Chinese drive to sell products to the West as part of engine for consumption there, see Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000), p. 161.
- 4 Paul A. Van Dyke, *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005), uses the term 'the Canton System' to describe the combination of customs, governance, and rules of exchange that evolved to control trade in China before the Opium Wars; William C. Hunter, *Bits of Old China* (Shanghai: Kelly and Walsh, Ltd, 1911), p. 218; Shaw, *Journal*, pp. 178-9.
- 5 W.C. Hunter, *The 'Fan Kwae' at Canton Before Treaty Days, 1825-1844* (London: Kegan Paul, Trench, & Co., 1883. Rpt ed. Taipei: Ch'eng-wen Publishing Co., 1965), p. 14.
- 6 On commerce and migration in 'Monsoon Asia,' see Leonard Blussé, *Visible Cities: Canton, Nagasaki, and Batavia and the Coming of the Americans* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008), pp. 60-4 and passim.
- 7 Robert Bennet Forbes, *Letters from China: The Canton-Boston Correspondence of Robert Bennet Forbes, 1838-1840*, edited by Phyllis Forbes Kerr (Mystic, CN: Mystic Seaport Museum, 1996), p. 78.
- 8 [Harriet Low]. *My Mother's Journal: A Young Lady's diary of Five Years Spent in Manila, Macao, and the Cape of Good Hope from 1829-1834*, edited by Katherine Hillard. (Boston: George H. Ellis, 1900), pp. 29-31, 33, 41, 71.
- 9 Ibid., p. 139.
- 10 Ibid., pp. 161, 32.
- 11 Ibid., pp. 27-8.
- 12 Ibid., pp. 70-1, 38-40, 84.
- 13 Ibid., pp. 55-6, 40, 46-7.
- 14 Ibid., pp. 38, 78-9, 82.
- 15 Ibid., p. 82.
- 16 Ibid., p. 120.
- 17 Ibid., p. 121.
- 18 Forbes, *Letters from China*, p. 179.
- 19 Ibid., p. 140.
- 20 Ibid., pp. 217, 140.
- 21 Ibid., pp. 81-2.
- 22 Ibid., pp. 67, 69, 71.
- 23 William Cowper, *Verses Supposed to be Written by Alexander Selkirk, During His Solitary Abode in The Island Of Juan Fernandez* (London, 1782).
- 24 Forbes, *Letters from China*, pp. 157-60, 163.
- 25 Samuel Shaw, *Journal*, pp. 236-7; Forbes, *Letters from China*, p. 157.
- 26 May 5, 1832. [Low], *My Mother's Journal*, pp. 124-5.
- 27 Harriet Low quoted in Margaret C.S. Christman in *Adventurous Pursuits: Americans and the China Trade 1784-1844* (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1984), pp. 100-2.
- 28 Valery M. Garrett, *Heaven is High, the Emperor Far Away: Merchants and Mandarins in Old Canton* (New York: Oxford University Press, 2002), pp. 91-2.
- 29 Forbes, *Letters from China*, pp. 65, 156.
- 30 Phyllis Forbes Kerr, 'Introduction', *Letters from China*, p. 12.
- 31 Benjamin Silliman, *Mr. Dunn's Chinese Collection in Philadelphia* (Philadelphia: Brown, Bicking, and Guilbert, 1841. On the East India Marine Society in Salem see Susan S. Bean, *Yankee India: American commercial and cultural encounters with India in the age of sail, 1784-1860* (Salem, MA: Peabody Essex Museum, 2001); Garrett, *Heaven is High*, p. 91.
- 32 Forbes, *Letters from China*, pp. 57, 215.
- 33 Ibid., pp. 225, 239.

RESUMOS

Novus Atlas Sinensis

Depois da publicação do *Atlas Sinensis* do jesuíta italiano Martino Martini em Amsterdão, na segunda metade de 1655, a obra foi reimpressa em francês, holandês, alemão e em espanhol, obtendo um extraordinário êxito editorial. Este Atlas conservará o seu primado até 1735, quando o jesuíta francês Jean Baptiste Bourguignon d'Anville publica, em Haia, o *Nouvel Atlas de la Chine*. Contudo, o Atlas de Martini continuará a ser considerado um ponto de referência imprescindível para a cartografia da China até ao século XIX, quando o descobrimento da China pelo mundo protestante inaugurará uma nova era nas relações entre o Ocidente e a China. Se Ricci e Aleni tinham feito conhecer a Europa na China e, em particular, a sua geografia, a Martini tem que ser certamente atribuído o mérito de ter apresentado pela primeira vez, depois das escassas notícias de Marco Polo, um conjunto sistemático de noções e reflexões sobre a realidade física, geográfica e humana do continente chinês, aplanando assim o caminho à exploração cultural e comercial no século XIX. Só há alguns anos o *Atlas Sinensis* viu a luz do dia numa completa tradução italiana. Graças ao riquíssimo aparato bibliográfico e explicativo, finalmente a obra aparece em todo o seu esplendor.

[Autor: Federico Masini, pp. 6-15]

Os Exames Imperiais Chineses na Perspectiva do Padre Álvaro Semedo

Álvaro Semedo foi um jesuíta português e um dos pioneiros da sinologia ocidental que viveu na China durante mais de trinta anos. Durante a sua estada na China, manteve contactos íntimos com todas as camadas sociais e familiarizou-se com as práticas culturais do país. Entre 1637 e 1640, durante uma viagem à Europa, escreveu uma obra bem informada sobre a realidade chinesa com o título *Relação da Grande Monarquia da China*. O presente texto pretende fazer uma apresentação das opiniões de Semedo sobre os exames imperiais da China feudal, destacando a especial relevância das suas descrições

e a sua contribuição para o estabelecimento do sistema de exames e de letrados na Europa dos séculos XVIII e XIX.

[Autora: Zhang Minfen, pp. 6-15]

A Companhia de Jesus e o Leal Senado de Macau. O Caso de Bento Pereira de Faria (1676)

A importância de Macau para os jesuítas provinha, essencialmente, dos grandes interesses de natureza muito prática que os mesmos tinham no território. De forma lenta mas segura, souberam introduzir-se nesta zona, chegando à própria Corte. Para os portugueses no Sul da China, era necessário um apoio específico para fazer frente a diferenças culturais e, sobretudo, de interesses. Os missionários de Pequim respondiam muito bem às solicitações dos seus companheiros de Macau, tirando partido do seu prestígio junto do imperador. A ligação Macau-Pequim, em certas ocasiões resultou num bom trabalho de uma equipa que lutava, cada uma com o seu objectivo, pela sobrevivência da cidade. Enquanto para a comunidade laica o interesse era assegurar a existência da cidade por causa do comércio, para os jesuítas o interesse era esta mesma existência para garantir a continuação da sua escola e consequente evangelização da China. Nesse contexto, torna-se interessante analisar, de forma detalhada, o conflito que, em 1671, opôs Bento Pereira de Faria, ou seja, os moradores de Macau, representados pelo Leal Senado e os jesuítas e que adquiriu proporções invulgares na cidade.

[Autora: Anabela Nunes Monteiro, pp. 22-37]

Comércio de Importação e Exportação em Macau, dos Finais da Dinastia Ming ao Declínio da Dinastia Qing Mercadores Portugueses, Outros Europeus e Chineses

As peculiares condições geo-históricas de Macau resultariam numa enorme dependência da China para a sobrevivência diária da sua população. Esta circunstância foi um instrumento político decisivo nas mãos das autoridades chinesas. Neste contexto Zhang Minggang, vice-rei

de Guangdong e Guangxi, em 1614 escreveu ao imperador referindo-se à sua capacidade de controlar os moradores de Macau. A dependência era igualmente total quanto às matérias-primas e aos sofisticados produtos chineses para abastecer o comércio português de exportação da China para os mercados asiáticos e europeus, que eram a razão de ser de Macau. O viajante italiano Marco d'Avallo, que foi um observador atento da cidade de Macau e do seu comércio, em 1638 refere: "Dentro dos limites da cidade não são manufacturados produtos ou tecidos, e tudo o que é necessário para estas viagens (de exportação) tem de ser trazido de Cantão em juncos e outros". Mas, apesar dos riscos, os grandes lucros obtidos pelos primeiros mercadores portugueses no comércio com a China motivaram a sua fixação em diferentes estabelecimentos no litoral da China e posteriormente estiveram na origem de Macau. Este artigo pretende analisar os agentes deste tráfego mercantil – os grandes mercadores de Macau, saber quem eram, a forma como e onde actuavam.

[Autor: Rui D'Ávila Lourido, pp. 38-56]

Explorar Macau como Parte da Análise Alargada da Cidade Global e Megalópole (1720-1820)

A natureza dos estabelecimentos na rede e paisagem globais do novo milénio tem sido uma discussão predominante desde o fim do século passado. Este artigo irá tratar desta retórica, ao mesmo tempo que examinará o caso do regionalismo e dos estabelecimentos pré-modernos ao longo da costa da China. O carácter extremamente ligado do mundo contemporâneo tem as suas origens no período pré-moderno. Este estudo tenta analisar a demografia, os mercados e as rotas entre Cantão e Macau durante o processo de investigação de aspectos de articulação entre Cantão, Macau e o delta do rio das Pérolas, no período de 1720-1820. Este artigo irá olhar de novo os dados e critérios da avaliação e da discussão em torno das "cidades globais" do passado, em especial Cantão.

RESUMOS

Será estabelecida uma comparação com outros estabelecimentos semelhantes, noutras partes do mundo e ao longo da costa da China.

[Autores: Teddy Y. H. Sim e Sandy J. C. Liu, pp. 57-74]

População e Sistema Demográfico em Macau (Séculos XVI-XVIII)

A história de Macau é um processo que foi mobilizando diferentes narrativas das “origens” da cidade que frequentemente se mostram contraditórias, exageram factos, inventam identidades e organizam a sua própria representação da população local. A história da população e das estruturas demográficas do enclave macaense desde as primeiras fixações de comerciantes portugueses, entre 1555-1557 e finais do século XVIII, em sede de uma sociedade ainda nitidamente pré-industrial, não têm convocado estudos esclarecedores, descontadas algumas persistentes interpretações gerais pouco documentadas e de índole quase “ideológica” da população local. São praticamente inexistentes as investigações sobre a população chinesa esmagadoramente dominante na demografia do território, sobrando títulos e ensaios dedicados a uma pequena minoria populacional que, identificada geralmente como “macaense”, se procura acompanhar enquanto grupo “fundacional” da cidade mesmo quando apenas se consegue documentar o conceito e este agrupamento social já bem entrado o século XIX em estreita comunicação com os processos de resistência e identidade da burguesia comercial local e, mais tarde, do funcionalismo assalariado colonial. Problemáticas que este estudo não deixará de tentar cruzar e ajudar a perceber com maior rigor documental e científico, recorrendo a fontes primárias como o espólio documental da Santa Casa da Misericórdia de Macau e a fontes secundárias interessantes à temática.

[Autor: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 75-98]

Nas Portas do Cerco. João Maria Ferreira do Amaral e Vicente Nicolau de Mesquita

Nas Portas do Cerco há duas datas inscritas verticalmente: 22 Agosto 1849 e 25 Agosto 1849. Estas duas datas representam dois acontecimentos importantes, protagonizados por João Maria Ferreira

do Amaral e Vicente Nicolau de Mesquita em Macau. Para Portugal, as duas figuras foram heróis nacionais e patriotas do colonialismo e, em 1940, foram inaugurados dois monumentos em sua honra. Porém, estes dois colonialistas foram destacados pela história e acusados de agressores e invasores pelas autoridades chinesas, que se agarraram a uma memória colectiva de um mar de sofrimento em meados do século XIX. As duas estátuas de bronze eram monumentos de uma consciência histórica em que os seguidores do historicismo se identificavam, na verdade, com os vitoriosos. Este documento procura evocar a memória colectiva do passado irrecuperável, investigando as razões da inauguração e da remoção das estátuas de Amaral e Mesquita. Nestes exemplos, a história interrompe o contínuo temporal e é reconstruída para tomar o partido da classe dominante. As duas estátuas estavam destinadas a dar lugar a uma nova ordem política no triunfo histórico do progresso.

[Autor: Christina Miu Bing Cheng, pp. 99-111]

Um Lugar Único no Mundo: Imagens Históricas Ocidentais de Macau

Macau tem sido, desde meados do século XVI, um ponto vital para as interações e trocas entre o Oriente e o Ocidente. Durante este período tão longo, muitos ocidentais visitaram Macau e aí viveram, deixando em Macau as suas pegadas e imagens, boas e más. Por outro lado, Macau gravou a sua imagem na mente dos ocidentais que aí permaneceram e que regressaram às suas terras e locais de origem, levando consigo as suas impressões do enclave nos seus escritos, publicações, quadros, poemas, etc. A imagem ocidental de Macau constitui uma valiosa fonte histórica, registo do desenvolvimento e das características em progressão, fornecendo uma perspectiva do exterior, que poderia ser bastante objectiva e funcionar como espelho, reflectindo as condições e passos históricos da cidade. Quais foram as imagens mais impressionantes e duradouras que Macau deixou nos ocidentais? Como era Macau no passado aos olhos dos ocidentais e qual era a fama histórica de Macau? Como

reflectiu a perspectiva ocidental de Macau os conflitos ou interações culturais que aqui tiveram lugar? Este documento recolhe e analisa os limitados registos de Macau deixados por ocidentais, observa como a imagem nasceu e evoluiu entre os ocidentais e que aspectos sobre Macau foram registados por estes, enquanto testemunhos históricos..

[Autor: George Wei, pp. 112-127]

Regatas Inglesas, Danças Escocesas, Óperas Italianas e Jantares com Pauzinhos. O Comércio da Sociabilidade em Cantão e Macau

Este artigo visita uma comunidade de expatriados americanos, um grupo de homens e mulheres levados por oportunidades comerciais para a costa da China durante o final do século XVIII e as décadas iniciais do século XIX. Enquanto estavam na China, vivenciaram um meio cultural completamente diferente do que aquele que os portos comercialmente prósperos e relativamente cosmopolitas americanos de Boston, Salem, Nova Iorque e Filadélfia ofereciam. Muita da literatura chinesa sobre americanos durante o século XIX enfatiza o papel dos missionários cristãos, mas muitos mais americanos rumavam à Ásia com objectivos comerciais. Até recentemente, a maior parte das suas histórias restringiam-se à história económica ou a uma espécie de hagiografia, frequentemente reservada para os primeiros exploradores. O início do comércio directo americano com a China, em 1784, reacendeu o fascínio pelos produtos asiáticos, em especial o chá, que diminuiu durante a época da Revolução Americana. Os sentimentos republicanos contra a ostentação do luxo e as “riquezas do oriente” bem como os primeiros boicotes ao chá e aos tecidos importados haviam transformado o prestígio associado às sedas asiáticas, aos pratos de porcelana e aos chás finos em algo de prazer secreto ou num interesse posto de lado em face de preocupações mais importantes. Ainda a tinta do Tratado de Paz de 1783 não tinha secado e já americanos empreendedores tiravam vantagem da possibilidade de iniciar o seu próprio negócio com a China

[Autora: Phyllis Whitman Hunter, pp. 128-138]

ABSTRACTS

Novus Atlas Sinensis

After the publication of the *Atlas Sinensis* by the Italian Jesuit Martino Martini in Amsterdam, in the second half of 1655, the work was reprinted in French, Dutch, German and in Spanish, and was an extraordinarily successful publication. Martino Martini's atlas remained the only work of its kind until 1735 when the French Jesuit Jean Baptiste Bourguignon d'Anville published the *Nouvel Atlas de la Chine* in The Hague. However, Martini's Atlas continued to be considered an indispensable reference point for the cartography of China until the 19th century, when the discovery of China by the Protestant world paved the way for a new era of relations between the West and China. While Matteo Ricci and Giulio Aleni had opened Europe's eyes to China, and in particular its geography, it was certainly Martino Martini who pioneered knowledge of a different level by presenting for the first time, after the sketchy accounts of Marco Polo, a systematic set of ideas and reflections on the physical, geographic and human reality of the immense Chinese continent, thus laying the foundations for the cultural and commercial exploration of the 19th century. The *Atlas Sinensis* only saw the light of day a few years ago in a complete Italian translation in which, thanks to the rich bibliographical and explanatory section, it finally appears in all its glory.

[Author: Federico Masini, pp. 6-15]

The Chinese Imperial Exams in the Perspective of Father Álvaro Semedo

Álvaro Semedo was a Portuguese Jesuit and a pioneer in Western Sinology. He lived in China for over thirty years during which time he came into close contact with all strata of Chinese society and became familiar with the country's culture. Between 1637 and 1640, during a visit to Europe, he wrote a well-grounded work on China entitled *Relação da Grande Monarquia da China* [published in English in 1655 as *The History of that Great and Renowned Monarchy of China*]. This

article presents Semedo's view of feudal China's imperial exams, and in particular his descriptions and work to create the system of examinations and scholars which became prevalent in 18th and 19th century Europe.

[Author: Zhang Minfen, pp. 16-21]

The Company of Jesus and the Leal Senado of Macao. The Case of Bento Pereira de Faria (1676)

Macao's importance to the Jesuits derived essentially from their practical interest in the territory. Slowly but surely they managed to establish themselves in the region, reaching as far as the imperial Court. The Portuguese in the south needed specific support in tackling differences in culture and interests. The missionaries in Peking responded well to the requests of their companions in Macao, benefiting from the prestige they enjoyed in the court. At times, the Macao-Peking connection produced good results, with each side able to pursue its own goals while fighting for Macao's survival. While the lay community's concern lay in ensuring continued trade, the Jesuits wanted to ensure that its college and missionary work in China could last. In this context it is interesting to analyse the conflict between Bento Pereira de Faria, in other words Macao's residents represented by the Leal Senado, and the Jesuits, which took on surprising proportions in the city in 1671.

[Author: Anabela Nunes Monteiro, pp. 22-37]

Import/Export Trade in Macao from the Late Ming Dynasty to the Decline of the Qing Dynasty. Portuguese Merchants, Other Europeans and Chinese

Macao's specific geo-historical context made the daily survival of its population hugely dependent on China; most food was brought into the territory by Chinese from the neighbouring areas. This was a political trump card in the hands of the Chinese authorities. In this context Zhang Minggang, viceroy of Guangdong

and Guangxi wrote to the Emperor in 1614 mentioning his ability to control Macao's residents. Macao was also entirely dependent on the supply of raw materials and sophisticated Chinese products that fuelled Portugal's export trade from China to Europe and other parts of Asia, Macao's *raison d'être*. The Italian traveller Marco d'Avallo, an astute observer of the city of Macao and its trade, noted in 1638: 'Within the limits of the city no products or fabrics are manufactured and everything that is necessary for these journeys (of exportation) has to be brought from Canton in boats'. But despite the risks, the huge profits obtained by the first Portuguese merchants in trading with China made them settle in different places on the Chinese coast and they were subsequently at the origin of Macao. This article analyses the agents of this commercial traffic—the great merchants of Macao—to find out who they were and how and where they operated.

[Author: Rui d'Ávila Lourido, pp. 38-56]

Probing Macao as Part of the Larger Analysis of Global City and Megalopolis (1720-1820)

The nature of settlements in the new millennium global network and landscape has been dominating discussion since the end of the last century. This paper looks at the rhetoric while examining the case of pre-modern settlements and regionalism along the China coast. The highly connected state of the contemporary world has its origins in the pre-modern period. This study hopes to probe the demography, markets and routes between Canton and Macao; in the process to investigate into aspects of linkages between Canton, Macao and Pearl Delta in the period 1720-1820. The paper will take a look at the data and criteria in judging and discussing 'global cities' from the past, in particular, Canton. A comparison will be made with other similar settlements in other parts of the world, and along the China coast.

[Authors: Teddy Y. H. Sim and Sandy J. C. Liu, pp. 57-74]

RESUMOS

Population and Demographic Structures of Macao (16th-18th Centuries)

The history of Macao is a process that mobilises different narratives concerning the 'origins' of the city which are often contradictory, exaggerate facts, invent identities and organise their own representation of the local population. The history of the population and demographic structures of the enclave of Macao from the first settlements of Portuguese traders, between 1555-1557 to the end of the 18th century, in what was still a clearly pre-industrial society, has not been clearly studied, other than some persistent general interpretations about the local population that are poorly documented and are almost of an 'ideological' nature. There is practically no research into the Chinese population that was predominant in the demography of the territory, whereas there is a plethora of texts and essays dedicated to a small minority of the population which, generally identified as 'macaense'. It is presented as the 'founding' group of the city even when one can only document the concept and this social group at the start of the 19th century in close connection to the processes of resistance and identity of the local commercial bourgeoisie and, later, the colonial salaried apparatus. This study shall cross-references these aspects so as to help understand the topic to a greater degree of documental and scientific rigour, using the records of the *Santa Casa da Misericórdia de Macau* (Holy House of Mercy of Macao) as the main source, combined with relevant secondary sources [Author: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 75-98]

On the Border Gate: João Maria Ferreira do Amaral and Vicente Nicolau de Mesquita

On the Border Gate, there are two dates inscribed vertically on each side of the wall: 22 Agosto 1849 and 25 Agosto 1849. These two dates represent two important events incurred by João Maria Ferreira do Amaral (1805-1849) and Vicente Nicolau de Mesquita (1818-1880) in Macao. For Portugal, the two personages were national heroes and patriots in the

colonial enterprise, and two monuments in their honour were inaugurated in 1940. These two colonialists were, nevertheless, singled out by history and denounced as aggressors and invaders by the Chinese authorities, since they seized hold of a collective memory that flashed up a sea of pain in the mid-19th century. The two bronze statues were monuments of a historical consciousness of which the adherents of historicism actually empathised with the victor. This paper seeks to evoke the collective memory of the irretrievable past by tracing the reasons for the inauguration and removal of the statues of Ferreira do Amaral and Mesquita. In these instances, history breaks the continuum of time and is reconstructed to take sides with the dominant class. The two statues were destined to give way to a new political order in history's triumph of progress.

[Author: Christina Miu Bing Cheng, pp. 99-111]

A Unique Place in the World: Historical Western Images of Macao

Macao has been a vital point for the interaction and exchange between the East and the West since the middle of the 16th century. During such a long time, many westerners have visited and lived in Macao, and left their footprints and images on Macao, both good and bad. On the other hand, Macao has engraved its image on the mind of the westerners who stayed in Macao and brought their views of the enclave back to their homelands, through writings, publications, paintings, poems, etc. The Western image of Macao provides valuable historical source materials that record the city development and evolving features and provide an view quite objective which can serve as a mirror to reflect the historical conditions and steps of the city. What were the most impressive and lasting images that Macao left on westerners? How did Macao look in the eyes of westerners in the past and what was Macao's historical fame? How did the Western view of Macao reflect the cultural interactions or conflicts that occurred here? To address the above questions, this paper collects and analyses

the limited records of Macao left by westerners and to see how the image was created and evolved among westerners and what aspects of Macao were recorded by westerners as historical witnesses. [Author: George Wei, pp. 112-127]

English Regattas, Scottish Reels, Italian Operas, and Chopstick Dinners. The Commerce of Sociability in Canton and Macao

This article visits a community of American expatriates, a group of men and women drawn by commercial opportunities to the coast of China during the late 1700s and the early decades of the 1800s. While in China, they experienced a dramatically different cultural milieu than even their commercially prosperous and relatively cosmopolitan home ports of Boston, Salem, New York, and Philadelphia offered. Much of the literature on Americans in China during the 19th century has emphasised the role of Christian missionaries but many more Americans ventured to Asia for commercial purposes. Until recently, most of their stories have been confined to either economic history or to a kind of hagiography often reserved for early explorers. The opening of direct American trade with China in 1784 re-ignited the fascination for Asian goods, particularly tea, that had abated during the era of the American Revolution. Republican sentiments against luxurious display and 'riches from the east' as well as the early boycotts on tea and imported cloth had transformed the prestige associated with Asian silks, porcelain dishes, and fine teas into something of a secret pleasure or an interest put aside in the face of graver concerns. Before the ink was barely dry on the peace treaty of 1783, enterprising Americans took advantage of the possibility of beginning their own trade with China.

[Author: Phyllis Whitman Hunter, pp. 128-138]

AUTORES / AUTHORS

ARRIMAR, Jorge de Abreu
Macau, empório mercantil. Potencialidades e limitações (séculos XVIII-XIX)
澳门作为商贸中心之潜力与局限 (18-19 世纪)
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 60-77

Arrimar, Jorge de Abreu
Sociedade e poder político em Macau nos séculos XVIII e XIX
十八至十九世纪澳门的社会与政治势力
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 86-106

Assis, Ângelo Adriano Faria de e Sousa, Lúcio Manuel Rocha de
A diáspora sefardita na Ásia e no Brasil e a interligação das redes comerciais na Modernidade
亚洲和巴西的塞法迪犹太人及其在內相连的现代贸易网
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 100-121

BREITUNG, Werner
Cidades e Fronteiras. Introdução / Cities and Borders. An introduction
序
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 7-17

Cheng, Christina Miu Bing
Macao's Sanjie Huiguan: The Myth and the Cult of Guan Di
澳门三街会馆 关帝神话与崇拜
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 123-138

CONNER, Patrick
George Chinnery in Macao (1825-1852): Drawings of an Adopted Homeland
钱纳利在澳门 1825-1852: 第二故乡的绘画
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 78-90

Dias, Alfredo Gomes
Ball e Perry: Uma ideia de Macau (1850-1854)
巴尔与贝利: 一种澳门观念 (1850-1854)
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 31-45

Dias, Alfredo Gomes
Macau, Portugal e o Japão no século XIX. O Tratado de 1860
19 世纪的澳门、葡萄牙与日本: 1860 年协定
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 104-119

EHALT, Rómulo
Revisiting the First Jesuit Library in Japan: An Analysis of the Purpose of Nunes Barreto's Library in Kyushu (1556)
回顾日本的第一间耶稣会图书馆 — 分析日本九州巴莱多图书馆的用途
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 42-51

GAGO, Dora Nunes
De Lilipute à cidade onírica. Visões de Macau em Ferreira de Castro e Miguel Torga
从小人国到梦想之都: 菲利喇·狄·卡斯特罗和米格·托加作品中的澳门
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 56-63

INFANTE, Gustavo
Rio de Pérolas, rio de confluências. Marcas civilizacionais nos *Contos Chineses* de Deolinda da Conceição
珠江, 汇合之江: 黛奥琳达·贡塞绍之“中国故事”中的文明印迹
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 139-146

INFANTE, Gustavo
Static Macao and Macao in Transition in the Short Stories of a Macanese Woman
一位土生葡人女作家笔下的静态与变迁中的澳门
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 125-132

JIN Guoping e Wu Zhiliang
A certidão de nascimento do nome de Macau
澳门名称诞生的证明
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 46-59

KELEN, Christopher
Dredging up Silt – Reclaiming the River: Poetic Representations of Macao for the English-language Reader
清除淤泥, 开垦河道: 英文诗词中的澳门
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 28-45

Loureiro, Rui Manuel
Drogas asiáticas e práticas médicas nas *Relaciones* de Pedro Teixeira (Antuérpia, 1610)
文德泉神父之“记述”中的亚洲毒品与行医
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 24-41

Lourido, Rui d'Ávila
O Galeão de Manila – Grande Nau de Macau. O comércio de Macau com as Filipinas
马尼拉大帆船—澳门商船: 澳门与菲律宾人的贸易
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 52-72

Mendes, Carmen Amado
The 'Policies of Localisation' in Sino-Portuguese Negotiations during the 1988-1999 Transition Period: The Impact for Macao's Administration
过渡时期 (1988-1999) 中葡谈判所涉及的“政策定位”对澳门行政的影响
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 107-122

Monteiro, Anabela Nunes
Freiras de Santa Clara: Devoção autêntica ou fuga ao desamparo feminino? Uma abordagem comparativa entre Clarissas de Macau e de Coimbra no século XVII
嘉辣修女: 真正的献身或为逃离女性的被遗弃? 澳门与科英布拉17世纪克拉丽莎修女之对比
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 120-130

MORAIS, Paula
Macao's Culture of Time and Space
澳门的时间与空间文化
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 8-27

OLLÉ RODRÍGUEZ, Manel
Manila in the Zheng Clan Maritime Networks
郑氏家族海事网络中的马尼拉
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 90-103

Power, Marcus and Sidaway, James D.
Lisbon to Macao: The Occluded Geographies of Portugal's Discoveries
里斯本至澳门: 葡萄牙发现中堵塞的地势
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 62-78

PTAK, Roderich
The Circulation of Animals and Animal Products in the South and East China Seas (Late Medieval and Early Modern Periods)
南中国海与东中国海的禽畜及禽畜产品的流通 (中世纪晚期及近代早期)
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 7-23

ÍNDICE N.ºs 29-32

PUGA, Rogério Miguel
Diálogo inter-artes e Macau. Apresentação / Inter-Arts Dialogue and Macao: Foreword
编者前言
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 6-7

PUGA, Rogério Miguel
A importância de Macau para o comércio da East India Company na China e as relações anglo-portuguesas no enclave na segunda metade do século XVIII
十八世纪下半叶澳门在东印度公司对华贸易中的重要性以及在飞地的葡英关系
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 79-103

RCI
Escultura de ídolos sagrados de Macau / Macao Religious Figure Carving
澳门神像雕刻
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 122-140

RIBEIRO, Madalena
Os Jesuítas e a nobreza cristã do Sul do Japão
耶稣会士与日本南方的贵族基督徒
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 78-89

SARMENTO, Clara
A Lady's Visit to Manilla and Japan.
Representações interculturais na viagem ao Oriente
《一位访问马尼拉和日本的女士》：东方遊历中的跨文化代表
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 131-148

SÉRGIO, Vanessa
Manuel da Silva Mendes. Entre fascínio e sortilégio
马努艾尔·席尔瓦·门德斯：施魔法与占卦
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 64-77

SIDAWAY, James D. and Power, Marcus
Lisbon to Macao: The Occluded Geographies of Portugal's Discoveries
里斯本至澳门：葡萄牙发现中堵塞的地势
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 62-78

SILVA, Maria Teresa Lopes da
Macau e os cules na política dos EUA (1844-1874)
美国政治中的澳门及其苦力 (1844-1874)
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 17-30

SIMAS, Mónica
Paisagens possíveis. Macau na poesia de Alberto Estima de Oliveira
可能存在的风景：艾斯蒂玛·奥利维拉诗歌中的澳门
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 46-55

SOLOMON, Jonathan D.
Charged Infrastructures: Elaborations on the Hong Kong/Zhuhai/Macao Bridge
基础设施的承担：在香港、珠海、澳门建桥
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 57-61

SOUSA, Ivo Carneiro de
Um diálogo sobre porcelanas chinesas entre Frei Bartolomeu dos Mártires e o Papa Pio IV
教皇庇护四世与修士巴尔多罗梅·马尔蒂斯关于中国陶瓷的一次对话
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 91-99

SOUSA, Lúcio Manuel Rocha de;
ASSIS, Ângelo Adriano Faria de
A diáspora sefardita na Ásia e no Brasil e a interligação das redes comerciais na Modernidade
亚洲和巴西的塞法迪犹太人及其在内相连的现代贸易网
N.º 31, Julho/July 2009, pp. 100-121

TIEBEN, Hendrik
From Backyard to Front Door: The Transformation of Macao's Border Spaces
从后往前——澳门边境空间的变化
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 37-56

VAN DYKE, Paul A.
Weaver Suckin and the Canton Silk Trade 1750-1781
Weaver Suckin 与 1750-1781 年间的广州丝绸贸易
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 104-119

Wang Bing
The Inscriptions on Tomás Pereira's Tombstone and the 'Edict of Toleration' from the Emperor Kangxi
徐日升墓碑碑文与康熙皇帝“容教谕旨”
N.º 32, Outubro/October, 2010, pp. 73-85

WASTL-WALTER, Doris
Borders from the Perspective of Good Neighbourhood
从睦邻角度看到的边境
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 18-23

WEI, George
The American Presence in Macao: Some Chinese Perceptions of the U.S.
美国在澳门：中国人对美国的印象
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 6-16

WILLIAMS, Claire
Re-exploring the Empire: Maria Ondina Braga's Journeys to Macao and Other Places
帝国重探：昂迪娜·布拉加的澳门与别国之旅
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 120-124

Wu Zhiliang e JIN Guoping
A certidão de nascimento do nome de Macau
澳门名称诞生的证明
N.º 29, Janeiro/January 2009, pp. 46-59

ZANDONAI, Sheyla Schuvartz
Borders within the City: Retracing Macao's Identity
城市中的边界：追溯澳门的源流
N.º 30, Abril/April 2009, pp. 24-36



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereçar a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card

☐ Visa

☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe



N.º 25 Janeiro/January 2008

Sociedade Macaense
Macanese Society



N.º 26 Abril/April 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias Militares no Sudeste Asiático - I
Weapons, Forts and Military Strategies in East Asia - I



N.º 27 Julho/July 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias Militares no Sudeste Asiático - II
Weapons, Forts and Military Strategies in East Asia - II



N.º 28 Outubro/October 2008

Cronistas Esquecidos do Extremo Oriente, Séculos XVI-XVIII
Forgotten Chroniclers of the Far East 16th-18th Centuries



N.º 29 Janeiro/January

Macau e as Relações Sino-Americanas
Macao and Sino-American Relations



N.º 30 Abril/April 2009

Cidades e Fronteiras
Cities and Borders



N.º 31 Julho/July 2009

Diálogo Inter-artes e Macau
Inter-arts Dialogue and Macao



N.º 32 Outubro/October 2009

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.